



OS LIMITES DA ACUMULAÇÃO, MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS

Joana BARROS, André DAL' BÓ DA COSTA e Cibele RIZEK (orgs.)

Quem não se movimenta, não sente as
correntes que o prendem.

Rosa Luxemburgo

Universidade de São Paulo

Reitor | Vahan Agopyan

Vice-reitor | Antonio Carlos Hernandes

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

USP São Carlos

Diretor | Miguel Antônio Buzzar

Vice-diretor | Joubert Jose Lancha

Comissão de Pesquisa

Presidente | Karin Maria Soares Chvatal

Vice-Presidente | Eulalia Portela Negrelos

Comissão de Pós-Graduação

Presidente | Tomás Antonio Moreira

Vice-Presidente | Akemi Ino

Serviço de Pós-Graduação

Mara Aparecida Lino dos Santos

Flávia Cavalcanti Macambyra

Ficha técnica da publicação

Projeto gráfico e diagramação

Traço Leal Comunicação

Revisão

Ana Elisa Ribeiro, dra. e Márcio Funcia

Impressão

Gráfica Mundo

Esta publicação e o Colóquio que lhe deu origem foram realizados com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutoramento.

Catálogo na Publicação

Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

L734

Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios / Joana

Barros, André Dal'bó da Costa, Cibele Rizek, orgs. -- São Carlos:

IAU/USP, 2018.

169 p.

ISBN: 978-85-66624-26-7

DOI: 10.11606/9788566624267

1. Movimentos sociais. 2. Cidades (sociologia). 2. Políticas públicas. 3. Direitos Sociais. I. Barros, Joana, org. II. Costa, André Dal'bó da, org. III. Rizek, Cibele, org.

CDD 307.76

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação
de acordo com a AACR2: Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

OS LIMITES DA ACUMULAÇÃO, MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS

Joana BARROS, André DAL'BÓ DA COSTA e Cibele RIZEK (orgs.)

DOI: 10.11606/9788566624267



USP



Instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos



Sumário

Apresentação Joana Barros, André Dal' Bó da Costa e Cibele Saliba Rizek	8
Produção de moradia e produção urbana: políticas sociais, consensos, desmanches e violência de Estado Cibele Saliba Rizek	13
Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização dos seus sentidos nos estudos sobre (as chamadas) periferias Patrícia Birman e Márcia Pereira Leite.....	27
(Inter)faces da relação entre projetos evangélicos e as periferias urbanas fluminenses Carly Barboza Machado	41
A constituição de sujeitos políticos em uma metrópole fora do eixo sudeste, um desafio teórico e de ação política Vitor Fonseca Santos	55
A natureza política da floresta: políticas de remoção e deslocamento forçado de povos indígenas durante o regime militar no Brasil Paulo Tavares.....	69
Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos Adriana Fernandes.....	85
Interrogações sobre as reconfigurações dos movimentos sociais – rupturas e continuidades Fábio José Bechara Sanchez.....	101
Luta social e a produção neoliberal do espaço André Dal' Bó da Costa.....	113
O Caso Pinheirinho: sobre o direito insurgente e a resistência no território Jairo Salvador de Souza.....	121
Trabalho e luta: a fábrica ocupada Flaskô e a ocupação Vila Soma Alexandre Mandl	139
Grandes projetos de desenvolvimento e resistências – os sentidos da política num contexto de ódio à democracia Joana Barros	147
Os usos intelectual, social e político do comum Christian Laval.....	161

Apresentação

Em novembro de 2016, reunimos uma série de recentes pesquisas, reflexões e depoimentos de experiências de resistência – realizadas dentro e fora da universidade, em diferentes regiões do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Distrito Federal e Amazônia), no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em São Carlos. Pesquisas e reflexões foram justapostas, neste encontro, com a perspectiva de discussão dos processos e limites da acumulação capitalista neoliberal em nossos territórios. Ao longo de dois dias do Colóquio “Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território”, pudemos conhecer e discutir um conjunto bastante diverso de trabalhos sobretudo decorrentes de incursões em campo e relatos de experiências vividas, organizados inicialmente em quatro eixos: financeirização da produção e reprodução do urbano, emergências e sua gestão e racionalidade neoliberal; aspectos e leituras das transformações em curso no território; movimentos sociais, suas leituras, novas clivagens e conformações; e resistências no trabalho e nos conflitos fundiários pela permanência nos locais de moradia. Passados quase dois anos da realização desse colóquio, retomamos aqui contribuições, falas e textos do encontro, agora reunidos, revisitados e atualizados por seus autores, buscando, por meio deste esforço coletivo, ampliar as possibilidades de compreensão da realidade de nossas cidades e territórios, hoje imersas na presente e brutal radicalização do neoliberalismo, em sua expressão periférica.

O texto de abertura, “Produção de moradia e produção urbana: políticas sociais, consensos, desmanches e violência de Estado”, apresenta, desde o presente momento pós-golpe, a atualidade dos desdobramentos das proposições dos governos petistas sob a lente do que Cibele Rizek chamou de “uma constelação de programas e de práticas” correntes no período 2003-2016. O texto atravessa diversas das novas manifestações sociais cotidianas dos agenciamentos e das violências de Estado, fundamentalmente mediadas pelos programas e políticas públicas do último período, que teriam em seu conjunto alterado, de “modo sempre ambíguo” e complexo, “os territórios da pobreza”. Na sequência, Patrícia Birman e Márcia Pereira Leite apresentam em “Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização dos seus sentidos nos estudos sobre (as chamadas) ‘periferias’” uma reflexão sobre os sentidos da guerra e da paz, em suas “especificidades e modulações”, compreendidas a partir da vida nas margens e nas periferias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Transitando entre a violência e a pacificação, entre experimentos repressivos, como as UPPs, e os empreendedorismos periféricos e mercados ilícitos, o campo das prisões e os massacres, as autoras questionam e discutem o uso de algumas das categorias recorrentes deste campo de pesquisa, desmontando as formas binárias de compreensão que são subjacentes às noções de guerra e paz, e aquilo que se convencionou chamar de “combate ao crime” nos expedientes das políticas de segurança pública do Estado. Os dois textos de abertura contribuem enormemente para a difícil tarefa de revelar o que há de novo nas periferias e nas margens das cidades e do Estado – lá onde ocorrem muitos dos movimentos de resistência cotidianamente invisibilizados –, abrindo caminho para um outro conjunto de textos, também dedicados ao tema, que dão corpo a esta publicação.

Carly Machado nos apresenta algumas de suas reflexões sobre as “(Inter)faces da relação entre projetos evangélicos e as periferias urbanas fluminenses”, discutindo as múltiplas expressões das atuais ações evangélicas nas periferias, por meio das quais se revelam a plu-

ralidade e a heterogeneidade das periferias fluminenses, bem como a “vitalidade do campo evangélico como campo de formação e ação política”, contribuindo, desta forma, tal como os textos precedentes, para a superação de leituras mais correntes sobre o campo da religião nas periferias, que atribuem aos setores evangélicos o caráter de negócios que obedeceriam a interesses mais imediatos, destituídos de dimensão política. Ao longo do texto, Machado nos apresenta a experiência evangélica sob a perspectiva de uma “agenda de ordem” vivida como um caminho de “resistência”.

Na sequência, Adriana Fernandes, em “Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos”, traz ao debate os abrigos temporários compreendidos como “dispositivo de controle e interceptação de pobres”, “espaços de suspensão” e ponto de parada temporária, como componentes de um “circuito de circulação”, controle e vigilância da população pobre e precarizada nas cidades. Ganha corpo, na perspectiva desenvolvida no texto, um conjunto de relações e conflitos presentes nas *texturas ordinárias da circulação*, tematizadas como elementos constituintes da vida das populações precarizadas nas cidades. Ao longo do texto, Fernandes analisa ainda a “face *sedentária*” do dispositivo “abrigo” como espaço produtor de subjetivação.

Em “A constituição de sujeitos políticos em uma metrópole fora do eixo Sudeste, um desafio teórico e de ação política”, Vitor Santos, a partir de sua experiência recente de advocacia popular em Salvador, traz ao debate o contexto de uma militância empenhada no trabalho comunitário e na educação popular. Para ele, a forte tradição brasileira de trabalho e organização popular construídos sobre horizontes emancipatórios – experiências notadamente mais intensas nos anos 1970 e 1980 – estaria hoje sobre escombros de um certo “projeto político de esquerda”, que teria privilegiado as práticas de negociação, conciliação de interesse e redução de conflitos, em substituição à combatividade e à organização popular feita no cotidiano e no chão das periferias. Além da guinada da gestão do poder, a emergência de novas rotinas das políticas públicas governamentais aliadas à consolidação de um “onguismo” empresarial baseado na “degeneração do trabalho voluntário e solidário” teriam esvaziado e bloqueado os sentidos políticos da ação das assessorias populares.

De Salvador para a Amazônia, Paulo Tavares, em “A natureza política da floresta: políticas de remoção e deslocamento forçado de povos indígenas durante o regime militar no Brasil”, desmonta o imaginário colonial moderno que teria convencido a classificar os povos indígenas da Amazônia como “sociedades em estado de natureza e sem história” associadas às categorias de incompletude, ausência e carência. Esses povos seriam então caracterizados como habitantes de uma floresta amazônica imaginada e concebida como um espaço natural e destituído de interferência humana. Tavares desafia a perspectiva territorial-colonial e, através do mapeamento do genocídio indígena ocorrido durante a ditadura militar das décadas de 1970 e 1980, realiza uma “arqueologia da violência” que põe a nu não só a brutal violência de Estado contra os povos indígenas, negligenciada até mesmo pela Comissão da Verdade brasileira, mas sobretudo a construção da floresta como território que se desenhou e se transformou pelas práticas dos povos indígenas, ao longo das dezenas de milhares de anos, práticas portanto anteriores à invasão e à espoliação colonial europeia.

Fábio Sanchez, no texto “Interrogações sobre as reconfigurações dos movimentos sociais – rupturas e continuidades”, recompõe os fios de continuidade e os elementos de ruptura que permitem problematizar as reconfigurações dos movimentos sociais nas últimas décadas no Brasil. Através de trajetórias de militantes sociais, apresenta um quadro bastante importante de articulações entre movimentos sociais mediados pela construção de políticas

e programas públicos, especialmente no campo das “experiências autogestionárias”, iluminando a tensão da nomeação da experiência política dos movimentos sociais desde os anos 1980, passando pelos anos do desmanche, nos 1990, chegando à experiência dos governos populares nos anos 2000.

Passando à discussão dos conflitos recentes pela permanência dos mais pobres no espaço urbano, vista sob a perspectiva das ocupações organizadas por movimentos populares, André Dal’Bó, Jairo Salvador e Alexandre Mandl discutem os casos de duas das ocupações urbanas de maior relevância na história recente das cidades brasileiras: as experiências de resistência das ocupações Pinheirinho e Vila Soma. Dal’Bó busca problematizar a descrição e a compreensão dos casos dessas ocupações, utilizando as chaves de leitura encontradas nas noções do *neoliberalismo como racionalidade política*, no contexto de avanço do capitalismo sobre todas as formas e relações sociais. Na contramão desse avanço, o texto recorre às noções de resistência *contraneoliberal* apreendidas a partir das *práticas instituintes do comum*, como horizonte estratégico político possível. Nos dois textos seguintes, o caso do Pinheirinho – ocupação existente entre os anos de 2004 e 2012, no município de São José dos Campos (SP) – foi descrito e relatado por Jairo Salvador, que atuou durante o conflito e ainda hoje acompanha, como Defensor Público, as ações de defesa realizadas pelas famílias despejadas durante a violenta remoção ocorrida em janeiro de 2012. A luta e as práticas da Vila Soma – ocupação iniciada no ano de 2012 e existente até o presente, na região central da cidade de Sumaré (SP) – foram relatadas pelo advogado Alexandre Mandl, que atua na defesa das famílias e dos moradores. Ambos os textos apresentam rico detalhamento dos acontecimentos cotidianos do conflito, interpretando-os a partir da atuação jurídica comprometida com a democratização das cidades através da ação de defesa das ocupações. Ambos os relatos apresentados exemplificam o lugar central do campo jurídico na trajetória dos conflitos de terra urbana no momento presente, campo de disputa no qual se mobilizam os principais discursos dos agentes do Estado envolvidos na produção e na manutenção das normas que garantiriam governamentalidade no âmbito da produção e da reprodução do urbano, ou seja, como um discurso porta-voz da produção de legitimidade das ações estatais de remoção dos movimentos de resistência no território, em função da expansão dos horizontes de acumulação de capital para além de seus atuais limites.

Joana Barros, no texto “Grandes projetos de desenvolvimento e resistências – os sentidos da política num contexto de ódio à democracia”, estabelece linhas de articulação entre processos de resistência popular, reconfiguração dos movimentos sociais e os grandes projetos de desenvolvimento. A autora coloca em foco os grandes projetos de desenvolvimento estruturadores da política econômica dos últimos governos, no chamado período lulopetista, e apresenta uma perspectiva de análise na qual é possível considerar que o que está em disputa é a própria nomeação desse campo de conflitos.

Em outubro de 2017, quase um ano depois da realização do Colóquio que dá origem a este livro, o sociólogo francês Christian Laval esteve no Brasil, viajando pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, para o lançamento da versão brasileira do livro *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* (Boitempo Editorial, 2017), participando também de diversos debates sobre as possibilidades de mobilização de uma *estratégia política do comum*, sobretudo como noção mobilizadora de um horizonte de resistência possível *contraneoliberal* e seus modos de subjetivação. No dia 2 de outubro de 2017, Laval esteve no IAU-USP em São Carlos para apresentação da conferência “Os usos intelectual, social e político do comum”, na qual discutiu a considerável expansão do termo “comum”, situação que

demarcaria, para Laval, um importante “fato social, intelectual e político”. O texto que deu origem à conferência proferida transformou-se no capítulo de fechamento desta publicação, não só pela relevância e atualidade do autor e do tema para o campo das resistências, mas sobretudo porque ele permite diversas relações e conexões com as experiências apresentadas e discutidas ao longo do livro.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos funcionários do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, no campus São Carlos, em especial a Mara Lino e a Flávia Macambyra, pelo compromisso com a universidade pública e de qualidade, quando nos auxiliaram na organização do Colóquio e tornaram possível a publicação deste livro. Aos alunos do IAU presentes nos dias do Colóquio, que nos brindaram com questões e nos fizeram voltar aos nossos temas com outros olhos. Ao nosso amigo Marcio Funcia, que gentilmente nos auxiliou na revisão dos textos. Afinal, nenhum trabalho intelectual é obra individual; o pensamento crítico (e universidade pública) se constrói em diálogo e a muitas mãos.

São Carlos, agosto de 2018
Joana Barros, André Dal’Bó e Cibele Rizek

Produção de moradia e produção urbana¹: políticas sociais, consensos, desmanches e violência de Estado

Cibele Saliba Rizek

Professora titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos e da Cidadania (Cenedic-USP).

Em texto publicado recentemente (Rizek, 2017a), assim como em um conjunto de textos anteriores que sistematizaram resultados de pesquisa sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em sua modalidade Entidades, acabei por tentar, a partir do momento pós-golpe, compreender a novidade, os desdobramentos dos governos de Lula e Dilma, para além do fato de serem governos de um ex-operário e sindicalista e de uma ex-presença política. Qual o impacto e a novidade desses governos? Uma composição entre “aumentos salariais, políticas e programas sociais combinados, entrelaçadas a um aumento significativo dos lucros de alguns setores econômicos como bancos, construtoras e empresas encarregadas do ensino superior privado” (Rizek, 2017a, p. 175). Da perspectiva das políticas e dos programas sociais e urbanos, acabava por ganhar relevância não um ou outro desses programas (PROUNI, MCMV, Bolsa Família, Programas de Saúde da Família, Programas de Incentivo à Cultura), mas ao contrário, sua articulação, o que acabei chamando de *constelação* de programas e de práticas que teria incidido de fato sobre a melhora das condições de vida das populações mais pobres (Rizek, 2017b). Nessa constelação de práticas e de programas sociais e urbanos, pude encontrar os elementos que teriam alterado, *de modo sempre ambíguo* e nem sempre de fácil apreensão, “a face e os territórios da pobreza reconstituídos e redesenhados a partir de fluxos de dinheiro, de serviços, de práticas, de modos de operação (...) e daquilo que se pode reconhecer como ‘novo terreno associativo’ que tanto brotou de baixo – especialmente dos movimentos populares”, como se implementou a partir de cima – em especial as OS, ONGs e fundações empresariais que podem ser vistas como gestoras ou operadoras de programas de governo, como margens do Estado” (Rizek, 2017, p. 176). Nas chaves de leitura de Maria Célia Paoli, esse novo terreno associativo se conformaria como um “mundo de indistincões” (Paoli, 2006), como um conjunto de indeterminações. Na chave de leitura de Evelina Dagnino, esse mesmo terreno resultaria de um conjunto de “confluências perversas” (Dagnino, 2002) dando origem a práticas e operações que se associam em um modo de governo bastante potente. Dessa perspectiva, as noções de indistinção, indeterminação e de confluência perversa borram as chaves e categorias clássicas a partir das quais o confronto e a separação entre Estado e Mercado se desenhavam. Assim, o que se pôde reconhecer como contraponto entre Estado e Mercado, entre direitos e mercadorização da

1 Em *Dimensões de Estar no Mundo: Cidades: o público, o privado, o íntimo*, M. S. Bresciani (2017) aponta que a “concepção de que um artefato arquitetônico poderia mudar física e moralmente pessoas ... deslizou dos ambientes coletivos para a moradia. As políticas urbanas redefiniam conceitualmente as modernas concepções de público e privado, e a elas acrescentavam o domínio no íntimo ...: reorganizam o espaço da casa, da casa burguesa e ou aristocrática, e em particular a casa da população pobre”. Desse modo, o PMCMV parece se conformar como metonímia, como índice para decifrar as políticas urbanas brasileiras mais recentes.

vida se constituía muito mais em linhas de continuidade do que em linhas em oposição. Esse processo se desdobra e se explica pelas formas de continuidade entre políticas sociais e constituição de novos mercados que, entrelaçados, podem ser reconhecidos como mercados do social e/ou mercados aderidos e constituídos por programas e políticas públicas, não raro dando lugar a um emaranhado de novas e velhas “mercadorias políticas”².

De qualquer modo, em um conjunto de incursões de pesquisa, foi possível acompanhar e perceber programas que, em suas concepções, implementação e operacionalização, ganhavam forma a partir de ritmos e temporalidades diversas entre si, articulando redes e fluxos sobre territorializações nem sempre coincidentes, constituindo modos de governo que desenhavam um novo social em sua versão petista, muitas vezes de modo híbrido, numa tessitura originária de dispositivos de governo oriundos das matrizes provenientes de programas e políticas implementadas pelo PSDB, sobretudo no caso do Estado e da cidade de São Paulo³. Assim, é possível mencionar os programas Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Prouni, o Saúde da Família, pensando numa reunião de benefícios entrecruzados, todos bastante liminares, precários, muitas vezes incipientes, que fizeram diferença significativa para as parcelas mais pobres da população brasileira, mesmo e apesar de sua provisoriade.

Durante a vigência do lulismo e de seus desdobramentos, escolas superiores de qualidade duvidosa abriram e fecharam; benefícios continuados e Bolsa Família, cuidadosamente implementados a partir de ONGs, Organizações Sociais e igrejas como modo de operacionalização de moralidades e de comportamentos “virtuosos”, permitiram a saída do país do mapa da fome mas não raro acabaram por reforçar formas de dominação de gênero⁴; conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida se sobrepujaram e reproduziram – frequentemente agravando – formas severas de segregação espacial nas cidades brasileiras. Dessa perspectiva, olhando a partir do contexto pós-golpe de maio de 2016, é possível identificar, no âmbito da produção recente do urbano no Brasil, para além das periferias e franjas urbanas, as cicatrizes do lulismo – os bairros Faixa 1, distantes dos centros, sobrecarregando a já precária rede de equipamentos dos bairros populares mais próximos. Esses bairros que marcaram indelevelmente cidades de portes distintos entre si não raro conformam parte significativa do parque habitacional, por meio de um programa que insidiosamente produziu sua própria demanda para além das considerações críticas que podem ser feitas a respeito dos cálculos de déficit habitacional (Rizek, 2017c).

A questão, porém, é compreender que apesar de todas as dimensões híbridas e ambíguas, na falta de expressões de maior exatidão, não é possível ignorar a importância e o significado da novidade histórica, a princípio petista e, em seguida, lulista: a investida de combate à pobreza e à miséria posta em operação a partir do que se pode identificar como desmanche de uma ordem anterior que tinha sido implementado e aprofundado ao longo da década neoliberal por excelência no Brasil – os anos 1990 (Oliveira e Rizek, 2006). Aliás, é preciso lembrar que a disputa em torno dessa ordem anterior avançou no sentido de sua destruição pelo governo Temer, que mostra assim a que veio, como demonstram a “reforma”

2 Estou utilizando livremente a noção a partir de Michel Misse (2010).

3 Dessa perspectiva é importante salientar que durante o governo de Fernando Haddad, na cidade de São Paulo, nem sempre foi possível alterar medidas e modos de operação provenientes das gestões anteriores, como a privatização da gestão dos serviços de saúde e de cultura, o que discuti em outro texto intitulado “Políticas sociais e políticas de cultura: territórios e privatizações cruzadas” (Rizek, 2013). Dessa perspectiva, é preciso salientar que o avanço das dimensões privatizantes propostas pelos governos à direita do espectro político dificilmente retrocedem nos períodos relativos às gestões mais à esquerda, como foi o caso da gestão Haddad.

4 Ver Georges e Santos (2016). Por outro lado, em territórios rurais de acentuada pobreza, o Programa parece ter promovido diminuição significativa de formas severas de dominação masculina, já que sua titularidade é feminina (Rego e Pinzani, 2013).

da legislação trabalhista bem como a “reforma” da previdência, ambas vinculadas a uma funda destituição de direitos.

A brutalidade da desigualdade brasileira, produzida pela concentração de renda dos anos de ditadura e jamais revertida pelos governos civis da Nova República, se constituiu no ponto de partida dos governos do PT 2003-2016, precedidos pela Carta aos Brasileiros que teria anunciado um pacto com o capital financeiro e produtivo, em nome da governabilidade. No quadro anterior a 2003, é possível identificar o crescimento importante das desigualdades sociais e de renda, um conjunto significativo de privatizações que inauguraram e aprofundaram o desmanche de caráter neoliberal, a constituição de uma ordem pós-desmanche que supôs e radicalizou as relações entre regulação estatal e mercado. Trata-se assim, mais uma vez, da tensão, do conflito e dos enredamentos Estado-Mercado, com a clara predominância e hegemonia do segundo sobre o primeiro polo dessa conformação.

A hipótese que se defende aqui, seguindo algumas pistas da bibliografia sobre as recentes transformações do Estado em suas relações com a assim chamada sociedade – produto da redução da expressão clássica de matriz liberal e posteriormente hegeliana e marxista sociedade civil ou sociedade burguesa – é a de que, no momento em que o governo petista dá lugar ao lulismo, pensado como reformismo fraco, esse conjunto de políticas e programas sociais e urbanos poderiam ser reconhecidos como o que M. Albeers, entre outros autores, chamou de “keynesianismo privado”⁵.

Essas dimensões inéditas no Brasil seguem direções e percursos filiados a matrizes que remodelaram, de modo bastante claro, as relações entre Estado e mercado, em diferentes latitudes e de forma generalizada, a partir de grandes parâmetros desenhados pelas agências multilaterais a partir de núcleos e experimentos comuns (Maranhão, 2009). Pode-se citar, por exemplo, a filiação de alguns dos programas brasileiros às formulações de Amartya Sen, como o Bolsa Família, assim como recuperar a origem chilena (tributária de grande experimento neoliberal implantado por um estado de exceção no período Pinochet) do PMCMV. Essas matrizes, por sua vez, não poderiam ser incorporadas à produção de um social em sua versão petista sem que fossem traduzidas e adaptadas ao vocabulário das políticas urbanas e sociais e suas articulações e ancoragens no chamado lulismo e seus consensos.

Ainda um esclarecimento a respeito desses consensos talvez seja necessário. O lulismo – passível de ser localizado como modo de governo especialmente viabilizado a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva – foi pensado por André Singer, entre outros autores, como reformismo fraco viabilizado, como afirmam alguns analistas⁶, pela combi-

5 Ver Albeers (2016), especialmente p. 135 e seguintes. Entretanto, talvez se possa aproximar o fenômeno que Albeers denomina como keynesianismo privado do que denominei, a partir de um conjunto de achados de pesquisa e a partir de aproximações com o trabalho de I. Pantoja, de “planejamento social privado” a partir de um conjunto articulado de gestões privatizadas dos equipamentos e programas de saúde e de cultura que traziam, além da marca de intersectorialidade, uma dimensão que precisa ser compreendida como multiescalar como as gestões PSDB em São Paulo, assim como a forte presença da Lei Rouanet no financiamento de espetáculos e práticas culturais vinculadas ao marketing empresarial e à arbitragem privada. Ainda que a expressão “keynesianismo privado” possa ser considerada interessante como categoria descritiva, é preciso alguma precisão para que essa categoria faça sentido. Utiliza-se keynesianismo no sentido do estímulo ou solvabilização da demanda. Ao mesmo tempo esse keynesianismo à la neoliberalismo estimulou a oferta por meio de uma contração de custos e mantendo inflação, déficit e dívida pública em patamares estáveis. Também é significativo que uma parcela de subsídios públicos tenha sido apropriada pelas empresas construtoras como meio de viabilização da produção de moradias.

6 Ver textos de Ruy Braga e Carlos Bello em *As contradições do Lulismo – a que ponto chegamos*, (Singer e Loureiro, 2016). Pensar o lulismo a partir das noções de consenso em suas múltiplas combinações com a força ou o exercício legítimo da violência se assenta claramente no quadro conceitual gramsciano. Dessa perspectiva, é interessante pensar o polo da produção consensual ou da produção de diferentes formas de consenso como base que consolida o lulismo exatamente porque, a partir de outras matrizes teóricas – como, por exemplo, a formulada por Jacques Rancière –, esses consensos seriam a ancoragem de uma funda despolitização, na medida mesmo em que se obstaculiza a dimensão do conflito, do dissenso, da disputa em torno dos sentidos do mundo. As cidades brasileiras, a pobreza brasileira, que dão visibilidade para o que se pode reconhecer como o social ou como a

nação entre duas formas de consenso: o consenso ativo de lideranças sindicais e de movimentos sociais vinculados ao PT e à CUT (o que compreende movimentos sociais urbanos como os movimentos de moradia mais “clássicos” e, posteriormente, por meio da adesão aos programas sociais, também os mais contemporâneos) e um consenso passivo – produzido pela concordância e pela melhora relativamente pequena dos índices de desigualdade e relativamente mais significativa de diminuição da pobreza. A reversão desses índices de melhora aconteceu rapidamente e pôde ser constatada seis meses após o golpe de deposição de Dilma Rousseff, por uma mistura de retrocesso, crise econômica, encolhimento de empregos e de salários.

O PMCMV como exemplaridade

Breve histórico do programa⁷

O PMCMV, resultante de um desenho político e financeiro complexo, teve impactos indelévels sobre as cidades. Para além de suas dimensões quantitativas relativas aos contratos e unidades entregues, é preciso considerar, em primeiro lugar, que o Programa “acabou por congregar subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto casa própria — esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências” (Santo Amore, 2015, p. 15). Trata-se de um programa anticíclico, concebido a partir do diálogo entre o setor imobiliário e da construção civil com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda, que acabou por ser lançado como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009. Seu objetivo foi então o de enfrentar a crise econômica proveniente do fim da bolha imobiliária americana e seus impactos na economia mundial. O Programa nasceria de costas para o Ministério das Cidades – criação dos governos do PT –, que estava às voltas com um conjunto de proposições e soluções para a questão da produção de Habitação de Interesse Social por meio de um Sistema Nacional de Habitação Social e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que teriam nascido do projeto de lei de iniciativa popular apresentado em 1991 e aprovado em 2005⁸. Esse processo teria resultado no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que contemplava as diversidades regionais e entre municípios e propunha a articulação de segmentos que compunham o Conselho das Cidades, criado em 2003, o que se desdobrou na Campanha pela Moradia Digna⁹. Dessas articulações nascia a “Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

“questão social” em suas metamorfoses estiveram no centro dessa produção consensual e dos processos de despolitização que dela foram decorrentes.

⁷ Baseado no texto de Santo Amore (2015).

⁸ Lei Federal 11.124/2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>, acesso em out. 2014.

⁹ O Conselho das Cidades foi instituído no ano de criação do Ministério das Cidades e conta com a participação de uma grande multiplicidade de atores com atuação sobre questões urbanas: movimentos populares, ONGs, universidades, empresários, além de setores do Estado, poderes executivo e legislativo, nos seus diversos níveis federativos. “Com o SNHIS/FNHIS previam-se fundos articulados nos diferentes níveis federativos, todos controlados socialmente por conselhos com participação popular e com ações planejadas a partir dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), obrigatórios aos entes federados que quisessem se habilitar no sistema e receberem recursos federais. Os Planos seriam os responsáveis por definir claramente as necessidades habitacionais de cada município, bem como apresentar uma estratégia para enfrentá-las. Ainda de acordo com o modelo proposto, os PLHIS deveriam suceder os Planos Diretores Participativos, que também são obrigatórios para o conjunto de municípios brasileiros com mais de 20.000 habitantes federariam, entre outros temas, apresentar uma estratégia fundiária para o tema da moradia. Uma articulação inusitada entre movimentos de luta pela moradia e setores empresariais que se fazem representar no Conselho Nacional das Cidades estava em curso desde 2008, com o lançamento da “Campanha Nacional pela Moradia Digna — uma prioridade social” (Santo Amore, 2015, p. 16). Ver também <<http://www.moradiadigna.org.br/moradiadigna/v1/index2.asp?p=11>>, acesso em jul. 2014.

que vinculasse 2% dos recursos orçamentários da União e 1% dos estados, Distrito Federal e municípios aos seus respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social, lastreando de forma permanente a política nacional de produção habitacional” (Santo Amore, 2015, p. 15). A urgência em transformar “o tsunami em marola”, a natureza mesma do pacto lulista, a fragilidade do Ministério das Cidades e do conjunto de proposições que teriam marcado o primeiro governo Lula levaram à aceitação das proposições dos setores econômicos vinculados à construção civil, utilizando o orçamento da União e do FGTS, recursos para financiamento de infraestrutura e do BNDES, com a promessa de construção de um milhão de casas, gerando empregos e mobilizando toda a cadeia de produção: desde a produção de componentes até a indústria moveleira e de eletrodomésticos.

A construção do consenso em torno do PMCMV passou pela aceitação rasa dos dados quantitativos do déficit habitacional calculado em 7,2 milhões de unidades. Esse déficit – concentrado fortemente nas faixas de renda de até 3 salários mínimos, nas regiões Sudeste e Nordeste e, em grande medida, nas regiões metropolitanas¹⁰. Tal como aponta ainda Santo Amore, marcando uma diferença importante com a produção do BNH,

400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que se viabilizaria com o aporte de 16 bilhões de reais de recursos da União (70% de todo o investimento). Tratava-se de um nível de subsídio que nem mesmo o PlanHab previra em seus cenários mais otimistas. Havia ainda a intenção de distribuição regional, concentrando a produção nos estados do Sudeste e Nordeste, priorizando municípios com mais de 100 mil habitantes e excluindo aqueles com menos de 50 mil, acompanhando a distribuição do déficit (Santo Amore, 2015, p. 17).

O PMCMV, em sua face mais pragmática, simplificava a questão habitacional e, por seu intermédio, urbana e social brasileira que o PLANHAB buscava contemplar com uma diversidade de programas voltados para a um mapeamento da diversidade de municípios brasileiros.¹¹

O Programa sofreria ajustes ao se concretizar, passando por diferentes fases, autorizando a produção em municípios com menos de 50 mil habitantes, incorporando especificações mínimas, incorporando o que ficou estabelecido como “trabalho social” na Faixa 1, de menor renda, e desdobrando-se em duas grandes modalidades – a modalidade que se voltava para as construtoras (frequentemente com apoio das prefeituras que ofereciam terras para projetos já prontos) e uma outra modalidade – ínfima do ponto de vista quantitativo mas muito significativa do ponto de vista da construção pactuada que caracterizou o lulismo – a modalidade Entidades.

10 Ver a esse respeito Rizek (2017c). Nesse texto, discuto especialmente a produção dos números vinculados à produção do consenso em torno no Programa, bem como de uma blindagem da forma casa própria que envolve a produção de Habitação de Interesse Social no Brasil

11 É preciso mencionar que ainda em 2009 surgiram textos relativos aos impactos do Programa, como Arantes e Fix (2009), Maricato (2009) e Rolnik e Nakano (2009), que apontavam para “o descolamento entre déficit e metas de produção: afinal, se 90% do déficit estava nas faixas de renda de até 3 salários mínimos, por que apenas 40% das unidades eram direcionadas a essa faixa? Apontavam também a prevalência dos interesses dos setores imobiliário e da construção civil no processo de formulação do programa, pois os 60% restantes das moradias para rendas superiores já tinham se consolidado como mercado para esses setores pelo menos nos cinco anos que antecederam o lançamento do Minha Casa Minha Vida. O aspecto de construção política representado pela estruturação do SNHIS foi também apontado pelos primeiros analistas, que mostravam como o PlanHab (...) era absolutamente negligenciado no programa. O perigo (...) de produção periférica em locais mal servidos por infraestrutura urbana já era mencionado, tendo em vista a desarticulação da produção habitacional em relação às matérias urbanísticas, em relação às ações municipais de regulação do uso e ocupação do solo, que estariam apoiadas na efetivação da função social da propriedade, na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, na elaboração dos Planos Diretores em bases diferentes daquelas que os tinham caracterizado durante os anos de 1970 e 1980. A questão da terra, o nó da política urbana brasileira, e da segregação sócioespacial era enfim apontada como o principal gargalo que o Minha Casa Minha Vida não enfrentava, com consequências ainda difíceis de prever” (Santo Amore, 2015, p. 17-18).

Nessa modalidade, a partir do credenciamento de associações provenientes ou não dos movimentos de moradia, pode-se encontrar a outra face do pacto lulista. A viabilização do Programa passou por uma negociação com os movimentos de moradia que conduziria a um lado B da modalidade Construtoras. Nessa modalidade, voltada para as entidades historicamente vinculadas à luta pela Reforma Urbana, seriam abrigadas as reivindicações dos movimentos – ligados ao PT ou nascidos fora de seu âmbito, com posições à sua esquerda no espectro político. Foi esse processo que permitiu o consenso e a legitimação dessa peça de tecnologia de governo que deu vida à política de habitação lulista. Se seus resultados são numericamente pífios, suas conquistas foram politicamente muito significativas¹², na medida em que transformaram os movimentos e as associações de moradores em operadores do Programa, disputando terrenos com empresas de capital aberto que fizeram de seus bancos de terras ativos financeiros na negociação de suas ações nas bolsas.

Em pesquisa de dois anos – com posterior sistematização de informações qualitativas e quantitativas sobre o Programa em sua modalidade Entidades, algumas constatações saltaram aos olhos, como a primazia da produção não metropolitana na modalidade Construtoras e a importância da produção da modalidade Entidades nas regiões metropolitanas, como na Região Metropolitana de São Paulo, entre outras informações. Assim também o processo de crescimento e abertura de capital das empresas que participaram fortemente do PMCMV e os possíveis desdobramentos em um processo de financeirização da produção de habitação social, que se viu transformada em nicho de mercado e valorização financeira. E ainda a construção de um campo de atuação que pautou e, de certo modo, unificou as práticas de movimentos sociais distintos entre si, como o MTST e os movimentos que se aglutinam sob a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Essa unificação em torno da modalidade Entidades construiu um campo de práticas, um campo que organiza consensos, expondo os movimentos que não aderiram ao programa a um processo de fragmentação que acabou por comprometer seu reconhecimento e sua visibilidade. Nesse campo de consensos residem alguns dos desdobramentos do lulismo.

Apesar da crítica necessária ao Programa, ao caráter mínimo ou pífio da modalidade Entidades, apesar da negociação que produziu um consenso e de certo modo um significativo processo de despolitização da “questão da moradia” como índice da “questão social”, escancarando a desigualdade urbana brasileira, é preciso mencionar que um dos primeiros ataques do governo Temer aos programas sociais dos governos lulo-petistas foi desferido contra o PMCMV Entidades. Foi esse ato que provocou também algumas das primeiras reações contra o primeiro de muitos desmanches – o desmantelamento dos contratos e um conjunto de manifestações que levaram à ocupação do escritório da Presidência da República na Av. Paulista, manifestações que se repetiram muitas vezes ao longo de 2016. Assim, é inegável a importância que o Programa adquiriu para os movimentos de moradia, apesar de todos os contratemplos, apesar da perda de autonomia em nome mesmo da autonomia, apesar das pontuações necessárias à aquisição de uma unidade, apesar do sofrimento, das idas e vindas e negociações, das noites nas ocupações. A fala de alguns dos representantes dos movimentos de moradia ilustra bem o campo que se formou, durante e por causa do lulismo, em torno do MCMV Entidades. Afirmavam com certo gosto amargo a frase que caracteriza o período e que reforçou e agravou a dura realidade das formas de segregação e separação que marcam nossas cidades. A frase comum dos movimentos sobre a modalidade Entidades era a de que afinal “é isso o que temos para hoje”.

12 Conforme Andrea Q. Castro (2017) demonstra em sua dissertação de mestrado, a modalidade Entidades conta com apenas 5% da produção do Programa.

Nem isso parece ter sobrado como horizonte de luta por moradia. Ao lado dos movimentos por transportes, da tarifa zero de 2013, que parece ter desvanecido ao ser encoberto pelas manifestações verde-amarelas de 2015 e 2016, os movimentos por moradia parecem sentir o golpe do refluxo e do encolhimento de subsídios. O desmantelamento das formas de combate à pobreza e à miséria, a encolhimento do financiamento público, o crescimento dos rombos nas contas públicas, em uma palavra, a crise econômica, fiscal, da previdência, das universidades e escolas públicas, da saúde pública, enfim a crise acaba por se desdobrar numa forma de governo questionada apenas pontualmente. Ao que parece, até mesmo as manifestações FORA TEMER que marcaram 2016, muitas delas desencadeadas ou animadas por movimentos de moradia – parecem ter sido emudecidas sob o peso cotidiano das negociações e das obras em andamento, sempre passíveis de interrupção.

Uma última observação talvez permita um voo de pássaro sobre o Programa, redefinido pelo governo golpista pós-maio de 2016 de modo ainda mais perverso (financiamento para produção para faixas de renda maiores, por exemplo, extinção, redefinição ou encolhimento de algumas das modalidades do Programa como o PMCMV Entidades e o Programa Nacional de Habitação Rural). Olhando a partir do contexto pós-maio de 2016, é possível identificar, no âmbito da produção recente do urbano no Brasil, para além das periferias e franjas precárias, as cicatrizes do lulismo. Essas cicatrizes são o que se pode facilmente identificar como os bairros Faixa 1, distantes dos centros, sobrecarregando a já precária rede de equipamentos dos bairros populares mais próximos. Esses bairros que marcaram indelevelmente cidades de portes distintos entre si, não raro conformam parte significativa do parque habitacional produzido no período, por meio de um programa que insidiosamente produziu sua própria demanda para além das considerações críticas que podem ser feitas a respeito dos cálculos de déficit habitacional (Rizek, 2017d). Essas cicatrizes produziram lugares onde, mais uma vez, foram depositadas parcelas e mais parcelas de populações pobres que acabam por ter de fazer desses sítios desertificados um mundo onde seja possível viver, caso seja interrompida uma trajetória de deslocamentos forçados de aluguel a aluguel, de inserções precárias incertas e sempre provisórias que não parecem terminar com um último deslocamento para unidades habitacionais do MCMV, elas também provisórias, inclusive por sua precariedade, cuja produção permitiu que empresas construtoras abocanhassem subsídios e fundos públicos, potencializando processos de acumulação, saldando dívidas e impedindo – também provisoriamente – que o tsunami da crise provocada pelo estouro da bolha especulativa chegasse naquele momento a comprometer os resultados de pactos e consensos que caracterizaram o período pós 2009/2014.

No âmbito desses bairros, cujo balanço ainda está por ser feito – quantas moradias desocupadas? Quantos beneficiários originais não puderam permanecer nas unidades? Quais as formas de ocupação por toda sorte de práticas vinculadas ao “mundo do crime”? Como se equiparam ou não esses novos bairros Faixa1? – ainda é possível perceber uma das faces silenciosas de uma violência de Estado que recrudescer de forma severa nos últimos dois anos. Talvez uma dessas faces seja o deslocamento dessas populações para as franjas urbanas desertificadas em nome do acesso à moradia. Mas há muito mais.

Se algumas das dimensões das políticas sociais e urbanas do lulismo podem ser lidas a partir dessa dimensão pendular entre culpabilização e criminalização da pobreza, criando uma pobreza dignificada e merecedora da “vara de pescar”, a aproximação entre as medidas de austeridade e de regressão de um social formulado pelos governos petista e lulista e das dimensões securitárias parecem apontar para uma exceção que se expressa no aprisiona-

mento em massa, nas chacinhas de todos os dias, uma exceção que perpassa as instâncias de poder e se capilariza pelos territórios periféricos e favelas, pelas prisões do país como um todo, fazendo das formas e estados de encarceramento operadores urbanos e das favelas e periferias operadoras de tensionamento, resistências e porosidades do sistema prisional¹³.

Algumas informações podem ilustrar o fenômeno que vincula as reformas de austeridade e o crescimento das formas securitárias – elas também resultantes dos acoplamentos entre dispositivos privados e públicos de repressão. O crescimento das mortes e chacinhas nos conflitos pela posse da terra, os ataques aos povos indígenas, o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹⁴, o processo de hipercarceramento capitaneado pelo estado

13 O exemplo de Imaculada (agente comunitária de saúde em Cidade Tiradentes e guia de várias equipes de pesquisa no bairro) parece apontar para essas mobilidades horizontais discutidas por Vera Telles (2009) ou mesmo para as situações descritas por Telles e Hirata (2013). A descrição faz parte de um relato de campo em pesquisa realizada por Georges e Santos, posteriormente citada em artigo de Georges e Rizek (2016). “Imaculada entrou no serviço público por intermédio de uma das organizações sociais terceirizadas do Programa Saúde da Família, (...), no início dos anos 2000. (...) No plano diacrônico, seu percurso atravessa este universo (o ‘mundo do crime’) (...) onde ela negocia permanentemente essas práticas profissionais com a instância de ordenamento da vida cotidiana do bairro. (...) As vicissitudes e urgências, a viração e o restabelecimento das condições de sobrevivência, presentes nesse percurso de mais de 50 anos, permitem compreender como diferentes lógicas e códigos morais, aparentemente antagônicos, de fato coexistiriam. Nos meandros dessa coexistência, muitas vezes aparentemente labiríntica, é possível perceber como situações sombrias seriam superadas, como as emergências quase contínuas seriam contornadas, como se pode constatar na descrição a seguir: Para salvar seu irmão de uma morte inevitável na cadeia, Imaculada compra (sua) proteção (...), aceitando se tornar amante de um conhecido traficante, encarcerado com ele. Na saída do irmão da prisão, ela tentaria se separar, mas o amante acaba fugindo e (a) ameaça (...) e à família de morte. Consequentemente, ela aceita casar-se com ele em 1979, aos seus 21 anos ... sua primeira filha nasce no ano seguinte. Beneficiado pelo indulto no momento do nascimento, ele retornaria à cadeia da qual sairia somente dez anos mais tarde (em 1989). Durante este período, como esposa, Imaculada recebe auxílio do Estado, destinado às famílias de detentos (auxílio reclusão). Na saída do marido da prisão, a família se (transferiu) para Santos, onde o pai de sua filha, chaveiro, especializa-se no roubo de cofres-fortes e retoma o tráfico de entorpecentes. Imaculada se distancia do marido, embora ressalve que ‘ele era bom [para ela]’. As idas e voltas à prisão prosseguem, entretanto ... (e) Imaculada recusa-se a participar como intermediária para introduzir entorpecentes na prisão (...) os contatos com o ex-marido são reduzidos a visitas esporádicas da filha, levada por uma tia (pois o ex-marido havia retirado Imaculada da lista dos visitantes). Ele morreria de AIDS na cadeia, deixando ... bens (inclusive imóveis) ... que foram recusados por ambas. Durante o período de detenção de seu primeiro marido, Imaculada recorria a vida com outro homem, pai de sua segunda filha ... Nascida em 1988 ... a filha vive com ela até hoje, juntamente com duas netas gêmeas, ... e o seu genro (é) cozinheiro em uma cafeteria. A filha completou o ensino médio, tendo sido operadora de telemarketing em 2011 e, em seguida, caixa no supermercado do bairro. O pai da segunda filha de Imaculada é trabalhador; à época empregado de estacionamento e atualmente entregador. Imaculada morava em um pequeno apartamento alugado nas proximidades do prédio, na periferia norte da capital, onde transcorre a vida da nova família. Nesse período, Imaculada trabalha como secretária em diferentes empresas da indústria automobilística, em um supermercado (entre 1986 e 1989, com carteira assinada) e como responsável pelos caixas, entre 1994 e 1997. No momento da venda do supermercado para um grupo multinacional, ela pede demissão (... momento privilegiado para sacar o “fundo de garantia”) com vistas a abrir um negócio próprio juntamente com o marido, à época, desempregado. A empresa de produtos de limpeza (...) e o caminhão de entrega ficaram no nome de Imaculada. A empresa vende bem durante um ano e eles faturam bastante. Imaculada ocupa-se dos produtos e o seu marido dirige o caminhão até o momento em que a abandona (...). Em seguida ... Imaculada continua com um motorista contratado, mas acaba por vender o negócio, passando a trabalhar como empregada doméstica. Ela seria expulsa de seu apartamento em razão de aluguel atrasado. É gratuitamente abrigada em Guaianazes, periferia leste da cidade de São Paulo, por um advogado, empregador de sua primeira ... Em 1999, aos 41 anos, compra, com o fundo de garantia da primeira filha, uma casa nos confins da capital, no bairro Cidade Tiradentes (extremo leste da cidade de São Paulo). A trajetória de Imaculada ilustra, ao lado de outras falas em outras situações de pesquisa sobre programas de moradia ou agentes de cultura, essa capilaridade e normalização, esse vaivém de práticas que compõem os territórios que conformam a vida das populações-alvo e dos agentes que operacionalizam na ponta as políticas sociais. Talvez seja mesmo impossível compreender os desdobramentos e dimensões dessas políticas sem compreender essas dimensões de dobra, as oscilações e utilizações pendulares dos códigos e instâncias morais e de governo, no quadro de um conjunto nada evidente de relações de força, de modos e práticas de resistência e, ao mesmo tempo, de instrumentalização das cestas ou dos quadros de referências, serviços, bens, virações, relações que vêm compondo as práticas cotidianas da reconfiguração da pobreza no Brasil.

14 “A chacinha de nove sem-terra em Colniza (MT) e o ataque aos índios gamelas que deixou 13 feridos em Viana (MA) fazem parte de uma escalada de violência no campo acentuada em 2016, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com a comissão, no ano passado foram contabilizados 61 assassinatos decorrentes de disputas agrárias em todo o Brasil. É o maior número desde 2003, quando aconteceram 73 assassinatos. Os dados mostram uma inversão na linha de queda das áreas de conflito agrário que vinha desde 2012. Ainda conforme a CPT, foram registradas 939 áreas onde existe conflito pela posse de terras em 2016, o maior número desde 2005, quando a comissão ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) detectou 955 áreas de conflito. A CPT vincula o aumento da violência no campo ao crescimento da bancada ruralista no Congresso e à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Ouvidoria Agrária Nacional, uma das primeiras medidas anunciadas pelo presidente Michel Temer ao assumir interinamente a Presidência, em maio do ano passado.” In: <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/05/epoca-negocios-numero-de-mortes-em-conflitos-de-terras-e-o-maior-em-13-anos-diz-pastoral.html>, acessado em 8 set. 2017.

de São Paulo¹⁵ que acabou por se alastrar por todo país, mortes e assassinatos¹⁶, resultantes ou não das operações de pacificação, desenharam o quadro da vida que resulta da nudez e da despossessão (Harvey, 2005; Butler e Athanasiou, 2013).

Estamos assim diante de um estado de exceção que remete às noções de indeterminação, indistinção, embaralhamento, de fronteiras móveis entre legalidades e ilegalidades que perpassam práticas dentro e fora do estado, práticas que se conformam como modos potentes de governo. Estamos diante do que Benjamin identificou como dias cinzentos, dias de pseudomovimento, dias de imobilidade, em que sociedade e economia teriam se fundido, em que o que quer que se entenda por verdade acaba por se recobrir pelo falseamento e pela produção espetacularizada das imagens que se tornam sucedâneos ao real¹⁷. Algumas das descrições e notações de Benjamin nos remetem às dimensões que aproximam o século XVII do século XXI – o tom sombrio da intriga, o caráter que se espria pelos círculos mais próximos do poder constituídos pelo “cortesão hipócrita sem honra e urdido de tramoias criminosas”, em um mundo desencantado, “cuja frieza só é comparável em intensidade com a febre ardente da vontade de poder” (Benjamin, 2011, p. 98-99).

Essa mesma indeterminação e indistinção talvez possa estar presente em outro traço deste momento, a dissolução das relações sociais em um mundo visto e parametrizado crescentemente como um conjunto de relações e regulações ancoradas na forma mercadoria e no seu crescimento tentacular para todas as esferas da vida. Essas formas de indeterminação e indistinção vêm sendo moduladas pelas práticas de regulação urbana dentro do quadro do que alguns autores denominam “urbanismo neoliberal”. Entretanto, é sobretudo importante não tomar o neoliberalismo como cânone, tendo como horizonte suas variações e modulações. Peck, Theodore e Brenner (2009), entre outros autores, buscaram pensar esse urbanismo a partir do que chamaram, parafraseando o vocabulário utilizado para pensar o socialismo do século XX, de “neoliberalismo realmente existente”. A partir de combinações e modulações com as formas de regulação e acumulação anteriores seria possível perceber o que – para além das variações locais – caracterizaria as políticas urbanas no solo mais recente

15 Conforme Felipe. A. L. de Melo, o processo de hiperencarceramento brasileiro foi recentemente diagnosticado no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen. De acordo com esses dados, “o Brasil ocupava em dezembro de 2014 o quarto lugar quando considerada a população prisional em termos absolutos ou relativos, possuía a quinta maior taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais e a quinta maior taxa de presos sem condenação conferindo-lhe também o quarto lugar no número absoluto de presos provisórios. O levantamento indica ainda que mantidas as taxas atuais de encarceramento, em 2022 será atingida a marca de um milhão de pessoas presas e em 2075 haverá uma pessoa privada de liberdade para cada grupo de dez habitantes. Este processo, que é crescente desde a década de 1990, se acentua nos anos 2000, com crescimento médio de 7% ao ano no número total de pessoas encarceradas: em 2014, destaca o Infopen, o número de pessoas privadas de liberdade é 6,7 vezes maior do que em 1990. In: O Dispositivo Penitenciário no Brasil Contemporâneo (Melo, 2017).

16 De acordo com o Atlas da Violência, “Mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014. No que diz respeito às Unidades da Federação, é possível notar uma grande disparidade: enquanto em São Paulo houve uma redução de 49,4%, nesses onze anos, no Rio Grande do Norte o aumento da taxa de homicídios de jovens foi de 292,3%. Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. Em Alagoas e Sergipe a taxa de homicídios de homens jovens atingiu, respectivamente, 233 e 230,4 mortes por 100 mil homens jovens em 2015. A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.” De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. Os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial apresentam duas variações: as analisadas por números do SIM na categoria “intervenções legais e operações de guerra” (942) e os números reunidos pelo FBSP (3.320) em todo o país. Os estados que mais registraram homicídios desse tipo pelo SIM em 2015 foram Rio de Janeiro (281), São Paulo (277) e Bahia (225). Pelos dados do FBSP, foram registrados em São Paulo 848 mortes decorrentes de intervenção policial, 645 no Rio de Janeiro e 299 na Bahia. In: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253&catid=4&Itemid=2>, acessado em 8 set. 2017.

17 A assimilação operada por setores da mídia e pelos grupos de direita no país entre a figura de Luiz Inácio Lula da Silva e o que passou a ser denominado como bolivarianismo é um exemplo de mitificação e falseamento. Como se viu, pelo menos na hipótese defendida neste texto, nenhuma assimilação seria possível entre os governos lulo-petistas e o regime chavista na Venezuela, para tomar o exemplo mais paradigmático.

te que confere sentido para intervenções de natureza aparentemente bastante diversa. Esses autores identificaram como elementos de uma intervenção urbana neoliberal os elementos como os que se seguem: descentralização e o rearranjo das relações intergovernamentais; estímulo ao empreendedorismo local; formas de austeridade fiscal combinadas a instrumentos de captação financeira; reestruturação dos serviços públicos a partir da privatização de sua gestão ou ênfase nos mecanismos de *workfare*, associando benefícios a planos privados ou aos chamados benefícios vinculados ao emprego formal; parcerias público-privadas, incorporação dos negócios empresariais nas políticas locais de desenvolvimento, privatização da produção e gestão das infraestruturas urbanas com a eliminação do monopólio público para a provisão de serviços municipais como saneamento, coleta de lixo, etc., o que permitiria criar novos mercados e redes de serviço de manutenção de infraestruturas; reestruturação do mercado de habitação, inclusive pela provisão de habitação social; reestruturação das regulações do trabalho; dismantelamento das formas públicas de educação; expansão dos setores econômicos informais ou pouco formalizados; reestruturação das estratégias de desenvolvimento territorial com a criação de zonas empresariais desreguladas, bem como a reorganização dos investimentos em aglomerações conectadas com os circuitos internacionais, aumentando a exposição das economias às forças competitivas mundializadas; e, por meio desse processo, fragmentação das economias nacionais e transformações do ambiente e da forma urbana. É possível reconhecer cada uma dessas características nas formas de intervenção urbana propostas tanto em escala local quanto nas grandes linhas de financiamento e intervenção implementadas pelas gestões que tiveram lugar entre 2003 e 2016, o que não abole as diferenças significativas entre os governos anteriores e o atual quadro de exceção radicalizada. Impossível negar que tanto o PAC quanto o PAC Favelas e o PMCMV removeram milhares de pessoas, expulsando-as de seu lugar de origem. Impossível não reconhecer algo do que Benjamin descreve no Drama Trágico: personagens cercados por ruínas e fragmentos que se misturam em meio à vertigem e ao desvario, em cenas em que os acessórios não se distinguem do essencial, em que os motins apenas apresentam a queda de um mundo que não tem saída (Matos, 2009).

Nesse mundo, como apontou Benjamin, onde a dominação fantasmática e real ronda cada cena, os conspiradores não passam de homens sem fé nem lei. Nesse cenário desolador, porém, talvez ainda seja possível encontrar algum vislumbre de esperança. Ela escapa das formas clássicas de rebelião e luta. Transborda o percurso de constituição dos sujeitos políticos tal como os conhecemos, inclusive nos últimos períodos virtuosos do que se pôde reconhecer como o momento de elaboração cidadã, isto é, os percursos que apontavam como caminho a situação de classe, a associação sindical e sua expressão política. Essas formas de ação e de luta que, caso ganhem visibilidade, rompem a esfera de um cotidiano marcado por violências visíveis e invisíveis¹⁸; essas lutas vazam daqui e dali, escapando dos limites categorialmente construídos pós-situações ou condições que marcaram os Estados-nação até o século XX. Essas formas que rompem a dimensão da paciência para iniciar onde e como é possível a esfera das agências reagem coletivamente à despossessão, apesar de seus sujeitos terem sido frequentemente conformados como públicos-alvo a partir de políticas e programas de pacificação, de “protagonismo” e “empoderamento” no avesso das perspectivas de emancipação. Essas lutas são urbanas, por certo. São lutas por reconhecimento, com cer-

18 Ver a esse respeito Veena Das (2012), a referência às dimensões do consentimento, poder epistêmico, experiência e dimensões estéticas aponta para a dificuldade de categorização da violência. Pode-se ainda mencionar, na mesma entrevista, a questão do silenciamento e da invisibilização do sofrimento.

teza. Pululam aqui e ali nos movimentos de moradia – dentro e fora do campo do MCMV. Estão presentes em coletivos de cultura – mesmo que formatados pelos programas públicos de fomento e financiamento, puderam reverter, mesmo que momentaneamente, o sentido das Fábricas de Cultura propostas por governos enraizados à direita do espectro político, como o governo do estado de São Paulo, e puderam dar a volta por cima em sua condição de públicos-alvos¹⁹ desenhados e redesenhados por redes que articulam desde instituições multilaterais até as ONGs locais, combinando Estado, programas públicos e privados e mercados, empresariamentos e empreendedorismos. Em uma palavra, constituem-se, nem sempre de modo visível, em polos de um campo de conflitos que parece mostrar que apesar da desigualdade das forças, ainda há jogo e que, até certo ponto, desse jogo e dessas relações pode depender o futuro das cidades pensadas e remodeladas por práticas pensadas como resultantes da exceção que articula tentacularmente nosso neoliberalismo na sua última versão golpista, a exceção de um neoliberalismo radicalizado na periferia renomeada como sul global, nas margens dos neoliberalismos realmente existentes.

Referências bibliográficas

- ALBEERS, M. *The financialization of Housing – a political economy approach*. Londres: Routledge, 2016.
- ARANTES, P. F.; FIX, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. *Brasil de Fato*, São Paulo, 31 jul. 2009.
- BENJAMIN, W. *A origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRESCIANI, M. S. Dimensões de Estar no Mundo: Cidades: o público, o privado, o íntimo. In: BRITO, F. D.; JACQUES, P. B. (orgs.). *Gestos Urbanos*. Salvador: Editora UFBA, 2017.
- BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossessions: The performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CASTRO, A. Q. *As margens do Programa Minha Casa Minha Vida: um estudo sobre a modalidade Entidades na Região Metropolitana de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP, São Carlos, 2017.
- DANY, CAIO; LÉO E TAIGUARA. *Rebelião do Público-alvo? Luta nas Fábricas de Cultura*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/07/108789>>.
- DAS, V. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. *Dilemas: Revista de estudos de conflitos e controle*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2012.
- GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; CEBALLOS, M. Dossiê “As políticas sociais brasileiras - o que há de novo?”. In: *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, Salvador, set./dez., 2014.
- GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2 Ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência – 2017*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index>>.

19 Ver Dany, Caio Léo e Taiguara, *Rebelião do Público-alvo? Luta nas Fábricas de Cultura*. <<http://passapalavra.info/2016/07/108789>> consultado em 08/09/2017>. Para uma análise das políticas de juventude ver Souza (2009; 2006).

php?option=com_content&view=article&id=30253&catid=4&Itemid=2>.

MARANHÃO, T. *Governança mundial e pobreza – do Consenso de Washington ao Consenso de Oportunidades*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2009.

MARICATO, E. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. *Carta Maior*, São Paulo, 27 maio 2009.

MATOS, O. *Benjaminianas - Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELO, F. A. L. de. *O dispositivo penitenciário no Brasil contemporâneo*. Texto de qualificação de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFSCAR, 2017. (mimeo).

MISSE, M. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos, *Anuário Antropológico* [Online], II, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/916>. Acesso em: jul. 2018.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (orgs.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (orgs.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations, *SAIS Review*, v. XXIX, n. 1, 2009.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

RIZEK, C. S. Temporalidades e Liminaridades. In: BRITO, F. D.; JACQUES, P. B. (orgs.). *Gestos urbanos*. Salvador: Editora UFBA, 2017a.

_____. 10 anos de pesquisa na zona leste – um social reconfigurado, *Revista Cidades*, 2017(b). (no prelo).

_____. Politiques sociales, Mouvements sociaux et consensus – la politique du logement brésilienne 2009-2016. In: 7^o CONGRÈS DE L'ASSOCIATION FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE, *Anais...*, Amiens (França), jul. 2017c.

_____. Ce que nous disent les chiffres. In: 7^o CONGRESSO DA ASSOCIATION FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE, *Anais...* Amiens (França), jul. 2017d. (mimeo).

_____. Políticas sociais e políticas de cultura: territórios e privatizações cruzadas, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, p. 199, nov. 2013.

ROLNIK, R.; NAKANO, A. K. As armadilhas do pacote habitacional. *Le monde diplomatique*, p. 1-5, mar. 2009.

SANTO AMORE, C. Introdução. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. B. C. (orgs.). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. (orgs.). *As contradições do Lulismo – A que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SOUZA, R. M. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz, *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009

SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH, Universidade de São Paulo, 2006.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas do legal e ilegal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, 31 out. 2007.

TELLES, V. S. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade, *Dilemas: revista de estudos de conflitos e controle*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, out. 2010.

_____. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 115, p. 443-461, set. 2013.

Rio e São Paulo - categorias emaranhadas e relativização dos seus sentidos nos estudos sobre (as chamadas) periferias

Patrícia Birman

Professora titular de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordena o grupo de pesquisa Distúrbios - Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências (UERJ), é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Márcia Pereira Leite

Professora associada e pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é pesquisadora do CNPq, integra os grupos de pesquisa Religiosidade no Meio Urbano; Distúrbios - Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências (UERJ) e CEVIS - Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade Urbana (IESP/UERJ) e o laboratório Cidades - Núcleo de Pesquisa Urbana/PPCIS-UERJ.

Introdução

Este texto busca refletir sobre os sentidos que guerra e paz adquirem no Rio de Janeiro, sobre suas especificidades e modulações, mas também sobre os sentidos, por vezes compartilhados, quase sempre redefinidos, em outras grandes cidades brasileiras, sobretudo por nós, pesquisadores, que nos debruçamos sobre a vida nas margens e suas múltiplas precariedades, bem como sobre suas conexões com as diversas modalidades de gestão dos conflitos urbanos. Neste movimento, voltamos à reflexão (praticamente uma convocação) de Rui e Feltran (2015, p. 2):

Ao longo dos anos 2000, guerra e pacificação se tornam palavras-chave para percorrer o debate sobre a violência e (in)segurança pública contemporâneos. Se é assim que o conflito político se desenha, é precisamente aí que o problema teórico-empírico se apresenta e, por isso, é nesses termos que deve ser desenhado, para que se produza uma agenda de pesquisa capaz de enfrentá-lo.

Nosso objetivo é interrogar algumas diferenças postuladas entre Rio de Janeiro e São Paulo sobre essa temática, de forma mais ou menos explícita, por diferentes pesquisadores, para melhor compreender a especificidade do Rio de Janeiro. Questionaremos inicialmente o uso de algumas categorias largamente empregadas em ambas as cidades relacionadas às periferias (aliás, esta categoria, ela somente, já supõe um vasto campo de reflexão¹). Vamos então opor, de forma binária e, portanto, de modo provisório, com o intuito de incitar e provocar novas reflexões, o que se apresenta de imediato para nós como diferença nos olhares de pesquisadores paulistas e cariocas no tratamento da questão. Vejamos, então, o que seriam as diferenças a partir de nossas impressões acumuladas.

1 Encaminhamos o/a leitor/a para o Dossiê "The Urban Periferies", *Vibrant*, v. 14, n. 3, 2017.

Guerra e paz no Rio de Janeiro

Marcos Vinícius da Silva, 14 anos, acordou na manhã de quarta-feira, 20 de junho, atrasado e aflito: não queria perder a escola. De uniforme escolar e mochila, saiu de casa apressado. Nunca chegou. Foi baleado nas costas e morto durante uma operação conjunta da polícia civil e do exército na Vila Pinheiro, Complexo da Maré, no âmbito da intervenção federal no Rio de Janeiro². Cento e vinte agentes do Estado, levando vinte e três mandados de prisão, realizavam mais uma incursão de “combate ao crime” na favela. Nenhum mandado foi cumprido. Sete pessoas foram mortas, entre elas Marcus Vinícius. Os demais mortos - um moto-taxista atingido por estilhaços e cinco jovens executados, segundo moradores, que seriam, segundo informações oficiais, “suspeitos”³. Na “operação”, além de armamento pesado e do “caveirão”, veículo militar terrestre, foi utilizada, como tecnologia da guerra às favelas praticada no Rio de Janeiro, um helicóptero militar batizado de “caveirão voador” por disparar, do alto e de forma indiscriminada, muitos tiros sobre as favelas cariocas. Cenas que evocam a estratégia militar americana na guerra do Vietnã imortalizada no filme de Francis Ford Coppola, que denunciou o horror da guerra e alimentou o movimento norte-americano contra ela: *Apocalypse Now*⁴.

Pouco antes de morrer, aguardando na UPA⁵ local a transferência para um hospital (que, segundo moradores, tardou em demasia em razão de a ambulância ter sido impedida de entrar na favela pelos agentes do Estado), Marcus Vinícius disse à sua mãe: “Tomei um tiro. (...). Eu sei quem atirou em mim, eu vi. Foi o blindado, ele não me viu com a roupa de escola”. (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/corpo-do-adolescente-marcus-vinicius-da-silvae-velado-no-palacio-da-cidade.ghtml>, acesso em 23 jun. 2018).

Marcus Vinícius não será, nem de longe, a última criança a morrer nessa guerra às favelas e a seus moradores⁶. Sua fala, uma clara/cega tentativa de compreender o que lhe acontecera, reverbera para nós em profundo contraste com a definição pelo Ministro da Justiça, Torquato Jardim, da estratégia militar da intervenção federal no combate ao narcotráfico no Rio de Janeiro: tratou o homicídio do jovem como um efeito previsível de uma guerra assimétrica, em que o inimigo não tem uniforme ou idade, embora, claramente, tenha raça e território de moradia:

Na guerra assimétrica, você não tem território, qualquer um pode ser inimigo, não tem uniforme, não sabe qual é a arma. Você está preparado contra tudo e contra todos, todo o tempo. (...) Como você vai prevenir aquela multidão entrando e saindo de todas as 700 favelas? Tem 1,1 milhão de cariocas morando em zonas de favelas, de perigo. Desse 1,1

2 Com a Intervenção, as Forças Armadas assumiram o comando da segurança pública no estado do Rio de Janeiro e, portanto, das polícias civil e militar. Ver o decreto federal 9288/2018. Cfr. www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2018/02/decreto_n_9288_16_02_2018.pdf, acesso em 10 fev. 2018.

3 A Redes da Maré entrou em contato com a Polícia Civil para apurar o fato, sem, no entanto, obter respostas sobre a operação. A assessoria de imprensa do Exército informou somente, por e-mail, que “apóia a operação da Polícia Civil logisticamente com dois veículos blindados”. Cf. redesdamare.org.br/marenoticias/2018/06/20/a-ilegalidade-dos-caveiros-voadores/, acesso em 23 jun. 2018.

4 “Hoje, o chão da favela está com muitas marcas de tiro e com restos de munição. (...) o cenário é aterrorizante: na B1, em um perímetro de 280m a equipe da Redes da Maré, contabilizou 59 marcas de tiro no chão. Ainda nessa região, muito próxima as escolas do Campus Maré II e Creche da Vila dos Pinheiros, registramos mais de 100 marcas de tiro do chão...” Cf. redesdamare.org.br/marenoticias/2018/06/20/a-ilegalidade-dos-caveiros-voadores/, acesso em 23 jun. 2018.

5 Unidades de Pronto Atendimento da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro que realizam cuidados básicos (pequenas e médias emergências) no estado do Rio de Janeiro.

6 A ONG Rio de Paz contabiliza, com base nos dados do ISP, Instituto de Segurança Pública, cerca de 50 crianças mortas por bala perdida desde 2017, no Rio de Janeiro. A maioria nas favelas cariocas. Cf. <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rio-teve-ao-menos-44-criancas-mortas-a-tiros-nos-ultimos-dez-anos-07022018>, acesso em 10 fev. 2018.

milhão, como saber quem é do seu time e quem é contra? Não sabe. *Você vê uma criança bonitinha, de 12 anos de idade, entrando em uma escola pública, não sabe o que ela vai fazer depois da escola. É muito complicado.*⁷

O Ministro da Justiça reiterou com suas palavras o que já foi enunciado como próprio da política de segurança no Rio de Janeiro. Mas com uma diferença fundamental, a saber: o sentido que, no contexto atual, assumiram as noções de guerra e paz no dito combate à violência (Birman, 2018)⁸. No interior da lógica que historicamente vem presidindo a política de segurança pública, como há mais de duas décadas sugeriu Márcia Leite, estaríamos na cidade submetidos a operações policiais militares a partir da metáfora da guerra (Leite, 1995; 2000; 2001). Mas será que ainda podemos falar da guerra como uma metáfora, nesse caso? Vale ressaltar que a formulação de uma das autoras deste texto quanto à metáfora da guerra enfatizava o confronto como base da política de segurança pública praticada nos territórios de moradia dos pobres urbanos (sobretudo as favelas) desde os anos 1980. À época, a partir de um repertório discursivo, que ora se referia aos traficantes de drogas ilícitas, ora deslizava para assimilar seus moradores a esses, se justificava seu extermínio como estratégia de legítima defesa: precisava-se eliminar seus inimigos, os ditos *bandidos* que atacavam a cidade. O crime praticado por moradores de favelas e periferias, desde que *confundidos* com *bandidos*, não poderia ser analisado simplesmente como um *crime*, mas sim através de um elo metafórico com o ataque que os *bandidos* faziam aos *cidadãos de bem*. Esses *bandidos* faziam uma *guerra* e as forças de segurança pública replicavam acionando a resposta necessária, fixando, assim, seu sentido através desse elo metafórico de todo crime como expressão de uma *guerra*. O dispositivo discursivo assim considerado deslocava o significado dos conflitos do e em torno do crime, também generalizando o seu sentido e amplificando seu alcance: cada crime supostamente relacionado ao tráfico de drogas seria, mais uma vez e cada vez mais, um assalto mortífero à cidade.

Lembremos que a caracterização da violência como problema foi, em primeiro lugar, elaborada a partir da definição do tráfico de drogas nas favelas como sua causa, mas este, de fato, foi sensivelmente reconfigurado em seus efeitos e importância através de certos eventos mobilizados pela mídia como sinais inequívocos do desabamento das fronteiras entre “favela” e “asfalto”, entre os “civilizados” e os “selvagens” vindos de fora. Referimo-nos à campanha midiática contra o que foi chamado de “arrastões”. Esses seriam ataques violentos produzidos por hordas de jovens negros provenientes das favelas e periferias que desembarcavam em grupos nas praias da zona sul para roubar, saquear e atacar os banhistas. A invasão pelos pobres das praias referidas pelos cartões postais da cidade, que, aliás, sempre foi objeto de recusa pelos moradores da zona sul (lembremos que, durante o governo Brizola, se sugeriu eliminar as linhas de ônibus que nos fins de semana transportava banhistas da zona norte para as praias da zona sul, sobretudo Copacabana e Ipanema), foi representada como uma manifestação criminosa: esses jovens selvagens as invadiam e saqueavam seus frequentadores, habitantes da zona sul (Leite, 2000; Cunha, 2002).

A figuração da violência no Rio é, sugerimos, parte constitutiva da construção de um dispositivo do governo dos pobres que se produziu também pela ideia de *invasão e cerco* da

7 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/02/20/interna_politica,660876/correio-entrevista-o-ministro-da-justica-torquato-jardim.shtml, acesso em 20 fev. 2018, grifos nossos.

8 Cerqueira (2018: 15), discutindo os dados produzidos pelo Observatório da Intervenção, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/Ucam), ressalta que os quatro meses de vigência da Intervenção Federal na segurança pública no Rio de Janeiro (fevereiro a maio de 2018) produziram crescimento de 34% dos mortos em decorrência de ação policial. Cf. http://observatoriodaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/06/RELATORIO_03_observinterv_ARTE.pdf, nosso acesso em 6 jul. 2018.

cidade. Invasão das ruas, invasão dos bairros abastados, invasão dos shoppings e invasão das praias. E, assim, o cerco da cidade pelo crime, isto é, pela violência, isto é, pelas favelas e seus habitantes, tornou-se o problema que demanda do governo da cidade cada vez mais soluções militarizadas. O tema do “arrastão” virou um emblema da violência produzida por aqueles que não são dali; um desdobramento da invasão do tráfico situado seja nas periferias, seja nas favelas, cujos jovens selvagens e criminosos tiram a paz e ameaçam a vida da população local. A violência no Rio se constituiu como o “problema na cidade” significativamente através dessa ideia de uma cidade sob cerco de hordas do crime que trazem nos corpos dos malfetores as marcas da cor como sinônimo lombrosiano de criminalidade e de incivilidade agressiva.

Quanto mais se combate o crime, mais aumenta a sensação de insegurança, já que tem se tornado impossível conter nas fronteiras das favelas as balas e aqueles que buscam fazer seus negócios, “descendo” dos morros para o asfalto. E foi baseado no sentimento crescente de insegurança, intensamente incitado pela mídia⁹, que o atual ocupante da presidência, Michel Temer, determinou a ocupação da cidade pelo Exército, que passou a ditar as normas do combate ao crime na cidade, subordinando a Secretaria de Segurança Pública a seu comando. A luta recente (2017) entre facções na favela da Rocinha virou um problema militar apenas na medida em que o combate armado se estendeu para as vias expressas e pelas ruas do bairro de São Conrado, atingindo o bairro nobre da Gávea e suas mansões. Como fazer? Matando mais e de forma mais situada, respondeu o Exército. O cerco à Rocinha não buscou prender os perigosos traficantes, mas cercar as entradas e saídas da favela e matar os que se moviam de forma suspeita. A ocupação das ruas limiarias à Rocinha se deu no sentido de evitar o espraiamento dos conflitos. E o Exército dali se retirou no momento em que os tiros não ultrapassavam mais a fronteira imaginária que separa a favela do asfalto, permitindo que a população dos bairros adjacentes pudesse retomar a cidade para si e circular livremente por ela.¹⁰ O mesmo aconteceu em diversas outras ocupações pela PM e pelo Exército, sob o comando deste último, em outras favelas da cidade. E, mais recentemente, em outros bairros nobres, o Leme e a Urca, separados por um morro em que se situam as favelas da Babilônia e do Chapéu Mangueira. A matança ali aumentou quando supostos traficantes saíram da favela e entraram na floresta sob controle militar. A operação seguinte se fez com helicópteros e muitos soldados para matar no local¹¹. Do mesmo modo, aconteceu a operação a que nos referimos anteriormente, no Complexo da Maré, provocando as sete mortes de moradores.¹²

9 Os efeitos recentes do elo metafórico a que vimos nos referindo são demonstrados por Cerqueira (2018). Com base em dados do Instituto de Segurança Pública e do Atlas da Violência de 2016 e 2017, portanto públicos, a autora analisa como a queda da violência no período foi desconsiderada e imagens de arrastões durante o carnaval carioca foram acionadas em uma narrativa de exacerbação da violência, ou seja, de guerra, e da incapacidade do governo do estado e de seus operadores da segurança pública lidarem com a situação, legitimando a intervenção federal.

10 Cf. “Exército cerca Rocinha para conter guerra de traficantes no Rio”, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/22/ministerio-da-defesa-autoriza-cerco-do-exercito-a-rocinha.htm>, acesso em 22/9/2017 e “Ministro da Defesa autoriza cerco do exército à Rocinha”, disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ministro-da-defesa-autoriza-cerco-do-exercito-a-favela-da-rocinha.ghtml>, acesso em 22/9/2017.

11 Veja-se, por exemplo, “PM cerca acessos aos morros do Chapéu Mangueira e Babilônia após intensos tiroteios, reportagem do jornal televisivo Bom Dia Rio, de 6/6/2018, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6789392/>, acesso em 7 jun. 2018, e “Fuga de bandidos da Babilônia provoca tiroteio em área militar na Urca e fecha bondinho do Pão de Açúcar”, disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/urca-e-no-leme-na-zona-sul-do-rio-tem-intensos-tiroteios.ghtml>, acesso em 9 jun. 2018.

12 No caso, o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro recorreu à Justiça, entrando com uma liminar junto à 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em que solicitava a proibição do uso de aeronaves para efetuar disparos de armas de fogo de grosso calibre a esmo sobre as favelas ou lugares densamente povoados, em operações das forças de segurança. Classificou o episódio como “mais um morticínio promovido pelo Estado” e arguiu o descumprimento da decisão judicial que obriga o Estado a apresentar o plano de redução de riscos e danos para evitar violação dos direitos humanos e

Manter a cidade do bem protegida da violência é um mote que se engendrou através de uma geografia moral que representa os bairros abastados do Rio como situados em vales, cercados por morros de todos os lados, ocupados por inimigos. A cidade litorânea criou como seu inimigo aqueles que das suas fronteiras imaginadas buscam atingi-la por assaltos, sequestros, assassinatos e tiros em fogo cruzado nos transportes públicos, nas ruas, nas áreas de comércio de luxo e em condomínios também luxuosos. Não se trata somente de considerar que os pobres seriam perigosos – disso não se duvida –, mas de afirmar que eles precisam ser combatidos de forma a não trazerem a dita violência para o asfalto, através de um cerco à cidade. A paz almejada para a cidade, hoje em dia, é definida como essencialmente militar (Birman, 2018).

Violência e pacificação: impressões sobre Rio e São Paulo

Muito oportunamente, Gabriel Feltran chamou atenção para uma tendência de totalização (talvez com ainda mais vigor hoje) que se apresenta nos nossos argumentos, quando debatemos “periferia”, pobreza e, como ele mesmo chama a atenção, o grande vago conceitual, aquele da “violência”, que parece tudo abranger. Tomar a parte pelo todo, isto é, generalizar fenômenos localizados, parece ser um comportamento corrente:

Participando de uma série de debates sobre as periferias, os pobres, a violência, os movimentos sociais ou as transformações urbanas nos últimos anos, dei-me conta de que nossos argumentos, vindos de diferentes áreas e enfoques, são, quase sempre, baseados em representações totalizantes sobre a ‘periferia’ ou a ‘pobreza’. (2014, p. 496)

Não insistiremos jamais o suficiente sobre a importância dessas observações teóricas e metodológicas de Gabriel Feltran. Não tomar a parte pelo todo é também o nosso objetivo neste texto. A partir de uma outra pergunta, no entanto: quais partes em relação a quais todos estamos nos referindo? Em outras palavras, consideramos que há um embaralhado que não cessa de se produzir quando, além de generalizar certas partes, remetendo-as para as categorias supostamente englobantes e autoexplicativas, como “violência”, “crime”, “tráfico” e outras tantas, fazemos com que essas categorias transitem sem “pagar” qualquer “pedágio” entre Rio e São Paulo, entre momentos históricos distintos e contextos locais variados. O “todo” se amplia e permite que se viaje não somente entre Rio e São Paulo, mas entre situações distintas nas duas cidades e em outras mais.

Será que, de fato, estamos falando das mesmas coisas quando mencionamos “quebradas” e “favelas”, “negócios” e “procedimentos” de gestão do PCC em São Paulo e “negócios” e “procedimentos” das facções do comércio ilegal de drogas e das milícias no Rio de Janeiro? Será possível fazer transitar essas partes sem analisar as configurações locais em que elas ganham seus sentidos? Naturalmente argumentamos que não, não é possível. E, ao afirmar isto, queremos considerar alguns elementos importantes de diferenciação entre Rio e São Paulo que alteram os sentidos das partes e suas modalidades de conexão entre si, através de outras histórias e jogos de força. E, em consequência, abandonarmos qualquer perspectiva de incluir nesse “todo” outras “partes”, como Ceará, Pernambuco, etc.

preservar a integridade física dos moradores da Maré. No entanto (e mais uma vez em relação a agenciamentos similares), a 6ª Vara indeferiu a liminar. Cf. www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5992-DPRJ-recorrera-da-decisao-que-mantem-uso-de-aeronaves-em-operacoes, acesso em 22 jun. 2018.

O elemento central e de grande poder diferenciador é, do nosso ponto de vista, a presença da guerra seja como metáfora, seja enquanto guerra pura e simples como prática de gestão, no Rio de Janeiro. São Paulo, até onde podemos acompanhar, nunca esteve em “guerra”, apesar da proximidade entre as situações repressivas que fazem parte de sua história e as do Rio de Janeiro. Consideramos que a guerra, no Rio, é um eixo de intervenção fundamental na vida da cidade justamente porque a produção de mortes no cotidiano se transformou, há muito tempo, em uma maneira de gerir a cidade. Dizemos, insistimos, *produção de mortes*. Trata-se, de nosso ponto de vista, de uma diferença fundamental entre Rio e São Paulo.

De modo rápido lancemos o argumento: em São Paulo a relação com os pobres, como podemos ler nas entrelinhas de importantes trabalhos acadêmicos, sustenta-se através de um dispositivo de muitas faces que é o aprisionamento. Não se trata, contudo, de supor que não haja nem mortes nem prisões nos dois estados. O que queremos discutir é a importância que um e outro dispositivo ganham em relação às partes com as quais se conjugam em cada um dos estados.

Enquanto em São Paulo se fala de ordem e de ordenamentos morais nas periferias, no Rio, se destaca a guerra e, no passado recente, a metáfora da guerra. Enquanto no Rio se tratou em muitos momentos da presença das Forças Armadas, mais recentemente através de um continuado recurso ao dispositivo de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)¹³, em São Paulo, a referência importante na gestão da ordem até agora proveio da condução da Secretaria de Segurança. Enquanto em São Paulo o crack e a população de rua em torno do crack, assim como diversas outras políticas de repressão e controle dos pobres urbanos¹⁴, se tornaram uma referência obrigatória em termos de precariedade, no Rio, o consumo difuso de cocaína, fortemente criminalizado, se distingue pouco no campo genérico das incursões policiais nas favelas onde o consumo do crack também ocorre.

Portanto, se em São Paulo como no Rio há menções compartilhadas a respeito da *violência* como categoria abrangente – na verdade a categoria central que possibilitou a elaboração da violência como problema das duas cidades e assim abriu um vasto campo de intervenção de saberes, tecnologias e serviços para “resolvê-la” –, nem sempre os dispositivos construídos nas duas cidades foram os mesmos. Não nos sentimos competentes para delimitar o uso dessa categoria em São Paulo, mas cremos que podemos indicar como essa serve como instrumento de configuração do real no Rio de Janeiro e do lugar da violência como o “problema” da cidade. Especificamente, no Rio, vale insistir, o dispositivo que instaurou a violência como a questão essencial para gerir a cidade do Rio foi construído através da ideia de *cercos*, isto é, de uma imagem da cidade em que a violência como problema seria enquadrada através do “aprisionamento”. Um *cercos* que restringe cada vez mais o espaço de segurança e de circulação das chamadas “pessoas de bem” – ameaçadas nos lugares antropológicos em que se viam “em casa”, lugares preservados das hordas populares que as assaltam e as atacam moral, social e corporalmente.

13 Este aspecto foi destacado por Lia Rocha (2018), em comunicação no seminário “Dos Megaeventos à intervenção” (Cidades, PPCIS/UERJ). Analisando a militarização crescente do Rio de Janeiro, a autora ressalta que, de quarenta e quatro operações de Garantia da Lei e da Ordem no país, desde 2010, dezessete foram no Rio. Para saber mais, ver <https://www.poder360.com.br/governo/rio-de-janeiro-e-estado-com-mais-glos-na-decada/>, acesso em 7 jun. 2018. Para os casos de aplicação da Lei de Garantia da Lei e Ordem, ver o art. 142 da Constituição Federal, que foi disciplinado pela Lei Complementar 97/99 e regulamentado pelo Decreto 3.897/2001).

14 “São Paulo tem hoje 1 milhão de ex-presidiários, mais de 200 mil presos, dezenas de milhares em unidades de internação, clínicas de reabilitação, albergues. Só a cidade de São Paulo tem mais de 10 mil moradores de rua. As famílias diretas dessas pessoas somadas, submetidas a todo tipo de humilhação cotidiana, somam cerca de 15% da população do estado” (Rui e Feltran, 2015, p. 2). Ver também Rui (2014), Feltran (2014) e Rui, Martinez e Feltran (2016).

Estar em guerra significa, no Rio de Janeiro de hoje, não mais combates pontuais a criminosos através das incursões dos PMs às favelas, em que a proteção aos moradores – “população civil”, no jargão dos operadores da segurança pública – nunca foi considerada, mas uma nova modalidade de guerra, assimétrica, na medida em que, doravante, os inimigos incluem, explicitamente, a população do lugar. É por esse viés que podemos compreender a declaração do Ministro da Justiça mencionada acima. A morte de parte da população anônima faz parte dessa guerra assimétrica, já que os inimigos não são mais apenas os “militares” (os integrantes das facções do tráfico de drogas ilícitas, no jargão dos operadores da segurança pública), mas os que estão submersos no cotidiano desses territórios que cercariam a cidade, os seus moradores. Afinal, o exército não é polícia, não lhe cabe investigar as inter-relações locais, mas responder pelas ameaças à nação. Trata-se da instituição responsável pela integridade do território nacional e pela manutenção de sua ordem. Para acabar com a guerra da favela contra a cidade, diante da violência que parece se difundir para espaços cada vez maiores no espaço urbano, é preciso – dizem – *romper o cerco à cidade*, derrotando os inimigos nos seus territórios/enclaves, através do uso de todos os recursos disponíveis para ganhar o domínio sobre o território, particularmente sobre suas fronteiras, por intermédio das armas.¹⁵

Outros experimentos: empreendedorismo, UPPs e mercados ilícitos

É importante sublinhar que o recente experimento das UPPs, implantado em trinta e oito favelas cariocas a partir do final de 2008, não rompeu com esta concepção da guerra das favelas à cidade. Antes, este dispositivo, como diversos estudos já demonstraram¹⁶, foi em sua essência formulado como uma forma de evitação: *a guerra da favela contra a cidade* seria contida por uma *polícia de proximidade*, que buscaria controlar o poder de fogo dos traficantes por uma vigilância na forma de um controle estrito dos movimentos e exercícios de sociabilidade de seus moradores. Ao mesmo tempo em que se tentou disciplinarizar seus moradores, fazendo da Polícia Militar um empreendedor moral que instauraria uma paz no condicional, efetuava-se um controle explícito das atividades locais. A condicionalidade como princípio que garantiria a suspensão dos ataques armados à favela em confronto com aqueles que queriam guerrear a cidade por meio do crime transformou os moradores das localidades onde havia UPPs em reféns dos condicionais impostos pelos policiais militares e daqueles dos traficantes à espreita (Menezes, 2015)¹⁷. Seria, talvez, uma “guerra de movimento” se usarmos o conceito de Gramsci. A referência a Gramsci e a seus conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento” é realizada aqui, evidentemente, por analogia,

15 Ver Gonçalves (2017), que analisa o sentido das “pacificações” protagonizadas pelo Exército nos complexos do Alemão e da Maré, já então definidas como parte de uma guerra assimétrica, e Birman (2018), que discute a militarização como a forma específica, hoje, de governo dos pobres no Rio de Janeiro.

16 Ver, especialmente, Machado da Silva (2013) e os artigos reunidos no dossiê UPP, organizado por Machado da Silva e Leite (2014; 2015)

17 Chamamos atenção para este entrelaçamento, ou mesmo esta indissociabilidade no campo do empreendedorismo moral entre atividades religiosas e policiais militares, quando da implantação da UPP no morro Dona Marta analisada por Paloma Menezes (cf. Birman, 2017: 196). A violência como problema teve entre seus dispositivos aquele da redenção desenvolvido por várias instituições religiosas. Salvar os bandidos da morte tem sido explicitamente formulado como uma maneira de também salvar a cidade do crime: “Salvar vidas, restaurar a cidadania e promover a inclusão social” é o mote sempre repetido pelo pastor Marcos da ADUD (Assembleia de Deus dos Últimos Dias), ao valorizar publicamente o seu trabalho de conversão de ex-bandidos para sua igreja. Ver a respeito Birman e Machado (2012) e Machado (2015).

para inspirar nossa reflexão. Estamos considerando as várias etapas e viragens da política de “pacificação de favelas”. Enfatizamos, assim, o deslocamento do objetivo central das UPPs da “recuperação da soberania estatal nas favelas” (o que estaria no campo do que Gramsci designa como “guerra de posição”) para o “fim dos tiroteios” (Leite, 2012; 2015), como uma torção nas tentativas de obter a “paz” para o campo de uma “guerra de movimento”, cujo sentido seria conquistar a hegemonia (coerção e consenso) nesses territórios. Ou seja, referimo-nos ao sentido da implantação das UPPs em algumas favelas da cidade como um conjunto de dispositivos que buscavam estabelecer de um novo modo de vida nessas localidades através da “quebra” das supostas relações de seus moradores com as redes ilegais e ilícitas, via sua disciplinarização e o controle social coercitivo sobre sua sociabilidade, sempre mantendo o recurso ao “fazer morrer” aqueles tidos como “ingovernáveis”.

Um dos elementos centrais deste experimento, operando como um dispositivo de disciplinarização/“pacificação” dos moradores dessas favelas, foram os agenciamentos estatais e do mercado para estimular que estes se convertessem em microempreendedores. Aqui, vale uma ressalva. Parece-nos, que nós, pesquisadores, do Rio e de São Paulo, falávamos de coisas diferentes quando nos referíamos aos agenciamentos em torno do empreendedorismo, tomando-as como similares. Revendo o tema, estamos explorando outra possibilidade. A dinâmica do empreendedorismo, em São Paulo, parece-nos, no mínimo, ser mais residual. O que, para nós, sobressai nas pesquisas é, de um lado, a criação e o fomento do que seriam cooperativas de produtores – apresentadas pelos agenciadores como alternativas de geração de emprego e renda, e destinadas sobretudo a mulheres – como parte de um processo em que capitais desterritorializados se conectam com uma população territorializada na periferia e, assim, reinventam, em tempos de pós-fordismo, as formas de sua precarização para ampliar seus lucros tanto na produção quanto na circulação das mercadorias assim produzidas tanto em mercados lícitos como em ilícitos (Rizek, 2012). De outro, agenciamentos diversos de um segmento populacional que, diante da erosão do mundo do trabalho e dos programas de assistência, de cultura, de saúde e de habitação as políticas públicas, estabelecem múltiplas estratégias e “saídas de emergência”, ora em circuitos legais, ora em ilegais, para “sobreviver na adversidade” produzida nesses tempos de capitalismo financeirizado (Georges e Rizek, 2016; Telles, 2010; Telles e Cabanes, 2016). Essas chaves, atentas aos processos econômicos e sociais vigentes na cidade de São Paulo, parecem-nos estabelecer o tratamento dominante do tema.

No Rio, ao contrário, o empreendedorismo, forte como ideologia, débil em sua atualização, nos parece fortemente configurado como parte dos dispositivos de tutela vinculados à *guerra* aos “inimigos da cidade”¹⁸, e, portanto, muito mais conectado à gestão dos conflitos urbanos, e muito menos vinculado aos agenciamentos efetivamente realizados por médios ou grandes capitais (estamos falando de uma cidade que sofreu um processo de desindustrialização muito mais agudo do que São Paulo, por razões históricas e pela “fuga de capitais” face ao que foi vivido como o “problema de segurança pública” derivado da “violência urbana” que se irradiaria das favelas para a cidade). Desse viés, estamos considerando que, no Rio, o tratamento do tema se vinculou muito mais, de um lado, aos movimentos e circuitos de acumulação por despossessão (Harvey, 2005; Rolnik, 2015) estimulados pelo Estado, que buscava abrir novos territórios e circuitos para o capital. De outro, e de modo consistente à nova forma de praticar a *guerra*, às novas formas de tutela dos “inimigos”, tendo sido, também desse ponto de vista, muito mais agenciado pelo Estado e abrindo efetivamente poucas

18 Oliveira (2014) e de Souza Lima e Macedo e Castro (2015) trazem instigantes análises que nos ajudam a compreender as atuais modalidades de gestão dos pobres urbanos, definidos como *inimigos da cidade*.

“portas de saída” para os moradores das favelas “pacificadas” (Leite, 2015; 2017). Assim, o celebrado aumento de microempreendedores no Rio de Janeiro teria mais a ver com uma reconversão ou ressignificação do trabalho por conta própria (Rodrigues, 2018).

É preciso considerar também como parte das atividades econômicas fundamentais para a cidade do Rio de Janeiro o próprio *mercado da guerra*. Essa atividade não seria um impedimento ao desenvolvimento econômico das favelas, como a mídia tanto insistiu quando da implantação das UPPs, mas um veio econômico essencial que alimenta tanto a *guerra* das forças de segurança contra o *crime* quanto os combates entre as facções também através do tráfico de armas e de seus derivados ilegais e criminais. O *mercado da guerra*, vale lembrar, também se associa ao *mercado da salvação*, nos termos de Bourdieu, nos dois circuitos proliferam os empreendedores que os exploram como campo de investimento.^{19 20}

Algumas notas sobre prisões, massacres e mercados nas duas cidades

Para continuarmos a explorar a especificidade do Rio de Janeiro em relação a São Paulo, o campo das prisões, como muitos autores já ressaltaram, é fundamental. Já sugerimos a oposição homicídios *versus* aprisionamentos. É claro que os dois polos se complementam, embora, queremos insistir, o aprisionamento no Rio não parece engendrar o circuito de caráter moral, econômico e disciplinar que, em São Paulo, o PCC instaurou como uma modalidade de pacificação.

Literatura suficiente já demonstra que a vertiginosa queda de homicídios em São Paulo ao longo dos anos 2000 se produziu basicamente por políticas do Primeiro Comando da Capital, que instrumentalizaram a política estatal repressiva, centrada no encarceramento, e unificaram a regulação de mercados ilícitos pelo congelamento de preços da droga, ao que se somou uma política ativa de acordos monetários com policiais. Ao contrário do Rio de Janeiro, que desde 2008 tem seu projeto estatal de controle da ordem urbana centrado na instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, em São Paulo a pacificação das periferias ocorreu à sombra do debate público, produzida por políticas do crime. (Rui e Feltran, 2015, p. 1)21

Enquanto no Rio o tema da morte é onipresente, em São Paulo, o tema da prisão não para de crescer. Enquanto no Rio de Janeiro se enfatiza o crescimento do número de homicídios, a partir de São Paulo se destaca cada vez mais as altas taxas de encarceramento, como destaca Rafael Godoi:

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2014), no final de 2012, São

19 Destacamos, em relação à expansão do *mercado da guerra*, a realização da RIDEX - Rio Internacional Defense Exhibition, a chamada “Feira da Guerra”, no Rio, de 27 a 29/6/2018. Organizada pela Empresa Gerencial de Projetos Navais/EMGEPRON, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa. Divulgada em seu site como “um evento mercadológico que reunirá em um só lugar os maiores players da área de Defesa, Segurança, Offshore, Manutenção e Tecnologia, onde terão excelentes oportunidades de negócios com o público nacional e internacional, apresentando um mercado em pleno crescimento”, foi referida por Raul Jungmann como a ocasião de se conhecer “o que há de melhor em tecnologia de ponta na área de Segurança”. O Ministro da Segurança Pública convocou: “Aproveitem esse momento para realizar bons negócios”. Fonte: www.ridex.com.br, acesso em 22 jun. 2018. Junto com a RIDEX foi também realizada a 5ª Mostra BID Brasil, definida como “um dos eventos da indústria de defesa e segurança mais importantes” do país, por “reunir um número expressivo de empresas que atuam em todas as áreas da cadeia produtiva do setor”. A 4ª Mostra, em 2016, contou com 92 empresas do setor. Fonte: www.defesamet.com.br/bid/noticia/24014/A-4ª-Mostra-BID-Brasil-foi-um-sucesso/, acesso em 25 jun. 2018. Para compreender a inserção desses eventos no contexto que vimos analisando, ver Gonçalves (2017).

20 Para a análise do *mercado da salvação* e de como sua expansão que se processa de modo combinado ao do *mercado da guerra*, novamente remetemos a Birman (2017; 2018), Birman e Machado (2012) e Machado (2015), entre outros artigos das autoras.

21 Ver também Feltran (2011; 2012) e Biondi e Marques (2010), entre outros.

Paulo já contabilizava uma população de 195.695 presos e uma taxa de encarceramento de 474,4/100 mil habitantes. O sistema penitenciário do estado de São Paulo é, com efeito, o maior do Brasil e um dos maiores do mundo. Em 2012, as prisões brasileiras abrigavam uma população de 548.003 pessoas, sendo a taxa de encarceramento nacional de 287,3/100 mil habitantes (Idem). O estado de São Paulo, portanto, concentrava cerca 35% dos presos do Brasil e apresentava uma taxa de encarceramento 65,1% maior que a nacional. (2016, p. 3)

Também nos parece que está sendo posta em prática, em São Paulo, uma racionalidade de aprisionamento através da construção de um grande número de penitenciárias. Ao menos é o que nos sugere o fato de o tema da prisão vir sendo crescentemente objeto de estudos nessa cidade. Alguns desses estudos revelam um quadro bastante próximo daquele descrito por Loïc Wacquant nos Estados Unidos. Uma lógica social e econômica constitui formas de existência, de sociabilidade e de inserção social em que estão integradas no cotidiano dos pobres: há um regime penitenciário tal como inicialmente foi descrito por Foucault. Já no Rio, embora se prenda, e muito, sobretudo jovens, negros, moradores de favelas e periferias²², a ameaça de morte se constitui no meio por excelência de coação empregado na cidade. Mas, voltemos ao tema sugerido antes: enquanto em São Paulo se destacam com mais frequência os ordenamentos morais que estruturam a gestão do tráfico nas penitenciárias e nas periferias urbanas, no Rio se distingue a presença da tortura e da superlotação nas prisões e delegacias, a violência “excessiva” da polícia militar e os autos de resistência empregados como mecanismo jurídico-político nas fronteiras do legal e do ilegal (Farias, 2015).

Assim, se em São Paulo se fala no massacre de Carandiru e em outros que ocorreram nas periferias e quebradas quase como uma exceção, no Rio, os termos massacre e genocídio são mencionados no plural e há quase sempre um massacre como a referência recente²³. “Fazer morrer” é, pois, ao contrário do que ocorre em São Paulo, o dispositivo central da gestão estatal das favelas e periferias. Não nos parece, é algo ainda a estudar, que as penitenciárias em São Paulo, depois de Carandiru, bem entendido, produzam massacres como hoje ocorrem no Ceará, no Rio de Janeiro e possivelmente em outros estados. De um lugar de morte e de tortura, parece-nos, as penitenciárias no estado de São Paulo operam hoje como centros de distribuição de ilegalismos e de controle político das suas periferias, sob o comando do PCC.

Será possível dizer o mesmo do Rio de Janeiro? As penitenciárias são, claramente, também centros de comando. Contudo, seriam lugares fundamentais para o comando da guerra que se passa nas favelas e nas atividades de *cercos* às ruas da cidade. É delas que, segundo grande parte da mídia e dos operadores de segurança pública, partem as ordens de combate para a conquista de territórios controlados por uma eventual facção inimiga. A guerra entre facções seria assim uma guerra instalada nas prisões que, por sua vez, reverbera em todo o conjunto institucional existente na cidade: unidades socioeducativas para menores, hospitais, escolas, coletivos de lazer como escolas de samba, cantores e organizadores de bailes funk, etc. É das prisões também que se enuncia o que mais teme a população da zona sul: atos de enfrentamento no asfalto através de ordens diversas, como, por exemplo, ordem para “fechar” o comércio, ordem de interromper o trânsito de vias públicas, de deixar passar um “bonde” armado e de lidar com suas consequências imprevisíveis, etc.

Muito já se escreveu sobre a diferença paulista relacionada à existência de uma úni-

22 Cf. Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil, PNUD, 2016, disponível em www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html, acesso em 3 jul. 2018.

23 Vale destacar que, diante da repetição e aumento dos homicídios praticados por intervenção policial nas favelas, as sete mortes na Maré não alcançam mais a definição carioca de chacina.

ca organização criminosa, o famoso PCC²⁴. Esta constatação foi paulatinamente atrelada à ideia de que haveria uma indisfarçável vantagem do monopólio “estatal” do uso da violência em São Paulo ser compartilhado com uma única organização criminosa, ao invés de sua distribuição fracionada e multiplicada por muitos grupos em guerra entre si, como no Rio de Janeiro e em outros estados.

De nosso ponto de vista, mesmo concordando com essas análises, consideramos mais importante reter que a *guerra*, de um meio para o controle e o estabelecimento de um monopólio do uso da violência no Rio de Janeiro, de fato, se efetiva como um valor social e econômico nela mesma²⁵. O processo de sua alimentação cotidiana, envolvendo a divisão territorial das corporações militares, no Rio, implica um enorme movimento e circuito de trocas comerciais e políticas entre as facções do crime na cidade (aí incluídas as milícias) e os operadores do estado, todos envolvidos diretamente na produção desse espólio. Circuitos ilegais de armas, circuito de drogas, de “aluguel” do “caveirão” terrestre nas guerras entre as facções do crime, de controle de mercados locais que se associam a circuitos de influência política, de expansão política em termos eleitorais, articulam esses agentes e se associam a um mercado (que nos parece em expansão no Rio de Janeiro), tanto legal quanto ilegal, de controle e vigilância, em que grades e portões, câmeras e drones, armamentos variados, bem como tecnologia digital de vigilância de pessoas e redes são oferecidos como mercadorias a quem puder pagar melhor. O dinheiro que assim circula depende da guerra e não da sua extinção. Não se trata somente de considerar como o tráfico de drogas está no cerne da economia local, como bem analisou Edson Miagusko (2016), mas de levar em conta que a sua centralidade depende de exercícios de guerra de ataque e de defesa de grupos e de territórios em constante ameaça.

Para concluir, lançamos uma hipótese provisória para análise e debate. Enquanto em São Paulo, o PCC, ao regular o mercado dos ilícitos, produziu um regime de ordem nas periferias, com consentimento tácito do Estado e ativo de seus operadores beneficiados pelos “arregos”, no Rio de Janeiro, ao contrário, teríamos a guerra unificando vários regimes de ordem em suas potências locais específicas, diferenciando facções e também milícias, bem como batalhões e delegacias. É em nome da defesa da cidade sob cerco que a *guerra* se transformou no eixo que estrutura todos os dispositivos relacionados à violência na cidade.

Referências bibliográficas

BIONDI, K; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois “Comandos” prisionais, *Lua Nova*, 79, p. 39-70, 2010.

BIRMAN, P. Militarisation de la ville et gestion de la pauvreté à Rio de Janeiro. Conferência proferida no Seminário Mensal da *Revue du Brésil*. Paris, 25 junho, 2018.

_____. Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: as fronteiras do humano no governo dos pobres. 2018. (mimeo).

_____. Governing the poor: secular and religious practices in debate In: MAPRIL, J.; BLANES, R.; GIUMBELLI, E.; WILSON, E. (eds.), Switzerland: Palgrave Macmillan, 2017. p. 187-206.

BIRMAN, P.; MACHADO, C. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 55-69, 2012.

24 Veja-se, a respeito, o excelente artigo de Hirata e Grillo (2017).

25 Cf. nota 19.

CERQUEIRA, A. G. Dados em 'segredo': os dados oficiais de violência no Rio de Janeiro e a frágil justificativa da intervenção federal-militar na segurança pública. "Dos Megaeventos à intervenção", Cidades: Núcleo de Pesquisa Urbana, PPCIS/UERJ, 2018.

CUNHA, N. V.; FREIRE, J.; SILVA, H. R. S. (orgs.). Dossiê *The Urban Periferies, Vibrant*, v. 14, n. 3, 2017.

CUNHA, O. G. Bonde do Mal: Notas sobre Território, Cor, Violência e Juventude numa Favela do Subúrbio Carioca. In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002. p. 85-154.

FARIAS, J. Da capa de revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência policial em favelas cariocas. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P., MACHADO, C. e CARNEIRO, S. (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2015.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras da tensão*. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, UNESP/CEM-CEBRAP, 2011.

_____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo, *Caderno CRH*, v. 27, n. 2, p. 495-512, 2014.

GEORGES, I.; RIZEK, C. S. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores, *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 1, p. 51-73, 2016.

GRAMSCL, A. *Maquiavel, a política e a história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

GODOI, R. Penar em São Paulo: sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 92, out., p. 1-18, 2016.

GONÇALVES, V. R. *Braço Forte, Mão Amiga: uma análise das "pacificações" protagonizadas pelo exército brasileiro*. Texto de qualificação ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social* [on line], v. 29, n. 2, p.75-98, 2017.

LEITE, M. P. Imagens, escolhas e dilemas de uma cidade 'em pé de guerra', *Revista Proposta*, v. 23, n. 86, p.5-15, 1995.

_____. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da cidadania e da política no Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 374-388, 2000.

_____. *Para além da metáfora da guerra: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. Tese (Doutorado em Sociologia), PPGSA/UFRJ, 2001.

_____. Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, 2012.

_____. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de pacificação. In: BIRMAN, Patricia, LEITE, Márcia P., MACHADO, Carly e CARNEIRO, Sandra. (ORG.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2015.

_____. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro, Dossiê *The Urban Periferies, Vibrant*, v. 14, n. 3, p. 149-170, 2017.

MACHADO, C. Morte, perdão e esperança de vida eterna: 'ex-bandidos', policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C. e

CARNEIRO, S. (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2015.

MACHADO DA SILVA, L. A. O controle do crime violento no Rio de Janeiro, *Le Monde Diplomatique Brasil*, v. 6, n. 67, p. 6-7, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A e LEITE, M. P. (orgs.). Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, p. 607-702 e v. 8, n. 1, p. 7-96, 2014/2015.

MENEZES, P. V. Entre o 'fogo cruzado' e o 'campo minado': uma etnografia do processo de 'pacificação' de favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia), IESP/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

MIAGUSKO, E. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, e319101. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200501&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 set. 2017.

OLIVEIRA, J. P. de. Pacificação e tutela militar na gestão de territórios e populações. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

PNUD. Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil, 2016. Disponível em <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html>

RIZEK, C. S. Trabalho, moradia e cidade zonas de indiferenciação?, *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, v. 27, n. 78, p. 41-49, 2012.

ROCHA, L. M. Militarização, neoliberalismo e megaeventos: imbricações a partir do Rio de Janeiro, comunicação apresentada no seminário "Dos Megaeventos à intervenção", promovido pelo Cidades: Núcleo de Pesquisa Urbana, PPCIS/UERJ, 2018. (mimeo).

RODRIGUES, D. S. R. *A configuração da informalidade nas margens do Estado: um estudo sobre comerciantes em favelas pacificadas*. Tese (Doutorado em Sociologia), IESP/UERJ, 2018.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RUI, T. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, T.; FELTRAN, G. Guerra e Pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo, In *Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos*, disponível em <www.portal.abant.org.br>. Acesso em 3 abr. 2017.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (orgs.). *Novas faces das vidas nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

SOUZA LIMA, A. C.; MACEDO e CASTRO, J. P. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s), *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 19, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

TELLES, V. S. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade, *Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2010.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (orgs.). *Nas tramas da cidade*. Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

(Inter)faces da relação entre projetos evangélicos e as periferias urbanas fluminenses

Carly Barboza Machado

Professora de Antropologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), coordenadora do grupo de pesquisa Distúrbio - Dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências (UERJ), pesquisadora do Observatório Fluminense (UFRRJ).

Introdução

O crescimento evangélico no Brasil, hoje perto dos 30%, tem sido analisado como um fenômeno fortemente relacionado à adesão de moradores das periferias urbanas a esses grupos religiosos. Essa relação tende a se dar, prioritariamente, a partir de projetos pentecostais e neopentecostais, mas não exclusivamente. Há algumas décadas estudos vêm demonstrando as diferentes faces dessa relação: através dos modos de enfrentamento das desigualdades sociais por redes evangélicas de apoio social (Almeida e D'Andrea, 2004), das formas de vivenciar a violência no cotidiano das favelas cariocas (Birman, 2009), das experiências da articulação entre o crime e as práticas evangélicas (Vital, 2015), das relações entre a governança das periferias e as igrejas evangélicas (Birman, 2012), entre outros vários temas relacionados a este campo de questões.

Após algumas décadas de intensificação dessas fronteiras entre religião e periferia, torna-se cada vez mais evidente que as ações evangélicas planejadas para as periferias urbanas e desenvolvidas em nome delas apresentam expressões muito variadas. O objetivo deste artigo é discutir algumas faces dessa relação, a fim de confirmar a dimensão plural e heterogênea das periferias fluminenses, e também indicar os pontos sensíveis da relação entre experiências evangélicas e estas periferias.

Para tentar atingir este objetivo, apresentarei aqui relatos referentes a diferentes pesquisas que venho desenvolvendo, nos últimos anos, acerca da relação entre religião e periferia. Sendo assim, menos um esforço analítico mais focado em um campo ou uma situação etnográfica em particular, busco, neste artigo, discutir a questão aqui proposta investindo na apresentação de casos e situações diversas que apontam para tendências que pude observar no campo. Meu objetivo neste exercício não é o de concluir sobre tendências majoritárias ou minoritárias, mas compartilhar uma perspectiva acerca situações bastante recentes e o que podemos aprender por meio delas.

O panorama que aqui me proponho apresentar tem por objetivo evidenciar a formação de campos voltados para uma formulação da experiência evangélica a partir de uma agenda de “ordem”, e outros campos a partir dos quais esta experiência é vivida como um caminho de “resistência”. Além disso, busco oferecer elementos que informem sobre a vitalidade do campo evangélico como campo de formação e de ação política no Rio de Janeiro, e também no Brasil, na atualidade, com a intenção de problematizar leituras mais rápidas que o pensam como um setor dirigido por “líderes” carismáticos que mobilizam um “voto de rebanho”.

Sentidos de “ordem” nas periferias urbanas

A relação entre o pentecostalismo e as periferias urbanas no Brasil produziu (ou acentuou), nos últimos anos, um conjunto específico de práticas voltadas para o “problema da violência”, dentre as quais destaco algumas, entendendo-as como articuladas: 1) uma definição da Igreja como uma mediação legítima da relação entre as populações das periferias e o mundo do crime; 2) a confirmação da Igreja como via legítima de “saída do crime”; 3) o estreitamento das relações entre as Igrejas tanto com os líderes do crime quanto com os poderes estatais, participando de seus modelos de governança; 4) a participação das Igrejas e seus mediadores na produção de um novo campo cultural e simbólico, em que a cultura urbana das periferias se integra ao repertório evangélico, criando novos sentidos do gospel tanto na música, quanto na dança, assim como nas categorias utilizadas em pregações e mensagens de libertação.

Essa batalha espiritual das periferias urbanas produziu, em muitos casos, práticas evangélicas de “guerra” cujo “inimigo” não é de fácil identificação. Ora a polícia e a prisão injusta, ora o crime e a violência do tráfico, todos compreendidos como servos do diabo e, por isso, ao mesmo tempo, todos passíveis de redenção. “Bandidos” e “policiais”, em muitas dessas experiências, apresentam-se não como alteridades radicais, mas como interlocutores muito próximos no cotidiano dessas Igrejas: o “bandido” não é percebido como um outro exótico – pode ser compreendido como um amigo e parente “perdido” que precisa ser resgatado; o “policial” também não é um agente sanguinário do estado, mas um trabalhador (também amigo ou parente) que corre risco de vida em sua profissão e pelo qual se faz uma oração todos os dias. Destaca-se aqui o trabalho de Christina Vital (2015) sobre traficantes evangélicos e também os estudos sobre policiais pentecostais (Albernaz, 2010; Machado, 2015), confirmando o trânsito desses atores nesse mesmo complicado e cruel contexto da violência urbana e seus confrontos armados. Neste campo moral polivalente, as práticas religiosas miram em inimigos e agregam-se a parceiros muito variados. E essas ações apresentam diferentes formas: mais locais ou mais macropolíticas, todas com composições bastante imprevisíveis.

As Igrejas de “ex-bandidos” são um caso exemplar. Neste campo atuam pastores e evangelistas que investiram na mediação explícita entre o mundo de fora e de dentro do crime, e de fora e de dentro da prisão. Pesquisei, por alguns anos, uma Igreja com esse perfil, localizada na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, e suas práticas (e muitas controvérsias) no contexto das periferias urbanas. Quero ressaltar aqui um aspecto específico dessa Igreja: o conjunto de “ex-bandidos” que formava sua congregação dava forma também a um tipo de “exército”, de “batalhão”, de complicada interpretação. Os “resgatados da morte”¹, como se denominavam, realizavam performances “guerreiras” (missões de libertação em favelas, “invasões” de bailes funk para ocupá-los com a mensagem de Deus, etc.) e apresentavam-se coletiva e publicamente em defesa da Igreja e seu pastor (que, no momento de escrita deste capítulo, encontra-se, inclusive, preso). No conjunto de acusações direcionadas contra esse pastor, no início dos anos 2010, alguns desses homens foram também indiciados como possíveis aliciadores de seus crimes². No cotidiano da Igreja, esses mesmos homens formavam uma rede de resgate. Era deles o mérito de cooperar com a “salvação” literal e metafórica de almas.

1 Esta Igreja da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro realizava incursões nas favelas cariocas a fim de “libertar” pessoas condenadas à morte pelos chamados “tribunais do tráfico”. Esses “resgatados” passavam a integrar o cotidiano da Igreja. O coletivo desses homens se autodenominava, em diferentes situações públicas, como os “resgatados da morte”.

2 Para maiores informações sobre as controvérsias em torno dessa igreja, ver Machado (2017a).

Esse coletivo de “ex-bandidos”, mas ainda guerreiros urbanos, pode ser pensado como uma milícia urbana religiosa (comandada por um pastor “bandido”) ou como uma “guerrilha” urbana, entendida como resistência, que opera nas periferias na gestão da violência e proteção da comunidade local, especialmente da comunidade de crentes que se forma a partir da Igreja. Em todo o meu tempo de campo nessa igreja, convivi com essas várias possibilidades. Na verdade, houve ainda mais uma: a partir de sua densa articulação, em dado período, com as forças de segurança pública do estado do RJ, esse “exército” também fez as vezes de tropa auxiliar do Estado no governo das populações de áreas pacificadas (Machado, 2017b).

Esse caso em particular me ensinou que ações “ordenadoras” de coletivos evangélicos que agem no cotidiano das periferias urbanas podem conviver com articulações dinâmicas com atores do crime e do Estado. Isso não quer dizer, no entanto, que seja simples identificá-los como “grupos criminosos” ou “parceiros do Estado”. Há algo nessa interface com o religioso que produz uma forma própria, de complicada classificação e, tal como aprendemos com Mary Douglas, intensamente investida socialmente de poder e perigo. Enquanto bandidos e agentes estatais produzem “terror”, esse grupo de ex-bandidos produzia “temor”, e em torno desse temor procurava agenciar seus próprios modelos de ordenamento e resistência.

“Cânticos de guerra”

Há no campo evangélico um grande número de articulações simbólicas que constituem uma experiência militarizada do cristianismo. Para além de grupos mais explicitamente constituídos, como os “resgatados da morte” ou os “gladiadores do altar”, há uma tendência no campo evangélico a vivenciar o cristianismo pela via da militarização.

O famoso cântico “o nosso general é Cristo” confirma essa face da Igreja. Em diferentes “andamentos”, mas sempre em marcação de marcha, inúmeras Igrejas evangélicas entoam a letra que diz: “Pelo Senhor, marchamos sim/ O seu exército, poderoso é/ Sua glória será vista em toda terra /Vamos cantar o canto da vitória/Glória à Deus, vencemos a batalha/ Toda arma contra nós perecerá! / O nosso general é Cristo / Seguimos os seus passos/ Nenhum inimigo nos resistirá”. Em outro louvor tradicional, escuta-se a seguinte letra: “Homem de Guerra é Jeová / seu nome é temido na terra. / A todos os seus inimigos venceu / Deus grande e terrível em louvores”. Não trago aqui letras de músicas à toa. A música gospel tem sido um dos fortes campos de reafirmação e proliferação de imagens e imaginários militarizados em Igrejas evangélicas. Os “cânticos de guerra” marcam um importante repertório da música evangélica e também do atual e já expansivo mercado gospel (Cunha, 2007). A mobilização afetiva e simbólica para “guerra” tem várias formas e uma delas é a música gospel, mesmo em denominações que não têm a “batalha espiritual” (Mariz, 1999) como narrativa dominante nas pregações dos pastores e em outras práticas rituais.

A música gospel não só mobiliza imagens e símbolos nas canções, mas produz práticas e performances com perfil militarizado. Destaco aqui um período específico, concomitante ao Projeto de Pacificação em andamento no RJ, em que o ministério de música cristã Diante

3 “Em frente ao Templo de Salomão, jovens fardados e alinhados batem continência em sincronia. Embora carreguem consigo a disciplina de militares, trata-se de outro tipo de soldado: aqueles que lutam em nome da Palavra de Deus. Eles fazem parte do projeto chamado “Gladiadores do Altar”, que surgiu no final de ano passado e tem como objetivo preparar integrantes do grupo Força Jovem Universal (FJU) para colaborar no futuro como pastores. Participam dessa iniciativa jovens que são batizados nas águas e desejam auxiliar no desenvolvimento do trabalho da Universal”. Para saber mais sobre os Gladiadores do Altar da Igreja Universal do Reino de Deus: <https://www.universal.org/noticias/conheca-o-novo-projeto-gladiadores-do-altar>, acesso em 01 jul. 2018.

do Trono⁴ (MG) adotou em suas performances uma estética das forças armadas, protagonizada pela vocalista do grupo – Ana Paula Valadão – vestida com roupas camufladas como se fossem do Exército brasileiro, usando um capacete, atirando com a Bíblia ao fazer posições de combate e conclamando a audiência do evento a marchar ao som da música que estava sendo cantada. São inúmeros os projetos, em diferentes Igrejas evangélicas, que usam roupas camufladas como uniformes e se apresentam como “exércitos”, sejam formados por homens ou mulheres. Esses projetos podem ser grupos de oração, de louvor, de dança, de ação social ou coletivos de estudo bíblico, entre outros. Não há um padrão em suas práticas, mas a disseminação da estética militar é bastante profícua em diferentes Igrejas e denominações.

A música gospel colocada a serviço da “batalha espiritual” em sua face militarizada constituiu um campo de significados, emoções, práticas corporais, estéticas, tudo isso em articulação com formulações político-religiosas que visam à “salvação” pessoal e civil, à “redenção” de si, dos seus pares e da nação, e a projetos de cidadania pautados em modelos morais e de ordem mais ou menos convergente, mas fortemente liderados por figuras públicas que tentam minimizar divergências e produzir amplas coalizações no campo político.

“Coronéis da fé”

As afinidades entre atores de um campo conservador, militarizado e evangélico são várias e cada vez mais unificadas em suas tentativas de promover uma agenda evangélica comum, ao menos em termos públicos e partidários. O debate desenvolvido por Almeida (2017) sobre as linhas de força conservadoras que coadunam essa parcela do campo evangélico com forte atuação pública inclui como uma dessas tendências uma força “repressiva e punitiva”. De acordo com esse autor, essa linha de força:

refere-se a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas, medidas governamentais que apontam para postura e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioridade penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública, entre outros, são temas atuais cujo conjunto aponta para o aumento da violência do Estado sobre a população, sobretudo os mais apartados do universo dos direitos. (Almeida, 2017, p. 21).

Almeida identifica ainda um movimento dessas lideranças evangélicas em direção à candidatura de Jair Bolsonaro⁵ à presidência da república. O autor destaca um esforço de Bolsonaro em “estender suas bases para esse universo religioso [evangélico] por meio de atos rituais e narrativas de conversão” (p. 22). Almeida refere-se, em seu texto, ao batismo de Bolsonaro (reconhecidamente católico) no Rio Jordão, realizado em 2016 pelo Pastor Everaldo (candidato à presidência em 2014 pelo PSC⁶), logo após a votação do impeachment na Câmara de Deputados, durante a qual Bolsonaro fez um elogio ao torturador de Dilma Rousseff, Brillhante Ustra⁷.

4 “Há quase 20 anos na estrada, o Diante do Trono é um dos mais conhecidos nomes da música cristã brasileira. Com mais de 40 CDs lançados e mais de 10 milhões de discos vendidos, o ministério é liderado pela pastora Ana Paula Valadão Bessa, fundadora deste e compositora da maioria das canções gravadas”. <http://diantedotrono.com/>, acesso em 01 jul. 2018.

5 Jair Bolsonaro é militar da reserva e político brasileiro. Cumpre, no momento, seu décimo mandato como Deputado Federal. É conhecido por suas posturas conservadoras de apoio à Ditadura Militar, por manifestar apoio a práticas de tortura e posições contrárias aos direitos de mulheres e das populações LGBT. Bolsonaro é pré-candidato à presidência da República no ano de escrita deste capítulo (2018) e um dos líderes nas pesquisas.

6 Partido Social Cristão.

7 “Primeiro militar reconhecido pela Justiça como torturador e comandante de uma delegacia de polícia acusada de ser palco

Bolsonaro foi, por muito tempo, um articulador potente de discursos públicos pela pena de morte e por isso havia certa dúvida sobre sua articulação com o campo evangélico. No entanto, suas narrativas de ordem e de moralização têm acionado passagens possíveis entre um campo de ultradireita com certo conservadorismo evangélico e um campo de interesses partidários. O estreitamento desses campos tem sua forma mais concreta atualmente em uma possível formação de uma chapa Bolsonaro – Magno Malta, com a articulação de Silas Malafaia⁸. Senador pelo PR⁹ (Espírito Santo), Magno Malta é uma efusiva voz pública no campo da política ao defender modelos tradicionais de família e tecer duras (e por vezes agressivas) críticas às agendas feministas e das populações LGBTQI+.¹⁰ “*O povo se enojou do politicamente correto*” – fala Magno Malta, reverberando o discurso de Bolsonaro. “A gente acredita num Brasil que volte a cantar o Hino Nacional, que não glamorize vagabundo”¹⁰.

Os vídeos de Magno Malta na internet, especialmente os de suas falas no Senado, confirmam sua postura assertiva e conflitiva. Esses vídeos adotam frequentemente a linguagem de um “duelo”, no qual o senador apresenta suas posições “contra” alguém de quem não pretende apenas ganhar através de seus argumentos, mas sobretudo moralmente. Os verbos usados nos títulos desses vídeos demonstram essa dimensão de um duelo moral que se dá com um inimigo ausente, mas sempre referido no discurso: “Magno Malta *humilha* Lula...”; “Senador Magno Malta *acabou com* o Ministro do STF...”; Magno Malta *detona* teatro de Lula em sua prisão...”; “Magno Malta *desce o ‘sarrafo’* na presença de deputados...”. O “outro” a quem Magno Malta se opõe, ausente no ato de sua fala, faz-se presente nos vídeos através de montagens que apresentam trechos de discursos públicos ou imagens daqueles contra os quais ele quer se posicionar, e depois a fala do Senador contrária às suas posições. Os “interlocutores” desse duelo moral de Malta apresentam suas posições sem referirem-se ao senador. Magno Malta constrói suas falas sempre referidas aos seus inimigos em potencial.

Bolsonaro e Malta (e um certo campo conservador brasileiro) convergem fortemente nas linhas de força “repressiva”, mas também “moralmente reguladora” e “socialmente intolerante” identificadas por Almeida (2017). Quanto à atitude moralmente reguladora, aponta o autor, “os evangélicos pentecostais têm um conservadorismo ativo e não apenas reativo. A esses evangélicos tem interessado a disputa pela moralidade pública. Não somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país” (p. 18). Já as tendências “socialmente intolerantes” cultivam, na perspectiva de Almeida, “afetos sociais mais amplos que são pouco abertos às diferenças, muito voltados sobre si como medida para a vida pública e, por vezes, agressivos simbólica e concretamente” (p. 24).

Magno Malta é um dos protagonistas da intenção clara de um grupo que pretende aumentar o número de evangélicos no Congresso Nacional em 2019, elevando o atual número de deputados federais de 80 para 150 (30% dos 513 deputados) e o de senadores de 3 para 15, dos 81 senadores. A meta de 30% estaria relacionada com a porcentagem de brasileiros que se declaram evangélicos atualmente no Brasil. As principais pautas a serem defendidas

de mais de 40 assassinatos e de, pelo menos, 500 casos de torturas”. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/conheca-o-coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-e-chefe-do-temido-doi-codi-8sed82y14k1b2hnuu1yxk5pnb>, acesso em 01 jul. 2017.

8 Silas Malafaia é pastor e televangelista brasileiro, com forte presença midiática também na internet e nas redes sociais. De perfil conservador, alinha-se às posições contrárias aos direitos das populações LGBTQI, às pautas contrárias à descriminalização do aborto, entre outras. Sua participação no campo político nacional é muito intensa. Sem apresentar-se como candidato aos cargos eletivos, é um importante articulador de apoios em seu campo evangélico.

9 Partido da República.

10 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/potencial-vice-de-bolsonaro-magno-malta-quer-multiplicar-bancada-religiosa.shtml>, acesso em 06 jun. 2018.

são aquelas contra a legalização das drogas, do “casamento gay”, entre outras de cunho moral conservador e, nomeadamente, “pela tradicional família brasileira”, uma das principais bandeiras pró-impeachment.

Magno Malta é também cantor gospel da banda “Tempero do Mundo”, que tem um repertório de samba/pagode *gospel*. As articulações formais e partidárias desse campo evangélico conservador, como indicado anteriormente, se dão frequentemente na relação com protagonistas do meio da música gospel. Um dos nomes cogitados para o senado por Magno Malta é o de André Valadão, que já fez parte da Banda Diante do Trono, liderada por sua irmã Ana Paula Valadão (citada aqui anteriormente), e faz hoje carreira solo. André Valadão recebeu, em 2011, a Medalha da Inconfidência, a mais alta comenda concedida pelo Governo de Minas Gerais, e já foi duas vezes indicado ao Grammy Latino na categoria “Álbum de Música Cristã em Língua Portuguesa”. Malta apoia ainda para o Senado os nomes de Flavio Bolsonaro (filho de Jair Bolsonaro) e do bispo licenciado da IURD, o ex-ministro Marcos Pereira.

Destaca-se uma diferença significativa entre as posições públicas de Magno Malta senador em seus vídeos no Senado e as mensagens públicas de Magno Malta cantor gospel. Enquanto a postura política de Malta tende a ser mais incisiva e agressiva na defesa de pautas conservadoras, as canções de sua banda, em ritmo de pagode, falam de amor e perdão. “O amor é um sentimento que aquece o coração/ viva a chama de verdade / é ternura e emoção / O amor supera o ódio, faz a vida renascer e restaura a esperança de viver / O amor sara as feridas que o passado nos deixou é o bálsamo da vida, infinito é o amor é a força verdadeira para o amor” (letra da Música Terapia do Amor, da banda Tempero do Mundo). Magno Malta vocalista da banda aparece nesses vídeos como uma pessoa sorridente, que dissemina mensagens positivas em canções leves e bem-humoradas, tais como “Você é dez”, “Ele te conhece”, “Escrito por amor”, entre outras.

Percebe-se assim que a “figura pública” de um ator político como Magno Malta possui várias faces, por vezes consumidas de modo desigual entre seus apoiadores e seus opositores. Esse problema não é exclusivo desse senador. O mesmo ocorre com a maior parte dos atores do campo político contemporâneo, especialmente através da circulação de seus vídeos nas redes sociais. Oferece-se um cardápio amplo (e incontrolável) de perfis desses sujeitos da política, em diferentes vídeos: ora mais agressivos, ora mais suaves; vídeos editados por seus apoiadores *versus* vídeos editados por seus opositores. Nessas modulações das edições, seleciona-se o que se quer e o que não se quer assistir; justifica-se a “montagem”; formulam-se acusações e defesas; tudo isso sobre recortes, parcialidades e edições, e a circulação dessas produções. De todo modo, não há uma face dominante para esses mediadores do campo político. Sua competência enquanto mediadores dá-se também por essa capacidade de apresentarem-se como seres multifacetados, de quem se pode gostar e desgostar. E se isso produz a amplitude de sua audiência, produz também a heterogeneidade de seus efeitos.

As articulações entre lideranças evangélicas sempre despertam questões sobre uma efetiva adesão do público evangélico aos candidatos apresentados nessas frentes que tentam uma unificação do campo. Em pesquisa realizada na Marcha para Jesus de SP¹¹ (no último dia 31 de maio de 2018), identificou-se entre os participantes da Marcha um quadro muito parecido com o quadro geral das intenções de voto até o momento no país. No cenário com uma possível candidatura de Lula, ele lidera as intenções de voto com 20%, Bolsonaro aparece em segundo com 15%, e Marina Silva em terceiro com 6%. No cenário sem Lula,

11 <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/nao-existe-o-voto-evangelico>, acesso em 01 jul. 2018.

Bolsonaro lidera com 17%, Marina fica em segundo com 9,5% e Alckmin fica em terceiro com 6% das intenções de voto.

Vale destacar o perfil denominacional dos participantes da Marcha. Embora o evento seja organizado pela Igreja Renascer em Cristo, a maioria dos participantes é de comunidades independentes e das Assembleias de Deus. Destaca-se ainda que apenas 3,3% dos participantes eram da Igreja Universal do Reino de Deus.

Vozes das resistências

Um certo campo protestante progressista que disputa de forma mais pública essa imaginação de evangélicos no país (para usar a expressão de Raquel Sant'Ana, 2017) chama as lideranças evangélicas conservadoras de “coronéis da fé”. Numa dupla alusão aos “coronéis” das forças armadas (que exibem suas patentes e conclamam seus subordinados) e também ao “coronelismo” considerado tradicional de certa política brasileira, recebem o título de “coronéis da fé” e “vendilhões do templo” Silas Malafaia, Marcelo Crivella, Magno Malta, Edir Macedo, Marco Feliciano, entre outros. Na vertente dessa teologia progressista, esses líderes religiosos são falsos líderes, orgulhosos, mercadores da fé, tal qual aqueles expulsos por Jesus Cristo do templo (em uma referência a Mateus, capítulo 21).

Essa disputa interna ao campo evangélico vem sendo representada publicamente por diferentes atores do campo progressista. Destaco, dentre eles, o Pastor Henrique Vieira. As práticas de disseminação das ideias desses grupos se dão majoritariamente pela internet. Sem canais de TV ou rádios (características dos interlocutores vinculados às pautas da “ordem”), essas vozes das resistências falam e circulam através de vídeos no Youtube e no Facebook. Henrique Vieira começou postando vídeos em sua página pessoal nas redes sociais e depois esse material foi sendo incorporado por agências de maior amplitude política, para além do campo evangélico, tal como a Mídia Ninja, da qual é colunista.

Pastor Henrique Vieira enfrenta em seus discursos as principais controvérsias públicas da cena nacional, colocando-se como um evangélico de esquerda, progressista, e apresentando argumentos teológicos para suas posições. Apresento aqui alguns títulos de seus vídeos: “Evangelho x Fascismo”; “O discurso de Bolsonaro x O evangelho de Jesus Cristo”; “O que precisa de cura é a falta de amor”; “Jesus subversivo”; entre outros.

Henrique Vieira foi vereador de Niterói (RJ) pelo PSOL¹² e é pastor da Igreja Batista do Caminho¹³. Sua postura pública é de apoio às questões referidas às periferias cariocas, às pautas feministas, aos direitos das populações LGBT e do combate ao racismo. Sua principal agenda é a disseminação da ideia de que “nem todo evangélico é conservador”. Dentre os vários vídeos desse Pastor, seu discurso no ato ecumênico por Marielle Franco, após seu assassinato¹⁴, foi um dos de maior audiência e circulação. Apresento aqui a fala de Henrique Vieira na íntegra.

Eu gostaria de saudar a família do Anderson, de saudar a família da Marielle...E manifestar

12 Partido Socialismo e Liberdade.

13 Somos a Igreja Batista do Caminho, formada por pessoas que aceitaram o convite do Evangelho para fazer parte do seguimento de Jesus. Cremos na revelação de Deus, em Jesus de Nazaré, como expressão máxima de amor e de solidariedade divina com a humanidade. Cremos que seguir Jesus significa uma entrega profunda, fruto da Graça, para ajudar o mundo a ser um lugar de justiça, solidariedade e liberdade para todas as pessoas. <http://www.ibcaminho.com.br/home/>, acesso em 01 jul. 2018.

14 Marielle Franco era vereadora pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro e foi assassinada em 14 de março de 2018. Até o momento, mais de 100 dias após sua morte, ninguém foi responsabilizado por sua execução.

também a nossa solidariedade...

Jesus, negro, favelado de Nazaré.

Marielle, negra, favelada e da Maré.

Jesus chegou metendo bronca no Templo.

Marielle chegou metendo bronca na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A Cruz não foi capaz de silenciar a voz de Jesus, e aqueles tiros não foram capazes de silenciar a voz de Marielle.

Nós estamos vivos e o sonho permanece! Como a reverenda Inamar disse, eu quero reafirmar com todo amor e respeito que, os coronéis da fé, vendilhões do templo, Crivella, Malafaia e companhia matariam Jesus hoje.

Eles não controlam a fé da irmã Doroth; de Francisco de Assis; de Chico Mendes; de Tereza Dávila; de Martin Luther King; de Marielle Franco; de João Batista; de Jesus de Nazaré.

Eles não controlam esse povo preto, esse povo pobre, esse povo que usa o nome de Jesus para promover o amor e a graça.

E eu quero terminar dizendo, com todo carinho que, o sonho ainda está vivo! Eu quero dizer que é preciso respeitar a dor, é preciso respeitar a dor. A dor é um solo sagrado. Se estamos chorando? Estamos! Se nos sentimos fracos, às vezes? Sentimos! Mas as nossas lágrimas e as nossas fraquezas vão mover a estrutura desse mundo. E nós ainda sonhamos! Está de pé o sonho, por um país, em que os negros não sejam culpados até que se prove o contrário. Um sonho de um país em que as mulheres derrotem de vez o machismo; o sonho em que seja justa toda forma de amor; o sonho em que o Parlamento seja ocupado por indígenas, quilombolas, camponeses, "sem teto", mulheres negras. O sonho em que nenhuma criança vai passar fome, que não haverá latifúndio, não haverá desigualdade social, não haverá ricos, nem pobres, porque a Justiça vai fluir.

Porque chega! Negros não voltarão para Senzala, LGBT's não voltarão para o armário, mulheres não voltarão para a submissão e os nossos sonhos não vão ficar num caixão; porque eles estão vivos! Nós somos a semente, nós somos o futuro, nós somos a Revolução.

A leitura do cristianismo professada por Henrique Vieira apresenta um Jesus Cristo negro, pobre e da periferia (de Nazaré), combativo frente às "falsas" lideranças religiosas e defensor das populações marginalizadas. Esse esforço visa a oferecer uma linha interpretativa alternativa da relação entre periferia e protestantismo, afastando-se e contrastando-se da abordagem militarizada, "bélica", guerreira e disciplinar muito presente nas Igrejas das periferias.

Sua posição no campo vem chamando atenção para a necessidade e mesmo a urgência de construção de um diálogo da "esquerda" com as populações evangélicas das periferias urbanas brasileiras. Seus vídeos procuram romper as fronteiras denominacionais, ao circular de modo mais "desinstitucionalizado" por páginas do Facebook e grupos de Whatsapp. Mas tudo isso não se dá sem conflitos.

Diferentes grupos evangélicos questionam as leituras feitas por Henrique Vieira. Quanto ao discurso no ato ecumênico aqui transcrito, diferentes páginas na internet criticaram o modo como o pastor teria "comparado Marielle a Jesus"¹⁵. Outros afirmavam que a "esquerda" estava achando que os evangélicos eram burros e que apoiariam um pastor que "defende o aborto" e "apoia a homossexualidade"¹⁶.

Além dessas esperadas críticas internas ao campo evangélico, vale ainda uma análise mais cuidadosa desse discurso que vem conquistando as esquerdas, ou seja, da ideia de que

15 <https://noticias.gospelmais.com.br/henrique-vieira-compara-marielle-franco-jesus-96374.html>, acesso em 29 jun. 2018.

16 <https://noticias.gospelprime.com.br/psol-lancara-pastor-candidato-para-enganar-conservadores/>, acesso em 29 jun. 2018.

há “verdadeiros pastores e falsos profetas”, estes últimos os “coronéis da fé”. Além de fundamentalmente teológico, esse discurso toca em um ponto sensível do debate da relação entre evangélicos e política: a ideia forte de voto de “rebanho”, que tem como pano de fundo uma concepção da “religião” como campo de construção de susceptibilidades e manipulações que captura pessoas “vulneráveis”, conjugada a uma possível leitura de “classe” (sobre como votam os pobres, dada a convergência entre pentecostalismo e periferias) e de percepções de racionalidades e irracionalidades (leia-se fé).

Vale destacar que a própria estrutura política brasileira comunga dessa mesma preocupação quanto à possibilidade de “influência” de pastores candidatos ou que apoiem explicitamente candidaturas, no exercício de suas funções pastorais¹⁷. Discutem-se iniciativas que propõem o afastamento das lideranças de suas funções eclesiais em período eleitoral. Questiona-se, neste sentido, e com foco específico nos evangélicos, quando o “abuso” do poder religioso vira crime eleitoral. Cogita-se o uso da “influência” do líder espiritual para “seduzir” seus fiéis e capturar sua liberdade de escolha, convencendo-os a aderir a certa candidatura. Refaz-se assim a pergunta: “onde termina a liberdade religiosa e começa o proselitismo político?”, e em que casos o problema é colocado nesses termos.

Mais uma vez, percebe-se que a estrutura política brasileira acompanha, nos termos da relação entre religião e Estado, a historicidade das relações entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Como na tradição católica, o protagonismo político não se construiu através de seus líderes eclesiais, não há um quadro de referências consolidado para lidar com a presença de pastores evangélicos como candidatos, nem com o apoio explícito de pastores a candidatos aos cargos eletivos.

Apresento aqui, a fim de concluir estas reflexões, dados de minha recente pesquisa de campo em um ministério evangélico nas periferias do Rio de Janeiro, de modo a oferecer elementos para as questões sobre a formação de campos políticos no cotidiano das práticas de grupos evangélicos e como esta formação se dá em diferentes frentes, ações e linguagens.

“A igreja está de pé”: campos de formação política; campos políticos em formação

Acompanho, desde 2016, o Ministério Flordelis, em São Gonçalo (RJ). Interesse-me principalmente pelo “Congresso Internacional de Missões” – CIM – organizado anualmente há mais de 10 anos na Cidade do Fogo, templo desse Ministério. Nos anos em que acompanhei esse Congresso, ele foi realizado sempre no mês de setembro e na semana do dia 7 de setembro. Esse evento reúne um número expressivo de preletores e cantores dos mais diversos projetos evangélicos e políticos do Brasil. O campo menos representado nesse Congresso é o da IURD, que se articula muito mais dentro de seus próprios templos e seu partido.

O CIM – Congresso Internacional de Missões – é organizado pelo Ministério Flordelis, conduzido pelo casal Anderson do Carmo e Flordelis, com sede em São Gonçalo, RJ. As ações desse casal destacaram-se na mídia a partir de um ato fundacional de suas práticas sociais quando adotaram, de uma só vez, 37 crianças. O Ministério Flordelis possui igrejas em diferentes locais da região metropolitana do Rio de Janeiro. Além de sua sede em São Gonçalo, possui uma igreja no bairro de Jardim Catarina, ainda em São Gonçalo; uma igreja em Niterói (Piratininga), outra em Itaboraí e também uma congregação em Maricá.

17 https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/abuso-de-poder-religioso-divide-cortes-eleitorais-e-e-contestado-por-pastores.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha?loggedpaywall, acesso em 06 jun. 2018.

Nas eleições municipais de 2016, a Pastora Flordelis foi pré-candidata à prefeitura de São Gonçalo (segunda maior cidade do estado do RJ, com mais de um milhão de habitantes). A formação de alianças entre os partidos no processo de definição de candidaturas nos municípios fez com que Flordelis retirasse sua candidatura em apoio a outro candidato da coligação de seu partido. Um de seus filhos, Misael, foi candidato a vereador de São Gonçalo. Seu nome na candidatura era “Misael da Flordelis” e seu lema, “Vou dar a volta por cima”, título e refrão de um dos hits gospel de sua mãe, Flordelis. O Ministério Flordelis possuía um candidato a vereador em cada cidade onde tem uma igreja. Misael foi eleito em São Gonçalo. Flordelis é, atualmente, pré-candidata a deputada estadual pelo PSC.

Através do CIM aprendi muito sobre a estrutura local e regional dos Ministérios, sobre a articulação dos ministérios regionais e suas conexões com projetos nacionais e internacionais. A imagem do CIM é a imagem da potência agregadora do Ministério Flordelis. Seus cartazes de divulgação são povoados por palestrantes e cantores cujos pertencimentos revelam uma trama de atores institucionais que ali anualmente se encontram. As continuidades indicam as alianças políticas mais sólidas, e as variações apontam para as alterações no campo.

A abrangência territorial dos convidados (vindos de diferentes estados do país e alguns de outros países) exalta o alcance expansivo do Ministério; as caravanas vindas de diferentes regiões do estado do RJ confirmam a capilaridade e o poder agregador do Ministério; enquanto a ampla adesão dos moradores do entorno confirma o enraizamento das práticas desse projeto na localidade. Completando o campo de formação de escalas, o Pastor comunica, na abertura de um dos cultos do evento: “O CIM está sendo transmitido todas as noites ao vivo pelo YouTube. Estamos sendo assistidos em mais de 32 países e nossa audiência já é de quase 1 milhão de pessoas”.

Inscribe-se assim nos territórios um modo próprio de fazer política que agrega atividades nas Igrejas, projetos de assistência, capacitação profissional, cuidado, eventos de rua, lazer, entretenimento, música, dança, teatro, palestras, pregações, tudo isso formando um agregado coeso de ações e experiências da vida cotidiana. Onde aprender, divertir-se, emocionar-se, engajar-se, trabalhar, entre outras atividades, acontecem na fluidez da vida social cotidiana, a partir do que é viabilizado por um projeto religioso abrangente, territorialmente ancorado e cotidianamente reforçado.

Analisando a configuração do CIM nos últimos anos, incluindo nos últimos, nos quais pude estar presente, identifico a presença fiel e contínua de diversos atores do campo religioso mais conservador que foram aqui identificados. Silas Malafaia, Marco Feliciano, entre outros, participam das atividades do CIM há muito tempo. Apesar de não serem parte do cotidiano das práticas do Ministério Flordelis, sua presença anual na sede desse projeto em São Gonçalo atualiza sua articulação com os membros dessa Igreja, mas também com a população mais ampla que frequenta o Congresso.

Além dos pastores, o CIM é um evento articulador da potência política da indústria cultural gospel, atualmente centralizada na MK Music¹⁸, a maior gravadora de música cristã brasileira. Nos diversos dias do CIM (que dura em média uma semana), apresentaram-se, nos últimos anos, vários cantores do *cast* da MK Music. Esses cantores e cantoras articulam outra mediação central nesse ministério: a dos projetos políticos e morais mais amplos, com a experiência cotidiana dos atores. Nas letras dessas canções, assim como em suas melodias, mobiliza-se um modo de vivenciar essa experiência afetiva e política. No ministério Flordelis, a música é elemento fundamental da política articulada por essa pastora/cantora, que “ministra” mesclando palavras e canções.

18 <http://www.mkmusic.com.br/>, acesso em 01 jul. 2018.

A postura apresentada por este Ministério e sua pastora Flordelis, em meio a tantas crises institucionais vivenciadas no país nos últimos anos, vem reafirmando continuamente a força da Igreja. Pode-se dizer que, nesses anos de “crise”, o Ministério Flordelis fez parte de um campo que, na prática, se fortaleceu e estreitou alianças. Um campo no qual os sentidos da representatividade política não esmoreceram e novos quadros (como a própria pastora) se apresentaram à vida pública. O CIM de 2016 teve por tema “em tempos de crise, a igreja está de pé”. A mensagem da música de Flordelis explicitava essa mensagem de força religiosa e política naquele momento de “crise política”, em um cenário pós-impeachment:

A igreja está de pé, mais forte do que nunca está de pé
 Na luta está orando, na prova adorando
 Mesmo perseguida ela vai rompendo em fé
 A igreja está de pé, mais forte do que nunca está de pé
 Vai vencendo as batalhas
 Pisando na serpente pregando a palavra ela
 Vai rompendo em fé

A igreja está de pé, a igreja do senhor está de pé
 Vencendo este mundo triunfando sobre o inferno
 Erguendo sua bandeira
 (Levantando a bandeira)
 (A igreja está de pé)

O mundo atacando e a igreja está de pé
 O mundo oprimindo e a igreja está de pé
 O mundo insistido e a igreja está de pé
 O mundo desesperado e a igreja está de pé

A igreja está de pé e não para de adorar
 A igreja está de pé e não para de crescer
 A igreja está de pé fazendo a diferença
 A igreja está de pé, declarando que Jesus voltará

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi apresentar um panorama de alguns campos de atuação política situados na articulação entre projetos evangélicos e as periferias urbanas. Optei, neste exercício, por apresentar aspectos mais variados do campo e por isso a montagem do argumento aqui apresentado conduz menos a uma “conclusão” a partir dos dados, mas à sistematização de alguns problemas centrais no campo.

A questão da “ordem” é um desses problemas centrais. Quanto mais o Rio de Janeiro (e o Brasil) são pensados enquanto cenários de “caos” e “desordem”, mais se fortalecem respostas que propõem a “ordem” como solução. Sugiro, à guisa de conclusão, uma reflexão mais ampla sobre os modos de representação da “crise” política, por entender que imaginários de “caos” são componentes centrais das respostas mais conservadoras de ordenamento. Assim como nas reflexões acerca da “metáfora da guerra” desenvolvidas por Márcia Leite (2012), cabe aqui uma discussão mais qualificada das “metáforas do caos e da desordem” e seus efeitos refratários de fortalecimento de projetos de ordem e disciplina.

Destaca-se ainda a relevância de uma leitura mais integrada do campo da política para

uma compreensão mais densa da relação entre evangélicos e política. Considero indispensável a inclusão de campos simbólicos e culturais, como a música gospel, enquanto mediação indispensável para a configuração mais orgânica desse quadro. Retomo aqui a inspiradora análise de Novaes (2001) sobre essa questão:

Não há como compreender as instituições religiosas sem localizá-las nas disputas históricas que conformaram o campo político. A política não é feita apenas de razão prática. Não há política sem símbolos. Vários recursos do “fazer político” provêm do campo religioso. Os símbolos religiosos têm sido inseridos em todas as questões humanas e sempre aproveitados para fins políticos. Mas os símbolos religiosos não esgotam seus significados quando são usados de maneira instrumental. Enfim, o desafio analítico maior está em reconhecer tais especializações, historicamente construídas na modernidade, sem reificar a oposição entre o político (*locus* da razão, da ordem pública) e religioso (*locus* do simbólico, da ordem da vida privada). Trata-se, antes, de apreender os efeitos da religião sobre a política e vice-versa. (p. 61)

Neste sentido, integrar a música gospel às reflexões sobre religião e política implica não apenas identificar os atores institucionais da relação entre mercado, religião e política (como gravadores, rádios, TVs, etc.), mas também qualificar o modo como as experiências políticas e religiosas estão sendo formuladas a partir dessa relação que congrega mensagens, sentidos, estéticas, gostos, éticas, práticas corporais e sensoriais. E estas não se encontram circunscritas a projetos institucionais. Sua fluidez é a do cotidiano, e sua aparição é aquela da vida ordinária e seus desafios.

Não são raros os momentos em que, em sepultamentos de jovens das periferias urbanas, familiares e amigos cantam juntos a música “Restitui”, cântico muito conhecido do repertório gospel brasileiro.

Os planos que foram embora
O sonho que se perdeu
O que era festa e agora
É luto do que já morreu
Não podes pensar que este é o teu fim
Não é o que Deus planejou
Levante-se do chão, erga um clamor

Restitui, eu quero de volta o que é meu
Sara-me e põe teu azeite em minha dor
Restitui e leva-me às águas tranquilas
Lava-me e refrigera minh'alma
Restitui
E o tempo que roubado foi

Não poderá se comparar
A tudo aquilo que o Senhor
Tem preparado ao que clamar
Cria por que o poder de um clamor pode ressuscitar

Se um certo campo *gospel* que expressa projetos (públicos) de ordem tem ocupado nossa atenção (e mesmo ofuscado o olhar das pesquisas), é fundamental desviarmos nosso olhar para repertórios que têm sido vivenciados amplamente como um campo de sentimen-

tos que habitam experiências das resistências cotidianas nas periferias urbanas brasileiras. A expressão da dor nesses territórios é também evangélica, assim como suas lutas e seus sentimentos de injustiça. É importante que as pesquisas qualifiquem essas resistências e integrem essas vozes ao cenário das ações políticas locais. Pela via da relação entre atores do campo evangélico e as ações de movimentos políticos urbanos voltados à questão do direito à moradia, de combate ao racismo e direitos das mulheres e da população LGBT, certamente temos muito a aprender sobre outras formações dessas articulações, seus agentes e mediadores.

Referências bibliográficas

- ALBERNAZ, E. R. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Cad. CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 525-539, dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos Cebrap*, v. 68, p. 94-106, 2004.
- ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- BIRMAN, P. Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 209-226, 2012.
- _____. Feitçarias, territórios e resistências marginais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 321-348, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- CUNHA, M. *A explosão gospel*. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Instituto MYSTERIUM, 2007.
- LEITE, M. S. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. bras. segur. pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012.
- MACHADO, C. B. The church helps the UPP, the UPP helps the church: pacification apparatus, religion and boundary formation in Rio de Janeiro's urban peripheries. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, set/dez. 2017b. Brasília, ABA. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/carly-barboza-machado-the-church-helps-the-upp-the-upp-helps-the-church-pacification-apparatus-religion-and-boundary-formation-in-rio-de-janeiros-urban-peripheries/>.
- _____. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. *Rev. bras. Cie. Soc.*, São Paulo, v. 32, n. 93, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000100509&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- _____. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C. e CARNEIRO, S. (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- MARIZ, C. A teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da literatura. *BIB*, v. 47(1º semestre), p. 33-48, 1999.

NOVAES, R. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio, 2001.

SANT'ANA, R. *A nação cujo deus é o senhor: a imaginação de uma coletividade "evangélica" a partir da Marcha para Jesus*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

VITAL, C. *Oração de traficante*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

A constituição de sujeitos políticos em uma metrópole fora do eixo sudeste, um desafio teórico e de ação política¹

Vitor Fonseca Santos

Advogado, mestre em sociologia pela UFBA, assessor de movimentos sociais, coordenador do IDEAS Assessoria Popular.

Agradeço o convite para essa mesa sobre o tema que tem motivado muitas discussões e os ânimos de renovação nos modos de pensar a política. Por ser um pressuposto da minha fala, antes interessa questionar sobre a maneira como fazemos esses espaços de exposição e debate. Em sua obra, o pensador Martin Buber (2001) faz uma distinção que considero fundamental quanto à possibilidade do efetivo diálogo ou da realização do dialógico. Segundo ele, a maior parte do que denominamos como conversa ou conversação entre os homens, se fôssemos mais precisos, deveríamos chamar de palavreado. Em seminários, congressos e espaços destinados ao debate é corriqueiro e habitual que não se fale para o outro, mas diante do outro. Um falatório sem sentido, no qual se extingue a possibilidade da relação, justo em um contexto no qual precisamos de mais encontro, do que Buber conceitua como “diálogo autêntico”. Para isso, é necessário desencastelar as nossas certezas, abrir espaço para a reciprocidade, para a mutualidade. Esse é um desafio de primeira ordem na política que não se deve confinar em espaços privilegiados, precisa estar na vida como um fazer em comum e solidário.

A vontade que tenho é deixar de lado o que eu tinha preparado para falar e debater as provocações que surgiram aqui. É inevitável começar pela fala de Carly Machado, pois considero que ela traz muitos aspectos essenciais para leitura da nossa conjuntura e das repercussões nos territórios populares. Notório que existe uma organização política forte e ascendente das religiões neopentecostais. Usando a linguagem da esquerda, essas organizações religiosas tem um trabalho de base eficiente, além de avançar na compreensão e na disputa do Estado. Infelizmente, a maioria dessas igrejas atua nas periferias e comunidades sob uma orientação política extremamente conservadora que reforça as opressões e a sujeição dos setores populares.

Em contraponto, há no Brasil uma longa tradição de organizações empenhadas no trabalho comunitário de horizonte emancipatório e afinadas com as práticas da educação popular. No entanto, para quem trabalha na assessoria popular é perceptível que estamos sobre os entulhos de um projeto político da esquerda. No contexto de Salvador, fiz o levantamento das organizações que se dispunham ao trabalho de coletivização e conscientização “com o pé no barro”, mas muitas delas fecharam as portas, faliram, não conseguiram manter-se por razões diversas, e as que persistem funcionando, subsistem com redução de equipe e de

¹ Este texto é resultante da minha intervenção na mesa “Transformações em território: aspectos e leituras das transformações em curso”, no Colóquio “Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território”. Mantive a primeira parte da intervenção e seu tom coloquial para esta publicação, como forma de registro da interlocução ali estabelecida: as questões iniciais registradas neste texto foram formuladas diante das minhas próprias questões e dialogam fortemente com o texto construído para a apresentação na mesa.

recursos². Além disso, existe muito de “onguismo” nos tempos de hoje, uma degeneração do trabalho voluntário e solidário que, em muitos casos, esvazia os sentidos do fazer político em favor dos ditames dos financiadores e de práticas assistencialistas. Sem adentrar nas possíveis causas, esses aspectos da realidade nos oferecem pistas das transformações declinantes das organizações de assessoria popular e seus impactos na formação política dos sujeitos nos seus espaços de reprodução social.

No âmbito da disputa do Estado, a face mais aparente do processo em curso expõe um amplo avanço do capital sobre conquistas históricas da classe trabalhadora. São notórios os ataques aos direitos sociais consagrados a tanto custo no Brasil a partir do marco da Constituição de 1988, que tornou possível, por exemplo, o Sistema Único de Saúde, o Estatuto da Cidade, assim como a regulamentação de tantas outras garantias e direitos fundamentais. Entretanto, essas conquistas não surgiram por acaso, tampouco foram dádivas oferecidas pelos congressistas. Todas elas resultaram da emersão das lutas sociais no país, sobretudo, ao longo das décadas de 1970 e 1980, com um intenso trabalho de base, de organização e politização no chão de fábrica e nos bairros. Portanto, os avanços e retrocessos nas garantias sociais resultam de um incontornável desafio de disputa da sociedade, que segue nesse momento em curva descendente para os grupos minimamente progressistas.

Por trás desse cenário de desmonte e fragilização dessas organizações que agitavam o trabalho de base encontra-se subjacente um efetivo distanciamento das principais e maiores organizações de esquerda da própria sociedade, à medida que desprestigiam e secundarizam essa atuação nas periferias das grandes cidades. As organizações criadas nas últimas décadas com o objetivo de unificar os diversos setores da esquerda, com destaque para o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, de modo predominante, deixaram a combatividade de lado e assumiram práticas voltadas para as negociações e as conciliações de interesses. Há uma prevalência, que não poderíamos esperar, de um trato político distanciado do povo como simples eleitorado, massa manobrável ou público consumidor. Diante de todos nós fica exposta a ruína de um projeto, que perfaz toda uma cultura política de esquerda desenvolvida no Brasil ao longo de 30 ou 40 anos. Mas não se trata apenas de um debate sobre mudança de prioridades com a maior institucionalização, burocratização e assunção ao poder de Estado. A questão de fundo é uma ruína do ponto de vista ético.

A militância de esquerda entoa discursos em favor da classe trabalhadora, do povo negro e das suas mazelas, mas qual orientação oferece para a relação com esse outro? Que nível de compromisso temos com essas comunidades e com essas pessoas que precisam enfrentar diariamente os problemas e as dores tão suscitadas nos discursos engajados? Sob o discurso de fazer o bem e dar visibilidade a essas comunidades, os usos instrumentais são inegáveis, feitos por políticos, pela responsabilidade social das empresas, por pesquisadores universitários, até mesmo pelas próprias lideranças populares. Uma racionalidade calculista e desumanizada tem lastro nas práticas políticas e, não à toa, Dardot e Laval (2016) reconhecem nos nossos tempos uma racionalidade política neoliberal. Acredito que existe um desafio aí que nos coloca diante da necessidade de nos voltarmos cada vez mais para essas comunidades, de estabelecer um envolvimento mais direto, pessoal e uma coresponsabilidade. Essa relação política com os “de baixo” precisa ser revista. É exatamente o que eu tenho me desafiado a fazer nos últimos anos.

2 Entre as entidades de assessoria popular urbana extintas constam, por exemplo, a Comissão de Justiça e Paz (CJP), a COMUNA, o Centro de Assessoria Jurídica Popular (CAJUP), assim como passou por uma redução significativa de equipe do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Atualmente, atuo na assessoria ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), que abrange diversos espaços no estado da Bahia, entre conjuntos habitacionais, ocupações e núcleos. Tenho acompanhado a campanha “Reaja ou será morta, reaja ou será morto” que enfrenta o genocídio do povo negro no país, fazendo um enfrentamento direto aos assassinatos cotidianamente produzidos pelo Estado brasileiro. Em decorrência de um longo trabalho da “Reaja” no sistema prisional, pude acompanhar as atividades da Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas do estado da Bahia (ASFAP), com os presos do Complexo Penitenciário de Salvador “Lemos de Brito”. Vale reforçar: estes também são sujeitos políticos, a despeito da existência de um preconceito muito grande da esquerda ao lidar com determinados grupos sociais.

Nessa oportunidade, o que eu tenho a dizer envolve uma vivência que é passível de ser compartilhada. Acontece que quando se está vivendo muito intensamente é comum que haja dificuldade para sistematizar essas experiências. Essa dificuldade me aflige por estar imerso no trabalho de assessoria e advocacia às organizações populares e aos movimentos sociais. Na exposição de hoje, devo ater-me às experiências e as impressões decorrentes do trabalho na assessoria às comunidades e aos movimentos sociais em Salvador, com um relato do contexto do seu Centro Tradicional, sendo esta uma primeira tentativa de síntese dessa práxis. Deste modo, trato do tema proposto com a provisoriidade e a precariedade de um discurso pouco lapidado sobre essas experiências.

Notas sobre a prática da assessoria popular urbana

Em meio a todas as contradições que se colocaram para o campo da esquerda no Brasil durante as gestões petistas no governo federal, os coletivos, movimentos sociais, tendências partidárias e sindicatos ofereceram diferentes respostas em uma conjuntura de importantes conquistas, mas voltadas para o mercado, o que se expressou em dissensos, disputas e mais fragmentação. As alternativas discursivas e práticas ensejadas na relação com o governo e suas políticas sociais foram variadas e divergentes.

Na Bahia, a sequência de governos estaduais do PT ajudou a aprofundar o comedimento das ações, o abrandamento das lutas e, com efeito, gerou uma maior debilidade dos movimentos populares. Estes seguiram entre “a cruz e a espada”, lutando pelos avanços sociais que podiam alcançar, todavia, numa conjuntura em que os avanços mais impetuosos foram nos processos de acumulação das mais diversas frações do capital.

O trabalho de base comunitária arrefeceu e as organizações de assessoria popular sentiram os efeitos conjunturais, sobretudo, aquelas que não seguiram no rastro das oportunidades oferecidas para políticas sociais de governo. Justamente nesse contexto, quando mais se observou o afastamento ou o estreitamento da atuação de companheiros do campo da esquerda, o cenário político foi sacudido por grandes manifestações. A hegemonia do PT à frente do governo federal ruía.

Voltei a uma militância ativa em Salvador na atuação do coletivo de advogados populares nos casos de prisões ilegais nas manifestações nas Copas das Confederações e do Mundo de futebol e, em seguida, na construção do III Congresso do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) em 2014. Essas experiências compartilhadas foram importantes na disposição para rever os caminhos e as formas de atuar.

No período que antecedeu às manifestações de junho de 2013 no Brasil, grandes ci-

dades de todo o mundo já vinham sendo palco de mobilizações e protestos, cujas características desafiavam ativistas, cientistas e analistas políticos no conhecimento da extensão e do peso das suas implicações na sociedade (Harvey; Maricato et al, 2013). O que havia de aparentemente inovador em movimentos recentes, como o “Occupy Wall Street”, o “15M” (movimento dos indignados) na Espanha, a ocupação da praça Taksim na Turquia, o movimento “Passé Libre”, foi a exposição da insuficiência dos traçados explicativos frente ao alcance desses fenômenos. A dificuldade de leitura desses processos de luta impulsionou a busca de referências e a expectativa de uma renovação das práticas e discursos.

Mais que uma suspeita, em meio a um processo de produção do espaço urbano cada vez mais excludente e violento com o avanço da lógica do consumo e do capital sobre territórios antes pouco explorados, as mobilizações e protestos evidenciavam a ascensão das insatisfações nas grandes cidades. A partir dessa avaliação, iniciamos a articulação de um pequeno grupo com o objetivo de colocar o trabalho de assessoria e advocacia de modo prioritário a serviço da luta popular no contexto dos conflitos decorrentes das espoliações urbanas, remoções forçadas promovidas por agentes do Estado e da iniciativa privada. Assim, a ONG Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais (IDEAS), criada anos antes por um conjunto de companheiros recém-saídos da universidade, foi redirecionada para o desafio de viabilizar o trabalho de assessoria popular.

Assimilamos outros critérios de ordem prática, dentre eles, “territorializar” a nossa atuação, a partir de uma análise prévia das dinâmicas e conflitos urbanos na cidade. A leitura política passa a ser feita a partir dos territórios, da sua ocupação material e imaterial pelos grupos, lideranças e suas organizações, visando à apreensão das correlações de forças entre associações de bairro, movimentos sociais, igrejas, tráfico de drogas, ONGs, órgãos de estado, entre outros. Desse modo, decidimos priorizar o centro antigo de Salvador por concentrar uma sobreposição de intervenções do Estado e da iniciativa privada que afetam diretamente muitas comunidades e trabalhadores com um elevado grau de acirramento dos conflitos.

Ainda prevaleceu, na orientação da assessoria popular, a definição da experiência como ponto de partida e de chegada. Este critério fundamental envolve o esforço por despir-se dos preconceitos, das cartilhas de esquerda e, antes de arriscar maiores definições e avaliações, mergulhar na experiência desses espaços e com essas pessoas que lá estão vivendo suas lutas diárias. Chegamos tão munidos de posições, interesses, pretensões, às vezes tão cristalizadas nas nossas falas, que se encerra a possibilidade do encontro em oportunidades que deveriam ser de conversa, de pensar o que faremos juntos.

Embora tal pressuposto nos tenha exposto a falhas e desgastes do complicado exercício franqueado da horizontalidade, por todos os confrontos decorrentes das diferenças e dos interesses divergentes, os aprendizados sobre os limites e possibilidades da horizontalidade nas relações políticas tornaram mais realistas as tentativas no seu exercício.

O que há de mais avançado no enfrentamento ao capital, arriscaria dizer, não está nos partidos e sindicatos, nem na intelectualidade orgânica, mas está no contexto no qual as contradições se dão de forma mais acirrada e emergente no cotidiano. As resistências e lutas já acontecem antes dos “educadores” chegarem, pela disposição daqueles que precisam ser criativos, porque são obrigados a enfrentar os desafios e a encontrar respostas em contextos de intensa repressão e exploração. Por exemplo, em uma das comunidades que acompanho, enfrentamos a maior dificuldade para conseguir que uma simples reunião funcionasse. Eu acreditava que eles não tinham experiência prévia de organização coletiva, que lhes faltava esse repertório de aprendizado. Estava enganado e meu olhar bastante contaminado, precisava mover minha ação de outro modo. Quando assim fizemos, eles expuseram sua forma

de organização. Perguntei, “quando é que vocês ficam juntos?”, “ah, a gente costuma se reunir para comer um sarapatel e tomar uma cerveja”, então pronto, vamos começar daí! Vamos repensar, retirar aqueles entulhos todos que temos da esquerda, suas certezas na maneira de fazer, por exemplo, uma reunião conforme a nossa ordem, para promover um falatório muitas vezes sem sentido. Para gerar processos de auto-organização precisamos de mais disponibilidade ao diálogo com os sujeitos e suas práticas nos territórios.

Deixei de citar, mas também faço advocacia sindical, o que me permite uma confrontação das experiências que é muito interessante. Para ilustrar o que estou dizendo, estive há duas semanas em Brasília para um encontro de sindicatos. O debate se iniciava com a conjuntura e fui animado, considerando que a participação seria muito interessante em razão da minha experiência com os movimentos populares. A centralidade do debate seguiu pela desconstrução ou destruição do Estado Constitucional de Direito. De fato, estávamos prestes a assistir à CLT tornar-se “encosto de porta”, a terceirização próxima de ser aprovada pelo STF e a reforma da previdência também seria votada. Diante da provocação, importava questionar para quem esse Estado Constitucional de Direito chega. E de que modo? Persiste um imenso fosso entre as classes sociais no país, a separação, o isolamento de uma grande parcela da população para a qual esse Estado nunca existiu, um verdadeiro *apartheid* pelo seu caráter discriminatório e racista.

Há distâncias enormes entre as experiências sociais no país, de um estado para o outro, em uma mesma cidade. As desigualdades são tamanhas que se torna comum perder de vista as condições desumanas que são concedidas a muitos dos que vivem do seu trabalho, o povo negro e o indígena. Não é surpreendente que, para muitos militantes de sindicatos, partidos e coletivos de esquerda, a realidade dos sujeitos das periferias seja uma espécie de instância ficcional. O povo negro e pobre de que tanto se fala quando não participa ativamente na construção do discurso sobre si mesmo (o que mais acontece) acaba por torna-se uma criação prévia, um objeto que existe apenas para confirmar o discurso daqueles que são os efetivos sujeitos políticos na relação, os mesmos que ocupam cargos, espaços de poder e representativos, sem partilhar e distanciados das experiências vividas nas periferias e favelas. Não é apenas sobre lugar de fala, é sobre ondes os pés pisam e a cabeça pensa o mundo. É sobre as diferenças das experiências de classe e como se dão essas relações.

Em suma, as orientações de ordem prática na assessoria popular conduziram-nos à prioridade do trabalho territorializado com comunidades e movimentos sociais no contexto das lutas urbanas. Ademais, a disposição para rever criticamente a relação assessor/assessorado em favor de uma maior valorização das experiências dos sujeitos políticos nos seus espaços de vida e trabalho. Sob essas diretrizes simples, pudemos desenvolver um trabalho com alguns resultados no antigo Centro de Salvador, que interessa apresentar como uma experiência de trabalho de base e de articulação política territorial.

Salvador e as disputas territoriais do seu Centro Tradicional

Em Salvador, existe um passado muito vivo, não só nas construções e nas obras arquitetônicas. Na cidade, as próprias relações sociais mantêm a memória do Brasil colonial. O Pelourinho é nada mais do que um espelho da forma como se trata a população negra no país. O nível de violência é condizente com o tratamento policial oferecido aos moradores das favelas, é memória corrente da escravidão.

É preciso entender a integração dos negros nessa sociedade, considerando que Salvador é uma cidade com cerca de 80% de população negra. Mesmo tratando-se de uma maioria, na realidade continuam sem alternativas na sua integração à sociedade de classes: ou oferecem sua disposição para o trabalho em situações substancialmente análogas à escravidão, ou somam-se à massa de desempregados e desocupados. E todos somos testemunhas das condições das empregadas domésticas, dos pedreiros, dos boias-frias, da precarização do trabalho, da luta contra a escravidão, que ainda é presente em vários espaços públicos e privados. A vida somente torna-se viável nas brechas nas quais há alguma possibilidade de conquistar o mínimo elementar para a sobrevivência.

Na sociedade brasileira perfaz-se um mercado de trabalho dotado de um imenso contingente de trabalhadores sem emprego, que tem na sua extremada precariedade de vida e trabalho uma garantia das condições de reprodução do capital. Salvador, por suas peculiaridades diante do desenvolvimento nacional, é o exemplar máximo de um setor informal que expressa a continuidade de ofícios desempenhados por sua classe trabalhadora negra desde os mais remotos períodos coloniais e republicanos. A expansão do sistema capitalista não alterou o quadro social de profunda desigualdade de Salvador, na qual uma imensa parcela da população empobrecida sobrevive como pode nos serviços que a cidade oportuniza.

Em uma cidade com baixo desenvolvimento industrial e escassez de empregos restam os trabalhos que ainda não foram extintos pela indústria e pelas novas tecnologias. O que se vê no antigo centro de Salvador é uma população negra que se ocupa como sapateiro, alfaiate, ambulante, “flanelinha”, mecânico. Falamos da baiana do acarajé com todas aquelas indumentárias e pensamos como algo bonito da nossa cultura, mas é sobrevivência. Talvez a única alternativa para garantir o pão de cada dia em um contexto no qual as mulheres negras foram jogadas nas ruas sem a possibilidade de manter sua sobrevivência e de suas famílias. Assim, seguem a trilha de uma longa luta pela liberdade, que em Salvador acontece nas oportunidades do dia a dia nas bancas nas ruas, nos seus ofícios e artes manuais, na informalidade, nas casas e terrenos ocupados para fins de moradia.

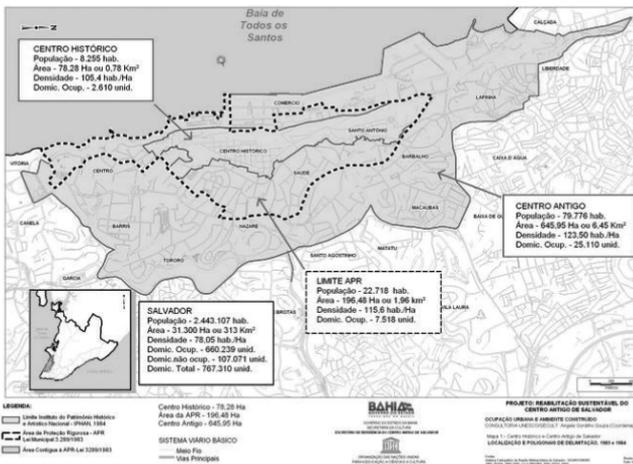
Os fenômenos urbanos encontram rigorosas explicações por meio de conceitos como “enobrecimento”, “gentrificação”, no entanto, por mais complexos e extensos que sejam as explicações destes fenômenos não prescindem dos fundamentos da exploração do trabalho pelo capital e as teias de sua realização. Por isso a importância da referência às classes sociais e sua luta como acontecimento real, processo social e histórico complexo. Vale dizer que não há um lugar privilegiado onde aconteça a luta, assim como não há de se falar de uma única classe trabalhadora, mas de uma heterogeneidade de classes trabalhadoras (Galvão, 2011). Existem trabalhadores artesãos, camponeses, operários, entre outras condições de exploração, que divisam formas pré-capitalistas e de assalariamento; ainda, as frações de classe, delineadas pelas diferenciações econômicas e no papel exercido nas relações político-ideológicas; há as diferentes identidades, experiências de vida e de luta dos trabalhadores, que revelam outras estruturas de dominação sobrepostas em hierarquias sociais de raça, etnia, gênero etc.

O modo pelo qual a desigualdade social se expressa no espaço urbano brasileiro, qual seja, mediante segregação sócio-racial, assume contornos dramáticos na realidade do antigo Centro de Salvador. De antemão, em uma cidade negra e sempre com altos índices de de-

semprego, os espaços centrais já são bastante disputados por concentrarem serviços, equipamentos, empresas, circulação de pessoas e mercadorias. As edificações, as ruas, as calçadas, o direito de ir e vir são alvos de disputa, em que se faz comum o uso da violência de Estado para reprimir e expulsar presenças “indesejadas”.

Essa área central de Salvador possui séculos de história e de intensa apropriação territorial por trabalhadores negros. O abandono pelas elites na passagem para o século XX tornou essa uma região ocupada pelo povo negro, suas práticas, vivências e ofícios. Tal como ocorre nas periferias e favelas, no centro existem territórios urbanos apropriados por comunidades estigmatizadas, onde vive uma população marginalizada e se concentram os problemas sociais, o abandono, a privação. Áreas proibidas, temidas em razão dos crimes, vícios e violências, que se faz crer dessa maneira em excesso, porque vista de longe, com uma visão negativa desproporcional da mídia, de agentes do Estado e da sociedade como um todo.

Nesse contexto, o Estado cumpre papel proeminente nas regulações do uso dos territórios e na escolha dos processos de acumulação capitalistas em diferentes períodos da cidade. No mapa abaixo, as duas demarcações indicam diferentes momentos e projetos de governo: o primeiro para o Centro Histórico e o segundo para o Centro Antigo de Salvador.



O que se chama de “centro histórico de Salvador” é um corredor turístico, do qual não se pode desviar sob o risco de ser assaltado. O Pelourinho é uma grande favela, que mediante a promoção do turismo teve viabilizado o passeio e a contemplação dos seus casarões e arquitetura. Acontece que essa viabilidade se fez à base da expulsão da população que ali vivia. As pesquisas chegam a indicar a expulsão de 95% dos moradores (Uriarte, 2003) durante o período do governo de Antônio Carlos Magalhães. Já a demarcação do Centro Antigo de Salvador resultou da ampliação do alcance no planejamento urbano do governo do estado da Bahia a partir de 2007, com o projeto de requalificação do governo Jaques Wagner do PT. Na prática, ampliou-se o alcance para o beneficiamento da apropriação por investidores privados de uma poligonal ainda maior.

No trabalho de assessoria às comunidades e aos movimentos sociais do centro fizemos um mapeamento dos processos de expulsão como parte do exercício de leitura territorial. Os registros foram feitos com base nas lembranças e no conhecimento das lideranças. Esse mapeamento, todavia, ainda não expressa o quantitativo real de expulsões de trabalhadores e dos conflitos passados e presentes, mas serviram de guia para a articulação entre os movimentos populares e na definição de ações prioritárias. Nesse mapeamento não estão inseridas, por exemplo, a totalidade das ocupações ameaçadas de outros movimentos do centro histórico e seu entorno imediato. Ainda assim, temos um indicativo do alcance ainda que parcial e provisório.

Mapa 1: Quantitativo de conflitos mapeados por lideranças de movimentos sociais



Fonte: IDEAS Assessoria Popular (acervo).

Vale destacar que no período das intervenções do governo de ACM e aliados houve resistência popular. Entre os moradores expulsos sem alternativas de moradia e trabalho, alguns deles não acataram a ordem higienizadora, resistiram ou voltaram ao centro histórico e ao seu entorno (na 7ª etapa, por exemplo, cerca de 30% do total, ou seja 241 famílias) (Mourad, 2011, p. 132). Após serem expulsos de suas casas, muitos ficaram na rua ou mantiveram o aluguel até quando possível; outros decidiram retornar após um período em bairros afastados. Cada um procurou arranjar-se ao seu modo, como relata uma dessas moradoras: *“Eu fiquei pulando de galho em galho. Mora aqui, mora ali”*. O certo é que, apesar do estímulo do governo à ocupação voltada para o comércio e os serviços, um grande quantitativo de edificações permaneceu sem uso, o que foi o ensejo para que alguns desses antigos moradores sem teto respondessem às medidas do governo com a reocupação de imóveis. Os antigos moradores saem do caminho por onde passam os turistas, mas reocupam este entorno imediato do centro histórico.

Ciclo recente de lutas, seus caminhos e descaminhos

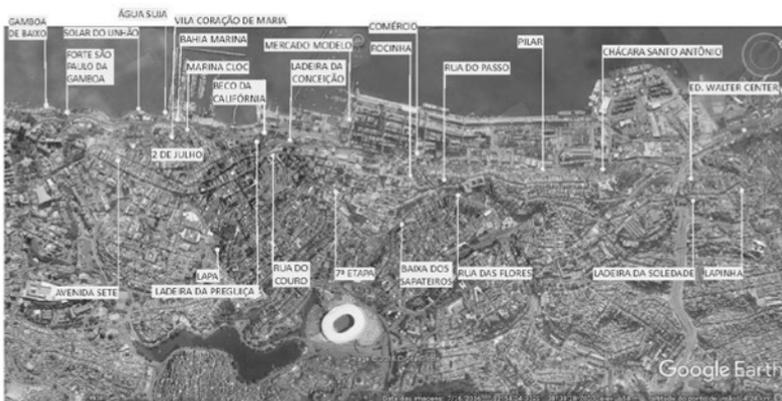
Nos últimos anos, a luta pela apropriação do Centro Antigo de Salvador torna-se ainda mais agressiva. Diversos órgãos de todos os âmbitos do Estado e investidores privados atuam em um

processo de espoliação com diversas intervenções que ampliam em número e alcance as violações nos territórios, as investidas contra os espaços de moradia e de trabalho das comunidades.

Decretos de desapropriação, demolições ilegais, projetos de urbanização elitista e eivados de irregularidades, remoções forçadas feitas por policiais sem identificação, por meio de ameaça, violência e tanto mais a perder de vista. Participam de diferentes formas para o mesmo processo de espoliação: Prefeitura Municipal de Salvador, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Cluster Santa Tereza, Governo do Estado da Bahia, LGR empreendimentos, entre outros.

Os alvos das expulsões são comunidades de vivências e experiências sociais com suas similaridades e particularidades – Moradores da Gamboa de baixo, Ladeira da Preguiça, Vila Brandão, Dois de Julho, Chácara Santo Antônio, Movimento Sem Teto da Bahia, artífices da Ladeira da Conceição da Praia –, mas compostas por uma mesma classe trabalhadora de imensa maioria negra. Classe social heterogênea, fragmentada nas diferenças, porém, submetida à exploração do seu trabalho e às mesmas práticas violentas e ilícitas. Abaixo alguns desses processos mapeados:

Mapa 2: Territórios de ocupantes populares expulsos ou ameaçados



Fonte: IDEAS Assessoria Popular (acervo).

No Centro Antigo de Salvador existe uma diversidade imensa de experiências de organização, de formas de inserção do trabalho, de gestão de vida nesses espaços, assim como distintas correlações com agentes do Estado, diferentes tempos e conflitos. As contradições entre as classes podem aparecer ainda sob múltiplas formas de luta política, às vezes, mais abertamente, noutras de modo mais velado, mas que expressam a contestação às diferentes formas de exploração e de dominação que emergem no capitalismo em cada formação social.

Nesse sentido, a realização de cartografias sociais³ permitiu aproximar a assessoria da diversidade dessas experiências de classe nos diferentes territórios. Na ladeira da Conceição funcionam oficinas de trabalhadores de ofícios tradicionais, que a partir do trabalho de base passaram a se autodenominar artífices (ferreiros, marmoristas, entre outros); na Gamboa de baixo, uma comunidade pesqueira; no bairro do Dois de julho, com ocupações artísti-

3 Projeto desenvolvido pelo IDEAS Assessoria Popular com o apoio da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional em comunidades do Centro Antigo de Salvador.

cas-culturais, comércio, serviços e moradia, predominantemente, de uma fração de classe com melhores rendimentos quando comparado as frações mais precarizadas. Junto a elas, já havia uma experiência prévia de assessoria às ocupações do MSTB, o que permitiu uma análise mais detida das potencialidades e fragilidades do processo de organização e de luta dos trabalhadores do Centro Antigo.

A partir de 2014, o nosso trabalho na assessoria popular desenvolveu-se sob duas frentes no centro: a) Trabalho de base e litigância estratégica com os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia; b) Estímulo à articulação entre lideranças de movimentos sociais e comunidades ameaçadas.

Os Artífices da Ladeira da Conceição, que há décadas viviam do trabalho desempenhado nos arcos da ladeira da Conceição da Praia, foram alvo de uma tentativa arbitrária de remoção no dia 15 de julho de 2014. Receberam notificações para saída em 72 horas, sem quaisquer esclarecimentos adicionais. Desde então, acompanhamos esses trabalhadores, que há gerações exercem seus ofícios, referências tradicionais desse local da cidade, em vista das violações de seus direitos e das práticas de racismo institucional perpetradas pelos órgãos públicos. A despeito dos esforços empreendidos para o diálogo, após longas jornadas de negociação, em que a Prefeitura de Salvador se comprometeu em garantir a permanência desses trabalhadores nos seus espaços de trabalho, foram submetidos a novas ações irregulares e violações.

Sob o pretexto das fortes chuvas e dos riscos de desabamento, em maio de 2015, foram surpreendidos por uma equipe da prefeitura, que a base de intimidação e de violência, interditou a ladeira, expulsou vizinhos sem notificação prévia e realizou a demolição de imóveis, inclusive prédios seculares. Na ladeira da Conceição, a Prefeitura Municipal de Salvador demoliu uma marmoraria e duas moradias (térreo e primeiro andar). No Centro Antigo, essas ações geraram o total de 31 imóveis históricos colocados abaixo.

Logo, a responsabilidade dos representantes do IPHAN-BA e da Prefeitura nesse absurdo atentado contra o patrimônio Histórico do Centro Antigo de Salvador também ficou evidenciado, o que ensejou diversos protestos e denúncias, destacando-se o pedido à UNESCO de três associações de arquitetos e urbanistas da Bahia, de inclusão das edificações do Centro Antigo de Salvador na lista dos patrimônios ameaçados.

A nota divulgada à época pelo IPHAN⁴ nacional referente ao caso pode ser contestada em vários pontos, a partir da análise dos fatos ocorridos. Na Ladeira da Montanha, o deslizamento aconteceu exclusivamente no fundo do imóvel nº 63, a cerca de 10 metros da fachada frontal do mesmo, que visivelmente não foi afetada, refutando, desse modo, a necessidade de sua demolição, bem como dos imóveis lateralmente vizinhos. Sobretudo, por tratar-se de área de preservação rigorosa, outros procedimentos deveriam ter sido adotados após o deslizamento, como o escoramento da fachada do imóvel nº 63 e a estabilização da encosta no local. A nota do IPHAN também não menciona as demolições dos imóveis da ladeira da Conceição, sobretudo as que se localizavam junto aos arcos, construções recentes e que não estavam sob risco, expulsando seus moradores com o objetivo de “limpar a área” para novos empreendimentos imobiliários. O direito de acesso à informação também foi violado, visto que o IPHAN não permitiu o acesso aos laudos que poderiam respaldar tais demolições em áreas tombadas.

Depois de um longo processo de mobilização e denúncia, os artífices solicitaram ao nú-

4 Para ver a nota do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2318/o-impacto-das-ultimas-chuvas-e-as-acoes-do-iphan-no-centro-historico-de-salvador-ba>

cleo de regularização fundiária da Defensoria Pública do Estado (DPE) uma reunião para retomar o processo de diálogo com a Prefeitura e o IPHAN com o intuito de garantir as atividades cotidianas dos artífices, bem como a consolidação da permanência nesse espaço. No dia 14 de julho de 2015, em reunião realizada pela DPE, o superintendente do IPHAN-Bahia à época, Carlos Amorim, assumiu o compromisso de atender a proposta de uma reforma em duas etapas, garantindo a permanência dos artífices e a manutenção do trabalho.

Com efeito, uma sequência de atos públicos, manifestações, reuniões, negociações com o Estado e formações estenderam-se nos meses seguintes. Nesse contexto, a Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro histórico de Salvador cumpriu papel fundamental, porque já possuía uma trajetória com certa dinâmica de reuniões e atividades. Uma rotina entre os movimentos foi desenvolvida em conformidade com um processo de planejamento continuado, em que as decisões eram tomadas pelas lideranças em espaços coletivos e deliberativos: reuniões nas últimas terças do mês, espaços formativos e reuniões extraordinárias.

Para denunciar o processo de gentrificação em curso, a Articulação fez uma série de intervenções públicas, dentre elas a participação na mesa “Cine Ativismo”, durante o evento “Panorama Internacional Isso é Coisa de Cinema”, com a apresentação de dois curtas - “Do Alto da Ladeira” e “O Patrimônio Afetivo: Uma arquitetura dos afetos na Ladeira da Conceição”⁵ -, acompanhado de uma intervenção durante mesa do então ministro da Cultura, Juca Ferreira, no Teatro Castro Alves; e um Ato Público na Ladeira da Conceição da Praia para denunciar a derrubada ilegal dos Casarões tombados.⁶

No dia 02 de julho de 2015, a Articulação saiu às ruas para denunciar as violações de direitos de moradores/as e trabalhadores/as do Centro Antigo de Salvador. Dias depois, em 6 de agosto, ocupamos a sede do IPHAN em Salvador para denunciar os desmandos do então Superintendente, e como resposta às reivindicações houve a substituição do Superintendente. Em seguida, no dia 08 de agosto, fizemos nova intervenção durante o Seminário “Centro Histórico de Salvador em Debate”, na Faculdade de Arquitetura.

Com o passar do tempo, ocorreu um progressivo arrefecimento das tensões, que reduziram as expectativas de avanços e conquistas junto aos entes públicos pela Articulação do CAS. Entre os fatores que concorreram mais decisivamente para o esvaziamento das esferas de negociação, destaca-se a tensão e a disputa pelo governo federal, no que logo viria a ser o processo aberto de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff, que resultou em loteamento de cargos e recuo das expectativas dos movimentos populares nas políticas de governo.

Desde então, o que se apresenta no contexto de Salvador (refletindo uma conjuntura nacional) são sucessivas derrotas e perdas no âmbito da regulamentação da política urbana, sobretudo, com os projetos desenvolvidos pela Prefeitura de Salvador sob a gestão de ACM Neto. A despeito de todo o desgaste do ciclo de lutas anterior, os movimentos da Articulação em reunião mensal de abril de 2015, entenderam como prioritária a participação na construção dita participativa do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e da Lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), que ameaçavam com as mais diversas proposições as comunidades e movimentos do centro.

A partir da deliberação de mudança do foco das ações da Articulação, as reuniões voltaram-se, prioritariamente, para o debate da legislação, seus impactos sobre as comunidades e as

5 Para ver os curtas “Do alto da Ladeira”, de Camila Mota, <https://youtu.be/FwnsoqBrNsA> e “O Patrimônio Afetivo...”, de Cao Ramos, <https://youtu.be/A9nTJ75hIT0>.

6 Estas intervenções resultaram em uma cobertura em parceria com a Mídia Ninja que pode ser vista em <https://youtu.be/oRB3G9YxA6Q>. Além da cobertura através de matéria também da Mídia Ninja, “Salvador e o enredo das demolições consumadas. O centro histórico sangra”, disponível em [https://ninja.oximity.com/article/Salvador-e-o-enredo-das-demoli%C3%A7%C3%B5es-no-centro-hist%C3%B3rico-de-salvador](https://ninja.oximity.com/article/Salvador-e-o-enredo-das-demoli%C3%A7%C3%A7%C3%B5es-no-centro-hist%C3%B3rico-de-salvador).

possibilidades de controle social sobre as alterações em curso. Atuamos em diversas Audiências Públicas do PDDU e fizemos uma série de atividades das quais resultaram os manifestos públicos “Contra um PDDU Racista e Higienista” e “Propostas para um PDDU Popular”, além de uma nota de repúdio contra a Prefeitura de Salvador. Essas intervenções ganharam importante repercussão na imprensa local, através das matérias de “Intervenção de movimentos sociais marcam primeira audiência que discute minuta do novo PDDU de Salvador”⁷.

As intervenções da Articulação surtiram efeito na repercussão crítica sobre o Plano Salvador 500 da Prefeitura Municipal, evitando que o mesmo fosse aprovado pela Câmara de Vereadores sem a necessária contestação. Algumas comunidades também obtiveram conquistas pontuais como a manutenção do reconhecimento da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) de Comunidade Tradicional para a Gamboa de Baixo e a inclusão da Vila Coração de Maria em ZEIS de Proteção Paisagística.

Acontece que, nessa conjuntura, a disputa institucional oferecia pouca margem de manobra aos movimentos sociais em meio às tendências políticas dominantes, sobretudo, nesses espaços nos quais a participação mostra-se bastante controlada e dirigida para os fins e os interesses do capital imobiliário e especulativo. As audiências aconteciam de maneira a inviabilizar a participação popular, em audiências longas, cuja condução mais atendia a uma participação meramente formal, quando as decisões já estavam tomadas e projetadas na contramão dos interesses da maioria da população.

A mobilização necessária a conter e disputar as direções desse planejamento urbano não foi possível alcançar em Salvador. Embora o exemplo das conquistas no PDDU de São Paulo⁸ emulasse as expectativas de ações mais enérgicas como a ocupação da Câmara Municipal⁹, a Articulação não ressoou em ampliação da mobilização entre outros movimentos sociais e organizações de Salvador. Em suma, os reflexos da fragilização dos movimentos populares, das associações de bairros e demais organizações da sociedade civil engajadas nas lutas sociais evidenciou os limites da disputa e a forte tendência à regressão e à perda de direitos até então conquistados.

Procede, justamente, da avaliação dos movimentos e comunidades da Articulação o entendimento da necessidade de retorno com maior incidência da assessoria popular ao trabalho nas comunidades. O diagnóstico é de redução do apoio das organizações envolvidas no trabalho de base comunitária e, por outro lado, de ampliação das dificuldades no processo de organização nos territórios, principalmente, em decorrência da ascensão da violência.

Portanto, em razão dessa avaliação majoritária entre os movimentos de base popular, começamos, progressivamente, a fazer um deslocamento do eixo de atuação, a fim de encontrar possíveis caminhos para o fortalecimento dos processos de organização dessas comunidades. Diante desse cenário, as resistências das comunidades e movimentos pelo direito à permanência seguem, na qual a articulação entre esses movimentos continua a cumprir papel fundamental.

No entanto, os projetos de governo em curso exigem como resposta a prioritária luta pela apropriação popular do espaço urbano do centro, principalmente, dos imóveis sem

7 Para ver os documentos resultantes destas ações: “Contra um PDDU Racista e Higienista”: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=744552582334301&id=703388879784005; “Propostas para um PDDU Popular”: <https://www.facebook.com/703388879784005/photos/pcb.746017178854488/746017178854508/?type=3>; “Nota de repúdio contra a Prefeitura de Salvador”: <http://www.passapalavra.info/2015/10/106627>; e para cobertura na mídia local: <http://participsalvador.com.br/2015/10/05/intervencao-de-movimentos-sociais-marcam-primeira-audiencia-que-discute-minuta-do-novo-pddu-de-salvador/>.

8 <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/06/30/o-novo-e-o-velho-no-plano-diretor/>

9 <http://participsalvador.com.br/2015/10/05/intervencao-de-movimentos-sociais-marcam-primeira-audiencia-que-discute-minuta-do-novo-pddu-de-salvador/#comments>

uso. Nesse sentido, torna-se um horizonte do trabalho de base e de articulação entre comunidades a construção dos alicerces para um processo de retomada de territórios antes ocupados por trabalhadores negros. Persiste entre os ocupantes populares o desafio de tecer espaços de solidariedade de classe. Arquitetar a luta por seus territórios de autonomia, pelo fortalecimento das relações comunitárias e contra o poder repressivo exercido pelo Estado sobre suas vidas.

Referências bibliográficas

BUBER, M. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro, 2001.

DARDOT, C.; LAVAL, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, n. 32, Campinas.

HARVEY, D.; MARICATO, E.; ŽIŽEK, S.; DAVIS, M. *et. al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MOURAD, L. N. *O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

URIARTE, U. M. Antropologia Urbana: problemas e contribuições. In: JUNIOR, M.; URIARTE, U. M. (orgs.). *Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA, 2003.

A natureza política da floresta: políticas de remoção e deslocamento forçado de povos indígenas durante o regime militar no Brasil*

* Este texto é resultado da edição e tradução do original publicado em: EANNA-SOPHIE SPRINGER & ETIENNE TURPIN, "THE WORD FOR WORLD IS STILL FOREST" Publisher: K. Verlag, Berlin, 2017.

Paulo Tavares

Arquiteto urbanista, professor de cultura visual e paisagismo na Universidade de Brasília (UnB); tem atuado como colaborador do coletivo de investigação Forensic Architecture.

Introdução

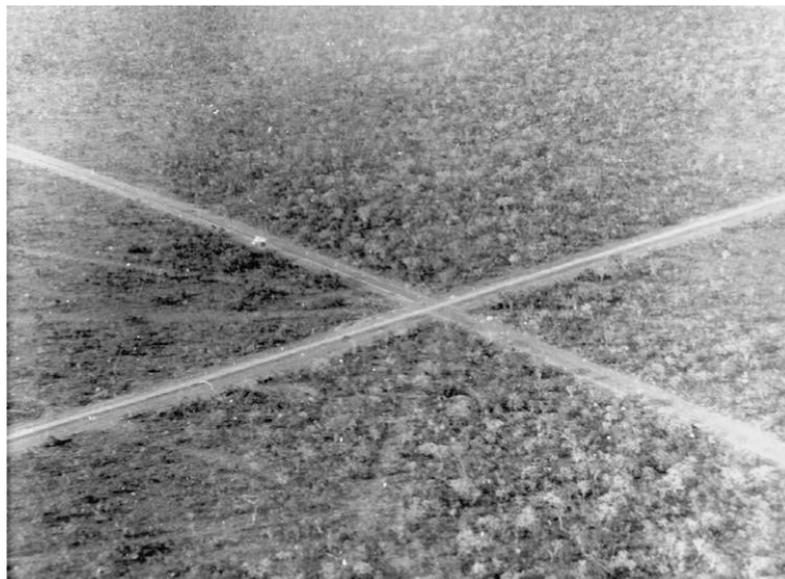
Nos imaginários coloniais-modernos, os povos indígenas da Amazônia têm sido frequentemente definidos por categorias que fazem referência ao incompleto, à ausência e à carência. Sociedades sem agricultura nem sistema de manejo de recursos; sem economias de mercado nem instituições governamentais completas; sociedades em estado de natureza, sociedades sem história (Clastres, 1987; Clastres, 2010). Um dos argumentos principais que respaldam este ponto de vista era a suposta inexistência de centros urbanos na paisagem da floresta. Teoricamente estavam limitados pelas condições ambientais dos trópicos e pelas restrições tecnológicas, dizia-se que os povos da floresta careciam do produto mais notável da "civilização": a cidade. Tratar-se-iam, portanto, de sociedades não urbanas, no sentido de que não poderiam desenvolver estruturas tecnológicas, espaciais, culturais e políticas que caracterizam a *polis*. As cartografias apresentadas neste artigo desafiam esta perspectiva colonial. São parte de uma investigação mais ampla sobre a campanha genocida levada a cabo contra os povos indígenas da Amazônia por parte do Estado brasileiro durante a ditadura militar das décadas de 1970 e 1980. Através de uma arqueologia da violência registrada em mapas, esta investigação revela uma imagem radicalmente diferente da natureza amazônica, demonstrando que a vegetação é em grande medida uma construção desenhada que resulta das diversas formas que as sociedades indígenas usaram, manipularam e transformaram a paisagem.

Terra Nullius – Tabula Rasa

Explicando o conceito sobre o qual se apoia o Plano Piloto de Brasília, a capital modernista do Brasil construída desde o zero no final da década de 1950 nos planaltos do interior do continente, o urbanista Lúcio Costa escreveu: "o Plano nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz" (Costa, 1957, s/p). Somente no início da década de 1970, quando o Brasil esteve sob uma ditadura militar, Brasília se teria convertido em centro *de facto* do poder político nacional. Para então, o programa colonial (tanto no seu aspecto simbólico como funcional) encarnado no seu desenho modernista da cidade – uma cruz urbana que demarcava a conquista de um território – expandir-se rapidamente para as profundidades da Amazônia.

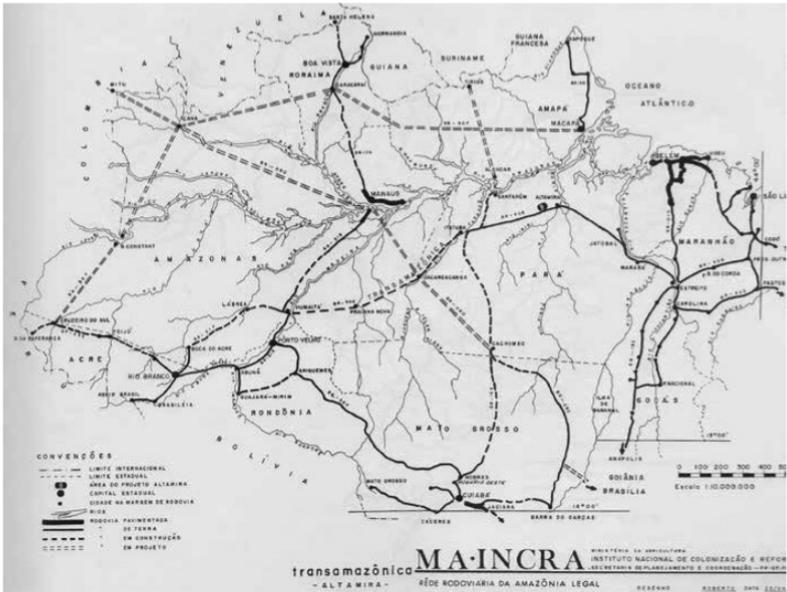
Assim como seus predecessores coloniais, os estrategistas e planejadores modernos definiram a Amazônia como espaço vazio caracterizado por sua carência crônica: vazio demográfico, subdesenvolvimento tecnológico, estagnação econômica e isolamento territorial. No livro *Geopolitics of Brazil* (1967), o general Golbery do Couto e Silva, autor intelectual mais influente da Doutrina de Segurança Social, descreveu a Amazônia como uma “ilha” gigante que flutuava às margens da sociedade nacional, e fora da geometria do Estado (Silva, 1967). Esta perspectiva neocolonial levou a ditadura militar (1964-1985) a desenhar uma estratégia de larga escala para “ocupar e integrar” a Amazônia, a qual Golbery descreveria como uma “manobra geopolítica para a integração do território nacional”. Tal estratégia se traduziu em uma série de experimentos radicais de planejamento espacial implantados como se a grande diversidade e complexidade dos sistemas socioambientais da floresta pudessem ser planejados e modificados em conjunto: uma *terra nullis* ou *tabula rasa*, homogeneizada para ser domesticada racionalmente, colonizada e redesenhada. Com ajuda de sofisticadas tecnologias de cartografia desenvolvidas pelo complexo militar-industrial da Guerra Fria, a floresta foi concebida e visualizada como um terreno de recursos ilimitados e abertos à exploração capitalista, onde se projetaria e implementaria uma série de imaginários cartográficos, discursos governamentais e estratégias espaciais, provocando mudanças drásticas e violentas, na paisagem natural e no campo social no interior da Amazônia.

Figura 1- *Fronteiras modernas coloniais*. O ponto zero de Brasília, aproximadamente 1957. “[Esta cidade] nasceu do gesto primário de quem marca ou toma posse de um lugar: dois eixos que se cruzam em ângulo reto, o mesmo signo da cruz”, escreveu o arquiteto urbanista Lucio Costa sobre seu desenho conceitual para a capital modernista do Brasil. Nas fronteiras do terceiro mundo, a modernização e o colonialismo se fizeram praticamente sinônimos. A arquitetura modernista foi um dos avatares mais poderosos de imaginário colonial. Fotografia de Mario Fontenelle.



Fonte: Cortesia do arquivo público do Distrito Federal.

Figura 2 - Desenho territorial. Mapa do Plano de Integração Nacional, Instituto de Reforma Agrária e Colonização (INCRA), 1971. Sobre o terreno, a “manobra geopolítica” do General Golbery se traduziu em uma matriz de rodovias de proporções continentais que interconectam uma série de “polos de desenvolvimento”. Os povos polos foram concebidos como enclaves modernizadores equipados com uma série de infraestruturas (represas, ferrovias, aeroportos, portos marítimos, etc.) para dar vazão às operações de extração de recursos de grande escala. As rodovias deviam operar como canais através dos quais as fronteiras agrícolas se expandiriam até o interior, assim como as rotas para a migração massiva de mão de obra para povoar e colonizar a floresta. Também na imagem, uma das linhas pontilhadas, figura a infame rodovia transamazônica em construção.



Fonte: Revista Manchete, 1973.

Políticas de pagamento

Para levar a cabo tal Plano, o governo militar buscou “pacificar” as comunidades indígenas cujos territórios localizavam-se em zonas estratégicas designadas para projetos de desenvolvimento, como cidades, minas, represas, plantações e fazendas de gado. Enquanto as políticas estatais dirigidas aos povos indígenas se alinhavam com a Doutrina da Segurança Nacional, as campanhas de “pacificação” se militarizavam cada vez mais, agravando assim a violência estrutural contra a população ameríndia, determinando parte da história colonial e moderna do Brasil. Conforme documentado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, estabelecida no Brasil em 2012 para investigação das graves violações dos direitos humanos perpetradas por agentes do Estado durante o regime militar, a “pacificação” incluía ações de remoção e reassentamento forçados, expropriação sistêmica de terras, massacres, detenções arbitrárias, tortura e repressão da atividade política. Estas ações convergiram com

uma ecologia letal causadora da desapropriação massiva e deslocamento, levando a redução demográfica severa, desintegração cultural e ao quase extermínio de etnias inteiras. Quando todas estas ações são vistas em conjunto, através de mapa, revelam-se os contornos de uma estratégia mais ampla para “produção de vazios demográficos”. As formas múltiplas e emaranhadas de atos de violência e violações dos direitos, pelas quais se levou a cabo essa estratégia sobre o território, não foram “nem esporádicas nem acidentais, [mas] sistêmicas”, conclui o relatório, “na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado” e, tendo como alvos povos como um todo e enquanto tais.” (Comissão Nacional da Verdade Volume II Texto 5, 2014, p. 198-223).

A percepção colonial de que o interior da floresta constituía uma vasta *terra nullius*, escassamente povoada por tribos primitivas, traduziu-se em uma política oficial do Estado destinada a gerar vazios territoriais, *de jure e de facto*, quer dizer, pela lei e no território.

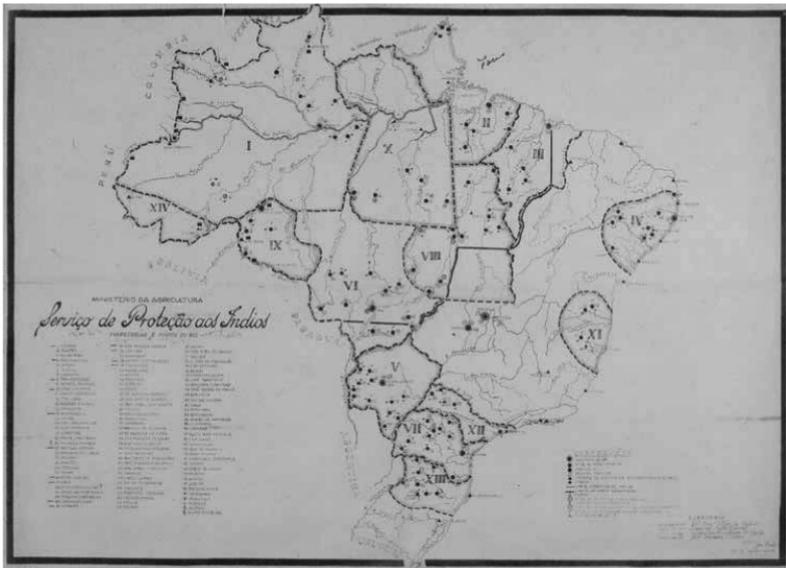
Com o objetivo de eliminar a existência dos povos indígenas como sujeito de direitos e como povo. Liberar terras para fins de colonização ou para a construção de obras de infraestrutura levou, não só a tentativas de negação formal da existência de certos povos indígenas em determinadas regiões, mas também a meios de tornar esse apagamento realidade.” (Comissão Nacional da Verdade Volume II Texto 5, 2014, p. 89).

Figura 3 – *Terra Nullius – Tabula Rasa*. A cidade de SINOP, um dos principais “polos de desenvolvimento” desenhados durante o regime militar durante sua etapa inicial de implantação no princípio dos anos 1970. Hoje em dia, SINOP é o centro logístico-urbano do complexo de plantação de soja no sul da Amazônia. Na imagem acima uma vista da fase inicial de construção no início dos anos 1970.



Fonte: Arquivo municipal de SINOP.

Figura 4 – *Pacificação*, 1946, mapa da rede de postos e bases do Serviço de Proteção Indígena (SPI), a agência estatal criada em 1910 para implantação da “pacificação” das populações indígenas. No final dos anos 1970, quando o Brasil estava sob ditadura militar, havia mais de 100 postos avançados da SPO (hoje, Fundação Nacional Indígena – FUNAI), distribuídos em todo o território brasileiro. Inicialmente servindo como centro para contatar e atrair os grupos indígenas dispersos, estes acampamentos se converteram posteriormente em colônias agrícolas comandadas por oficiais do Estado. A SPI/Funai atualizou as formas de tutela política e de controle territorial originadas na administração colonial. A agência empregou uma estratégia similar ao método de *redução*, que consistia em transferir e concentrar as comunidades dispersas em aldeias centralizadas, facilitando assim o governo dos nativos e a ocupação de suas terras.



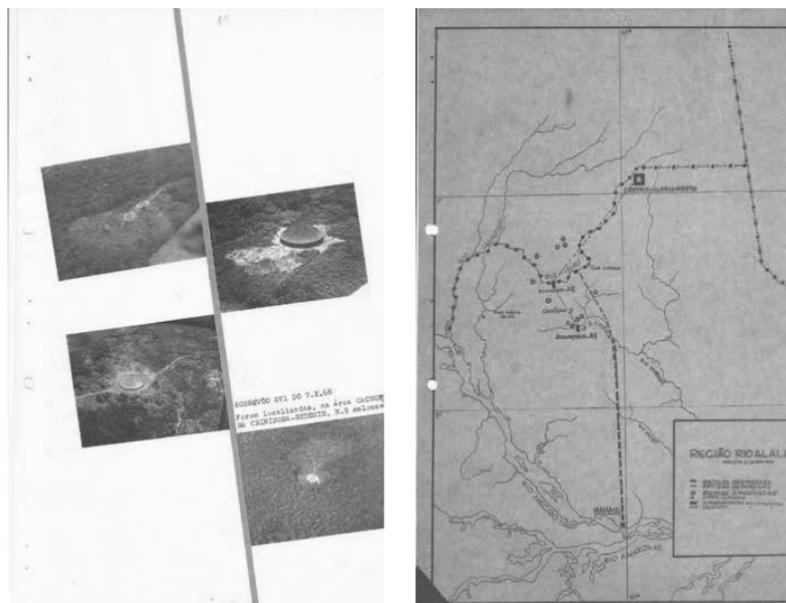
Fonte: Cortesia do Museu do Índio, Rio de Janeiro.

As aldeias desaparecidas

Uma das maiores e mais violentas operações desta “política de apagamento” atuou contra o povo *Waimiri Atoari*, grupo caribenho da Amazônia central. Suas terras, uma região rica em depósitos minerais, foi mapeada como um “polo de desenvolvimento” chave dentro da estratégia geral de ocupação de fronteira. No final da década de 1970, depois de violentos ciclos de enfrentamento e tentativas frustradas de colonização deste território, o governo criou a “Frente de Atração *Waimiri Atoari*” (FAWA), uma operação de pacificação dirigida ao combate da resistência indígena com vistas à remoção da população para construção das obras da rodovia Manaus-Boa Vista (BR-174), da hidroelétrica de Balbina, para a atuação de

mineradoras e garimpeiros e para implantação de projetos agrícolas. Durante as duas décadas seguintes, a FAWA realizou uma campanha de retirada forçada e transferência, removendo os *Waimiri Atroari* de suas aldeias confinando-os em assentamentos controlados pelo Estado. Mais de dois mil indígenas foram assassinados durante o processo de pacificação, através das ações diretas das forças estatais e milícias privadas, dos massacres e ataques químicos aéreos, ou, indiretamente, por doenças transmitidas por soldados, trabalhadores e colonos. Isto causou a aniquilação de 90% de toda a população indígena e a destruição de um grande número, ainda desconhecido, de aldeias, o que produziu transformações dramáticas do território *Waimiri Atroari* e o extermínio quase total de seus modos de vida e suas maneiras de habitar (Comissão Nacional da Verdade Volume II Texto 5, 2014, p. 234-236).

Figura 5 – Frente de Atração. Páginas extraídas do “Projeto de pacificação dos *Waimiri Atroari*”, elaborado em 1968. Várias aldeias foram mapeadas por voos de reconhecimento. O mapa mostra a estratégia para deslocar os grupos *Waimiri Atroari* para fora da rota da rodovia Manaus-Boa Vista (BR-174). Um posto avançado situado nas margens dos rios Alalau e Abonari para contato e disciplinamento da população indígena que mais tarde seria deslocada para um assentamento maior controlado pelo Estado.



Fonte: Cortesia da Funai.

Rigorosamente geométrica, a arquitetura dos povos *Waimiri Atroari* é formada tradicionalmente por uma única casa comunal construída em forma circular com aproximados 18 a 50 metros de diâmetro, situada dentro de uma grande praça elipsoide rodeada de jardins frutíferos, árvores de castanhas e pequenos campos para agricultura de queima e roçado. À medida que os clârões da mata se expandem ao redor do núcleo central, o povoado é gradativamente rodeado por outro anel que se pode estender por mais de 300 metros de

largura. “Mydy taha” ou “Casa grande”, termo usado pelos *Waimiri Atroari* para referir-se a suas aldeias, designa todo este complexo, abarcando a estrutura residencial, a praça dos jardins e os pequenos campos de agricultura de queima e roça adjacentes. Antes do processo de reassentamento, esta célula socioespacial básica era altamente móvel. As aldeias eram periodicamente abandonadas e reconstruídas em outra parte, realizando um movimento constante através da paisagem da floresta. Os campos de agricultura de queima e roçado tendem a atrair a presa e concentrar espécies de árvores frutíferas e plantas medicinais, usos pelos quais as aldeias abandonadas continuaram sendo úteis durante muitos anos. Os estudos arqueológicos também demonstram que os novos assentamentos provavelmente se localizavam nas áreas que já haviam sido habitadas no passado, as quais são geralmente identificáveis pela presença de solos antropogênicos altamente férteis conhecidos como terra escura (Miliken *et al.*, 1992).

Distribuídas ao longo das margens dos rios e córregos, as redes de povos autônomos formavam ocupações regionais organizadas em um sistema territorial mais amplo e interconectado por várias rotas que os *Waimiri Atroari* chamam de “umá”. Embora relativamente distantes entre si, e politicamente independentes, as aldeias se integram social e espacialmente através de interações culturais e intercâmbios materiais, fazendo do *Waimiri Atroari* um território muito dinâmico e povoado, sustentado por uma ampla, intrincada e bem definida infraestrutura de terra e comunicações fluviais.

Assumir que essa extensa infraestrutura territorial poderia ter desaparecido completamente sem deixar ruínas seria mais um ato de apagamento da agência sociohistórica dos povos indígenas, perpetrando e perpetuando a política genocida da ditadura militar por outros meios¹. Tal suposição só reafirmaria a ideologia colonial, segundo a qual a Amazônia teria sido um território vazio e dominado por uma natureza suntuosa, intocada e povoada por pequenas tribos selvagens cujos modos de relacionar-se com o meio ambiente estavam tão subdesenvolvidos que não haviam produzido modificações significativas no território, e, consequentemente, não haveria deixado sinais evidentes na paisagem. Em outras palavras, na medida em que as tecnologias indígenas e as práticas espaciais são consideradas incapazes de transformar e redesenhar a terra, não haveria “registro arquitetônico” que testemunhe a destruição massiva do território *Waimiri Atroari*. Mas como poderia haver operado a devastação em tal escala, que quase exterminou a população *Waimiri Atroari* destruindo uma extensa rede de assentamentos, jardins e trilhas sem deixar restos nem marcas no terreno? Como poderiam ter desaparecido numerosos povos sem deixar nenhuma marca arqueológica reconhecível no território?

Arqueologia botânica

Existem poucas evidências materiais da planificação e execução das remoções e dos massacres dos *Waimiri Atroari*, não existindo mapa próprio da localização, do número ou do tamanho dos povoados que foram destruídos ou removidos à força. Esta suposta ausência de evidência material tem, muitas vezes, apoiado as afirmações de que, a diferença dos opositores ao regime militar que foram torturados ou assassinados nas cidades, as comunidades indígenas não teriam sido alvo desta política².

1 Sobre o conceito de ruína e as discussões recentes sobre a matéria, ver: Edensor, Tim. *Industrial Ruins. space, aesthetics and materiality*. Berg: New York, 2005; Olsen, Bjornar. *In Defense of Things: Archeology and the Ontology of Objects*. Lanham: Altamira Press, 2010; Stoler, Ann. “Introduction”, in Stoler, Ann (ed.). *Imperial Debris: on ruins and ruination*. Durham: Duke University Press, 2013.

2 Como disse um dos coordenadores da Comissão da Verdade Brasileira à imprensa em 2012, os povos originários “não resistiram no sentido político, já que não sabiam exatamente o que era a ditadura... de certa maneira sua resistência era ingênua, somente

Porém, foi no interior deste território que os Generais lançaram uma grande campanha de anexação de territórios indígenas sobre os quais o Estado exerceu controle total. Essas graves violações dos direitos humanos se perpetraram da maneira mais extensiva, desenfreada e brutal, expondo as profundas raízes coloniais sobre as quais se forjou a sociedade nacional brasileira no século XX. Ao mesmo tempo, a violência colonial foi em sua maior parte invisível, subestimada e não registrada como parte do terror do governo ditatorial e, no melhor dos casos, foi considerada como um dano colateral do processo rápido de modernização que se estendeu caoticamente por toda a floresta.

Confrontando essa narrativa histórica, no período de 2012 a 2013, um conjunto de pesquisadores do grupo de investigação de arquitetura forense³ conduziu uma investigação sobre a campanha genocida do Estado contra os *Waimiri Atroari*⁴. O objetivo principal foi identificar as ruínas dos povos que foram apagadas pela política de planificação, proporcionando uma análise cartográfica sobre a escala e a espacialização da violência. Para localizar evidências arqueológicas da destruição, o projeto utilizou tecnologias de sensoriamento remoto – originalmente desenvolvidas para mapear as mudanças climáticas globais – e, principalmente, metodologias desenhadas para estabelecer a idade da vegetação, permitindo aos investigadores rastreamento de diferenças quase imperceptíveis na estrutura e na composição botânica da vegetação.

As imagens de satélite são atualmente difundidas, comumente, no domínio público com “cores verdadeiras”, ou seja, codificadas para representar o terreno o mais próximo das cores percebidas por um observador humano em contato direto com a paisagem. No entanto, tais imagens de satélite operam sobre um espaço sensorial muito mais amplo que o espectro da visão humana e podem captar não só uma imagem plana da terra, mas também uma série de informações ambientais unicamente detectáveis através da visão mecânica. Os dados coletados por essa leitura multiespectral podem ser condicionados a “mapear” características específicas da paisagem, realizando interpretações detalhadíssimas dos processos socioecológicos, à medida que se registram a cobertura terrestre e as transformações do uso do solo.

Em relação à cartografia das florestas tropicais, os dados das imagens de satélite podem traduzir-se em outro conjunto de informações indicadas a partir do brilho, da vegetação e da umidade do terreno, calculando variações na reflexividade da superfície, as concentrações de vegetação fotosinteticamente ativa e as condições de umidade do solo. A constituição botânica e a estrutura da floresta se diferenciam na configuração e densidade da folhagem; as taxas variáveis de fotossíntese; as relações entre a tipologia da vegetação, a biomassa e a drenagem do solo, correspondem em sua totalidade a padrões singulares de reflexão e absorção de ondas eletromagnéticas, uma informação que se armazena nas propriedades espectrais de cada pixel que compõe a imagem. Quando se analisa através de um arquivo de imagens coerente, é possível rastrear a história espectral dos pixels em relação a estes índices. A distribuição espacial resultante dos dados mede as perturbações no entorno da vegetação com precisão, distinguindo a vegetação secundária da nativa a partir da atribuição de idades específicas das áreas da floresta. Através desta “arqueologia” das propriedades espectrais do pixel, pode-se traçar um vínculo direto entre os dados de teledetecção por

para preservar suas terras... mas foram tratados com extrema violência.” (Balza, 2012).

3 Sobre o campo da arquitetura forense, ver: Franke, A., Weizman, E., & der Welt, H. D. K. *Forensis: the architecture of public truth*. Sternberg Press, 2014; Weizman, E. *Forensic Architecture: Only the criminal can solve the crime*. Radical Philosophy, 2010.

4 Ver <http://www.forensic-architecture.org>, último acesso em junho 2018.

satélite e o ciclo de vida das florestas, identificando assim a interferência antropogênica nas zonas florestais que, à primeira vista, podem parecer como entornos naturais virgens.

As técnicas cartográficas de datação florestal evoluíram graças às investigações sobre as mudanças climáticas globais. As florestas de diferentes idades abrigam espécies arbóreas distintas, tipos de tronco, folhas e raízes, que se traduzem em quantidades variáveis de reserva de carbono na biomassa. Ao “ler” os bosques segundo as distintas fases de crescimento, é possível visualizar e analisar como as variações na composição botânica interagem com o ciclo planetário do carbono, através do ciclo de vida da floresta.

As cartografias apresentadas neste estudo utilizam a mesma tecnologia para traçar padrões espaciais de violência. Quando se aplicam as correlações entre a idade florestal e as reservas de carbono no território *Waimiri Atroari*, revelam-se perturbações significativas na estrutura da floresta. Uma série de formações florestais secundárias de forma ovalada, de mais de trinta anos de idade, são claramente detectáveis formando vários grupos de parcelas jovens de vegetação localizadas nas margens dos principais cursos d’água. O tamanho destas áreas varia no máximo 700 metros, enquanto algumas aglomerações estendem-se por quilômetros e organizam-se em zonas que cobrem áreas muito maiores. Analisados em relação à existência dos povos contemporâneos na paisagem, o tamanho e a forma destas formações florestais secundárias, assim como sua singular disposição em relação aos cursos d’água, são notadamente consistentes com os modos passados e presentes de habitação dos *Waimiri Atroari*. A distribuição geográfica de dados mostra que as áreas ovaladas não foram intervenções localizadas, mas, na verdade, ocuparam vastas extensões, traçando um mapa de um território completo e densamente povoado.

A arquitetura nômade dos “Mydy Taha” com seus múltiplos anéis de campos de agricultura de queima e roçado, pomares e alqueives – o movimento histórico de ocupação e abandono, plantio e rebrotamentos realizados pelos povos – deixou uma pegada rastreável na paisagem, cujo registro arqueológico pode se identificar na estrutura botânica da floresta. Estas formações florestais secundárias, que começaram a crescer na década de 1970 quando a violência era mais intensa, evidenciam a localização das aldeias que foram destruídas ou desalojadas forçadamente.

A aparente impossibilidade de encontrar restos arquitetônicos dos assentamentos *Waimiri Atroari*, a aparente desaparecimento das ruínas dos povos na floresta, requer uma mudança nos métodos de leitura do terreno e de coleta de dados ambientais. A natureza mesma destas ruínas é radicalmente diferente da evidência arqueológica tradicional. Quando a floresta se interpreta como um recurso arqueológico em si mesmo, e quando os padrões de distribuição e composição da vegetação viva são lidos como inscrições da história social, a arquitetura dos povos desaparecidos por uma política de pacificação aparece registrada no tecido da floresta. Sua geografia demonstra que o Estado brasileiro não estava intervindo em um território vazio, mas sim, revelando o plano estratégico para interromper, transformar e aniquilar os modos de habitar a floresta que se consideravam contraditórios ao projeto de desenvolvimento nacional.

A evidência botânica do genocídio também revela uma imagem da Amazônia que se opõe radicalmente a da ideologia colonial promovida através do regime militar, segundo a qual a floresta era um território primitivo, despovoado e subdesenvolvido. Este edifício ideológico foi herdado das descrições evolucionistas que situavam a Amazônia como um entorno natural e intocado habitado por coletivos incapazes de transformar a paisagem. Contrariando esta narrativa, os mapas revelam marcas claras de um meio ambiente alta-

mente manipulado. A violenta reconfiguração desta arquitetura socioecológica foi o meio pelo qual o Estado assumiu o controle estrito sobre o território *Waimiri Atroari*. Apesar da ausência de outras possíveis formas de evidência, a história da violência e suas vítimas sobrevivem na memória das florestas vivas da Amazônia.

A natureza desenhada da floresta

A capacidade da técnica arqueológica de teledetecção para investigação do passado da floresta está limitada pelo alcance dos arquivos das imagens de satélite, que começaram a ser mais consistentes recentemente, depois do desenvolvimento dos primeiros escâneres multiespectrais no início dos anos 1970. No entanto, a máxima “profundidade de escavação” que se pode alcançar através destas técnicas baseadas em imagens limita-se às últimas décadas do século XX. Se pudéssemos superar este impedimento, o padrão geográfico das formações florestais secundárias no território *Waimiri Atroari* provavelmente seria muito mais extenso e denso, tornando visível um histórico maior de intervenções antropogênicas na estrutura botânica da floresta engendrada pelo ciclo perene de ocupação e abandono, uma multitude de povos indígenas. Seguindo o reverso da trajetória colonial da experiência demográfica dos *Waimiri Atroari*, quanto mais longe pudermos observar o passado dessas florestas, mais complexa e extensa será a distribuição espacial das “ruínas da floresta”.

No entanto, as interpretações cartográficas mais correntes retratam essas florestas como ambientes não perturbados, classificando toda a área como uma massa intacta de “florestas antigas” ou “alta floresta”, termos usados para designar de caráter primário ainda não modificado pela ação humana, nem no passado recente nem remotamente. Esta “cegueira óptica” no mapeamento de grande parte do território decorre de uma “miopia epistemológica” a qual teria condicionado historicamente as formas que as ciências modernas interpretaram a natureza da Amazônia. Numa vasta gama de campos - etnografia, biologia, arqueologia, geografia etc. -, bem como na cultura ocidental em geral, não é pressuposto que as sociedades indígenas tenham influenciado a composição das espécies ou biodiversidade na Amazônia. Estudos etnobotânicos e arqueológicos recentes estão provando que nada poderia estar mais distante da verdade. Os modos de habitabilidade dos povos da floresta não só deixaram marcas claras na paisagem, como tem revelado pela arqueologia de pessoas desaparecidas, mas também desempenharam um papel significativo na formação das associações vegetais e na composição das espécies vegetativas da floresta (Balée, 2013)⁵.

Os sistemas indígenas de manejo da paisagem na Amazônia são tradicionalmente formados por vários bolsões de roçado e queima, em diferentes estágios de uso, distribuídos pela floresta; cada campo normalmente contém um número impressionante de plantas e cultivos.⁶ Quando a floresta volta a crescer gradualmente sobre as aldeias e terrenos abandonados, crescem de forma diferente, decorrentes do padrão particular de espécies de árvores e plantas semeadas pelas atividades dos índios e animais atraídos pelo antigo assentamento. Muitas sociedades nativas da Amazônia reconhecem que as áreas de roçado e queima, e outras áreas manipuladas, funcionam como atrativos de importantes agentes de dispersão

5 Meus escritos sobre a cultura da natureza das florestas da Amazônia estão também baseados em uma extensa entrevista com o etnobotânico Nigel Smith.

6 No povo *Kayapó* do sudeste da Amazônia, por exemplo, pode-se reconhecer pelo menos doze variedades de banana em uma única clareira; o povo *Tukano*, no noroeste da Amazônia, tem nomes para mais de 130 tipos de mandioca. Os *Waimiri Atroari* reconhecem mais de oitenta por cento das espécies de árvores e videiras em áreas densamente arborizadas, e entre os *Ka'aporó* do leste da Amazônia esse número pode chegar a cem por cento. Ver W. Miliken et al., 1992.

e manejam deliberadamente certos tipos de plantas para aumentar a sua presença e, assim, aumentar a distribuição de sementes e a germinação espécies particulares. A composição resultante da floresta que cresce em um campo abandonado é como um jardim que continua a ser usado, que muitas vezes possuem importantes conotações simbólicas para os povos indígenas, configurando um elemento arquitetônico vivo e povoado dentro de uma infraestrutura urbana maior definida por povoados antigos e novos.

Como parecem ser tão naturais quanto as florestas antigas, contendo taxas similares de biodiversidade, o olho inexperiente mal consegue detectar as formações florestais secundárias na paisagem. No entanto, elas são o produto de um compromisso social de longo prazo com o meio ambiente ou, nas palavras do etnobotânico William Balée, são “florestas culturais”, construções botânicas antropogênicas forjadas por tipos específicos de interações entre dinâmicas culturais e naturais que abrigam “inscrições, históricas e memórias na própria vegetação” (Balée, 2013, p. 2). Áreas de alqueive originadas dos sistemas de manejo de terras indígenas “representam um tipo de reflorestamento indígena”, diz Balée, “na medida em que a riqueza de espécies da alta floresta está sendo substituída por espécies que equivalentemente ricas de matas secundárias através da mediação cultural”. Portanto, esses sistemas agem em favor da melhoria da biodiversidade (em vez de seu esgotamento), e é por isso que tendemos a ver esses artefatos humanos como natureza pura, já que eles são, em grande medida, “florestas naturais” propriamente ditas.

As cartografias das ruínas destes povos são a prova do processo sociohistórico de “construção arquitetônica” da floresta, quase destruído pela política de apagamento idealizada pela ditadura militar. Além da natureza política da violência que foi dirigida contra as formas indígenas de habitar, essa arqueologia revela que a natureza da floresta é em si mesma política, mostrando que a Amazônia é o produto de modificações socioespaciais sustentados e autossustentados pela vida da floresta. O extermínio desses grupos de povos indígenas leva à destruição da floresta, uma vez que a diversidade biológica e social, a natureza e a cultura são estruturalmente interdependentes na Amazônia.

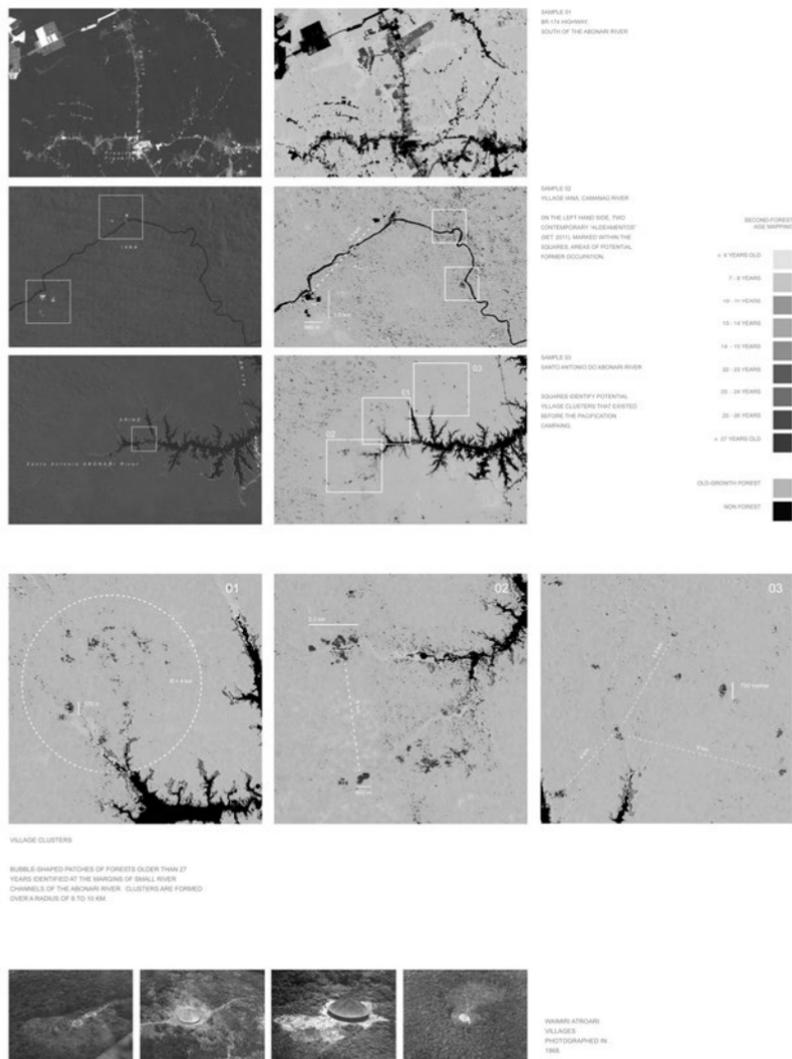
Imagens da natureza, paisagens de violência

Em um estudo inovador publicado em 1989, Balée estimou que pelo menos 11,8% da Amazônia é composta de florestas antropogênicas. Isso equivale a imaginar um território maior que a França, coberto por um ambiente extremamente biodiverso criado por sistemas de manejo da paisagem indígena (Balée, 1989). Desde então, novos achados arqueológicos mostram que esse número é provavelmente muito maior, o que confirma que o passado do território mais biodiverso da Terra é tão rico na natureza quanto na cultura. Em outras palavras, a estrutura botânica e a composição biológica da floresta tropical são, em grande parte, um “patrimônio urbano” dos projetos indígenas.

A Amazônia tem figurado como a representação por excelência da natureza nas construções imaginárias e epistêmicas da cultura e das ciências ocidentais. Mas, como revela a arqueologia do passado recente e de longa data da floresta, essa imagem da natureza é, na verdade, um produto da violência colonial. Em vez de falta de provas, a pressuposta ausência de evidências arquitetônicas na paisagem florestal indicava limitações nas formas como o conhecimento moderno interpretou as paisagens humanizadas da Amazônia. A fabricação dessa epistemologia estava intimamente ligada aos imaginários coloniais que funcionavam

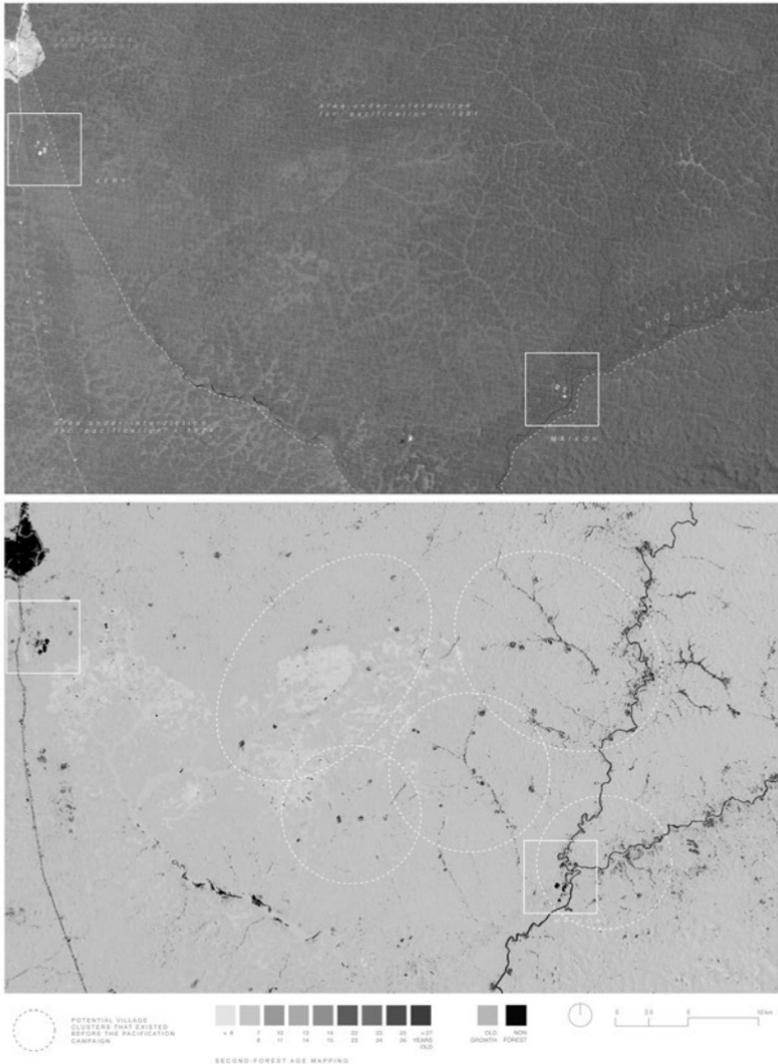
como um dos instrumentos mais poderosos e duradouros do processo histórico de extermínio dos povos indígenas.

Figura 6 - Marcas de paisagem. Marcações de formações florestais secundárias, que começam a crescer nos anos setenta, indicando locais antigos de povos indígenas, quando a violência era mais intensa no território de Waimiri Atoari.



Fonte: Paulo Tavares

Figura 7 - Floresta construída. Mapa de grupos de aldeias Waimiri Atoari que existiam antes da violência no rio Alalaú.



Fonte: Paulo Tavares

As ruínas das florestas mostram que a violência tem sido um fator determinante na configuração das representações e do entorno da Amazônia, ao mesmo tempo em que tornam visíveis como as noções dominantes da sociedade e da natureza serviram para comunicar e legitimar essa violência. À medida que investigamos e aprendemos as histórias dessas ruínas vivas, começamos a desenhar formas alternativas de conceber e organizar as relações

entre populações e ambientes, descrevendo tecnologias espaciais capazes de “produzir a natureza”. Esses projetos que melhoram a biodiversidade estão bem vivos na memória e nas práticas cotidianas dos povos da floresta. A proteção de seus direitos à terra também significa o projeto de um sistema ecológico global mais resistente frente as ruínas das mudanças climáticas antropogênicas.

A descolonização da cidade

Observar a arquitetura dos modos de ocupação indígena na Amazônia requer uma mudança radical de perspectiva e um exercício de descolonização do olhar. Em vez de ver a ausência da cidade, é o próprio conceito da cidade que deve ser expandido e transformado. A distribuição espacial de árvores e espécies de plantas, a geometria da folhagem, o mosaico de padrões das formações florestais, as pequenas variações no relevo e na topografia, as diferenças na composição do solo, etc., são índices de formas específicas de grupos sociais, “registros arquitetônicos” que são o produto de complexas interações entre ações humanas, forças ambientais e a atuação de outras entidades não-humanas, coparticipantes no “design da floresta”.

Assim como os arquitetos leem a cidade como um palimpsesto histórico produzido por forças sociais que são codificadas de forma material em camadas sobre camadas de ruínas, que constituem um tecido vivo de relações sociais - a Amazônia deve ser interpretada através da sintaxe do desenho urbano ou o conceito de urbano deve ser redesenhado para incorporar essa natureza construída presente na floresta. A relação entre figura e fundo é subvertida na medida em que se define como entorno, a antítese ou exterior do espaço civil é incorporada como uma parte constituinte de uma “polis expandida” dentro do qual os seres humanos e não-humanos coabitam um espaço político comum. Nesse processo, torna-se visível um novo conceito de urbano, cujos contornos abrangem uma arena política de múltiplas espécies, e que inicialmente podemos encontrar dificuldade de reconhecer porque por muito tempo nossa perspectiva tem sido limitada aos recintos epistêmicos da cidade ocidental.

O “outro” radical que apresenta a floresta não é uma paisagem completamente natural, a negação absoluta ou a antítese do ambiente urbano culturalmente saturado. É uma forma completamente diferente de arquitetura, que desafia os fundamentos coloniais das categorias hegemônicas de conhecimento ao demonstrar as estruturas de poder que elas sustentam e a violência que elas infligem.

Referências bibliográficas

BALÉE, W. L. The Culture of Amazonian Forests, *Advances in Economic Botany*, vol. 7, 1989, pp. 1-21.

BALÉE, W. L. *Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2013.

BALZA, G. (2012). *Comissão da Verdade apura mortes de índios que podem quintuplicar vítimas da ditadura*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/11/12/comissao-da-verdade-apura-mortes-de-in-dios-que-podem-quintuplicar-vitimas-da-ditadura.htm>. Acesso em jun. 2018.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final, Volume II: Textos temáticos*. Dezembro, 2014.

CLASTRES, P. *Society Against e State: Essays in Political Anthropology*. New York: Zone Books, 1987.

_____. *Archeology of Violence*. Los Angeles: Semiotext(e), 2010.

COSTA, L. *Memorial do Plano Piloto de Brasília*, Brasília, 1957. (O documento original está no Arquivo do Distrito Federal em Brasília).

MILIKEN, W. *et al. Ethnobotany of the Waimiri Atroari Indians of Brazil*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1967.

Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos¹

Adriana Fernandes

Antropóloga, pesquisadora do grupo de pesquisa Distúrbio - Dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências (UERJ).

Veena Das cunhou o termo *textura do ordinário* para falar da materialidade das condições da vida cotidiana (Das, 2015) de moradores situados nas margens de cidades como Nova Delhi, enfatizando as relações e os conflitos que os constituem. Inspiro-me em sua textura para pensar uma *textura ordinária da circulação*, e circulação menos como uma resistência em si, como algo intransitivo, e mais como uma série constituída de vínculos na qual a *devastação* ou as *ameaças de devastação* (Das, 2008) são partes que conformam o horizonte ético, existencial e cognitivo, bem como os *tempos de espera*. O que esse conjunto mobiliza e quais os efeitos subjetivos, éticos e políticos na população precarizada da cidade? Vale pontuar num contexto de cidade que tem ampliado os dispositivos de controle e de interceptação da população mais pobre².

Todavia, se por um lado, os abrigos são também parte do conjunto de dispositivos de controle e interceptação de pobres em condições de precariedade, por outro, os consideramos - seguindo as marcações de Giorgio Agamben - como espaços de suspensão (uma suspensão igualmente precária e liminar) da *vida nua*, a *vida matável*³. Dessa forma, o abrigo se insere no circuito de circulação da população pobre e precarizada da cidade, que inclui além dos abrigos, ocupações, invasões, hospitais, comunidades terapêuticas, clínicas psiquiátricas e prisões⁴. A ideia aqui é perseguirmos sua *textura do ordinário*, pensando menos a agência da circulação, e mais a sua face *sedentária*. Dessa maneira, para perceber os abrigos como um espaço de produção de subjetivação, de refugação dos dispositivos de tutela e marcos morais, bem como apropriações muito particulares das políticas de assistência e saúde, nas quais a vulnerabilidade, as condições de precariedade, o precário e os vínculos que

1 As reflexões que seguem são parte de minha pesquisa de pós-doutorado, em andamento pelo PPCIS/UERJ e estão baseadas no trabalho de campo em dois abrigos da cidade do Rio de Janeiro, que realizei entre 2015 e 2016. Agradeço a Cibele Rizek e a Joana Barros pela chance de apresentar uma primeira versão em São Carlos e pelos comentários inspirados; também deixo registrado salves aos colegas de Seminário, tanto pela oportunidade de escuta, quanto pela partilha de inquietações.

2 Há uma ampla e pulsante bibliografia sobre o tema da presença crescente de dispositivos de controle no Rio de Janeiro/militarização, menciono apenas alguns trabalhos que tocam o tema em diferentes planos: Miagusko, Jardim e Cortes (2018); Machado (2017), Telles (2017), Leite (2017); Barros e Farias (2017), Miagusko (2016), Birman, Fernandes e Pierobon (2014).

3 Essas noções acompanham a ideia de exceção, explorada por Giorgio Agamben (2004). Para o filósofo italiano, a exceção ou estado de exceção está presente nas situações em que a fronteira entre a lei e a não lei são incertas, compondo o que chamou de *zonas de indeterminação* e onde as figuras do *homo sacer*, de uma "vida matável", uma "vida nua" ou uma "vida indigna de ser vivida" podem despontar. Dessa perspectiva, a soberania do homem vivente sobre a sua vida corresponde imediatamente a fixação de um limiar além do qual a vida cessa de ter valor jurídico e pode, portanto, ser morta sem que se cometa homicídio (Agamben, 2004, p. 146).

4 A ideia de um circuito dos pobres e ocupação de espaços heterotópicos nas metrópoles envolvendo inúmeros equipamentos, agentes, instituições e programas tem sido explorada direta ou indiretamente em trabalhos recentes ou em andamento na antropologia e sociologia, menciono os que tratam mais estritamente da chamada população em situação de rua ou de populações próximas a essa condição: Mallart e Rui (2017), Nasser (2017), Magalhães (2017), Fromm (2017), Máximo e Melo (2016), Melo e Silva (2016), De Lucca (2013), Rui (2013), Martinez (2014), Scabio (2013), Biehl (2008). Alguns destes autores estão presentes na coletânea organizada sobre o tema por Rui, Martinez e Feltran (orgs.), *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EDUFScar, 2016.

se seguem possuem uma dimensão ética e cotidiana⁵. Nas palavras de Veena Das (2012):

(...) pensar o ético como uma dimensão da vida cotidiana na qual não aspiramos escapar do ordinário, mas sim para descer a ele como uma maneira de se tornar sujeitos morais. (...) não por orientar-se a valores transcendentais, objetivamente acordados, mas através do cultivo de sensibilidades dentro do cotidiano. Uma maneira de colocar isso é em termos do trabalho de produzir um cotidiano eventual a partir do cotidiano atual. (...) Espero que esta discussão ajude a mostrar que as noções de ética e moralidade no registro do ordinário são mais como fios entrelaçados na trama da vida, em vez de noções que se destacam e chamam a atenção para si mesmas através de representações dramáticas e lutas heroicas de bem contra o mal.

Robert Castel (1998) insistiu, desde o seu *As metamorfoses da questão social*, sobre a massificante *desfiliação* dos trabalhadores, a partir dos anos 70, com a instalação do regime neoliberal, que possui como uma de suas características, vale repetir, a desregulamentação do trabalho e sua crescente automação, resultando no aumento dos chamados por Castel *de desfilados*. O texto a seguir deseja pensar alguns dos vínculos que essa massa de desfilados tem estabelecido para viver em meio ao regime neoliberal. Nas palavras de Cabanes e Georges (2011), a partir de trajetórias situadas nas periferias de São Paulo, assinalam sobre o fato do trabalhador, principalmente desde os anos 90 - anos no Brasil da hegemonia neoliberal - ser obrigado a recorrer a todos os meios disponíveis para viver, pois se encontra *pego entre a estratégia improvável de acesso a um emprego estável (...) e a estratégia inevitável da 'viração'*. Trata-se de um tempo no qual o trabalho assalariado ou regular não possui centralidade, aparecendo cada vez menos como perspectiva tangível para a maior parte da população. Mas o deslocamento/a desfiliação e a impossibilidade do trabalho formal nos segmentos do precariado não significam a eliminação de vínculos ou um registro de mortos-vivos simplesmente tentando sobreviver a cada dia (Oliveira e Rizek, 2007).

Como Patrícia Birman observou, agências e agenciamentos nas camadas precarizadas da cidade são de ordem praticamente sísfica: diante das ameaças presentes no cotidiano é preciso compor e recompor, dia após dia, vínculos e ligações como formas de contornar as *zonas de indeterminação e ilegitimidade* (Das e Poole, 2004) que marcam o cotidiano das regiões periféricas⁶. Nas palavras de Vera Telles (2017):

Eles se deslocam ou fogem de um lugar para se instalar em outro. Enfrentam os homens da Lei em conflitos que podem ser acirrados. Ou exercem algo como uma arte do contornamento para evitar os riscos que pesam sobre suas vidas, entre a eliminação física, a prisão ou a tutela em alguma instituição de confinamento.

Se para a maior parte da população brasileira o trabalho assalariado não participa mais de seu horizonte, se a composição, tal como estabelecida pelo Estado Novo, cidadania e trabalho, parece como algo sem volta, a pauta de direitos humanos e sociais, animada principalmente nos programas da Assistência Social (PNAS), em especial, nos anos do lulismo, não deixam dúvidas sobre a afirmação de uma outra forma de cidadania. Com resquícios tu-

5 Sobre o tema da precariedade e suas várias abordagens e sua dimensão ética e política remeto a tese de Mariana Ferreira (2015) e a Fernandes (2015). Sobre as apropriações singulares na assistência e saúde ver Ferreira e Fleischer (2014) e a Ferreira (2018), Martinez (2015).

6 Sobre o tema remeto ao volume *Sinais de Emergência*, organizado por Cabanes et al (2011). Sobre a dimensão sísfica da ordem da precariedade ver a recente tese de Pierobon (2018), sobre os regimes de indeterminação e ilegitimidade relacionadas a políticas urbanas e habitacionais, ver os trabalhos de Birman (2015), Fernandes (2013), Gutierrez (2016) e Magalhães (2013).

telares por um lado, mas colocando novos repertórios e interpelando outros historicamente estruturantes de nossa formação social e do Estado, em especial, imprimindo às categorias família e trabalho novos desenhos e *zonas de sombra*. E privilegiando na reconstrução desses vínculos, os programas sociais disponíveis e seus agentes. De alguma forma, podemos pensar estes novos arranjos como tentativas de canibalizar o Estado e sua lógica hierárquica, racial e tutelar. Os movimentos que lidam com essa população de precarizados precisam também escutar essas novas formas de vinculação, tanto para reconhecer esses outros corpos e tempo da política (Butler, 2014; Butler, 2014b), quanto para endossá-las como demandas importantes em termos de políticas públicas e de emancipação.

Um dos analisadores dessa *face sedentária* que despontou em campo foi a queixa repetida por assistentes sociais, psicólogos, técnicos e educadores, em diferentes situações a respeito da transformação do abrigo em *hotel*, ou numa *zona de conforto*. Ou, ainda, na versão repetida por Rogério, usuário classificado como caso psiquiátrico, de *Brinel* que, como ele explicou, seria uma *mistura de abrigo com Pinel*. Mas não fora ele quem havia inventado o termo, mas Silvio, educador social do abrigo João Antônio, situado numa região próxima ao Centro do Rio de Janeiro.

A transformação do abrigo em uma *zona de conforto* ou *hotel* (termos utilizados por diferentes técnicos) e, pejorativamente, como um *lugar de gente que não quer nada*, tem sido assinalada em relatórios e notas dos Conselhos de Assistência e de Psicologia, também entre pesquisadores dessas áreas como uma *manicomialização* via assistência social. Essas observações buscam evitar que equipamentos como abrigos tornem-se novos manicômios, principalmente desde que a Reforma Psiquiátrica e sua diretriz principal de encerrar clínicas e manicômios tem sido praticada, num processo conhecido por *desinstitucionalização*. Não tornar abrigos novos manicômios significa, igualmente, pressionar que estados e municípios criem mais equipamentos como CAPs e RTs, além de outros de atenção primária e básica de saúde, e de assistência especial.

Esse tipo de sinalização está também presente num relatório de 2013, da *Comissão contra os mecanismos de tortura no Estado do Rio de Janeiro* e, assim como em outros documentos referentes à chamada *política de atenção especial*, continuam a reificar tanto o papel da família, mesmo que considerada ampliada, e da rede comunitária, como dois elementos fundamentais à recomposição de vínculos sociais das populações que se encontram em situação de vulnerabilidade. Ambos - família e rede comunitária - nunca é desnecessário lembrar, formam um dos pilares do SUS, o Sistema Único de Saúde, sendo replicado nas orientações do SUAS - o Sistema Único de Assistência Social. Portanto, a aposta aqui na *face sedentária* dos abrigos é também uma forma de assinalar a atuação de outros vínculos nesse cotidiano. O que, numa perspectiva alargada, instiga-nos a refletir sobre o papel de *vínculos menores* em oposição aos *grandes vínculos* privilegiados nas diretrizes do PNAS e pelas políticas sociais. Farejar vínculos menos celebrados ou mesmo menosprezados institucionalmente, seja para pensarmos as políticas sociais não como blocos unívocos, fechados, nem como ponto de partida ou de chegada de direitos, mas como *checkpoints* em que sentidos, tensões e apropriações concernentes ao *fazer Estado* e ao *fazer subjetividade* despontam e se confundem:

(...) modos de vida *embebidos* em circuitos governamentais e em permanente reconfiguração por meio desses. Encontramos indivíduos cujos horizontes, cujas experiências de vida e subjetividades foram submetidos a modos de conformação específicos no interior de cada uma dessas instâncias da governamentalidade (...) (Birman, 2018).

Desfiliaados e tempos de espera

No *Brinel*, engrossando a preocupação da transformação do espaço em *hotel* ou *zona de conforto*, lugar de quem não quer nada, havia um outro fato enunciado recorrentemente por assistentes e psicólogos: muitos dos abrigados *não possuíam família*. Ou, uma outra situação, quando eles têm alguém, não desejam contatá-la. A sentença *não tem ninguém* ou *não tem família* repetida de forma categórica pelas duas assistentes sociais do João Antônio mobilizava na sequência dois encaminhamentos.

Estes diziam menos de conseguir retomar relações perdidas nos descaminhos da vida e mais de levantar possibilidades efetivas para que os abrigados obtivessem algum tipo de renda e que estivessem inseridos, conforme cada caso, e minimamente, na rede de saúde e de assistência. Mas para que esses encaminhamentos se desdobrem em agendamentos, marcações, resultados, tratamento, *é preciso esperar*. E esperar no abrigo conjuga-se, na maior parte das vezes, no gerúndio⁷.

E é assim, esperando, que Lauro passa seu tempo, que vai já para um semestre, sem exatamente adequar-se ao perfil daqueles que mais precisam da vaga. Lauro segue esperando, primeiramente, que o sistema de agendamento para a carteira de trabalho volte a abrir, porque o número do CPF não fora aceito na vez anterior quando a assistente social conseguiu preencher o pedido. Pairou desde então a dúvida de que alguém poderia ter clonado o seu CPF porque ele dava como certa a numeração que tinha guardado na cabeça. *Mas a cabeça pode estar começando a falhar* - ele me disse enquanto conversávamos num dos bancos que fica na entrada do abrigo⁸.

Foi também nesse espaço de respiro do abrigo, bastante utilizado pelos residentes, que Lauro se queixava de dores no corpo, resquício de um acidente de carro e da longa internação por nove meses no hospital estadual Salgado Filho. Era também nesse espaço, que é como uma varanda do abrigo João Antônio, com árvores próximas e um parque ao lado, que se podia esquecer um pouco que estávamos embaixo de um viaduto movimentado. E era também nesse local que Lauro e outros contaram passagens ocorridas no João Antônio; também foi nesse espaço que o mesmo reclamou dos percebejos que lhe atormentavam o sono, já que não tomava remédio para cair duro, como acontece com a maior parte de quem está ali. Um de seus reclames comezinhos se referia à diferença de tratamento no abrigo. Como exemplo, em alguns dias da semana havia suco gelado, noutros não havia porque uma certa dupla da cozinha negava-se a produzir gelo.

É preciso fazer uma rápida digressão sobre Lauro para dizer que após os nove meses no hospital Salgado Filho terminou brigando com o médico quando este lhe quis dar alta. O médico sabia que ele - *não tinha casa, não tinha ninguém* - se fosse obrigado a deixar o hospital, ainda sem conseguir se movimentar sozinho, acabaria por acampar na frente do Salgado Filho e denunciaria o caso no *Cidade Alerta* (programa na televisão aberta bastante popular, que traz notícias sobre fatos excêntricos ocorridos nas capitais e, principalmente, reportagens sobre brigas, crimes e assassinatos) para denunciar o médico. Foi inclusive a

7 O tema da espera tem sido enfatizado por Adriana Vianna em sua pesquisa sobre mães e familiares vítimas de violência de Estado. Sobre a imbricação tempo/espera e deslocamento, ver Vianna e Facundo (2015).

8 As falas transcritas são de meu caderno de campo. Nessa pesquisa eu fui anotando palavras ou frases/passagens que tinha escutado e considerava importantes de forma telegráfica logo que saía dos abrigos, no ônibus ou depois já em casa, de noite; no correr da semana as reescrevia de maneira parcimoniosa, num tempo que chamo de digestão lenta. Nesse campo, em especial, tive sempre muito receio de perder o clima e transformar as estórias, que tocavam a ordem do extraordinário - porque muitas vezes fantasiosas, desencontradas, *embaçadas* (Telles e Cabanes, 2006) - em peças do velho exotismo colonialista.

partir desse conflito que conseguiu a indicação da vaga no abrigo. A espera de Lauro era marcada em sua narrativa por uma continuidade literal e eletiva, entre hospital e abrigo. Contudo esse traçado não era uma via de mão única, como ele próprio gostava de repetir. *Se eu ficar mais tempo aqui vou acabar tendo que entrar na fila.* E este *entrar na fila* queria dizer ter de entrar na medicação distribuída próximo à hora do jantar pelo educador social responsável, e realizada numa saleta logo visível a quem ingressa no João Antônio⁹.

Como Didier Fassin (2014) assinalou, o dispositivo estar doente, ou medicalizado tornou-se importante moeda de troca para as populações em situação de vulnerabilidade. Em *Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França*, o autor mostra como ocorreram as transformações de políticas de asilamento entre os anos 1990 e 2000. O humanitarismo que se intensificou dos anos 1970 até os 1990 (anos de ascensão do neoliberalismo) foi abalado com a “invasão” de imigrantes na Europa. O discurso dos direitos humanos passou a ser conjugado com o direito securitário, o que significou, em termos práticos, a diminuição da concessão de refúgios e asilos políticos, e o aumento de uma população migrante em situação irregular e precária. A partir dos anos 2000 o dispositivo de possuir uma doença severa passou a ser acionado como estratégia de permanência e de regularização de sua condição (em alguma das modalidades disponíveis, quase nunca em definitivo).

Se há um *mercado de sofrimento* como tão bem mostrou Mariana Côrtes (2014) em seu trabalho sobre ex-usuários e viciados que se tornam evangélicos e vendem seus testemunhos numa rua da capital paulista, podemos imaginar, com Fassin (2014) e com Lauro, residente no João Antônio, que há um *mercado da vulnerabilidade*. Ou seja, pessoas reconhecidas pelo Estado em maior ou menor *situação de vulnerabilidade* e que, conseqüentemente, são incluídos em alguma medida protetiva ou lhes é facultado acessar políticas ou programas¹⁰. Assim como o contrário, aqueles ou aquelas que não atendem às condicionalidades exigidas e por isso ficam de fora, embora sejam consideradas pelos próprios agentes públicos em situação de vulnerabilidade¹¹. À espreita desses percursos há sempre a possibilidade de uma nova exclusão: este, um dos modos que caracteriza a *biopolítica da precariedade* (Birman, 2018).

Contornar a devastação

Durante a entrega dos remédios, a saleta é tomada de listas de controle, receitas médicas, copos de plástico pequenos com cápsulas coloridas, tudo isso numa mesa de centro onde educadores sociais se misturam com assistentes sociais, um escaninho com bolsas e mochilas dos técnicos e educadores e um armário lotado de caixas de remédios espremidas entre prateleiras. É e também nesse espaço que dividem lanche, bolo, e conversas “conspiratórias” e ao pé do ouvido também acontecem, principalmente porque era pouco acessado pela direção.

Foi nessa mesma área que Fatinha, assistente social, tentava reorganizar os números dos usuários a pedido da coordenação. Mesmo assim, muitos residentes partiram para cima dela reclamando que não tinham sido avisados sobre não continuarem com ela acompanhando-lhes e atendendo-lhes. Fatinha tentava contornar a situação com o educador social

9 O uso amplo de medicamentos psiquiátricos entre os pobres e principalmente em instituições asilares ou de confinamento é também explorado por Fabio Mallart (2016) em sua pesquisa sobre as prisões.

10 Para uma descrição sobre esse tipo de disputa, mas no contexto dos movimentos LGBT, de construção de políticas e de direitos nesse campo, ver o trabalho de Sílvia Aguião (2016).

11 Ver o caso de Raísa, moradora de rua há 16 anos que não conseguiu entrar nos programas oferecidos na chamada Cracolândia porque não era nem usuária de crack, não tinha filhos, nem estava grávida (Nasser, 2017).

responsável pela troca de números e camas. Novos usuários haviam chegado e precisavam de camas mais arejadas. Esse era o argumento feito por Cláudia, coordenadora do João Antônio. Josuel, bastante chateado com a mudança, usuário há cinco anos do abrigo, dito como [paciente] psiquiátrico, não aguentara a notícia e teria proferido, no dia anterior, uma série de insultos para Cláudia que, por sua vez, também havia ficado chateada, mas mantivera a decisão. As reclamações de Josuel e de outros abrigados reportava-se ao fato das camas de numeração ímpar estarem localizadas em posição melhor (com mais ventilação), enquanto que as de numeração par situavam-se no final do abrigo, na parte mais quente, barulhenta e sujeita a trepidações por conta do tráfego de veículos no viaduto. Mas *mais tráfego* - como acrescentou Lauro - também incluía ser obrigado a aturar uma turminha da pesada que ali no João Antônio ocupa os beliches mais distantes da entrada.

Fatinha remediava o clima de tensão com a seguinte solução: acumularia os seus antigos residentes e pegaria os que tinham sido transferidos pela reorganização. Essa ideia, embora não solucionasse as queixas referentes à troca de números e, conseqüentemente, das camas, minimizaria o nervosismo dos residentes e evitaria o pior, o desfazer dos vínculos estabelecidos, dia a dia, entre assistentes e abrigados. A longa negociação estabelecida por Fatinha e Joana, a educadora social responsável pela prancheta de números e de marcações relacionadas aos remédios e aos horários de tomá-los, foi algo para mim perturbador, dadas as transações envolvendo os números das camas e quem as ocupava: *troca o meu 27 pelo 46 porque Fulano foi para a 46, mas então a gente coloca o 33 para mim também...* Depois dessa complexa realocação de números e casos, que significaria o aumento de abrigados sob sua responsabilidade, Fatinha comentou que se alguém viesse falar algo, Joana poderia justificar que estavam mantendo os usuários que ela, Fatinha, acompanha há certo tempo, porque vários destes estariam prestes a obter algum tipo de encaminhamento (exames, benefícios, consultas etc) e que as próximas pessoas que chegassem ao João Antônio, passariam para quem estava com número vago. Dessa forma, nem a coordenação nem os seus colegas poderiam reclamar.

Tal atitude, embora não tenha impedido o troca-troca de beliches (embora, alguns casos como o de Josuel, que está há 6 anos de abrigo, acabaram revistos), evitou desfazer algo que é desse cotidiano, ou seja, evitou que a ligação entre usuários e profissionais que os acompanham há tempos se desfizesse. E são a ligação e o acompanhamento, afinal, que garantem alguma continuidade no atendimento, sendo fundamental para frear, em alguma medida, ordens arbitrárias que se constituem como uma materialização da chamada *ilegibilidade* (Das & Poole, 2004) ou *indeterminação do Estado* (Agamben, 2016). Por outro lado, a construção de vínculos entre os usuários e os demais técnicos e a continuidade no atendimento não deveria significar algo excepcional, já que está indicada nas determinações do SUAS. Contudo, a pressão para reinserir (ou para desligar) abrigados após nove meses no máximo (o que não acontece pelo menos na metade dos casos), e impedir que os abrigos terminem por funcionar na lógica manicomial incide, nessa conta, com maior peso. Nesse desenho, tentar obter um benefício ou trabalho funciona como encaminhamento concreto para que o abrigo volte a ser um centro de acolhimento passageiro e de reinserção social, mais do que um *hotel* ou um *espaço de gente que não quer nada*.

E é imbuída desse espírito, que Paula atravessa inúmeros quilômetros até chegar ao bairro de Sepetiba. É ali que Lino, após conseguir o benefício, irá alugar um quarto com banheiro. Paula havia conversado com o grupo do CAPs que atende Lino há muitos anos, a equipe queria que ele alugasse um quarto próximo ao abrigo ou ao próprio CAPs. Lino

manteve pé firme, queria retornar a Sepetiba onde mora uma irmã sua, seu único vínculo biológico. Porém a relação com a irmã não é nada tranquila. Foi ela que anos atrás tomou seu benefício, e ele acabou na rua. Depois o benefício foi cortado, sendo retomado após sua passagem pelo João Antônio. Lino conta também que ia para Sepetiba porque havia uma senhora que lhe vendia quentinhas por um preço muito menor do que o valor normal. Paula foi falar com a irmã de Lino e visitar o espaço que ele queria alugar. Sobre a irmã não a achou nada feliz ao rever o irmão, muito menos quando soube que retornaria. Sobre o espaço que Lino estava prestes a alugar, Paula não economizou palavras para dizer que era *muito ruim*. Além de situado nos fundos de uma casa, não tinha ventilação e era excessivamente úmido. Nas semanas seguintes agendou uma outra visita ao CREAS da área para conversar sobre o caso de Lino e comentou que estava preocupada sobre Lino não conseguir permanecer por muito tempo no local. Na única menção que fez sobre a visita não disse nada sobre a interação com as colegas no CREAS, mas foi incisiva sobre as péssimas condições da casa onde o Centro funcionava: o teto estava caindo e havia um buraco no meio da sala. Por último, tentou articular com as assistentes a transferência de Lino entre os CAPs.

Estado como vínculo e modos da precariedade

Sair o benefício nem sempre, porém, tem significado reinserção. Paula se queixa frequentemente que muitos abrigados chegam ao João Antônio dizendo que são pacientes psiquiátricos, já passaram por ao menos uma internação e que gostariam de pedir o benefício. Ela e toda a equipe tentam desconstruir tal ideia, mas o rumor de que depois de uma internação psiquiátrica é possível solicitá-lo espalhou-se como centelha. Paula explica que alguns anos atrás era mais fácil conseguir o benefício, que na época tinha o valor de 788 reais (um salário), assim como os cartões de ônibus com passagens que incluíam acompanhantes. Essa narrativa, alertando sobre as dificuldades atuais quanto a obtê-los, entretanto, não surtia qualquer efeito quanto a demovê-los da ideia.

E Antônio conseguiu o benefício, da mesma forma que seu irmão, também abrigado no João Antônio, e um amigo que eles fizeram ali. Os três, assim munidos de seus respectivos benefícios planejavam, instigados por Paula e pela equipe do João Antônio e do CPRJ (Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro), alugar um apartamento no mesmo bairro do abrigo ou do Centro Psiquiátrico. Cláudia, a coordenadora, comentou animadamente que essa experiência seria como que uma *residência terapêutica informal*. A história da Residência terapêutica informal consistiria no seguinte: Antônio, Bruno [que eu chamava de Buda] e o irmão de Antônio conseguiriam cada qual um benefício. Primeiro era Antônio e o irmão que iriam alugar um espaço, depois resolveram convidar Bruno. No meio da semana de carnaval, Antônio, porém, entrou em crise e foi internado no CPRJ, ficando mais de uma semana. Toma diariamente quatro comprimidos de haldol, por isso parece sempre grogue. Um dos educadores que é mais próximo a Antônio veio reclamar com Paula sobre essa quantidade de haldol que Antônio toma, e o interpelou sobre ter trocado um vício por outro e por acordar quase sempre grogue. Paula menciona que já falou com Antônio sobre isso, mas que ele não gostou. Complementa que, em geral, fazem uso de drogas, depois são internados e aí usam alguma medicação para surtos psicóticos. E conta ainda: Antônio, nessa última internação, inclusive, arrumou namorada no CPRJ (Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro). Na semana que retornou só falava na moça, mas agora tinha parado.

Paula está animada com a possibilidade da *Residência terapêutica informal* para os garotos, mas pondera que não será tão fácil manterem sozinhos uma casa. Talvez seja bom que o apartamento fique próximo do CPRJ ou do João Antônio e acrescenta que a equipe do Centro Psiquiátrico está bastante engajada nessa transferência. Sua preocupação está baseada em alguns acontecimentos da semana. É que Antônio voltava da internação no CPRJ na van do abrigo e aí escutou, ele e os outros que também estavam na van, e Antônio, em especial, cantando, aos berros, a canção *Maluco Beleza*, em especial o trecho *ah vou ficaaarrr, ficar com certeza maluco beleza, eu vou ficaaaaar*¹². Comecei a gargalhar da estória, mas logo interrompi porque percebi que Paula não tinha achado engraçada a performance de Antônio. Era compreensível: enquanto ela se desdobrava para a *Residência Terapêutica informal* dar certo, Antônio parecia sinalizar o oposto. Essa irritação de Paula talvez seja indicativa de uma complicação para ela ainda maior, como assistente social: o fato de se obter um benefício não significa que se queira (ou que se consiga) sair, ou “ser saído” do abrigo (há muitos residentes que o possuem e desejam permanecer).

O percurso de Antônio dá luz a essa suposta “dificuldade” de se largar do abrigo. A família que tem uma boa situação, o internou por muitos anos no Sanatório do Rio de Janeiro, com a desinstitucionalização ele saiu de lá e foi parar no João Antônio com o irmão. Cláudia, a coordenadora, e Paula precisam ir ao CPRJ, ligar para tentar agendar um dia, não vão esperar que a equipe, que a psiquiatra, apareça no João Antônio. E sua preocupação com Antônio, que é a referência principal entre os outros dois parceiros de *Residência Terapêutica Informal*, não parece sem sentido. Aproveita para queixar-se dele, estamos novamente sozinhas na sala, reclama que Antônio foi ao banco na terça-feira, na van do abrigo, à toa, porque se esqueceu de levar os documentos para abrir a conta [Antônio esquecera-se de levar até a identidade - ela frisou]. Na verdade, o rapaz precisa abrir uma conta poupança para evitar ficar guardando o dinheiro na sala delas, e toda a hora ela, Paula ou Fatinha, precisam descerrar o escaninho para pegar alguma quantia ou ter que ficar contando o dinheiro, *porque Antônio tem essa mania - ela diz*.

Impressiona demais o empenho de Fatinha e Paula em andar com o serviço e no atendimento dos usuários. As duas quase sempre saem uma hora, uma hora e meia, após o horário que deveriam (entre oito, nove horas da noite). Entretanto, ficar trabalhando depois que a equipe do dia e a coordenação foram embora possui motivações menos altruístas. É nesse momento que podem conversar mais abertamente com os usuários e entre elas ou preencher relatórios ou cadastros sem ter que interromper para atender tarefas e demandas da ocasião.

O fato de serem concursadas mais novas (por volta dos 30 anos) e implicadas na política de assistência, foi um fator positivo para que conversassem sobre os acontecimentos e tensões no abrigo. Nesse clima comentaram um dia que estavam *muito putas* porque nas últimas reuniões foram chamadas a atenção sobre o horário que chegavam. A coordenação queria que elas passassem a iniciar o dia às nove da manhã, justificando que se alguém da prefeitura, do Estado ou de algum órgão federal (a fiscalização é tripartite e acontece durante o ano em datas que, a princípio, não são informadas) baixasse pela manhã no lugar e coincidissem de não ter nenhuma assistente, poderia expor a direção a ser repreendida pela

12 Letra da música *Maluco Beleza*: “Enquanto você se esforça pra ser/Um sujeito normal e fazer tudo igual/ Eu do meu lado aprendendo a ser louco/Um maluco total, na loucura geral/Controlando a minha maluqueza/Misturada com minha lucidez/Vou ficar, ah! ficar com certeza, maluco beleza/ Eu vou ficar, ah! Ficar com certeza, maluco beleza/E esse caminho que eu mesmo escolhi/ É tão fácil seguir/Por não ter onde ir” (Seixas e Roberto, 1977).

Secretaria. Fatinha e Paula pensam, contudo, que a preocupação é de outra ordem: talvez a direção não queira se indispor com a Secretaria por conta delas. Comentou que isso também era uma forma de mantê-las ao alcance da vista e, portanto, sob maior controle. *Talvez tenha também isso* - desconversou Paula.

Modos da devastação

Um outro acontecido foi igualmente emblemático para demonstrar como certas decisões, conforme ganhavam corpo, podiam resultar numa *nova queda* ou, na expressão de Veena Das, em uma [nova] *devastação*. Mas era uma queda ou devastação motivada por decisões tomadas no calor da hora - contrapôs Fatinha - indignada porque Sônia, psicóloga do João Antônio, não queria rever o *desligamento* [termo técnico utilizado pela equipe] de André. Sonia e Fatinha teriam discutido porque discordaram quanto ao seu desligamento. Fatinha insistia para que Sonia reconsiderasse sua decisão, segundo a primeira: *tomada no calor da hora e com o sangue ainda quente*.

A história era que André chegara no dia anterior com uma garrafa de *Caninha da roça* e bebeu a cachaça no abrigo, o que é proibido. No dia seguinte, Sonia chamou sua atenção, ele não gostou, disse a ela coisas que não devia [conforme comentou], então ela pediu o desligamento imediato de André do João Antônio. Fatinha e Paula disseram que ela poderia trocar o desligamento por uma suspensão, para ele passar alguns dias fora, mas desligá-lo era um gesto quase inconsequente porque André, além de portador de HIV, está entre aqueles que não possuem família no Rio de Janeiro. Além disso, ele precisava seguir com o tratamento para tuberculose, na Fiocruz, porque já o havia interrompido muitas vezes.

Essa passagem abalou especialmente Fatinha que, tentando ajudar André, marcou com ele para que reaparecesse no abrigo que ela faria fotocópias dos documentos que estivesse precisando, além da informação sobre quem ele poderia procurar na Caixa Econômica para abrir a conta, caso resolvesse mesmo contrair o empréstimo que mencionara. Pediu, porém, para que André aparecesse apenas depois que Sonia houvesse saído. André deu então a boa nova que tinha dado tudo certo quanto ao quarto na Rocinha, embora fosse comer uma boa parte de seu benefício. Depois de alguns dias na rua estava com aparência bastante abatida, mas reafirmou que não daria para retornar ao abrigo da triagem, localizado no bairro da Ilha do Governador, para ficar esperando a vaga que o realocaria no João Antônio.

Para concluir: povoar a devastação

Se os usos efetivos dos abrigos tencionam a ordem de não deixá-los tornar-se hotel ou um novo manicômio, esses mesmos usos terminam por constituir-se, em outro plano, como formas de contornar ou de tentar contornar a *ilegibilidade do estado* e a *violência cotidiana* (Das, 2008) que lhe perpassam. A troca de números e, conseqüentemente, a troca das camas, significaria trocar as assistentes que acompanhavam cada residente, essa possibilidade deixou o abrigo em polvorosa. Josuel, aquele que é tido como caso psiquiátrico, animou uma pequena e eficaz sublevação que terminou por arrumar novamente as coisas, ou pelo menos abrir algum espaço para negociação. Nos dias seguintes, Josuel pediu desculpas a Claudia [diretora] e a Paula, *minha assistente social* - como ele gostava de frisar quando ela estava por perto.

A *ilegibilidade do estado* encarnada nos modos da *violência cotidiana* também pode

ser percebida nas formas como os usuários são colocados para evadir, sem muita possibilidade de acompanhamento por parte das assistentes e psicólogos, dada a sobrecarga de trabalho que possuem. Seria assim com Antônio, seu irmão e Buda, seu amigo, tornados inquilinos aparentemente sem muita chance de assim permanecerem. Mas eram tentativas - comentou Paula - qualquer coisa eles retornariam ao abrigo - que pareciam falar para si própria. Seria também assim com Lino, que imediatamente após conseguir o benefício, mudou-se para Sepetiba, embora para um espaço com condições físicas muito ruins e um entorno árido: a irmã, seu único vínculo familiar, não fizera uma cara nada receptiva quando Paula e Lino apareceram na porta de sua casa. O CREAS da área, que poderia ser importante na transferência de Lino, existia quase como ruína e as assistentes não retornaram as chamadas de Paula.

E a última história, André e seu desligamento sem negociação é uma demonstração quase que ideal da *ilegibilidade do estado* em ato. Poucos dias após acontecer, André estava muito abatido, como mencionei antes, o que não era trivial para as suas condições de portador de HIV. Além disso, resolveu fazer um empréstimo de cerca de 800 reais, porque teria que pagar adiantado o quarto na Rocinha. Esse empréstimo comprometeria mais da metade de seu benefício nos meses seguintes.

Participando de um curso sobre cuidado e políticas na área de Saúde mental no Centro Nise da Silveira - lugar que é referência no Rio de Janeiro nas práticas de *desinstitucionalização* - foram feitas algumas observações do que se estaria desenhando como uma segunda etapa da Reforma Psiquiátrica. Muito sinteticamente, nessa nova etapa, entre outras coisas, estão tentando rever a ideia de autonomia, um dos pilares da própria Reforma. Certamente essa revisão incidirá nos abrigos, bastante influenciados, em termos de orientação, pelas diretrizes das políticas pós Reforma psiquiátrica.

Porém, como a lei demora e a vida não cessa, as pessoas, nesse caso os residentes, sempre surpreendem. Não foram poucos os relatos sobre relacionamentos amorosos, como a paixão febril de Antônio por uma outra usuária do CPRJ e os “casamentos” súbitos surgidos no abrigo da Ilha (onde se faz o que se chama de triagem e distribuição dos usuários) e que se estendiam pelos arredores do bairro e pela praia. Alguns desses enlances calorosos chegavam até o abrigo de mulheres, e eram sempre mencionados pelos profissionais e residentes. Os namoros geralmente começavam no abrigo da Ilha, a porta de entrada para os outros abrigos, o abrigo que deveria ser o símbolo maior da transitoriedade desse serviço. Aos poucos, porém, esses enlances têm-se revelado como um modo peculiar de povoar a devastação ou a iminência da devastação¹³.

Se a ideia de textura em Das remete a um campo semântico sensorial, não se trata de um sensorial distante dos conflitos e das relações de dominação, muito pelo contrário. Os vínculos estabelecidos a partir dos abrigos, no *embeber-se* do Estado, suas instituições/equipamentos, políticas e agentes são parte de uma produção não apenas reativa à coerção, “mão pesada” exercida sobre as populações mais pobres e os vulneráveis da cidade, mas também atravessada por apropriações e modos de existência que surgem dessa composição.

Acontecimentos que podem resultar no desligamento ou na recaída no *labirinto* do que não se compreende ou entende são sempre parte dessa experiência. Assim como, os *tempos de espera* a respeito de documentos, exames, retomada de contatos com algum parente, o

13 Remeto aqui a tese de Padovani (2015), bastante inspiradora sobre a importância de nos dedicarmos a entender as formas de estabelecer afeto, relação, casamento, proteção, incluindo pensar os mais variados cálculos econômicos, as perdas e ganhos financeiros, conjecturas sobre o futuro, etc, como elementos positivamente constitutivos dos enlances.

refazer de laços, a volta aos estudos, a retomada de algum tratamento médico necessário (*entrar na fila da medicação*), um tempo fora da rua, do uso intenso de psicoativos, longe de ameaças de onde se residia antes, ou também de alguma relação afetiva mais complicada. *Tempos de espera* como intervalos para retomada de fôlego, possibilidade de outros agenciamentos despontarem no cotidiano. Não necessariamente de constituir uma casa, um emprego - assim, um mundo distante de devastação - porque se sabe que as chances de manter isso tudo são escassas. Mas formas de fazer e refazer o mundo e o cotidiano através da precariedade, o que não exclui compreender as *éticas ordinárias* (Das, 2012) que informam o presente.

E foi seguindo sua *ética ordinária* que André se jogou para o endividamento ao alugar um conjugado na Rocinha o mais rápido para não retornar a vida na rua, e não aceitou nossa sugestão (de Fátima e minha) de conversar com a psicóloga, de maneira a evitar a piora de sua condição de saúde, um tanto delicada. Já Lino não aguenta mais viver no abrigo e resolve partir para uma periferia muito distante da rede onde faz tratamento há tempos, ou porque há uma irmã aparentemente pouco carinhosa, ou porque há uma mulher que consegue para ele uma quininha com desconto ou ainda, porque tem esperança de que o restaurante popular mais próximo retorne suas atividades.

Os amigos da Residência Terapêutica informal oscilam em seu desejo de tornar-se adultos. As assistentes sociais se empenham de forma intensa para que isso ocorra. A amizade e o circuito que já possuem nos hospitais ou rede de saúde onde transitam são estruturantes para os três. A medicalização, as recaídas, uma certa renda que lhes garanta alguma autonomia são modalidades que ajudam a estender o tempo no abrigo.

Mas Lauro, outro residente de quem falamos, encontra-se numa encruzilhada. Para não perder a vaga precisa inserir-se no mundo dos medicamentos e suas patologias, ou arrumar um trabalho. E ele está “fora” porque não possui nenhum transtorno mental ou doença incapacitante. Os dias de desânimo que seguiram porque *não pôde chegar* numa mulher que paquerou durante o carnaval (já que não poderia dizer que não tinha onde levá-la, nem tinha dinheiro para pagar algo ou ir para algum lugar) foi um dos exemplos entre outros do bloco de queixas que animavam nossas conversas. Lauro tinha por volta de cinquenta anos, alguns problemas na coluna, nos joelhos e nas pernas por conta do acidente que o manteve cerca de nove meses no hospital - como mencionei antes.

E ainda há Rogério, que gostava de repetir o termo *Brinel* para o abrigo (*mistura de abrigo com pinel*), ele próprio oriundo da Reforma Psiquiátrica; morava antes em um apartamento em Belo Horizonte que pagava com uma parte do benefício que obteve da prefeitura. Com o fim do programa se largou até o Rio para procurar sua irmã que morava no morro do Tuiuti, zona norte da cidade, mas perto do centro. A casa muito pequena da irmã, com marido e os filhos do casal, impossibilitou Rogério de se mudar. Foi então que parou no abrigo e aguardava a possibilidade de tirar um novo benefício, assim quem sabe alugaria uma casa próxima à irmã.

Nesse conjunto, mais do que obter uma moradia ou as velhas alternativas, trabalho (para garantir a subsistência) e constituir família, parece mesmo mais importante assegurar a habitabilidade dessas populações. Formas de assistência, acesso a equipamentos de saúde e de tratamentos, escutas de suas narrativas miraculosas, benefícios diversos, programas sociais heterogêneos e pontuais, políticas enfim que possibilitem condições mínimas de um cotidiano menos afeito a devastações.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002 (2004, 1ª reimpressão).

AGUIÃO, S. “Não somos um simples conjunto de letras”: disputas internas e (re)arranjos da política LGBT. *Cadernos Pagu* (46), jan-abr., pp. 279-310, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332016000100279&script=sci_abstract&tlng=pt

BARROS, R.; FARIAS, J. Political displacements between the periphery and the center through territories and bodies, *Vibrant*, 14, 3, 2017. Disponível em <http://www.vibrant.org.br/rachel-barros-juliana-farias-political-displacements-between-the-periphery-and-the-center-through-territories-and-bodies/>

BIRMAN, P.; FERNANDES, A.; PIEROBON, C. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares, *Mana* [online]. 2014, vol.20, n.3, pp.431-460. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n3/0104-9313-mana-20-03-00431.pdf>

BIRMAN, P. *Assistências governamentais, precariedades, gêneros e trajetórias* (projeto CNPq), 2018. (mimeo).

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos, abandono social, desejo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 51, 2, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27285/29057>

BUTLER, J. Comunicação oral. *Simpósio XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas*. Universidad de Alcalá, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hEjQHv0R6rQ>

_____. *Rethinking Vulnerability and Resistance*. Madrid, 2014 (b). (mimeo). Disponível em <http://www.institutofranklin.net/sites/default/files/files/Rethinking%20Vulnerability%20and%20Resistance%20Judith%20Butler.pdf>

CABANES, R. e GEORGES, I. *Saídas de Emergência: ganhar e perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CORTES, M. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. *Religião e Sociedade*. Dossiê Religião e Mídia, Religião e Sociedade, v. 34, n. 2, 2014.

DAS, V.; POOLE, D. *The State and its margins*. Anthropology in the margins of the state. New Mexico: Santa Fe, 2004.

DAS, V. Trauma y Testimonio. In: ORTEGA, F. A. (org.) *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidade*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Ponticia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2008.

_____. Ordinary ethics. In FASSIN, D. (org.). *A Companion to moral anthropology*. West Sussex, Inglaterra, John Wiley & Sons Inc., 2012.

_____. *Affliction. Health, Disease, Poverty*. New York, Fordham University Press, 2015.

DE LUCCA, D. Nem dentro nem fora do albergue: transformações e usos de um dispositivo da assistência. In: CUNHA, N.; FELTRAN, G. (orgs.). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2013.

FASSIN, D. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França.

Ponto Urbe, n. 15, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2467>

FERNANDES, A. Imagens da precariedade e figurações do Estado em ocupações de moradia no Rio de Janeiro, 38º Encontro Anual ANPOCS, GT 34 Sobre Periferias: novos conflitos no espaço público, 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt34-1/9151-imagens-da-precariedade-e-figuracoes-do-estado-em-ocupacoes-de-moradia-no-rio-de-janeiro/file>

FERREIRA, M. Ensaio sobre a compaixão: sofrimento, engajamento e cuidado nas margens da cidade. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2015.

_____. *Integralidade no Cuidado em Saúde Mental em um Hospital geral: relato de experiência*. 2018. (mimeo).

FERREIRA, J.; FLEISCHER, S. (orgs.). *Etnografias em serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FROMM, D. Percursos e refúgios urbanos: Notas sobre a circulação de usuários de crack pela trama institucional da Cracolândia de São Paulo. In: TELLES, V. (org.). *Em torno da cracolândia paulista*. Ponto Urbe, n. 21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3602>.

GUTERRES, A. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana* [online]. 2016, vol.22, n.1, pp.179-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132016000100179&lng=pt&nrm=iso>

LEITE, M.; BIRMAN, P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (orgs.). *Dispositivos Urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

LEITE, M. P. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro, *Vibrant*, v. 14, n.3. Brasília, ABA, 2017. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/marcia-peira-leite-state-market-and-administration-of-territories-in-the-city-of-rio-de-janeiro/>

MACHADO, C. The church helps the UPP, the UPP helps the church: pacification apparatus, religion and boundary formation in Rio de Janeiro's urban peripheries, *Vibrant*, v. 14, n.3. Brasília, ABA, 2017. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/carly-barboza-machado-the-church-helps-the-upp-the-upp-helps-the-church-pacification-apparatus-religion-and-boundary-formation-in-rio-de-janeiros-urban-peripheries/>

MAGALHÃES, A. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, v.19, n.40, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200004

MAGALHÃES, T. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: a Operação Sufoco na "cracolândia" paulistana. In: TELLES, V. (org.). *Em torno da cracolândia paulista*. Ponto Urbe, n. 21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3602>

MALLART, F. As pílulas e a prisão: produção e gestão do sofrimento. *Le monde diplomatique Brasil*, 104, 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-pilulas-e-a-prisao-producao-e-gestao-do-sofrimento/>

MALLART, F.; RUI, T. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. In: TELLES, V. (org.). *Em torno da cracolândia paulista*. Ponto Urbe, n. 21. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3602>

MARTINEZ, M. A produção e a gestão da população de rua: A trajetória de Luciene. *Di-*

lemas, v.7, n.4, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7260>

MARTINEZ, M. A gestão da saúde nos registros: empreendimentos para construir redes. *Ava* 26, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n26/n26a07.pdf>

MÁXIMO E MELO, N. *A esmola e a rede de proteção*: um estudo de instituições assistenciais para as pessoas que vivem nas ruas. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos 2016.

MELO E SILVA, N. *Trajatórias das populações adultas em situação de rua na zona oeste em contexto de grandes eventos internacionais no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2016.

MIAGUSKO, E. Esperando a UPP, violência e mercado político na Baixada Fluminense, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/107/10746201001/>

MIAGUSKO, E.; JARDIM, F.; CORTES, M. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, número 12, 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/242>

NASSER, M. Cracolândia como campo de gravitação: A gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia. In: TELLES, V. (org.). *Em torno da cracolândia paulista*. Ponto Urbe, n. 21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3602>

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PADOVANI, N. *Sobre Casos e Casamentos*: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PIEROBON, C. *Tempos que duram, lutas que não acabam*: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RUI, T. Fronteiras e usos do crack. In: CUNHA, N.; FELTRAN, G. *Nem dentro nem fora do albergue*: transformações e usos de um dispositivo da assistência. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2013.

SCABIO, J. *Não dá para amarrar*: uma etnografia da interação entre agentes de saúde e usuários de crack a partir do Consultório na rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SEIXAS, R.; ROBERTO, C. *Maluco Beleza. O dia em que a terra parou* (LP), 1977.

TELLES, V.; CABANES, R. (orgs.). *Nas tramas da cidade*: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, V. Refugiados urbanos. *Ressonâncias (Revista)*, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2017/12/Ressonancias-1.pdf>

_____. Apresentação do Dossiê Em torno da cracolândia paulista, *Ponto Urbe*, n. 21, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3602>

VIANNA, A. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In LEITE, M.; BIRMAN, P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (orgs.). *Dispositivos Urbanos e trama dos viventes*: ordens e resistências. Rio

de Janeiro: FGV, 2015.

VIANNA, A.; FACUNDO, A. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados", *Revista Ciência e Cultura*, 67, 2, 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200014

Documentos

Relatório Anual do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura 2013. Disponível em: https://issuu.com/alerj/docs/rio_lpm_annual_report_2013

Interrogações sobre as reconfigurações dos movimentos sociais – rupturas e continuidades¹

Fábio José Bechara Sanchez

Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é integrante do grupo de trabalho da CLACSO “A formação da cultura democrática pelas esquerdas latino-americanas” e pesquisador do Laboratório Misto Internacional SAGEMM (Social activities, gender, markets and mobilities from below - Latin America).

A proposta inicial desta comunicação é pensar as possíveis reconfigurações dos movimentos sociais nas últimas décadas no Brasil. Parte das análises sobre movimentos sociais no Brasil tem afirmado que teria ocorrido – ou está ocorrendo - o encerramento de um ciclo, uma ruptura em relação aos movimentos sociais que emergiram na arena pública a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

Marcelo Kunrath Silva (2011), por exemplo, localiza esta ruptura em 2003, quando da eleição de Lula para a presidência da república. Assumindo o argumento de Kunrath, neste momento, os movimentos sociais passam por um processo de institucionalização com a abertura de espaços de participação social no governo do PT, o que passa a significar a reconfiguração das práticas e agendas destes movimentos. Wagner Romão (2014), por outro lado, localiza nas jornadas de junho de 2013 o encerramento do ciclo aberto pelos movimentos sociais nos anos de 1980, emergindo a partir de então novas agendas e novas formas de associação. Na mesma linha, seguem Jean Tible e Alana Moraes (2015) quando afirmam estar surgindo uma “nova geração política”, que emerge em 2013, trazendo também a ideia de ruptura em relação aos movimentos sociais anteriores e, não por acaso, utilizam sugestivamente o termo “novos personagens que entram em cena” - numa referência direta ao texto e a expressão clássica de Eder Sader (1988) em seu trabalho paradigmático sobre os anos 1980 - jogando luz sobre o aparecimento de algo novo que rompe com o passado.

De certo modo, o mesmo tema da ruptura aparece nas falas justamente destes jovens militantes de “novas” formas de associativismos e de *coletivos* quando se referem às experiências políticas dos movimentos sociais dos anos de 1970/80, referindo-se a eles como “movimentos tradicionais” em oposição aos “novos coletivos”. Muitas vezes os vêm como hierárquicos, burocratizados, pouco combativos, focados em questões “redistributivas” em detrimento dos temas “culturais” e “identitários”.

De fato, particularmente a partir das Jornadas de Junho em 2013 e da “primavera secundarista” de 2015, há uma percepção de algo novo surgindo no cenário dos movimentos sociais brasileiros. Segundo Maria da Glória Gohn, estes “novos movimentos” se caracterizam por

¹ Texto elaborado a partir da comunicação realizada pelo autor na mesa “Movimentos sociais – As novas clivagens e abordagens de leituras no campo”, que compôs a programação do Colóquio “Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território”, realizado no IAU-USP, São Carlos, 16 e 17 de novembro de 2016. Agradeço à Joana Barros pelas provocações que motivaram este texto.

participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos. (Gohn, 2014).

Neste sentido, a experiência política que emergiu nos anos de 1970 e 1980 e que de certa forma estruturou os conflitos sociais nas últimas décadas é entendida pelos entusiastas destes “novos movimentos” como algo que se opera “dentro da ordem” e que - se um dia podem ter significado a possibilidade de politização e abertura de “novos possíveis” para a sociedade brasileira – hoje apenas representam a manutenção das formas de dominação. Por outro lado, alguns percebem a emergência no último período de “novas formas” de ações políticas e uma profunda reconfiguração dos movimentos sociais no país.

Para pensar estas possíveis “reconfigurações” dos movimentos sociais este artigo segue menos pelo caminho de pensar o que vem a ser este “novo ciclo” e mais por uma tentativa de refletir sobre as continuidades (e certamente, as rupturas) em relação ao ciclo anterior. Assim, neste texto estarei menos preocupado em pensar este novo ciclo nele mesmo, no que há de novo no campo dos movimentos sociais e nessa “nova geração política” que vem surgindo, e mais refletir historicamente o que foram os anos 1980, 1990 e 2000 para os movimentos sociais, de modo que, a partir daí, possamos pensar na trama que faz e refaz constantemente as relações de ruptura e continuidades entre estas experiências políticas.

Desta maneira, para realizar esta discussão, pretendo, a partir de pesquisas realizadas com experiências de economia solidária, com comunidades quilombolas e sobre agricultura familiar, fazer uma análise histórica das transformações pelas quais passaram estes movimentos sociais nas últimas décadas. A partir destas experiências, desejo refletir sobre as continuidades e rupturas dos movimentos sociais num processo mais longo e, com isso, trazer alguns elementos para discutir a reconfiguração atual dos movimentos sociais.

Algumas trajetórias militantes – da gramática dos direitos à economia solidária: caminhos e descaminhos das “invenções democráticas”

As trajetórias de Sônia, Ezequiel e “seu” Antônio trazem alguns elementos importantes para a reflexão, constroem um mosaico de experiências políticas que iluminam processos mais longos de transformações dos movimentos sociais conforme os campos de conflitos (Thompson, 1989) em que estes sujeitos se movem vão-se reconfigurando. Neste movimento, a gramática dos direitos, característica dos anos de 1980 e do contexto de redemocratização do país marcado pelo movimento *instituinte* de uma nova constituição, vai-se transformando e novas gramáticas, como a da economia solidária e das formas locais de produção e desenvolvimento, vão surgindo para enfrentar o contexto de avanço do neoliberalismo e os ataques às conquistas dos “anos oitenta”.

Assim, o elemento de maior proximidade entre trajetórias diversas, como veremos, tem a ver com a própria reconversão percebida e narrada por eles mesmos, das questões e formas de atuação dos coletivos e movimentos dos quais estes militantes fazem parte. Mais do que coincidência, esta proximidade ou convergência assinala um traço importante: a mudança da cena política brasileira, das formas de organização e das pautas comuns a vários seg-

mentos e a sua imediata relação com as transformações das formas de trabalho e emprego vivenciadas nos anos 1990, e suas repercussões políticas e organizativas. Estas/es militantes têm sua atuação política ligada às Comunidades Eclesiais de Base, viveram os anos de 1980 mobilizados e organizados em associações que se referenciavam no mundo do trabalho, passaram por significativas mudanças nos anos 1990 (corretamente chamada por Roberto Schwarz de década do desmanche) e se transformaram neste processo. Estas trajetórias podem nos dar indicativos sobre as reconfigurações dos movimentos sociais desde os anos setenta até o momento atual.

Sigamos com Sônia, Ezequiel e seu Antônio².

Sônia³ é uma liderança da Zona Sul de São Paulo, do Campo Limpo, que fez parte, nos anos 1970, dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e, junto com outras muitas mulheres e mães, participou de todo o movimento denunciando a carestia além de compor aquilo que ficou conhecido como “Assembleia das Painéis Vazias”, no final dos anos setenta, analisadas no clássico trabalho de Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena*. Nas palavras de Sader:

Quando lutavam por água, creche, coleta do lixo, linha de ônibus, o destino do movimento estava ligado aos progressos na obtenção das reivindicações. Embora o objetivo primeiro da liderança fosse a organização popular em si mesmo, ele só era atingido à medida que a população concernida pela reivindicação específica sentisse a viabilidade concreta de seu atendimento. Os movimentos cresciam em cima das conquistas obtidas - por menor que fossem. (Sader, 1988, p. 216).

A militância de Sônia estava assim vinculada à organização popular e à reivindicação diante do estado de conquistas no sentido de ampliação de direitos. No final dos anos de 1980, Sônia se articula a uma entidade intitulada “União Popular de Mulheres do Campo Limpo” que, desde então, é bastante atuante na região neste trabalho de organização popular, por mais que as formas de realizá-lo vão-se transformando no decorrer dos anos 1990. Uma das transformações mais significativas ocorre no decorrer dos anos de 1990, quando a entidade passa a oferecer qualificação profissional para as mulheres, além de diferentes ações de saúde, cultura, amamentação, direitos reprodutivos, entre outros. Assim, neste período a organização, através de reivindicações ao poder público, vai-se transmutando na realização de ações junto às mulheres. Nos anos 2000, Sônia passa a apoiar projetos de economia solidária e, particularmente, a criação de um banco comunitário de desenvolvimento no Campo Limpo. Este banco foi criado em 2007, com o nome de “União Sampaio”, um banco comunitário que apoia empreendimentos econômicos solidários e coletivos de cultura na região, além de gerir uma moeda social. A “União Popular de Mulheres” tem hoje, portanto, circulado em torno destes temas que estão no âmbito da economia solidária, dos empreendimentos de cultura e dos empreendimentos econômicos solidários na região do Campo Limpo. Há uma mudança da agenda completa em relação à discussão da carestia nos anos de 1970 e a gramática dos direitos dos anos de 1980 - quando Sônia iniciou sua trajetória militante - até hoje com a discussão da economia solidária e dos coletivos e saraus de cultura na periferia.

Podemos reconhecer pontos de contato, convergência e aproximação entre a trajetória de Sônia e a de outros/outras militantes em locais completamente diferentes. Ressoam no

2 As trajetórias aqui mobilizadas foram recolhidas em viagens de campo ao longo da minha pesquisa “Além da Informalidade, Além dos Direitos: A autogestão e o trabalho desprotegido nos espaços públicos do trabalho” desenvolvida entre novembro de 2014 e novembro de 2017, financiada pelo CNPq.

3 Optei por alterar os nomes das personagens aqui retratadas para preservar a identidade desta/ destes militante(s).

Sertão da Bahia, por exemplo, ecos destas mudanças e reorientações de agendas e práticas coletivas autônomas de organização, ao longo dos últimos 30 anos.

Duas figuras bastante atuantes nos anos 1980 em comunidades eclesiais de base dão-nos notas de certa trajetória que converge em elementos muito próximos, ainda que distantes geograficamente. São dois trabalhadores rurais, ou mais especificamente duas pessoas que atuam no que hoje é chamado de agricultura familiar. Ezequiel e Sr Antônio eram pequenos agricultores, organizados e bastante articulados aos movimentos e entidades de sua região, durante os anos de 1980, a partir de temas e disputas no campo das políticas agrícolas, da reforma agrária, das condições de trabalho dos camponeses, entre outros.

Um deles é o Ezequiel, que iniciou sua militância junto às Comunidades Eclesiais de Base e, nos anos de 1980, participou da organização de agricultores na região do sisal, na Bahia. Como se sabe, o trabalho no sisal é um trabalho extremamente precário, duro e, literalmente, mutilador. Ezequiel é uma das lideranças que ajuda a organizar estes agricultores nos anos de 1980, debatendo suas condições de trabalho, enfrentando os fazendeiros donos das plantações de sisal e das instalações de processamento da fibra, mobilizando os agricultores e trabalhadores do sisal para participarem de manifestações na capital do estado, em Salvador e reivindicando ações do governo em defesa dos trabalhadores. Parte destas mobilizações era realizada a partir da “Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia” (APAEB)⁴. As APAEB’s existiram em diferentes municípios baianos e Ezequiel participava da Associação no município de Valente, um dos centros da região sisaleira. Nos anos noventa, a APEB-Valente passa a desenvolver e/ou apresentar alternativas econômicas para os trabalhadores do sisal, em função da crise do setor, e em 1996, com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e de agências de cooperação internacional, cria uma fábrica para o beneficiamento do sisal, que passa a ser de propriedade e gerida pela APAEB. A fábrica hoje produz 100 mil metros quadrados de tapetes e carpetes por mês e exporta tapetes de sisal para diferentes regiões do mundo. É uma grande fábrica localizada no interior da Bahia, em pleno Sertão, formalmente controlada por pequenos agricultores do sisal, organizados em cooperativa, e emprega algumas centenas de pessoas. Ezequiel foi por longo tempo o presidente da APEB-Valente e, no final da primeira década dos anos 2000, deixa a presidência da APAEB para candidatar-se e ser eleito prefeito, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de Valente, cidade onde está sediada a fábrica. Portanto, Ezequiel tem uma trajetória de militância de base ligada a pequenos agricultores na região do sisal, passa pela gestão de um grande empreendimento econômico solidário, a fábrica de tapetes e, a partir daí, torna-se prefeito de Valente pelo Partido dos Trabalhadores. Da organização popular com caráter reivindicativo nos anos oitenta, passa pela organização produtiva dos trabalhadores em um contexto de crise nos anos noventa para ocupar o poder local e a gestão pública nos anos 2000. Sua trajetória, de certa maneira, segue a trajetória do próprio Partido dos Trabalhadores.

Ainda no Sertão da Bahia - a mais de dois mil quilômetros de distância - seu Antônio tem um percurso semelhante ao de Sônia: militância nas Comunidades Eclesiais de Base, mas neste caso em Casa Nova, município do noroeste baiano, em pleno sertão, quase na divisa com o estado do Piauí. A militância do “seu” Antônio se inicia no final dos anos de 1970 e no começo dos anos de 1980, em torno dos efeitos dos deslocamentos populacionais ocasionados pela construção da represa de Sobradinho, no rio São Francisco. O próprio “seu” Antônio foi deslocado, removido de suas terras, que foram alagadas pela barragem do

4 Para uma interessante história da APAEB e suas origens ligadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), ver Nascimento (2014).

Velho Chico e, junto com outros trabalhadores rurais, passou a reivindicar ações do Estado para retomarem sua produção. Na entrevista com o Senhor Antônio parece haver um silenciamento sobre os anos de 1990, talvez pela própria dificuldade de nomear os deslocamentos que ocorreram neste período. Do período de enormes mobilizações dos anos 1980, sua narrativa salta para os processos que se desenvolvem nos anos 2000, particularmente em torno da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) e o tema da convivência com a seca. Neste contexto, ele conta sobre a questão da água e da convivência com o semiárido que, após os anos 2000 e a partir de algumas políticas públicas, como a de construção de cisternas - iniciativa inicialmente da ASA e de entidades ligadas à igreja, com destaque para a Cáritas Brasileira, que depois se torna política pública no decorrer do governo Lula - do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Aquisição Alimentar (PNAE). É desde a articulação das ações favorecidas por estes programas de incentivo à produção agrária que seu Antonio, agindo em coletivos e formando associações de produtores, vai transformando a região árida em que vive, produzindo frutas, doces e carne de cabrito. Sr. Antônio criou uma pequena fábrica de alimentos que reúne hoje mais de 30 pessoas trabalhando em cooperação, um empreendimento econômico solidário e que vende seus produtos não apenas em Casa Nova, mas para diversas escolas em toda a macrorregião de Juazeiro. A experiência do “seu” Antônio fez inclusive com que ele fosse contratado pelo governo do Estado do Piauí para prestar assessoria a agricultores e caprinocultores daquele estado, fazendo-o morar e “rodar” pelo Piauí por mais de um ano nesta atividade de organização de cooperativas e associações de produção solidária.

O interessante destas trajetórias de Sônia, Ezequiel e Seu Antônio é que, apesar de serem de regiões e contextos bastante diferentes, relatam trajetórias muito semelhantes, que passam por uma intensa militância de base nos anos 1970/1980, um processo de institucionalização no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, uma agenda política com o Estado, para desembocarem em alguma forma de gestão econômica da produção coletiva nestes territórios, encontrando neste percurso o tema da economia solidária e das formas cooperativas de produção. Há, portanto, uma reconfiguração destes processos de mobilização originalmente organizados em torno da reivindicação de direitos, para formas de ações locais de organização econômica. Da gramática dos direitos se desloca para a gramática da economia solidária, mas o tema da democracia e de sua ampliação não desaparece do horizonte.

A Economia Solidária como reconfiguração dos movimentos sociais num contexto de desmanche

As trajetórias de militantes - tanto daqueles ligados às Comunidades Eclesiais de Base, como os expostos acima, como de vários que vieram de organizações de esquerda, diretamente ligados à luta contra a ditadura - foram se reconfigurando no decorrer dos anos últimos 30 anos na justa medida de uma reconfiguração do campo no qual a sua militância se constituía. Se olharmos as trajetórias de pessoas como Manoel da Conceição⁵, liderança camponesa e militante da Ação Popular⁶, exilado nos anos de 1970 e que nos anos 2000 presidia uma central de cooperativas no Maranhão; ou Cláudio Nascimento, militante do Partido Comu-

5 A trajetória de Manoel da Conceição pode ser encontrada na *Revista Teoria e Debate*, nº 61, março de 2005.

6 Organização com origem na esquerda católica, que no decorrer dos anos de 1960 e 1970 se aproximou do maoísmo e participou da luta armada contra a ditadura militar.

nista Brasileiro Revolucionário (PCBR) nos anos de 1960, exilado nos anos de 1970, militante do movimento sindical cutista nos anos de 1980 e que se tornou um dos pioneiros de temas sobre autogestão e economia solidária nos anos de 1990/2000. Assim, vemos uma reconfiguração comum de militantes ligados a diferentes “matrizes discursivas”, conforme elaborado por Eder Sader. Tanto militantes ligados à Teologia da Libertação, como aqueles que vieram de organizações de esquerda ou ainda aquele ligados ao “novo sindicalismo” foram encontrando no decorrer dos anos 1990/2000 a economia solidária como espaço de mobilização.

Assim, parece importante refletir sobre a economia solidária e o papel e o significado que possui para uma série de militantes e movimentos sociais, especialmente num contexto de reestruturação produtiva como aquela que se passou nos anos 1990, *pari passu* a reforma do estado e a redução dos horizontes das políticas públicas de cunho universal.

Importa situar como as disputas e entendimentos diversos sobre a economia solidária. Considero a economia solidária menos um conceito acadêmico delimitado e homogêneo, e mais um termo político em disputa que configura um campo político bastante conflituoso e diverso, cuja característica básica é organizar as atividades econômicas através da autogestão⁷.

Paul Singer (2002) localiza o surgimento, ou melhor, o ressurgimento da economia solidária no Brasil (ou da autogestão como prática de organização econômica de empreendimentos produtivos) nos anos 1980. Segundo ele, estas experiências se originaram no bojo do aparecimento dos “novos personagens” e dos movimentos sociais que emergiram na arena pública naquela década. Ao reconstruir a história da economia solidária no Brasil, Singer localiza “os pioneiros” destas experiências nas mesmas organizações, entidades, movimentos e sujeitos que estão no âmbito daquelas três matrizes⁸ discursivas que Eder Sader localiza nos “novos personagens que entraram em cena”.

Assim, as práticas referidas ao que vem sendo nomeado como experiências de economia solidária surgem no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) já no início dos anos 1980, particularmente a partir da Cáritas Brasileira. A Cáritas, entidade ligada à CNBB, passou a apoiar nesta época a criação de grupos de produção coletivos em algumas CEB’s a partir do que eles chamavam de PACs (Projetos Alternativos Comunitários). A partir destas experiências, no decorrer dos anos 1980, vários grupos e comunidades mobilizados em torno das CEB’s desenvolveram empreendimentos produtivos, fundos rotativos solidários, entre outras experiências.

Além da Cáritas Brasileira, outras entidades ligadas direta ou indiretamente ao ideário da Teologia da Libertação e com origens na Igreja católica progressista, passaram a fomentar estes empreendimentos produtivos solidários. É o caso, por exemplo, da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e na década seguinte do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e do PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul).

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que também possui fortes vínculos com a teologia da libertação, também passa a criar empreendimentos cooperativos nesta década de 1980, quando as primeiras famílias sem-terra passam a ser assentadas. No final dos anos de 1980 criam a CONCRAB (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) para apoiar e aglutinar estas experiências.

7 Particularmente, prefiro delimitar este campo com os termos *autogestão, economia autogestionária, ou socialismo autogestionário* (como alguns classificam) do que *economia solidária*.

8 Eder Sader (1988), em seu estudo sobre os novos movimentos sociais brasileiros nos anos de 1980 identifica três matrizes discursivas que alimentaram a emergência destes novos movimentos sociais: a Igreja Católica progressista, influenciada pela teologia da libertação; as organizações de esquerda que passam a repensar suas estratégias, após o período da ditadura militar e um novo sindicalismo, mais combativo, independente e democrático.

Passando para outra matriz discursiva, no decorrer dos anos de 1980 setores do “novo sindicalismo” e do movimento sindical cutista, principalmente setores que vinham das oposições sindicais e depois a “CUT pela base”, passam também a aproximar-se das experiências da autogestão. Além do debate da experiência do cooperativismo atrelado ao sindicalismo italiano da CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*) que influenciou muito a própria formação da CUT, as experiências iugoslavas e polonesas (do Solidariedade) eram frequentes nas escolas de formação sindical. Na mesma década de 1980, surgiram experiências de empresas recuperadas através da autogestão com apoio deste sindicalismo, como o caso da Cooperminas, em Santa Catarina, criada em 1986 com o apoio do sindicato dos minérios, filiado à CUT.

Não apenas o movimento sindical mas uma série de militantes de organizações de esquerda passam também a discutir as experiências de autogestão iugoslavas e polonesas, o debate sobre conselhos operários e a retomarem a tradição do socialismo autogestionário. Dentro do Partido dos Trabalhadores, um grupo conhecido por “autonomistas” edita uma revista chamada *Desvio*, que trazia um conjunto de artigos sobre estas experiências de conselhos e autogestão.

O tema daquilo que nos anos de 1990 passou a ser chamado de economia solidária estava rodando nos anos de 1980 nas ações das três “matrizes discursivas” analisadas por Eder Sader. É por isso, parece-me, que Paul Singer localiza o ressurgimento da economia solidária justamente nesta década de oitenta, o que não me parece equivocado, contudo, não completamente exato.

Se de fato as primeiras experiências deste novo ciclo da economia solidária e o debate sobre autogestão está no bojo de toda aquela efervescência dos anos de 1980 é apenas na década seguinte e no seu contexto próprio que estas experiências tornam-se realmente inteligíveis. Assim, a economia solidária seria mais fruto das dinâmicas dos anos de 1990 e seu contexto caracterizado pelo avanço do neoliberalismo e refluxo das experiências democráticas da década anterior do que o contrário.

A economia solidária, de fato, torna-se este conceito político que inicialmente aludimos, capaz de aglutinar experiências e adquirir um significado novo apenas no decorrer dos anos de 1990⁹. Foi nesta última década do século XX - marcada pelo que poderíamos chamar de “refluxo” destes movimentos sociais - que a economia solidária assumiu um sentido e um lugar próprio no contexto de muitos destes movimentos e já apontam para um processo de reconfiguração profunda dos mesmos.

Assim, se o movimento sindical começa a debater a autogestão nos anos de 1980, é de fato nos anos de 1990, a partir da transição daquilo que vários estudos (Veras, 2002; Pereira, 2011) chamam do “sindicalismo combativo” dos anos 1970 e 1980 para o “sindicalismo cidadão” no decorrer dos anos 1980, que a economia solidária de fato torna-se significativa para a Central Única dos Trabalhadores.

O movimento sindical cutista aproximar-se-á, neste momento, da economia solidária num contexto de desemprego em massa, a exemplo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. A CNM passa nos anos de 1990 a trabalhar não mais exclusivamente com sua base metalúrgica assalariada, mas começa a desenvolver projetos em periferias com pessoas à margem do assalariamento. Desenvolveram, neste sentido, o projeto chamado “Integrar”, que era um programa de formação profissional acoplado ao aumento da escolaridade. No

⁹ Embora não seja objeto deste artigo, é importante dizer que a origem do termo “economia solidária” no Brasil é de 1996, no contexto da campanha eleitoral de Luisa Erundina (então no PT) para a prefeitura.

decorrer do desenvolvimento do projeto, percebendo que os/as participantes tinham pouca chance de inserir-se no mercado formal de trabalho, criam o “Integrar Cooperativas”, que tinha como proposta fomentar a criação de cooperativas com estas pessoas. Este projeto foi desenvolvido tanto nas periferias da Grande São Paulo como em cidades do estado que eram fortes bases dos sindicatos metalúrgicos, como São José dos Campos e a região de São Carlos.

Ou seja, é diante da crise de desemprego e da perda da base sindical, além das derrotas políticas como a greve dos petroleiros de 1995 (Miagusko, 2004), que a CUT passa a assumir institucionalmente o debate sobre a economia solidária. É nestes anos que uma missão da CUT seguirá até a Itália para, de fato, conhecer a experiência de cooperativas e seus vínculos com o sindicalismo na região da Emilia Romagna (Bolonha) e que a mesma Central criará depois a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, para prestar assessoria e apoio a experiências de economia solidária e a UNISOL-Brasil, para representar empreendimentos econômicos solidários.

Se passarmos para as entidades vinculadas à Teologia da Libertação, apesar de seu pioneirismo nos anos de 1980, é possível perceber o papel central da Cáritas e seu direcionamento mais significativo para a economia solidária - como de outras ONGs com vínculos com a teologia da libertação - de forma mais significativa nos anos 1990. A ação da Cáritas, com o apoio da cooperação internacional católica, como também a Campanha de Combate à Fome capitaneada por Betinho à frente do IBASE, que assumem a economia solidária como uma de suas estratégias, ampliam e dão maior institucionalidade as suas ações de economia solidária.

Este fortalecimento da economia solidária junto a estas organizações é fruto de uma série de fatores, entre eles a própria tendência histórica de certo “socialismo cristão” de apoio a estas iniciativas, mas particularmente pelas profundas transformações e refluxos que sofrem as Comunidades Eclesiais de Base e, de maneira mais geral, a Teologia da Libertação. Estas transformações passam desde os avanços da “Santa Sé” no papado de João Paulo II contra estas iniciativas, ao próprio enfraquecimento da Igreja Católica nos territórios nos quais elas trabalhavam e também do avanço de outras filiações religiosas cristãs não convergentes com o mesmo ideário, até o esgotamento das “energias utópicas” destas experiências. Além disso, as comunidades onde mantinham certa atuação e influência foram fortemente atingidas pelas consequências das políticas econômicas dos anos de 1990. Algumas destas regiões, como a região metropolitana de São Paulo, atingiram 20% de desemprego, o que se somava à tradicional informalidade. Diante este contexto, os agentes pastorais tiveram que reinventar suas formas de atuação e encontraram na economia solidária uma nova forma.

Se voltarmos ao MST - e o MST é um movimento a ser pensado separadamente no contexto dos anos 1990, uma vez que mantém uma força organizativa para além do desmanche - também os anos de 1990 foram anos de maior estruturação dos assentamentos e é neste contexto que a cooperação dentro do movimento torna-se mais central. Nesta década, toma corpo a proposta que o setor de produção do Movimento chamava de CPA (Cooperativas Integrais), espécie de “comunidades totais” dentro dos assentamentos, onde não apenas toda a produção seria coletivizada, junto com as terras, mas também o conjunto da vida do acampamento (educação, alimentação, etc.).

Outros movimentos igualmente importantes nos anos de 1990, de maneira mais ou menos estruturada, passam a discutir a economia solidária. É durante os anos 1990, por exemplo, que parte do movimento de moradia - que já dava centralidade ao tema da auto-gestão na produção habitacional desde os anos de 1980 - passa, diante da necessidade de

dar continuidade e organicidade ao pós-conquista da moradia, também a discutir a economia solidária como uma prática a ser fomentada. Neste sentido, nos anos de 1990, surge o Banco Palmas a partir e no âmbito do movimento de moradia organizado no conjunto Palmeiras, na periferia da cidade de Fortaleza. No final dos anos de 1990, tanto a União dos Movimentos de Moradia (UMM), com forte base na zona oeste da cidade de São Paulo, quanto o Movimento de Luta dos Cortiços, no centro de São Paulo, promovem uma série de reuniões sobre economia solidária na qual buscavam envolver suas bases no tema da economia solidária.

Com isto, quero argumentar que se a economia solidária tem seu ressurgimento no Brasil nos anos de 1980, no contexto da redemocratização e da emergência de uma série de “novos movimentos sociais”, apenas torna-se significativa para estes movimentos e uma agenda de lutas e disputas ao longo dos anos 1990. Isto provavelmente pela “crise” que estes movimentos passavam num contexto de “desmanche”, de reestruturação produtiva e de deslocamento do campo de conflitos da sociedade brasileira pós constituição de 1988. Este cenário levou estas experiências a buscarem novas formas de organização e mobilização, como pode ser visto nas trajetórias relatadas no início.

Assim, a economia solidária já é um sintoma de uma profunda reconfiguração dos movimentos sociais no decorrer dos anos de 1990. Entretanto, não é apenas sintoma, é também fruto de novos conflitos e, portanto, de um “recolocar-se” destes movimentos neste novo contexto. Quero dizer com isso que se a economia solidária é uma resposta ao desmanche dos anos noventa, também é parte da recriação dos movimentos neste novo contexto.

Minha proposta assim é que façamos um exercício de tentar perceber os movimentos sociais para além do desmanche, vendo também como os anos de 1990 podem ter significado momentos “criativos” para estes movimentos.

Anos 1990: reconfigurações entre o desmanche e a criação

Queria aqui então puxar um fio de argumentação ou uma chave explicativa de que os anos noventa não foram apenas de desmanche das experiências dos anos de 1980, apesar de serem anos de profundas reconfigurações e inegável enfraquecimento destes movimentos e que, parece-me, explicam muito do que veio a acontecer nos anos 2000. E podemos pensar esta realidade para além da economia solidária.

Neste sentido, importa examinar a própria existência, aparecimento e realidade de um movimento que se constitui e pode ser analisado a partir dos anos de 1990: as comunidades quilombolas. Em São Paulo, no Vale do Ribeira, houve a emergência de todo um movimento ligado às comunidades quilombolas, produtos dos anos 1990. Produto em que sentido? É a Constituição Federal de 1988 que abre a possibilidade de organização de várias comunidades quilombolas e que permitiu que diversas comunidades espalhadas pelo Brasil passassem a reconhecer-se como tal, uma vez que instituiu a possibilidade de titulação de terras ocupadas por estas populações. Em São Paulo, no final da década de 1990, eram 12 comunidades reconhecidas como quilombolas; 10 anos depois já eram 26, em um processo rico de criação e autoidentificação destes grupos¹⁰.

10 Em minha dissertação de mestrado junto ao Departamento de Sociologia na FFLCH USP recuperei este processo de constituição política das comunidades quilombolas no vale do Ribeira, em São Paulo. Ver Sanchez (2004).

Para estas comunidades rurais negras o termo “quilombo” era inexistente até o final da década de 1980, ainda que nesta época era uma agenda do movimento negro urbano que conseguiu incluir na Constituição um dispositivo de reconhecimento das áreas remanescente de quilombos ou áreas quilombolas. A inclusão na Constituição deste dispositivo permitiu que, após 1988, uma série de comunidades rurais no Brasil (e também no Vale do Ribeira) se identificassem como quilombolas e propiciou um processo de mobilização e organização bastante vivo no decorrer dos anos de 1990, que ainda hoje mantém uma dinâmica que se amplia. A CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) se articula a partir de 1996, alimentando este processo organizativo e de autoidentificação. O caso das lutas quilombolas é um caso bastante ilustrativo de um movimento que emerge e se articula durante a década de 1990.

Outro exemplo de reconfiguração de movimento social a partir do tipo de sua interação com o Estado são os movimentos relacionados à temática agrária. O tema que mais significativamente articulou os movimentos do campo brasileiro nas últimas décadas (para ficar restrito a elas) foi a questão fundiária do país e, portanto, a reivindicação pela tão almejada reforma agrária. A partir de 2003, surge uma nova agenda política para estes movimentos, deslocando os debates da questão fundiária para o tema da agricultura familiar e seu financiamento. Tal deslocamento aconteceu sem que a reforma agrária preconizada por estes movimentos houvesse ocorrido. Neste caso, assim como na questão quilombola, é interessante observar como esta reconfiguração do próprio movimento é fruto do campo de conflitos estabelecidos no campo brasileiro e do papel que o governo Lula teve neste sentido.

O governo Lula (2003-2010) assentou quase um terço a menos de famílias do que o governo Fernando Henrique. Uma explicação para tal aparente paradoxo está nos índices que organizaram e parametrizaram a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. O Índice de Produtividade é um instrumento “técnico” (muitas aspas), um índice construído para definir o que é ou não uma terra improdutivo e que, portanto, se pode ser ou não desapropriada conforme o ordenamento jurídico atual. O atual Índice de Produtividade que segue regulando as desapropriações de terra no Brasil é de 1975. Portanto, foi estabelecido quando a realidade agrícola e das tecnologias produtivas eram completamente diferentes da atual.

No governo Fernando Henrique Cardoso, obviamente com muita pressão dos movimentos sociais do campo, ainda foi possível utilizar o Índice de Produtividade para assentar famílias em regiões com grande número de “sem-terra”, como as regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

No governo Lula, o que pode ser considerado improdutivo (novamente utilizando-se os tais “índices de produtividade”) foram particularmente terras na fronteira da Amazônia. Assim, o governo Lula não apenas assentou um terço menos de famílias como também uma parte considerável dos assentamentos aconteceu nestas fronteiras agrícolas da região norte do Brasil. Isto se deu porque nas outras regiões do país o índice de produtividade não era mais, digamos assim, operacional, não havia terras que pudessem ser consideradas improdutivas.

Estes índices são determinados por um decreto presidencial, ou seja, cabia ao poder executivo, sobre o comando do presidente Lula, propor novos índices de produtividade, o que não foi feito. Ainda em 2003, no início do primeiro governo lulista, foi criado um grupo de trabalho para discutir e propor um plano de reforma agrária, tendo sido designado como um dos integrantes deste grupo, entre outros, Plínio de Arruda Sampaio. O próprio Plínio – reconhecida autoridade no campo de esquerda no tema agrário - foi designado para repensar os tais Índices de Produtividade de modo a permitir o cumprimento do preceito constitucional do uso social da terra.

Desde esta época, quando este grupo de trabalho propôs os novos índices de produtividade, o decreto presidencial para aprovação está pronto para ser assinado pelo presidente ou presidenta da vez. Sua assinatura foi anunciada umas quatro, cinco ou seis vezes ao longo dos governos lulo-petista, sem nunca ter sido efetivamente. Toda vez que se anunciava a sua homologação, o Governo federal viveu derrotas importantes em votações no Congresso: a bancada ruralista se articulava e derrotava o governo em seus projetos. Não vem ao caso fazer uma discussão sobre o tema da “governabilidade”, mas apenas destacar que quando um ponto conflituoso, a demanda dos movimentos sociais, parecia avançar, o governo recuava.

Porém não era um simples recuo. A opção do governo, particularmente do governo Lula, foi criar um canal para elidir o conflito, sem “bater de frente”, ou seja, não se aprovava o mecanismo que permitiria realizar minimamente alguma reforma agrária. Entretanto se cria, ou se aumenta significativamente - e neste caso, aumenta-se a quantidade e qualidade -, a política de fomento à agricultura familiar. O PRONAF, que na época de Fernando Henrique Cardoso tinha um orçamento girando em 700 milhões de reais por ano e atingia principalmente pequenos agricultores dos estados do Sul do país, atinge no governo Lula 12 bilhões de reais de orçamento, alcançando papel significativo de fomento a este setor no Brasil inteiro. Além do PRONAF, política eminentemente de crédito agrícola, são criadas a Política de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma política de extensão rural para assessoria aos pequenos agricultores, entre outras.

Com esta política e programas, a agenda dos movimentos sociais acaba se deslocando e se reconfigurando. Não que a reforma agrária tenha saído da agenda, mas vai perdendo sua força e o tema da agricultura familiar vai-se ampliando. Assim, há um deslocamento da agenda neste período, um deslocamento de agenda dos movimentos sociais vinculado ao campo de conflitos específicos do governo Lula e daquilo que André Singer (2012) chamou de lulismo e da própria ação do Estado brasileiro – especialmente em âmbito federal - neste sentido.

Considerações finais

Diante este quadro o debate sobre o processo de reconfiguração dos movimentos sociais no Brasil não é algo dos últimos cinco anos, após as jornadas de 2013, ou depois de 2003, com o governo Lula. Há um processo permanente, desde os anos 1980, de reconfigurações, deslocamentos e novos significados. Há avanços e retrocessos neste processo, mas tanto política como teórica e metodologicamente – precisamos ultrapassar a dicotomia de “conquistas” e “retrocessos”, marcando os anos 1980 como certo tempo mítico de ampliação democrática e o período posterior apenas como destituição, para perceber o movimento real destes deslocamentos.

Sem dúvida os anos de 1990 foram anos de destituição de direitos e desmanche neoliberal, para usar a expressão célebre de Roberto Schwartz, de enfraquecimento dos movimentos sociais. Mais do que isso, é certo que o governo Lula e o lulismo só podem ser explicados tomando em conta este cenário dos movimentos sociais nos anos noventa. Entretanto, é preciso não enxergar apenas a destituição, mas compreender o que neste contexto está a surgir a partir disto, quais novos possíveis (apesar e por causa deste deslocamento) são criados a partir destas reconfigurações. O grande desafio hoje é pensar estas reconfigurações neste sentido duplo e não dicotômico ou dualista: quais são e para onde apontam e qual o sentido destes novos possíveis.

Referências bibliográficas

- GOHN, M. G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Caderno CRH*, 27 (71), 2014.
- MIAGUSKO, E. *Greve dos Petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2001.
- MORAES, A.; TIBLE, J. (orgs.). *Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil*. 1ed. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.
- NASCIMENTO, C. F. A *APAEB-Valente e os “sisaleiros”*: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual da Bahia, 2014.
- OLIVEIRA, R. V. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações – do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2002.
- PEREIRA, M. C. C. *Relações complexas: sindicalismo e autogestão em debate*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- ROMAO, W. M. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 4, 2013.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988.
- SANCHEZ, F. J. B. *Identidade e Conflito: A construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. Autogestione e economia solidale in Brasile. Un Nuovo Ciclo di partecipazione dei lavoratori all’organizzazione del lavoro. *Sociologia Del Lavoro*, v. 123, 2011.
- SANCHEZ, F. J. B.; TURATTI, M. C. M. Agricultura Familiare ed Etnicità: le trasformazioni delle lotte contadine in Brasile. *Sociologia Del Lavoro*, v. 128, 2012.
- SILVA, M. K. Brésil: institutionnalisation et contestation. *Alternatives Sud*, v. XXVIII, 2011.
- SINGER, A. V. *Realinhamento Eleitoral e mudança política no Brasil: para uma interpretação do Lulismo (2002-2010)*. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.
- SINGER, P. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII? Lucha de clases sin clases? In: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona. Editorial Critica, 1989.

Luta social e a produção neoliberal do espaço

André Dal'Bó da Costa

Arquiteto e urbanista, é doutorando no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

Uma das mesas realizadas durante o Colóquio “Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território”, no IAU-USP, em São Carlos (SP), no mês de novembro de 2016, dedicou-se à discussão sobre a atual expulsão contínua de parte da população brasileira mais pobre dos seus locais de moradia, trazendo para isso, ao debate, as trajetórias e as experiências das ocupações Pinheirinho e Vila Soma, notadamente dois dos conflitos de luta social pela permanência no urbano mais relevantes do período recente da história das cidades brasileiras, referências não somente pelo grande porte territorial e populacional destas ocupações - tendo ambas quase dez mil moradores em terrenos de massas falidas com aproximadamente um quilômetro quadrado cada -, mas também porque seus eventos teriam se tornado marcos referenciais das experiências de resistência dos movimentos sociais de luta por moradia, das rotinas de mediação de conflito fundiário para os governos do último período, das rotinas dos processos judiciais relacionados ao conflito de terra urbana, atingindo ainda uma larga amplitude de outras esferas de discussão e debate público.

Durante a mesa, o caso do Pinheirinho, ocupação existente entre os anos de 2004 e 2012, no município de São José dos Campos (SP), foi relatado pelo Defensor Público Jairo Salvador, que atuou durante o conflito e ainda hoje acompanha, no âmbito jurídico, as ações de defesa realizadas pelas famílias despejadas durante a violenta remoção ocorrida em janeiro de 2012. O caso da Vila Soma, ocupação iniciada no ano de 2012 e que existe até o presente, na região central da cidade de Sumaré (SP), foi relatado pelo advogado Alexandre Mandl, que atua como advogado de defesa das famílias da Vila Soma. Ambos os relatos apresentaram riquíssimo detalhamento dos acontecimentos cotidianos do conflito, dos quais seguiram interpretações decorrentes da atuação jurídica comprometida com a democratização das cidades através da ação de defesa das ocupações organizadas, exemplificando o lugar central do campo jurídico na delimitação da trajetória dos conflitos de terra urbano, campo de disputa no qual se mobilizam os principais discursos das rotinas do Estado dedicados a manter a norma de governamentalidade para produção do espaço, ou seja, como discurso porta-voz da produção de legitimidade estatal para a remoção dos movimentos de resistência no território em função da expansão da acumulação de capital para além de seus atuais limites.

Apesar da centralidade do campo jurídico na construção da legitimidade necessária à produção das cidades mediadas no Estado, no presente, como exemplificam os dois casos relatados, é possível identificar rotinas e usos diferentes do campo jurídico, assim como seu entrelaçamento com outros campos diversos. A partir da sequência relatada de eventos registrados em cada um dos conflitos, seria possível afirmar que as forças interessadas na remoção das ocupações organizadas encontram mediação no Estado através de uma ro-

tina de ação já estabelecida anteriormente, ou seja, para ativar a remoção das ocupações, nos casos do Pinheirinho e da Vila Soma, os atores interessados na remoção encontraram representação inicialmente nos poderes públicos executivo e judiciário locais, e finalmente na força policial, sempre pela mobilização do discurso jurídico; porém, quando tal rede de forças circunscritas no domínio jurídico, e suas rotinas conhecidas já estabelecidas falharam - não sendo suficientes para ativação da remoção - imediatamente o mesmo conjunto de forças iniciou a abertura de novas rotinas de ação entre os mesmos atores, ou ainda, quando preciso, através da ativação de novos atores e novos discursos, visando a construção de novas legitimidades que por sua vez possibilitarão a remoção. Explicando o mesmo através de eventos factuais, poderíamos usar como exemplo o momento em que o conflito do Pinheirinho chegou a um acordo entre as três esferas de governo¹ - mobilizando para isso um modelo de negociação criado anteriormente no conflito da ocupação Zumbi dos Palmares² - porém falhou em manter a produção pacífica e disciplinada do espaço, ativando uma forma de produção violenta e coercitiva. Em outras palavras, contando com os mesmos atores, discursos e práticas, em um dos casos a mobilização de diversos atores mediados pelo Estado permitiu uma saída negociada e sem conflito físico; no outro, ainda que os acordos estivessem firmados nos mesmos termos através do mesmo modelo de negociação, a ocupação foi violentamente despejada. Em ambos os casos, a partir das trajetórias detalhadas, é possível identificar o exato momento no qual surgem as lacunas nas rotinas estabelecidas de produção do espaço, exigindo novos arranjos do poder de produção do espaço, que em hipótese se conforma através da capacidade de hibridação, incorporação e captura, possíveis através de uma *racionalidade política neoliberal*³.

As duas ocupações, o Pinheirinho e a Vila Soma, são também dois dos objetos centrais da minha pesquisa de doutoramento. Durante a mesa de debate (e agora neste texto redigido e revisado um ano e meio depois do colóquio em São Carlos), procuro reelaborar a compreensão de ambos os casos a partir das chaves de leitura possivelmente encontradas nas noções do *neoliberalismo como racionalidade política*, no estágio atual de avanço do capitalismo sobre todas as formas sociais, e as noções de *resistência contra neoliberal* a partir da ideia das *práticas instituintes do comum*, como horizonte estratégico político possível. Ambas as aproximações decorrem das minhas leituras e interpretações dos trabalhos re-

1 No dia 13/01/2012, a Secretaria Nacional de Habitação do Governo Federal, a Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, a Companhia Habitacional de Desenvolvimento Urbano (CDHU) do Governo do Estado de São Paulo, a Defensoria Pública do Município de São José dos Campos, a Associação dos moradores do Pinheirinho e a Ordem dos Advogados do Brasil, em conjunto, durante reunião realizada no Paço municipal de São José dos Campos (SP), assinaram um documento intitulado "Protocolo de intenções" firmando o compromisso de esforços pela regularização fundiária e urbanização da área, em comum acordo à suspensão da reintegração de posse.

2 A ocupação Zumbi dos Palmares em Sumaré/SP, realizada em terreno próximo ao bairro Jardim Denadai, existiu entre os anos de 2008 e 2013, quando de forma negociada todas as famílias deixaram a área, mediante pagamento de auxílio aluguel e início das obras de um conjunto habitacional, via o programa "Minha Casa Minha Vida", na região do Matão, borda nordeste do município de Sumaré. Tal solução só foi possível após uma longa sequência de reuniões realizadas através de um Grupo de Trabalho interinstitucional para resolução de conflitos fundiários, do qual participaram todas as esferas de governo e demais atores interessados no conflito, ao longo dos anos de 2009 e 2012, produzindo assim uma saída negociada, respaldada pelo programa habitacional do governo federal vigente naquele momento e firmada num "protocolo de intenções". O mesmo modelo de negociação foi utilizado no caso do Pinheirinho, pouco tempo depois, com rotina de trabalho muito parecida e com a participação de praticamente os mesmos atores, gerando acordos contratuais também muito semelhantes, materializado em documento assinado por todas as esferas de governo, mas que apesar disso, no caso do Pinheirinho, foi inútil para conter o despejo, tendo a Polícia Militar executado a remoção violenta, em um domingo de madrugada, como ato surpresa, dessa vez respaldada por um mandado de reintegração de posse emitido pela justiça local, ato que se sobrepôs não só à negociação firmada dias antes, entre as três esferas de governo, naquele momento amparada por uma decisão da justiça federal que mandava suspender a reintegração de posse, mas também ao acordo firmado em documento. Em outras palavras, a conjunção local de forças agiu soberana sobre o acordo republicano, ainda que através dos expedientes jurídicos legítimos e legalmente estabelecidos, encontrando uma nova rotina legitimada pelo Estado, anulando o modelo de negociação que havia obtido sucesso poucos meses antes no caso da ocupação Zumbi dos Palmares.

3 Esta é a hipótese da minha atual pesquisa de doutorado em desenvolvimento.

centes de Pierre Dardot e Christian Laval (2009, 2014, 2016) e Christian Laval (2018), e do período de estágio doutoral de pesquisa no *Laboratoire de Sociologie, Philosophie et Anthropologie Politiques (Sophiapol)* na *Université de Paris Nanterre*.

Para Christian Laval e Pierre Dardot (2009), o neoliberalismo pode ser caracterizado como uma *racionalidade política* através da qual o capitalismo avança sobre todas as formas sociais, reconfigurando profundamente todo o tecido social e a forma de vida humana nela mesma. O neoliberalismo redefiniu a forma como vivemos, pensamos e sentimos (Dardot e Laval, 2009, p. 5). Desde a publicação de *Nova razão do mundo*, no ano de 2009 - trabalho que investigou as raízes do surgimento desta nova *razão mundo* - poderíamos afirmar que o capitalismo neoliberal não só avançou, como apresenta-se mais forte e pulsante do que nunca, figurando legítimo na maior parte do mundo como a única alternativa e modelo de sociedade possível (Dardot e Laval, 2016). Tanto no hemisfério norte como no sul ocidental, presenciamos grandes alterações sociais decorrentes do avanço das agendas neoliberais de austeridade generalizadas através dos programas de governos eleitos por voto direto, inclusive naqueles governos que se apresentaram - e foram reconhecidos pelas sociedades locais - como progressistas ou de esquerda. Tais agendas só se teriam tornado possíveis por intermédio da determinação da forma empresa, e da competitividade, como padrão relacional estendido a todas as esferas da sociedade (Dardot e Laval, 2009, p. 219). Daí é possível falar de uma agenda neoliberal realizada através de um pretensão progressismo democrático presente no último ciclo de ampliação tardia do bem-estar social na América Latina ou, em outras palavras, seria possível afirmar que não foi em paralelo ou contra os governos pretensamente de esquerda que o neoliberalismo avançou como *razão mundo*, mas sim através deles mesmos. No limite, o próprio Estado moderno teria se tornado uma instituição neoliberal, e por isso os governos de esquerda, dos Estados-nação, teriam tornado-se, eles mesmos, instituições neoliberais (Dardot e Laval, 2009, p. 316).

Se nos atermos ao caso brasileiro, e mais especificamente à discussão em pauta no debate interessado nas ocupações por moradia, e nas resistências urbanas como horizonte da possibilidade de permanência da população mais pobre na cidade, é possível trazer como exemplo muito bem acabado de *dispositivo neoliberal*, que aponta para o esgotamento, ou superação, dos regimes democráticos, o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), programa habitacional capaz de convergir, em um só tempo, a manutenção do crescimento econômico nacional no momento de crise global; a geração direta de empregos na cadeia da construção civil; a garantia de inédito volume de acumulação às grandes construtoras brasileiras, as quais além de contar com grande transferência de recursos públicos realizaram operação de abertura de capital na bolsa de valores no período; a hipotética ampliação do acesso ao direito à moradia, hipotética porque grande parte das construções estão muito mal localizadas e são de péssima qualidade e porque, ao fim do Programa, mesmo com a contratação de 3,76 milhões de unidades mediante o investimento público de R\$ 244 bilhões, entre os anos de 2009 e 2015, o déficit habitacional nacional aumentou⁴; e a capacidade de produção da pacificação de grande parte dos movimentos de moradia que passaram a agir através da lógica do programa, e das mesas de negociação, ou seja, inscritos num quadro referencial de atuação aceita pelo Estado (Rizek e Dal'Bó da Costa, 2015).

A situação do Programa Minha Casa Minha Vida, nascido no momento de crise econômica mundial, não é exclusiva. As políticas públicas, as agendas de governo e os discursos

4 Cf. *Déficit Habitacional no Brasil 2015*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

da sociedade civil, inclusive aqueles aparentemente comprometidos com a promoção do modelo do Estado de providência através da ampliação dos direitos sociais básicos, mesmo nos momentos de estabilidade e crescimento econômico, estariam também delimitadas sob a racionalidade neoliberal. Nilton Ota (2010) teria tratado do assunto nomeando de “formalismo normativo” o dispositivo que funcionaria a partir das práticas discursivas realizadas para a defesa de direitos como normatização generalizada das esferas da vida, produzindo novos expedientes mensuráveis às políticas públicas, que apesar de portarem o discurso dos direitos, na forma de metas quantificáveis, estariam descolados dos efeitos de mudança real no social (Ota, 2010).

As crises econômicas mundiais, que anteriormente poderiam sugerir momentos de insuficiência do sistema capitalista, apontando para as possibilidades de sua superação, são hoje, em si mesmas, uma forma de governo e de reinvenção dos expedientes de acumulação para a expansão do capitalismo, em momento propício à radicalização das agendas de austeridade, nas quais seria possível maior interferência privada nas estruturas orçamentárias dos Estados, incluindo aí grande dependência das dívidas públicas. Governa-se pela crise e pela dívida. Nestes termos, como vimos no caso brasileiro, é justamente no momento de crise econômica que a governamentalidade neoliberal, com base em suas premissas econômicas, será estendida a todas as relações sociais através de sua capacidade de hibridação e captura, avançando sobre o social e o modo de produção das cidades. A mesma agenda se pode estender sobre Estados e sociedades liberais e democratas, bem como sobre Estados de sociedades desiguais ainda sob a influência das raízes oligárquicas coloniais - como no caso do Brasil - ou mesmo sob Estados de matriz nacionalista, conservadora ou religiosa. Em todos estes casos, tanto o governo como a vida da sociedade serão geridos sobre os imperativos da concorrência, da austeridade e da forma empresa.

O neoliberalismo é, portanto, uma *razão política* que não pode ser reduzida a uma ideologia ou doutrina, daí sua capacidade de incorporação a ideologias completamente diferentes, seja nos espectros de esquerda ou direita, seja nos Estados democráticos liberais ou nacionalistas conservadores. A forma-empresa é a guia das relações sociais, superando e determinando as relações que poderíamos apreender entre as esferas dos Estados, sociedades e dos mercados. É a norma de concorrência apresentada como imperativo que permitirá o crescimento econômico e a concentração cada vez maior da renda e da riqueza global, apresentando-se como a única alternativa possível a todas as sociedades. Assim o neoliberalismo opera como lógica normativa sobre o terreno das práticas, avançando sobre todas as outras esferas da vida.

Para Laval e Dardot (2016) a dimensão sistêmica e disciplinar do neoliberalismo teria superado enormemente a sua dimensão econômica. Todos os horizontes de retorno aos modelos de Estado de providência de inspiração keynesiana ou socialdemocrata, ainda que tardios - como no caso dos governos brasileiros do período em que se operou uma fraca reforma gradual através de um pacto conservador com as elites oligárquicas (Singer, 2012), no nosso passado recente - estariam portanto também enquadrados pela razão neoliberal, que através do seu senso disciplinar seria capaz de produzir intervalos fechados e restritos dentro dos quais deverão se inscrever as diferentes opções de mundo ofertadas e os limites de possibilidades aceitas como factíveis, não restando finalmente opções válidas e possíveis fora deste quadro. Nestes termos, as opções ofertadas tanto à esquerda como à direita, entrariam todas enquadradas por limites de possibilidades bastante restritivas, não existindo alternativas possíveis nos programas de governo submetidos às eleições. O neoliberalismo estaria em vias mesmo de superar a democracia.

Para os autores, a saída da democracia estaria dada pela tendência de desativação sistêmica de todas as fontes de controle popular da sociedade sobre o Estado, e de toda mediação que possibilite a ação e a expressão coletiva da sociedade (Dardot e Laval, 2016). Ainda para os autores, tal lógica toma movimento através de uma conjunção de forças coesas, não resumidas à imposição do sistema global financeirizado e anônimo, mas conformado por uma “nova aristocracia” legitimada por agrupamentos políticos, por forças sociais, por organismos internacionais, por potências econômicas, e pelos meios de difusão de informação, conjunto que os autores nomeiam como “bloco oligárquico neoliberal”. Deste bloco seria possível identificarmos pelo menos quatro forças-características-componentes: uma oligarquia governamental e a alta casta burocrática situadas nas cabeças dos Estados de maior economia; os atores financeiros, dirigentes e acionistas majoritárias das grandes corporações, especialmente aquelas com atuação central na esfera financeira; as grandes mídias de informação e entretenimento; e as instituições universitárias e editoriais produtoras do conhecimento e do cimento discursivo do poder oligárquico. (Dardot e Laval, 2016, p. 178-179).

Neste cenário devastador, a aposta de retorno à sociedade residiria não em planejar a tomada do Estado pelas vias institucionais-democráticas, mas sim em buscar, observar, compreender e discutir as experiências menores, ocorridas no último período em todas as partes do planeta, baseadas em lógicas minoritárias de experimentações política e de resistência, como nos casos das ocupações urbanas que aqui discutimos. Ações tais que portariam uma outra lógica política possível através das práticas de *instituição em comum* (Dardot e Laval, 2014, p. 22, 49 e 276). Nessa chave de interpretação, seria pertinente portanto, para nossos esforços de pesquisa, realizarmos uma leitura atenta das relações possivelmente existentes nas novas experiências políticas vistas não só nas atuais ocupações de terra urbana no Brasil, mas também nas ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas, dos movimentos contra o aumento das tarifas do transporte, das ocupações de praça por todo o mundo, no processo eleitoral espanhol de maio de 2015, na *Nuit Debut* francesa, entre outros momentos de insurgência recente na sociedade mundial, buscando em todas estas práticas, momentos de oposição ao imperativo neoliberal. Neste ponto, o trabalho promissor de pesquisa consistiria precisamente em trazer para o plano teórico aquilo que já apareceu na sociedade de forma prática. Dardot e Laval (2014) nomeiam como *Commun* essa nova *razão política instituinte* através da qual seria possível encontrarmos modelos de superação das atuais ações de resistência que hoje orbitam, e estão bloqueadas, em sua maioria pelas dimensões e expedientes do Mercado, do Estado e dos espaços institucionais que ainda sobrevivem na democracia moderna.

Nesse sentido, destacam os autores que as esquerdas políticas, por muito tempo, teriam acreditado que a única forma de se opor ao domínio da propriedade privada - centro da problemática urbana brasileira - seria através do regime da propriedade estatal, ou ainda no maior controle e restrição dos domínios da propriedade privada pela normalização estatal, no caso brasileiro, coincidentemente premissas dos esforços pela construção e aprovação do conjunto normativo denominado Estatuto das Cidades. A solução, no entanto, para os autores, passaria necessariamente pela superação da oposição entre o Mercado e o Estado, ou no âmbito do regime da propriedade, pela superação do binômio propriedade privada e propriedade estatal, ganhando centralidade e importância a característica *inapropriável* do comum (Dardot e Laval, 2014, p.233). O comum se definiria, portanto, como algo *inapropriável*, como aquilo que não pode ser apropriado nem pelo Estado nem pelo Mercado, guardado portanto em sua forma política a potência de superação da oposição estabelecida. Em outras palavras, seria o

comum, para os autores, uma saída possível para este impasse, produzindo como estratégia política formas de radicalização da democracia e de construção de novas legitimidades de uso contra o regime da propriedade. E estas seriam também, ambas, formas centrais de produção da superação dos limites do Estado em sua forma neoliberal.

Restaria portanto, que nos perguntássemos sobre a pertinência da possibilidade de uma *estratégia política do comum* no contexto brasileiro - as políticas do comum, entendidas como conjuntos prático-teóricos que constituiriam um estatuto próprio situado entre a teoria e a prática - sobretudo para os casos em debate, ou seja, para os casos das lutas sociais pela permanência no urbano, e para os exemplos precisos da Vila Soma e no Pinheirinho.

Existe na literatura e nas experiências praticadas recentemente pelo mundo, uma grande pluralidade de definições e apropriações de usos possíveis para uma teoria do *comum*, com grande variação quanto as suas formas e objetos, e quanto às diferentes estratégias políticas praticadas por diferentes forças sociais. Para lançarmos um panorama bastante breve sobre este ponto, apoiar-me-ei na leitura e classificação oferecida por Pierre Sauvêtre, pesquisador e professor da Universidade Paris-Nanterre⁵.

Para Sauvêtre, seria possível classificarmos cinco principais vertentes teóricas e práticas do *Commun*: a primeira é definida pela prática do comum para o uso dos recursos naturais, ou ainda para o uso de bens e conhecimentos imateriais de forma autogerida e auto-organizada por uma comunidade local utilizadora destes recursos sem intermédio do Estado ou do Mercado, o que produziria gestões e resultados mais eficientes e sustentáveis. A economista Elinor Ostrom é a autora de referência para este primeiro uso; o segundo é o senso do comum pela mutualização e cooperação na produção e reprodução do trabalho, pela qual se esperaria uma possibilidade pós-capitalista pela via marxista. Os autores de referência neste caso seriam Michel Hardt e Toni Negri; o terceiro, é o que coloca a cidade como comum, a comuna, no senso de auto-organização cidadã pela via da democracia direta. O escritor anarquista estadunidense Morray Bookchin, teórico do municipalismo libertário, da ecologia social e do naturalismo dialético seria a principal referência deste senso; o quarto senso possível é dado pela prática de tomada da esfera pública como *comum*, submetendo a instituição do direito de uso do cidadão sobre a coisa pública, dos espaços públicos ou mesmo dos serviços públicos. O professor de direito italiano Stefano Rodotà é o autor de referência desta vertente; e o quinto e último senso seria dado através da tomada do comum como forma de autogoverno e radicalização democrática, por meio da estratégia política do comum como força e prática instituinte. Pierre Dardot e Christian Laval (2014), pelas características discutidas até aqui neste artigo, são os autores de referência da proposta prático-teórica do comum, como ação prática instituinte, que se apresentaria como potencial alternativa ao neoliberalismo.

Todas as cinco referências delimitadas anteriormente por Pierre Sauvêtre, partem de exemplos e experiências que deram origem às teorias realizadas no hemisfério norte, e por isso de realidades materiais e históricas bastante distintas das nossas no hemisfério sul. Para o exercício teórico de análise e aproximação de uma teoria sobre o *comum*, para os casos brasileiros, restar-nos-ia, portanto, ainda que de forma muito generalista, apontarmos algumas das diferenças fundamentais entre as realidades. Quanto ao hemisfério norte ocidental, precisaríamos reconhecer que suas instituições republicanas resultaram também de passados colonizadores além-mar somados a importantes processos revolucionários ocorridos

5 Comunicação intitulada "De quelles politiques le commun est-il le nom?" realizada durante o Colloque L'alternative du commun, no Centre Culturel International de Cerisy em setembro de 2017.

no interior destas nações. Para o caso francês, por exemplo, seria impossível pensarmos a emergência e a existência do Estado republicano francês, no qual ainda hoje são possíveis algumas expressões das lutas e tensões pelo interesse público, sem os eventos da revolução francesa e das comunas. Para o caso do Brasil, precisaríamos considerar, de partida, nossa realidade histórica determinante de uma sociedade ainda sobre forte influência das raízes escravocratas e oligárquicas, resultantes de uma história sem rupturas radicais em suas bases sociais, em que teríamos até mesmo dificuldade de afirmar a existência de uma esfera pública da qual pudessem emergir experiências práticas e instituintes do comum. Nestes termos, em que contexto seria possível pensar o direito de uso como forma instituinte sobre o uso de bens comuns, sem que isso implique em luta social bloqueada pela violência do Estado? Como poderíamos pensar a hipótese da regulação do acesso à propriedade por vias instituintes comuns? Como superar o contexto histórico-social brasileiro no qual a República ainda hoje se encontra sobre determinação de uma oligarquia resultante da contínua expropriação da terra e dos direitos sociais?⁶

Dadas as nossas características históricas, seria possível sustentar a hipótese de que as primeiras manifestações das estratégias do comum no Brasil poderiam emergir da luta por sobrevivência dos mais pobres, ou da luta pela permanência no urbano, como no caso das ocupações Vila Soma e Pinheirinho. Ao mesmo tempo, a viabilidade destas práticas estaria diretamente limitada, não somente pela plenitude da racionalidade neoliberal, mas diretamente pela violência física estatal direta, recorrentemente utilizada para controle das populações mais pobres situadas na periferia do capitalismo.

Tal exercício de esboço dos limites de uma teoria do comum a partir das experiências recentes nas condições históricas do hemisfério sul, não se realizaria como esforço para invalidar a possibilidade da estratégia política do comum no Brasil, mas sim como exercício prático-teórico sobre as experiências reais. Nesse sentido, seria possível defendermos a politização das ações de resistência através da dimensão das práticas instituintes do comum, sendo que as necessidades imediatas de sobrevivência tornar-se-iam meios através dos quais tais práticas realizar-se-iam, sobretudo para o fortalecimento dos expedientes dos movimentos sociais de resistência, como nos casos das ocupações aqui debatidas. Trata-se de reconhecer a pertinência da dimensão produtiva das práticas instituintes em comum como horizonte e estratégia política possível de resistência pela permanência no urbano.

Referências bibliográficas

DALBÓ DA COSTA, A. Despejo pode gerar um novo Massacre do Pinheirinho, *Le Monde Diplomatique* – Acervo Online, Brasil: 13 jan. 2013.

DALBÓ DA COSTA, A.; SILVA DE JESUS C., PACHECO, A e OTA, N. Peut-on penser le commun en tant que stratégie politique dans un pays périphérique comme le Brésil ?, In: *Colloque L'alternative du commun*, Centre Culturel International de Cerisy, 2017. (no prelo).

LAVAL, C.; DARDOT, P. *La Nouvelle Raison du Monde: Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte/Poche, 2009.

_____. *Commun: Essai sur la révolution au XXIème Siècle*. Paris: La Découverte/Poche, 2014.

6 Comunicação intitulada "Peut-on penser le commun en tant que stratégie politique dans un pays périphérique comme le Brésil ?", no Centre Culturel International de Cerisy em setembro de 2017.

_____. *Ce cauchemar qui n'en finit pas: comment le néolibéralisme défait la démocratie*. Paris: La Découverte, 2016.

LAVAL, C. *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. Paris: La Découverte, 2018.

OTA, N. K. *O Formalismo Normativo: Poder como linguagem e vida*. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

RIZEK, C.; DALBÓ DA COSTA, A. The Growth of Brazil's Homeless Workers' Movement. *Global Dialogue – Magazine of the International Sociological Association*, v. 5; n. 1, Berkeley: 2014.

SAUVETRE, P. De quelles politiques le commun est-il le nom? Comunicação realizada durante o *Colloque L'alternative du commun*, Centre Culturel International de Cerisy, set. 2017. (mimeo).

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O Caso Pinheirinho: sobre o direito insurgente e a resistência no território

Jairo Salvador de Souza

Defensor Público do Estado de São Paulo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

Introdução

No dia 22 de janeiro de 2012, cerca de 1.800 famílias foram desalojadas de uma área de aproximadamente 1,3 milhões de metros quadrados, localizada na Zona Sul do município de São José dos Campos, na região do Vale do Paraíba, conhecida como comunidade do *Pinheirinho*.

O caso ganhou repercussão internacional tanto pela promessa de resistência dos ocupantes, quanto pela violência desproporcional utilizada pelas forças públicas no cumprimento da ordem judicial de desocupação.

A área, que se encontrava completamente abandonada há décadas, era de propriedade registral da massa falida da empresa Selecta Comércio e Indústria S/A, cujo sócio majoritário, Naji Robert Nahas, conhecido especulador do mercado financeiro, teria sido apontado como principal responsável pela quebra da bolsa de valores do Rio de Janeiro.

O presente texto pretende sistematizar algumas reflexões compartilhadas durante o Colóquio “Limites da acumulação e movimentos de resistência no território”, promovido pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, em novembro de 2016, a partir da análise do caso Pinheirinho, com destaque aos limites do exercício do direito de resistência para a efetivação do direito à cidade.

Preende-se demonstrar que as práticas insurgentes observadas no caso Pinheirinho, em São José dos Campos, São Paulo, extrapolaram os liames do mero direito de resistência, constituindo caso paradigmático de exercício de direito insurgente.

A parte inicial do texto é dedicada à descrição sobre o surgimento, a consolidação e a composição do assentamento do Pinheirinho.

Na segunda parte, procura-se descrever o processo de desocupação forçada e os efeitos socioambientais da ação dos agentes do Estado no episódio, marcado pela utilização de violência exacerbada, nas suas diversas modalidades: física, psíquica, patrimonial e até sexual.

Os dados utilizados têm como fonte levantamento efetuado pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo e pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a partir do atendimento de cerca de mil famílias que moravam no extinto adensamento humano.

Em seguida, são apresentados os desdobramentos do caso no período que se seguiu à desocupação até o reassentamento de parte da comunidade em novo empreendimento habitacional, nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida, e o passivo social ainda existente.

A quarta parte do texto pretende abordar as práticas insurgentes desenvolvidas pela comunidade e o nexos existente entre o nível de autonomia da comunidade, revelado por tais práticas, e a violência observada na resposta estatal por ocasião da desocupação.

No penúltimo segmento do texto, procura-se desenvolver as noções de direito insurgente e pluralismo jurídico, associando-as às práticas insurgentes desenvolvidas pela comunidade do Pinheirinho.

Por fim, são apresentadas algumas conclusões provisórias, que apontam a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre o direito de resistência e sobre as práticas insurgentes, para que se possa, através de um verdadeiro planejamento insurgente, efetivar o direito à cidade, sonegado a não mais poder, no caso do Pinheirinho.

A formação da comunidade do Pinheirinho

A comunidade do Pinheirinho teve início em agosto de 2004, quando cerca de 150 famílias, expulsas de uma área pública existente nas proximidades, ocuparam, de forma pacífica e organizada, uma área abandonada de 57 alqueires (137,94 Hectares), localizada na divisa dos municípios de São José dos Campos e Jacareí, denominada Fazenda Parreiras de São José.

A ocupação da área, desde o seu início, deu-se de forma organizada, tendo sido o espaço físico dividido em lotes com aproximadamente duzentos e cinquenta metros quadrados de área.

Houve, ainda, o cuidado dos ocupantes originários para que as normas urbanísticas básicas fossem observadas, tais como largura das ruas, recuos para construção, a não ocupação de Áreas de Preservação Ambiental ou de risco, observância dos índices de aproveitamento dos terrenos e reserva de áreas institucionais.

Inácio Dias de Andrade (2012), em abordagem etnográfica, com observação desenvolvida entre os anos de 2007 a 2010, período em que conviveu com os moradores do Pinheirinho, assinala:

O terreno foi dividido, desde o início, em setores que podiam comportar um número determinado de casas, evitando a superpopulação do local. Às terças-feiras, cada setor se reunia, após o horário de trabalho dos moradores – geralmente às seis da tarde. Aos sábados, no mesmo horário, os moradores formavam uma Assembleia Geral, que contava com os encaminhamentos feitos anteriormente em cada setor (...) Nesses espaços de gestão democrática eram decididas as regras gerais de convivência (...) Delimitava-se as zonas que seriam destinadas à preservação ambiental, ao plantio de alimentos ou locais de risco em que não se poderia construir casas. Além disso, nessas ocasiões, eram resolvidas questões relativas à segurança da população do local e do entorno. Roubo, tráfico de drogas ou quaisquer outras atividades ilícitas eram rigidamente controladas pelas lideranças e moradores (...) Durante todos os anos de existência do acampamento não foi registrada uma morte sequer no local. Ao invés de vagabundos, o movimento se constituía num microcosmo de atuação democrática.

A formação do adensamento tem relação direta com os fluxos migratórios que, a partir da década de 1970, trouxeram à cidade grande contingente populacional, que vislumbravam ali uma oportunidade de trabalho, decorrente da implantação de diversas indústrias no município (Gouveia, 2003).

Levantamento realizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2014) com cerca de mil famílias, revelou que 54,2% dos moradores da Comunidade do Pinheirinho tem origem em estados da região nordeste do país e 41,3% nasceram na região sudeste, sendo que 27,5% do total pesquisado nasceram no próprio Estado de São Paulo. Não foram identificados estrangeiros na composição do núcleo habitacional.

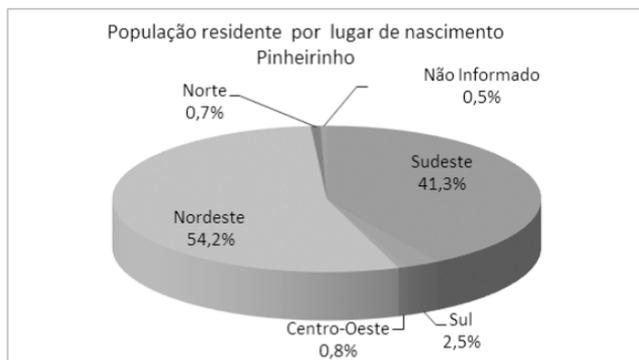
Quadro 1 - Estados de Origem (%)

São Paulo	27,5
Bahia	15,8
Pernambuco	11,9
Minas Gerais	11,8
Maranhão	6,5
Paraíba	6,3
Ceará	5,2
Alagoas	3,5
Piauí	3,4
Paraná	2,4
Rio de Janeiro	1,6
Rio Grande do Norte	1,0
Outros Estados	2,9
Não Informado	0,5
Total	100%

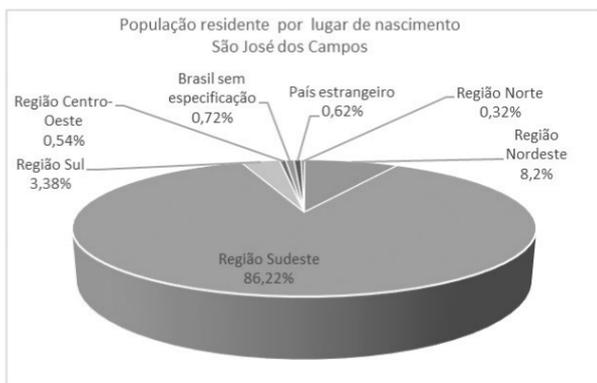
Fonte: Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2014)

A análise sobre a origem da população revela que o adensamento foi formado majoritariamente por migrantes de outros estados da federação (62%), índice de participação bem superior ao da Região Metropolitana de São Paulo que, à época da desocupação do Pinheirinho, contava com 46% de imigrantes na composição de sua população residente (IPEA, 2011).

Em cotejo com a população total de São José dos Campos, considerada a origem da população, a comunidade do Pinheirinho apresentava composição completamente distinta, uma vez que, da população total da cidade, somente 8,2% nasceram na região nordeste, enquanto no Pinheirinho esse percentual atingia o índice de 54,2%, conforme se pode verificar nos dados representados pelos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Distribuição da população do Pinheirinho por região de origem

Fonte: IBGE (2010).

Gráfico 2 - Composição da população de São José dos Campos por lugar de nascimento

Fonte: IBGE (2010).

Ao longo de todo o período de ocupação, que se estendeu até 22 de janeiro de 2012, diversas tentativas de desocupação da área foram feitas, sem alcançar êxito.

No campo jurídico, foram adotadas várias medidas judiciais para a retirada dos moradores do local, dentre as quais se destacam a ação demolitória movida pelo Município (Processo nº 0530480-80.2004.8.26.0577 – 1ª Vara da Fazenda Pública) e a ação de reintegração de posse movida pela Massa Falida de Selecta Comércio e Indústria S/A (Processo nº 0273059-82.2005.8.26.0577 – 6ª Vara Cível), de onde se originou a ordem de reintegração cumprida em 22 de janeiro de 2012.

Concomitantemente, o Poder Público municipal desenvolveu uma intensa e sistemática campanha oficial contra a população do adensamento, fomentando e fortalecendo a discriminação e assédio moral aos moradores do Pinheirinho.

Os pronunciamentos reiterados das autoridades municipais, criminalizando a conduta dos moradores e de suas lideranças, utilizando-se dos recorrentes argumentos sobre a necessidade de respeito à isonomia, prevalência do interesse da maioria e de respeito à “fila” habitacional, promoviam o antagonismo com o restante da população.

Após oito anos de resistência e de lutas intensas, o bairro do Pinheirinho se havia consolidado, contando, naquela altura, com cerca de mil e oitocentas famílias e abrigando mais de oito mil pessoas.

O local contava com dezenas de pontos comerciais (bares, mercearias, lojas, oficinas mecânicas etc.), diversos templos religiosos, praças e áreas de lazer, além de locais reservados à implantação de equipamentos públicos.

A desocupação forçada

Na madrugada de 22 de janeiro de 2012, os moradores do Pinheirinho foram despertados ao som de bombas de efeito moral, disparadas de helicópteros da Polícia Militar diretamente dentro das residências, inclusive pelos telhados das casas.

A utilização dos artefatos bélicos, sem qualquer preocupação com a presença de crianças, idosos, deficientes físicos ou pessoas com problemas de saúde revela a desproporcio-

nalidade da força utilizada contra população desarmada, sem que esta houvesse esboçado qualquer reação.

A Defensoria Pública de São José dos Campos coletou 568 relatos de lançamento de bombas diretamente dentro das residências (DPESP, 2013).

O objetivo militar era desalojar os moradores de suas habitações, levando-os para os quintais das residências, onde sofreriam uma segunda abordagem, desta feita pelo Batalhão de Choque que, através do disparo indiscriminado de balas de borracha e utilização de mais bombas de gás lacrimogênio exigiam que os moradores abandonassem imediatamente as suas casas, recebendo a promessa de que a residência seria lacrada e eles poderiam voltar mais tarde para retirar seus pertences.

Os relatos dos moradores dão conta da distribuição de dez etiquetas para cada família, contendo números que deveriam ser afixados nos seus pertences, para posterior identificação no galpão para onde seriam levados os objetos.

Numa terceira abordagem, outros policiais militares escoltavam os moradores para fora do perímetro de segurança estabelecido por eles, sendo encaminhados ao atendimento social, no posto montado pela Prefeitura em um equipamento público existente nas proximidades.

O aparato bélico utilizado na operação contou com cerca de dois mil homens, envolvendo unidades militares especializadas (Cavalaria, Batalhão de Choque, ROTA, Canil e Força Tática).

Advogados dos moradores, Defensoria Pública, OAB e demais instituições e autoridades foram impedidas de acompanhar a operação, não sendo permitido sequer que se aproximassem do local.

O método adotado pelas forças militares consistia na neutralização de qualquer possibilidade de resistência, mediante ataque preventivo generalizado, sendo que o plano de ação seguiu o mesmo roteiro em todo o bairro: em cada casa pelo menos uma bomba de efeito moral era lançada, seguido por fartos disparos de balas de borracha, independentemente de reação ou resistência dos moradores.

Ameaças, xingamentos e humilhações foram relatados por 367 moradores, sendo eludida a abordagem descrita por um deles ao Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública (2014):

Descrição semelhante fez R.F.A., que no desempenho do papel de pai, é responsável pelos cuidados de oito filhos. R. foi abordado pelos policiais dentro de casa, sob o olhar de todos os seus filhos. Chamado de vagabundo e ladrão, negou os adjetivos, se dizendo trabalhador. Ouviu do policial: “trabalhador sou eu!”

O policial ainda lhe perguntou: “eu tiro ou não tiro você daqui?”. Em seguida, outra pergunta: “quem manda aqui?”. Juntamente com a pergunta foi dada a instrução para a resposta: “diga que é o Choque!” (provavelmente, uma referência ao grupamento da Polícia Militar). Observando a cena, os filhos aguardaram a resposta do pai².

Além da profusão indiscriminada de ofensas à integridade física, psíquica e patrimonial dos moradores, ocorreram ainda, no contexto da operação, situações de violência em maior escala, como o caso de um morador baleado pelas costas por um guarda municipal, quando tentava ingressar no local de cadastramento¹, além da denúncia da ocorrência de um estupro coletivo perpetrado por grupo de policiais da ROTA que participavam da operação².

1 Tais fatos estão sendo apurados nos autos do processo nº 0013454-48.2012.8.26.0577, Vara do Júri de São José dos Campos.

2 Treze PMs da Rota são indiciados por estupro e tortura durante reintegração de posse no Pinheirinho. Disponível em: <http://

Há ainda o caso do idoso Ivo Telles, espancado durante a desocupação do Pinheirinho que, após vários dias desaparecido, ressurgiu em coma no Hospital Municipal, vindo a falecer alguns meses mais tarde.

Além da violência utilizada contra os desabrigados, que não ofereceram qualquer resistência à desocupação, fato reconhecido pela própria Polícia Militar, houve uma profusão de agressões aos moradores do entorno, com implantação de um verdadeiro toque de recolher nos bairros adjacentes ao Pinheirinho.

Centenas de bombas químicas foram lançadas indiscriminadamente nas ruas dos bairros do entorno da ocupação, o que fazia com que os moradores não conseguissem ficar no interior das residências.

Qualquer aglomeração de pessoas nesses bairros era rapidamente dispersada com disparos de balas de borracha e bombas de efeito moral, em espetáculo de puro sadismo e retaliação à população que ousou acolher os moradores do Pinheirinho.

As perdas materiais foram generalizadas, sendo que, segundo levantamento realizado pela Defensoria Pública com 1003 famílias do Pinheirinho, 34% das casas foram demolidas com os pertences ainda no seu interior, e 3% foram incendiadas, antes mesmo que os moradores retirassem seus bens.

O Quadro 2 apresenta uma síntese das perdas materiais relatadas pelos representantes de cerca de 1.000 famílias atendidas pela Defensoria Pública (2014).

O mesmo estudo revelou que 68% dos moradores não tiveram a oportunidade de acompanhar o arrolamento e a retirada dos seus bens, e 73% dos moradores relataram que a desocupação de sua residência foi feita sem o acompanhamento de um oficial de justiça, profissional responsável pelo cumprimento de qualquer ordem judicial.

Quadro 2 – Inventário de perdas materiais dos moradores do Pinheirinho

Espécie	Famílias atingidas
Móveis	984
Eletrodomésticos	776
Utensílios	685
Material de Construção	176
Animais	49
Ferramentas de Trabalho	122
Veículos	26
Outros bens (documentos, exames médicos, fotos etc.)	568

Fonte: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Para o cumprimento da ordem judicial, a Polícia Militar formulou uma extensa lista de recursos humanos e materiais que incluía trinta caminhões, quatro tratores e quatro retroescavadeiras de esteira para recolhimento de entulho; cento e cinquenta caminhões baú; trinta vans para transporte de passageiros (familiares); cinco chaveiros; cinquenta trabalhadores com treinamento em enfermagem devidamente qualificados e cento e cinquenta trabalhadores braçais. Entretanto, a desocupação foi iniciada sem que tais recursos fossem disponibilizados pela autora da ação.

Durante o cadastramento no posto de atendimento social, os moradores foram novamente alvejados por bombas de efeito moral (cento e três relatos) e balas de borracha (trinta e oito relatos) (DPESP, 2013).

Os abrigos providenciados para alojamento temporário da população removida foram instalados em locais improvisados onde centenas de pessoas se amontoavam, acelerando o processo de estresse coletivo, desmoralização e humilhação dos envolvidos.

Em um dos abrigos, situado em um bairro vizinho (Jardim Morumbi), foram instalados apenas três chuveiros no banheiro masculino e quatro chuveiros no feminino, para um contingente humano de cerca de oitocentas pessoas, gerando enormes filas para o banho e higiene pessoal.

Cães, gatos, galinhas e porcos conviviam com os alojados.

Os serviços de atendimento à saúde foram prestados por médicos voluntários, não havendo equipe médica oficial no abrigo, sendo observados cidadãos doentes e deficientes físicos abandonados no pátio do equipamento público, sem qualquer assistência, havendo vários relatos sobre a interrupção na administração de medicamentos de uso contínuo para controle de doenças crônicas, como a diabetes, hipertensão e SIDA.

Outro signo da violência institucional pode ser encontrado na obrigatoriedade de utilização de pulseiras coloridas como condição para entrada nos abrigos, o que transformava os moradores do Pinheirinho em alvo preferencial das abordagens policiais, a cada vez que deixavam os equipamentos públicos.

Um dado surpreendente sobre os efeitos sociais da desocupação está no fato de que 42,9% dos moradores atendidos pela Defensoria relataram a perda de emprego como decorrência direta da desocupação.

As causas declinadas para a perda do emprego passam pela impossibilidade de acesso às roupas, documentos, dinheiro, ferramentas e uniformes e, ainda, pela impossibilidade física de comparecimento ao trabalho, devido ao estresse intermitente a que foram submetidos os moradores no pós-desocupação³.

Os custos financeiros da desocupação, segundo levantamento realizado por um vereador da cidade⁴, a partir da análise dos gastos efetuados desde 2012, ultrapassou o valor de R\$ 70 milhões de reais que, somados ao investimento efetuado na construção de um novo conjunto habitacional, denominado “Pinheirinho dos Palmares” (cerca de R\$ 134 milhões), alcança a cifra de R\$ 200 milhões de reais, recursos públicos utilizados para a proteção de uma única propriedade privada, cujo proprietário deve, até os dias atuais, cerca de R\$ 100 milhões em impostos.

Outro efeito socioambiental de grande impacto, causado pela desocupação militar da área refere-se ao número oficial de animais mortos. De um total estimado em 600 animais domésticos desabrigados, foram recolhidos 239 animais. Destes, 114 morreram nos abrigos municipais, conforme se pode constatar na certidão reproduzida na Foto 1.

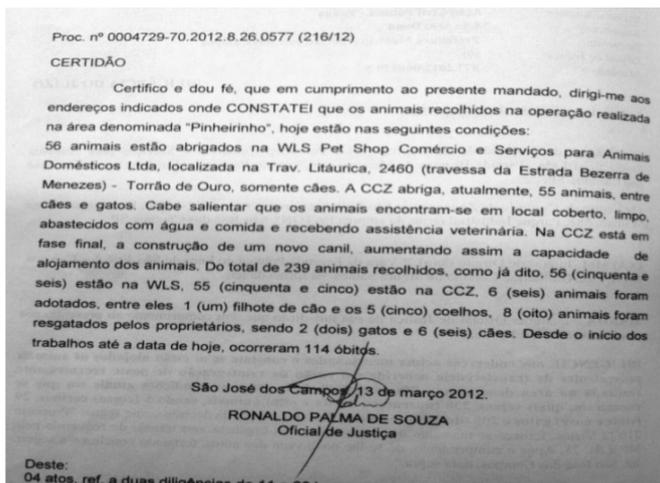
Da análise dos relatos dos atingidos, vislumbra-se uma extensa lista de violações de direitos, na qual se incluem: prisões para averiguação; acoso em massa; proibição de circulação e permanência; xingamentos, humilhações e revistas vexatórias; ameaças de morte; ameaça aos animais de estimação; impossibilidade de descanso nos abrigos; destruição sumária de bens móveis e imóveis; perda de empregos; subtração e extravio de pertences, do-

3 A desocupação ocorreu em um domingo, tendo início por volta das 5:00 horas da manhã.

4 Disponível em: <<http://wagnerbaleiro.com/pinheirinho-cinco-anos-custos-da-desocupacao-e-a-construcao-de-novas-casas-e-de-sonhos/>>, acesso em 27 jul. 2017.

cumentos e dinheiro, além da perda de consultas e exames médicos, retardando tratamentos de saúde em andamento.

Foto 1 – Certidão do Oficial de Justiça – Processo 0004729-70.2012.8.26.0577



O pós-desocupação e o reassentamento

A repercussão negativa da desocupação e os efeitos sociais que engendrou levaram os representantes do Poder Público à construção de um projeto emergencial de atendimento habitacional à população desalojada.

A insustentabilidade da situação nos abrigos municipais e a dispersão de uma população antes confinada, agora espalhada em diversos pontos da cidade, geraram uma pressão adicional, exercida pelos moradores do entorno dos abrigos, para que os equipamentos fossem desocupados rapidamente⁵.

Dois dias após a desocupação do terreno, a Defensoria Pública ajuizou medida judicial para garantia de atendimento habitacional (emergencial e definitivo) aos desalijados, postulando ainda, a adoção de providências para melhoria das condições dos abrigos (autos nº 0002649-36.2012.8.26.0577).

O processo foi julgado em poucos dias, sendo extinto sumariamente, sob a alegação de que a Prefeitura não poderia ser responsabilizada pelo atendimento da população atingida e que o problema teria sido causado pelos próprios moradores, qualificados como *invasores*.

A partir das pressões políticas e da intervenção direta do Governo do Estado⁶, foi concedido aos ex-moradores do Pinheirinho um auxílio aluguel no valor de R\$ 500,00, sendo R\$ 400,00 pagos pelo Governo do Estado e R\$ 100,00 pelo Governo Municipal, através da

5 O último abrigo a ser fechado, localizado no bairro Vale do Sol, foi desativado 30 dias após a desocupação.

6 Logo após a desocupação, os representantes do governo local recusavam-se a proporcionar qualquer espécie de atendimento habitacional aos ocupantes desalojados.

Lei Municipal nº 8.589, de 31 de janeiro de 2012.

Durante alguns meses, após a desocupação, prevaleceu uma incerteza em relação ao atendimento habitacional definitivo da população retirada da área do Pinheirinho, até que, em janeiro de 2013, foi definida a forma como dar-se-ia o atendimento definitivo aos ex-ocupantes.

No acordo, que envolveu as três esferas da federação e as lideranças dos moradores, decidiu-se que o atendimento habitacional aos desalojados seria feito nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida, com a construção de um novo conjunto habitacional, localizado nos limites da cidade, a cerca de 11 quilômetros da área originalmente desocupada, designado por *Pinheirinho dos Palmares*.

Os desgastes com a derrota militar humilhante, as divisões internas entre os moradores e a perspectiva de, enfim, capitalizar politicamente algum saldo positivo, após sucessivas derrotas, contribuíram para que as lideranças do movimento aceitassem a proposta de reassentamento em local distante e sem qualquer infraestrutura instalada, ignorando as recomendações dos técnicos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (informação verbal)⁷ que foram consultados e da própria Defensoria Pública que prestava orientação jurídica aos moradores.

Foto 2 – Distância do novo conjunto habitacional da área originalmente ocupada.



Fonte: Google Maps⁸.

Com efeito, 1.461 famílias⁸ foram reassentadas em casas padronizadas, em local desprovido de qualquer infraestrutura urbana e com sérios problemas de mobilidade e acesso.

O isolamento da área onde foi implantado o novo conjunto habitacional e a reprodução dos modelos tradicionais de habitação popular, padronizadas, restam evidenciados nas fotos 3 e 4.

⁷ Informação fornecida por João Sette Whitaker Ferreira, durante palestra no evento "O Direito à cidade na agenda metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte", realizado em 27 de junho de 2017, na Universidade do Vale do Paraíba, *campus* São José dos Campos.

⁸ Foram cadastradas pela Prefeitura, 1.786 famílias, sendo as 325 famílias remanescentes ou foram excluídas do atendimento ou aguardam atendimento em outros conjuntos habitacionais.

Foto 3 – Localização do Conjunto Habitacional Pinheirinho dos Palmares



Fonte: Google Maps*.

Foto 3 – Conjunto Habitacional Pinheirinho dos Palmares



Fonte: Google Maps*.

As práticas insurgentes

A enorme mobilização de todo o aparato estatal e a utilização de força desproporcional para impingir uma derrota emblemática aos moradores e lideranças do Pinheirinho revelam o nível do incômodo causado pelas práticas desafiantes que aquele coletivo, altamente organizado e mobilizado, causava às autoridades.

A aliança entre o Executivo e o Judiciário, com designação de um juiz estadual, assessor da Presidência do Tribunal de Justiça, para acompanhar pessoalmente a desocupação de área particular, fato insólito em processos de reintegração de posse, demonstra o comprometimento das mais altas esferas do executivo municipal e do judiciário estadual com o projeto comum de derrotar, a qualquer custo, aquele foco de resistência.

A resposta estatal ao desafio da ordem estabelecida deveria ser proporcional ao nível de ousadia demonstrado pelos ocupantes, servindo de exemplo para desencorajamento de novas práticas insurgentes.

Dentre as práticas desafiadoras levadas a cabo pelos ocupantes do Pinheirinho, inclusive, contraditoriamente, a fiel reprodução das normas urbanísticas vigentes na cidade oficial (Maricato, 2000), com respeito ao tamanho mínimo do lote, largura das ruas, taxa de ocupação do terreno, proibição de ocupação de áreas de risco ou de preservação permanente.

O nível de organização e de mobilização da comunidade também impressionavam.

O bairro foi dividido por setores, designados por letras do alfabeto, sendo que cada setor elegia um representante, responsável por integrar um conselho popular (chamado de “coordenação”), encarregado de administrar o assentamento. Todas as decisões eram tomadas em assembleias semanais, realizadas aos sábados, contando, invariavelmente, com a presença de centenas ou, muitas vezes, milhares de moradores.

Ainda que tenha canalizado boa parte das disputas para o campo institucional, especialmente nas batalhas judiciais para permanência na área, a autogestão e a inversão do processo de planejamento tradicional, adotados pela comunidade, colocaram em xeque os poderes formalmente constituídos.

Diversas tentativas anteriores do poder local de eliminar fisicamente o adensamento fracassaram, aumentando a pressão sobre o grupo político que comandava a cidade, o que acabou por transformá-los em reféns de seu próprio discurso que propugnava o respeito à lei e à ordem associado a uma permanente campanha de criminalização da comunidade.

Uma saída negociada para o caso, na visão dos governantes locais, significaria um suicídio político, considerando que os moradores da comunidade do Pinheirinho não contavam com o apoio da maioria dos moradores da cidade⁹. As manifestações de ódio e de apoio à ação militar, nos comentários dos veículos de comunicação local dão o tom do clima hostil enfrentado diuturnamente pelos moradores do assentamento:

Sim, a maioria da população é a favor da reintegração de posse sim, e queremos mais, queremos que todos esses “vândalos e bandidos” sejam presos. É inadmissível que eu e muitos outros não possamos deixar nossos carros na rua por que esses bandidos vêm queimar, é inadmissível que várias crianças percam seu direito de estudar por que esses animais queimaram escolas e creches. E tudo isso por que não querem pagar pelo que a maioria paga... por moradia, querem tudo grátis, querem viver a nossa custa? Sabem por que a maioria não foi para os abrigos da prefeitura? Por que voltaram para suas casas, a festa acabou. Mais de 70 % deles já tem casa. Agora o restante, muitos poucos, que realmente precisarem a prefeitura está ajudando. Então como disse antes, quero todos esses animais e vândalos presos, por que a bestialidade destes ignorantes é impressionante!!! Comentado por Fabiana, 23/01/2012 08:28. (O Vale, 2012).

Por seu turno, as lideranças comunitárias acentuavam, em seus discursos, a trajetó-

⁹ Segundo pesquisa realizada pelo jornal *O Vale*, 54,3% da população apoiou a ação militar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S5rezgxdPC0>, acesso em 29 jul. 2017.

ria criminosa do titular registral da área, Nagi Nahas, que fora preso em uma operação da Polícia Federal que investigava a quebra da bolsa de valores do Rio de Janeiro, procurando construir, no seio da comunidade, um consenso sobre a injustiça ao se privilegiar o direito de propriedade sobre o direito à moradia, legitimando, ao mesmo tempo, o exercício do direito de resistência.

O direito insurgente e a resistência no território

As disputas no campo político e judicial, relacionadas invariavelmente ao exercício do direito de resistência, integravam um conjunto de medidas que compunham a estratégia das lideranças comunitárias, que podem ser lidas a partir da visão do pluralismo jurídico, no sentido sustentado por Antonio Carlos Wolkmer (2001).

O pluralismo jurídico, na acepção desenhada por Wolkmer, opõe-se à concepção do monismo jurídico estatal clássico, sem correspondência com a visão pluralista liberal-burguesa, eis que não vinculada à “representação individualista do mundo social, mas à síntese de todos os interesses cotidianos individuais e coletivos” (Wolkmer, 2001).

Trata-se de um modelo jurídico-político de legitimidade, caracterizado por “formas múltiplas de produção de juridicidade e por modalidades democráticas e emancipatórias de práticas sociais” (Wolkmer, 2001, p. 24), identificando-se o surgimento de novos sujeitos coletivos, titulares legitimados no paradigma pluralista-comunitário, que vindicam a satisfação de carências e necessidades por direitos básicos.

Não há negação da ordem jurídica positivada, mas o reconhecimento de que a ela não se resume o direito, havendo outras formas de produção de juridicidade. Sua intenção não estaria em negar ou não reconhecer o direito estatal, mas em afirmá-lo como apenas mais uma das formas de direito. Consistiria, portanto, em um “esforço teórico de explicar a convivência contraditória, por vezes consensual e por vezes conflitante, entre vários direitos observáveis numa mesma sociedade” (Wolkmer, 2001, p. 24).

Wolkmer sintetiza o conceito de pluralismo jurídico como sendo a “multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais” (2001, p.219).

Transcendendo ao “uso alternativo do direito” que cinge sua atuação à esfera de abrangência do direito oficial, tentando explorar fissuras, ambiguidades e deficiências em defesa dos desfavorecidos (Wolkmer, 2001, p. 226), o pluralismo jurídico, embora não possa ser confundido com ele, aproximar-se-ia do denominado “direito alternativo”.

Wolkmer (2009, p. 224) assinala a distinção entre pluralismo jurídico e direito alternativo, afirmando que as manifestações prático-teóricas de pluralismo jurídico compreenderiam três frentes de lutas¹⁰: (a) Positivismo jurídico de combate; (b) Hermenêutica judicial alternativa; e (c) Direito Insurgente.

O positivismo jurídico de combate seria caracterizado pelo

uso de certos mecanismos do próprio Direito Positivo para dar efetivação às normas ou textos legais já conquistados e elaborados formalmente, provenientes do interesse coletivo,

10 Estas três frentes de luta corresponderiam à sistematização elaborada por Edmundo L. de Arruda Junior (1992, *apud* Wolkmer, 2009, p. 187) ao demarcar três dimensões da teoria dos usos dos direitos: (1) Dimensão do instituído-sonogado: legalidade sonogada. [...]. (2) Dimensão instituído-releido: legalidade releida. [...]. (3) Dimensão do instituído-negado: legalidade negada.

mas que não são aplicados em favor dos segmentos populares. É a luta dos operadores jurídicos (advogados, assessores jurídicos dos movimentos sociais) para fazer valer as conquistas legais que são aviltadas e sonegadas pelos próprios aparelhos oficiais do Estado. (Wolkmer, 2009, p. 224).

Nesta linha de atuação, o corpo jurídico que prestava assistência aos moradores do Pinheirinho alcançou os melhores resultados, conquistando, por intermédio de diversas medidas judiciais, a implantação dos serviços básicos fornecimento de água e energia elétrica na comunidade.

A hermenêutica judicial alternativa (ou uso alternativo do Direito) consistiria na “prática interpretativa feita por juízes progressistas nos tribunais”, implicando “explorar, de forma crítica e democrática, as contradições, as ambiguidades e as crises do Direito legislado em benefício das camadas sociais menos favorecidas, injustiçadas e excluídas” (Wolkmer, 2009).

Decisão emblemática, nesta forma de utilização do direito, foi obtida na ação demolitória movida pela Prefeitura em face dos moradores do Pinheirinho que, ao final, foi julgada improcedente. Na decisão, o juiz, a despeito de reconhecer, formalmente, o direito da Prefeitura em zelar pela ordem urbanística, interpretando de forma progressista a legislação, considerou que o adensamento já se havia consolidado e que a questão se havia transformado em grave problema social, não podendo ser resolvida somente com a prolação de uma sentença determinando a demolição de todas as construções existentes no bairro.

Sobre o Direito Insurgente, propriamente dito, Wolkmer sustenta que seria

o direito paralelo, vivo e comunitário que emerge permanentemente dos interesses e necessidades da sociedade. É a criação e o reconhecimento de direitos fundamentais (direito à vida, à liberdade, à sobrevivência etc.) distintamente das normas positivas oficiais, engendrados nos conflitos e nas lutas de grupos sociais, podendo coexistir ou opor-se às leis elaboradas pela atividade estatal” (Wolkmer, 2009).

Para Wolkmer (2009, p. 225), a manifestação genuína do denominado direito alternativo corresponderia à definição do Direito Insurgente.

Em sentido análogo, Boaventura Sousa Santos (2009, p. 51) destaca:

Lutando contra a opressão, a exclusão, a discriminação e a destruição do meio ambiente, estes grupos recorrem ao direito ou, melhor, às diferentes formas do direito, mais como um instrumento de oposição. Fazem-no agora, dentro ou fora dos limites do direito oficial moderno, mobilizando diversas escalas de legalidade (locais, nacionais e globais) e construindo alianças translocais e inclusive transnacionais. Estas lutas e práticas são as que alimentam o que viria a chamar de globalização contra-hegemônica. Em geral, não privilegiam as lutas jurídicas, porém, na medida em que recorrem a elas, devolvem ao direito seu caráter insurgente e emancipatório.

As práticas contra-hegemônicas adotadas pela comunidade do Pinheirinho em pleno exercício do direito de resistência, associam-se à preservação do mínimo existencial e da dignidade humana, a partir da construção de um consenso na comunidade sobre a injustiça do direito oficial que, no caso concreto, chancelou a prevalência da utilização da propriedade urbana para fins de mera especulação imobiliária em detrimento do interesse da coletividade.

Boaventura Sousa Santos (2009, p. 57) aponta os três elementos estruturais do direito: (a) a retórica, (b) a burocracia e (c) a violência. A retórica envolveria não somente o conhecimento, mas também “uma forma de comunicação e uma estratégia de tomada de decisões

baseada na persuasão ou convencimento, mediante a mobilização do potencial argumentativo de sequencias e recursos verbais e não verbais que são aceitos” (Santos, 2009, p. 57). A burocracia e a violência seriam formas de comunicação e estratégias de tomada de decisão baseadas: (i) em imposições autoritárias, através da mobilização do potencial demonstrativo dos procedimentos regularizados e dos padrões normativos e (ii) na ameaça de utilização da força física, respectivamente (Santos, 2009).

Pode-se identificar na organização e funcionamento da comunidade do Pinheirinho, a presença desses três elementos, caracterizando o fenômeno do direito insurgente.

A retórica, na afirmação e reafirmação constante da justeza da luta por moradia e da defesa do método de ocupação, traduzida no mote entoado entusiasmaticamente pelos moradores, tal como um mantra, sempre que se reuniam: “O Pinheirinho é Nosso!”.

A autogestão e a imposição de regras rígidas de convivência dentro do assentamento integravam o elemento burocracia, cujos códigos eram de conhecimento de todos os moradores.

A violência, terceiro elemento estrutural do direito, foi ensaiada na ameaça de resistência à ordem de desocupação, e nas diversas manifestações de força durante as dezenas de participações da comunidade em mobilizações populares, no decorrer dos oito anos de ocupação.

Foto 4 – Grupo de moradores do Pinheirinho em treinamento para resistir à ordem de desocupação



Foto: Nilton Cardin/Agencia Estado

A percepção da insuficiência da atuação jurídica, dentro dos marcos liberais do direito oficial, levou a Defensoria Pública a pensar outras estratégias para a defesa da população do Pinheirinho e a garantia de respeito aos direitos humanos, em especial, à efetivação do direito fundamental à cidade.

O objetivo inicial era interromper a execução da política segregacionista, caracterizada pelo assédio moral, intimidação, criminalização, supressão de serviços públicos, desqualificação das lideranças e constante judicialização das questões sociais que, em última análise, visava fortalecer um modelo de desenvolvimento voltado aos interesses corporativos e em-

presariais, obtendo posição de vantagem na competição com outras cidades pela atração de investimentos, ao vender a imagem de “cidade sem favelas” e sem conflitos sociais.

Para desvelar o que se ocultava sob o manto desse conjunto de ações, a atuação da Defensoria Pública buscou, inicialmente, promover uma discussão pública sobre os efeitos do modelo de desenvolvimento que vinha sendo adotado.

Para romper o isolamento da comunidade do Pinheirinho¹¹ e ampliar os laços de solidariedade entre as diversas comunidades que, a exemplo daquele assentamento, vinham sofrendo os efeitos de tal política pública, a Defensoria Pública utilizou como estratégia a promoção de atividades integradas de educação em direitos, com cursos de formação de defensores populares, nos quais as comunidades puderam compartilhar experiências sobre as práticas opressivas a que estavam submetidos, as soluções encontradas e os métodos de resistência que vinham adotando.

O fomento ao intercâmbio dos excluídos resultou na formação de um coletivo denominado “Regulariza Já”, responsável por colocar em evidência a situação precária dos assentamentos não regularizados na cidade, pautando a questão da regularização fundiária nas eleições municipais de 2012, o que acabou por influenciar na criação da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, no ano de 2013.

Após a desocupação da área, a atuação da Defensoria Pública centrou seus esforços na busca pela reparação integral dos danos causados à coletividade e às famílias atingidas pela violência institucional.

Foram propostas três ações coletivas e cerca de 1.100 ações individuais. As ações coletivas buscavam: (i) o atendimento habitacional emergencial e definitivo, (ii) a reparação dos danos materiais e morais coletivos e a (iii) a concretização da promessa de regularização da área.

As ações individuais buscavam a reparação, em cada caso concreto, dos prejuízos materiais (perda de móveis, roupas, ferramentas, etc.) e dos danos morais experimentados.

Todas as ações ainda se encontram em andamento.

Além das medidas judiciais, a Defensoria Pública do Estado em conjunto com a Defensoria Pública da União vem acompanhando o processo de atendimento habitacional definitivo e reassentamento da população do Pinheirinho no novo bairro Pinheirinho dos Palmares.

Considerações finais

O caso Pinheirinho revela que o acesso à justiça, quando reduzido ao acesso ao judiciário, apenas legítima, pelas exceções, as injustiças, reforçando o sistema de exclusão e de produção das desigualdades.

O endosso de uma instituição estatal ao direito de resistência exercido pelos moradores tentou ampliar os laços de solidariedade entre os oprimidos, mobilizando as diversas escalas de legalidade, em atuação contra-hegemônica, a partir da construção de um consenso sobre o injusto e não necessariamente sobre o justo.

O exercício do direito de resistência pelos moradores do Pinheirinho, durante os oito anos de ocupação, não foi suficiente para romper a lógica do modelo judiciário-cêntrico, de acesso à ordem jurídica justa, na qual o judiciário permanece como eixo delimitador e protagonista na realização de justiça.

11 Os moradores do Pinheirinho eram discriminados inclusive por moradores de outros bairros não regularizados que faziam questão de ressaltar que não eram invasores, mas tinham comprado seus lotes.

A intervenção da Defensoria Pública no caso Pinheirinho procurou romper a lógica judiciário-cêntrica, apresentando uma variada gama de práticas jurídico-políticas, oficiais e não oficiais, combinando atuações judiciais, extrajudiciais e 'ajudiciais'.

Faz-se necessário o fomento a uma "quarta onda de acesso à justiça" com aprofundamento da multiplicidade de formas de produção de juridicidade, reconhecendo a existência de um pluralismo de ordens jurídicas, e utilizando o direito como instrumento de transformação social emancipatória, com lastro na possibilidade de autodefesa da dignidade humana e do princípio democrático.

O papel a ser exercido pela Defensoria Pública no controle de políticas públicas e na promoção do acesso à justiça, em especial na garantia do Direito à Cidade, deve ser o de fomentador de um verdadeiro pluralismo comunitário, lastreado na gestão democrática radical que tenha por protagonista a população, e que adote como Norte a solidariedade e justiça sociais.

Neste sentido, as lições do caso Pinheirinho constituem fonte valiosa de aprendizado, para que as práticas insurgentes não se limitem ao mero exercício do direito de resistência, mas possam concretizar um verdadeiro Planejamento Insurgente (Miraftab, 2016), com impacto positivo na organização do território e na vida dos despossuídos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Inácio Dias. *Pinheirinho: para além da desocupação*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <<http://antropologiausp.blogspot.com.br/2012/02/pinheirinho-para-alem-da-desocupacao.html>>. Acesso em 15 jul. 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR. *Procedimento Administrativo nº 2045/2011*. Relatório Estatístico da Comunidade do Pinheirinho. São José dos Campos: DPESP, 2014.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – NÚCLEO DE HABITAÇÃO E URBANISMO. *Laudo técnico socioeconômico: processo de desocupação da comunidade do pinheirinho*. São Paulo: DPESP, 2013.

GOUVEIA, R. A. R.; KURKDJIAN, M. L. N.O. O espaço urbano e a clandestinidade: um estudo de caso dos loteamentos clandestinos no município de São José dos Campos – SP. *X Encontro Nacional da ANPUR*, Belo Horizonte: ANPUR, 2003. (Em CD).

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perfil dos migrantes em São Paulo. *Comunicado IPEA nº 115*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111006_comunicadoipea115.pdf. Acesso em 22 jul. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: resultado da amostra – migração*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354990&idtema=97&search=sao-paulo|sao-jose-dos-campos|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao>. Acesso em 22 jul. 2017.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.

O VALE. Depois de oito anos, Pinheirinho está vazio. *Edição eletrônica de 22.01.2012*. Disponível em: <http://www2.ovale.com.br/depois-de-oito-anos-pinheirinho-esta-vazio-1.210270>. Acesso em 29 jul. 2017.

SANTOS, B. S. *Sociología jurídica crítica*. Para um nuevo sentido común em el decrecho. Bogotá: Trotta, 2009.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Pluralismo jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no direito. 3.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

Trabalho e luta: a Fábrica Ocupada Flaskô e a ocupação Vila Soma¹

Alexandre Mandl

Advogado das famílias da ocupação Vila Soma e da Fábrica Flaskô, membro da RENAP e mestre em economia pela Unicamp.

Boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu gostaria inicialmente de agradecer muito o convite feito pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos para este debate, e dizer que estou aqui, através da minha apresentação, representando duas experiências de luta, da Fábrica Ocupada Flaskô e da Ocupação Vila Soma.

Preciso dizer ainda que é uma honra dividir este debate com o Defensor Público Jairo, que é uma referência para as nossas lutas. Faço um adendo: é preciso empoderar sempre que possível a Defensoria Pública, que é uma instituição que vem sofrendo constantes ataques. Como exemplo disso é só lembrarmos uma fala recente do governador Alckmin, “se acatássemos tudo o que a Defensoria apresenta o Estado seria ingovernável”.

Nós, na Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), temos feito muitas parcerias importantes com o Núcleo de Habitação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que desempenha um papel fundamental na luta de resistência pela moradia. Apesar da sua centralidade estratégica na defesa dos direitos sociais, como é o caso da luta por moradia, a Defensoria tem só três defensores para atender todo o estado de São Paulo, é um desafio enorme!

Para minha apresentação de hoje, juntando as duas experiências, a Vila Soma e a Fábrica Ocupada Flaskô, montei um roteiro mais ou menos cronológico, que ajudará a contar a trajetória destes casos. A ideia é inicialmente retomar alguns fatos e passagens, para em seguida discutirmos estas experiências. Tentarei não me concentrar somente nas especificidades do campo jurídico e dos processos judiciais em curso, para ampliarmos a interdisciplinaridade da nossa conversa.

Pensando nisso, há uma questão que preciso destacar logo de início - que espero aproximar os nossos campos de discussão - o fato de que a Vila Soma tem muita conexão e semelhança com o caso do Pinheirinho do ponto de vista do conflito jurídico-territorial, pois ambas as ocupações deram-se em terrenos de massas falidas com a intervenção de movimentos sociais organizados através da pauta da luta por moradia. Essa relação, entre terrenos de massas falidas, terrenos de outras naturezas também ociosos e a produção das cidades, define uma questão que vem tomando muito minha atenção nos últimos anos. Coloco minha primeira questão para este debate: como é que podemos ver alguma relação das áreas de fábricas abandonadas e falidas, seus terrenos abandonados, a atuação do Estado e dos Movimentos Sociais e como estas relações de força atuam nas cidades? Uma questão muito pertinente para pensarmos entre os limites do Urbanismo e do Direito, para tentar-

1 O texto que segue é resultado da elaboração conjunta, realizada a partir da transcrição e edição da fala feita durante uma das mesas de debate do Colóquio “Os limites do capital e os movimentos de resistência no território”, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo, em novembro de 2016. Mantivemos a fala em primeira pessoa e o ritmo da fala para que o resultado do texto se aproximasse ao máximo da exposição durante o debate. Este texto foi redigido conjuntamente por Alexandre Mandl e André Dal’Bó da Costa, a partir do exercício de transcrição e discussão da transcrição.

mos entender como tem funcionado essa estrutura de propriedades privadas de terrenos nas cidades hoje.

Dando sequência, gostaria de reconhecer que nós temos um conjunto sensacional de legislação urbanística vigente hoje no Brasil, e que, portanto, o problema não é de forma alguma, nem de qualidade, nem de quantidade adequada de legislação. Nós temos sim, após todo o processo de instituição do Estatuto das Cidades, formalmente perante o Poder Judiciário, lei suficiente, como podemos ver no conceito da “função social da propriedade” devidamente instituído.

Apesar de compartilhar um horizonte marxista de crítica da cidade, de trabalho e de luta, e por isso entender toda a contradição existente entre a pauta jurídica, os direitos, e estes para o limite das lutas, no cotidiano nós usamos muito, de forma tática, a reivindicação de uma “função social da propriedade”, mesmo sabendo de toda sua contradição histórica.

Tanto na Vila Soma quanto na Flaskô, escutamos das pessoas que lá moram ou trabalham, que existe “direito pra rico” e “direito pra pobre”, então penso que tais contradições estão bem entendidas por todos que estão ali, não é preciso de mais teoria ou complexidade para tocarmos o centro da questão, o absurdo está compreendido e devemos trabalhar sobre ele.

Nesse mesmo sentido, na Vila Soma, um dos argumentos mais correntes para organizarmos a luta, é pensarmos na extensão territorial do Brasil, um país tão grande, de proporções continentais e, portanto, como é que em um país deste tamanho tem gente que não tem onde morar? Tem alguma coisa errada aí. Estas perguntas e afirmações seriam aparentemente banais e simples, mas quando postas para o Juiz do caso, ou mesmo para o poder judiciário responder, fica muito claro para todo mundo que a atuação do judiciário, na maior parte dos casos, não assume qualquer responsabilidade sobre o fato social objetivo e real, atuando para privilegiar uma parcela já privilegiada da elite proprietária do Brasil.

Sei que estes são argumentos muito básicos para este espaço de debate e de pesquisa acadêmica, e todos aqui sabemos disso, contudo essa exatidão e precisão da crítica simples gera uma indignação que faz toda diferença para mobilizar a luta popular. Mas isso não quer dizer que nos abstermos dos detalhes e das minúcias. É comum irmos para a frente dos Fóruns, com megafone ou carro de som, em atos com cinco, seis mil pessoas, como fizemos diversas vezes na Vila Soma, onde a gente lê a petição inteira na frente do Fórum, como forma de tensionar e provocar o absurdo de grande parte destes atos institucionais expressos nestes documentos oficiais e legítimos perante o Estado. Como exemplo, em um dos documentos recentes do processo jurídico da Vila Soma, um membro do judiciário sugeria a solução a partir do direcionamento de pouco mais de quatrocentos reais de auxílio moradia temporário para a saída das famílias do terreno. Sabemos que com esse valor não se aluga nenhum imóvel na cidade, nem nas piores condições, e sabemos ainda que os mesmos Juizes recebem auxílio moradia de até quatro mil e trezentos reais, mesmo que já possuam propriedade privada para fins de moradia; numa situação dessa, o absurdo é tão grande, a desigualdade de privilégios é tão grande, que não há muito o que discutir. Ou seja, o absurdo é a realidade em que esta população está colocada, esta é a questão que move a luta.

Assim, para seguir, gostaria de pontuar o seguinte: o direito à moradia está garantido, então a luta não é por mais ou menos direitos, mas sim pelo acesso ao direito. Mais ou menos nesse mesmo sentido, se pensarmos por exemplo os déficits habitacionais do Brasil, e como eles vêm aumentando e mudando de característica nos últimos anos, crescendo mesmo com a execução do grande programa habitacional Minha Casa Minha Vida, escancara-se a contradição do nosso sistema, no qual mesmo a política pública não está necessariamente relacionada com o fim de promover direitos sociais.

Quando colocamos este paradigma de luta muita gente nos critica dizendo que o que estamos propondo é o socialismo, o fim da propriedade privada. Não é nada disso. O que estamos demonstrando é que a *instituição do capitalismo na sociedade moderna de direito democrático*, pelo menos no caso brasileiro, não tem dado conta de suas promessas, ou seja, parece que não é possível, na sociedade capitalista em que vivemos hoje, que todas as pessoas tenham uma casa adequada, o que quer dizer que para que o sistema capitalista funcione precisaremos obrigatoriamente de uma margem de pessoas permanentemente fora do acesso à moradia digna, e também da parte dos direitos humanos fundamentais. É simples e absurdo. O desafio é que os moradores da ocupação vejam isso com inquietante clareza, e que entendam que a posição social que ocupam pouco tem a ver com a trajetória individual de cada um deles, mas sim com as determinações históricas de nossa sociedade desigual e injusta.

Em relação às ações pela via do direito, nossa função na luta é, portanto, a de provocar e tensionar tais contradições, procurando escancarar o absurdo latente, agindo por dentro mesmo do Judiciário. Não com a ilusão de que o Judiciário irá mudar ou funcionará de acordo com a lei, ou mesmo que ele será melhor e mais equilibrado no Brasil, mas tendo a consciência que esta é a nossa tarefa.

Muitas vezes, em diálogo com os estudantes, brinco que muita gente que adotou tal perspectiva acabou abandonando seus cursos de graduação, porque deixou de acreditar na disciplina e na profissão. Eu mesmo desisti de um curso de sociologia. Então por isso é importante a ideia de uma tarefa que provoque tais contradições, mas sempre cientes das limitações do Direito ou dos embates no campo das legitimidades jurídicas.

O campo jurídico não é o único componente do poder em nossa sociedade, apesar disso, o que temos visto é que ele tem-se tornado, no presente no Brasil, mais importante a cada dia, em um processo de predominância do jurídico sobre o político, como discurso legítimo e imperativo, ou mesmo mais objetivamente na judicialização das lutas sociais, que acontece junto da criminalização das lutas e da pobreza. Assim, sabendo disso, usamos o Direito como instrumento de combate defensivo. Nesse sentido, avaliamos o tempo todo se a melhor ação é ou não agir pela via judiciária, porque por vezes pode até mesmo ser “um tiro no pé”, em muitos momentos o melhor é mesmo o povo na rua ao invés da ação de rotina institucional do campo jurídico.

Portanto, o uso da perspectiva dos *direitos humanos* na luta não ocorre junto da crença na qual seria hipoteticamente possível uma conciliação entre capital, trabalho e direitos, mas pelo contrário, como pauta que nos serve para escancarar os limites do nosso modelo atual de sociedade. O Direito, apesar de sua crescente importância como discurso dos processos de legitimação de poder, como já disse anteriormente, não é para nós a forma mais importante de luta, mas apenas uma delas, e que deve ser usada de forma crítica.

Vemos hoje um protagonismo exacerbado do discurso jurídico, sobretudo na atuação do Ministério Público, através de uma hipotética isenção partidária, nos processos decisórios dos três poderes da República. Isso é parte da mesma contradição. Nos Movimentos de Moradia, essa contradição fica ainda mais clara. Tenho atuado constantemente nos últimos anos com estes Movimentos, e tenho me dedicado bastante a tentar tencionar uma compreensão, que se mostre possível da perspectiva da luta, sobre as condições e as lógicas da especulação imobiliária, a cidade como capital, e todas as contradições entre o que se convencionou chamar de *Direito à Cidade* e a cidade real. Toda essa reflexão acontece em conjunto e através do Movimento da Vila Soma, e a achamos que isso não é pouca coisa, pois

esta é uma população que no cotidiano é constantemente criminalizada por morar ali. Já ocorreram vários casos de pessoas terem emprego negado, ou mesmo perderem o emprego após terem contado que viviam na Vila Soma. Esse é o caso de muitas mulheres que hoje trabalham como diaristas e moram na Vila Soma, mas que anteriormente tinham carteira assinada em alguma outra função. Os relatos são dramáticos e constantes, muitas das pessoas da ocupação optam por esconder o seu lugar de moradia por temerem represálias. A construção da aceitação do lugar de moradia através da consciência da situação histórica, é também um desafio para nós.

Ainda sobre a nossa luta na Vila Soma, sua intensidade, e ela mesma como processo de formação dos moradores, gostaria de destacar que somente no ano de 2015 fizemos 65 atos públicos, imaginem o impacto de quatro, cinco ou até seis mil pessoas na rua, quase que semanalmente, em uma cidade de 200 mil habitantes! As passeatas muitas vezes proporcionam algum despertar dos moradores como coletividade, despertam-se na luta, ainda mais quando delas tiramos algum resultado positivo, lido como “vitória” do coletivo, como alguma nova abertura de negociação, ou ainda algum recuo da violência do Estado. São os atos de resistência, eles mesmos, tomados como processo de formação política coletiva, que dão base para o processo de resistência. Falei das passeatas, mas além delas existem as assembleias semanais, reuniões de coordenação de rua ou de quadra, vigílias nos períodos de maior tensão, ou seja, é uma ação profundamente auto-organizada e autogerida.

Retomando um pouco o caso do Pinheirinho, já muito bem relatado pelo Jairo anteriormente, e pensando nele através de uma foto que circulou por muitos jornais e mídias sociais, na qual uma mãe foge com um carrinho de bebê da tropa de choque, e no fundo podemos ver partes da ocupação em chamas, alguma fumaça de gás lacrimogêneo e muitos policiais, em resumo, uma cena de brutal violência e violação dos direitos humanos. Essa imagem nos serve para perceber que o despejo não é executado “somente” visando uma maior eficiência de evitar danos, mas pelo contrário, pode ser executado propositalmente de forma brutal e muito violenta para intimidar futuras ações. A ação da polícia visa também o trauma. De certa forma, para que o Estado mantenha os parâmetros da produção desta cidade, segregada e desigual, de tempos em tempos é preciso ter um despejo brutal e violento para intimidar a população e desencorajar novas ações, desmobilizando o movimento social pelo medo. Assim, a violência exagerada não é necessariamente vista como um erro de execução da polícia, mas sim como uma ação bem executada. Depois sobra alguma coisa negativa para os governantes, mas isso seguramente estaria dentro dos cálculos de ganhos e perdas da ação do governo.

Sobre o município de Sumaré, cidade onde está localizada a Vila Soma, é preciso destacar também que hoje existem 86 áreas de ocupações não regularizadas, a Vila Soma não é um caso isolado. A maior parte destas áreas ocupadas tem pelo menos 30 anos, e mesmo assim, nos últimos anos, durante a gestão da última prefeita, muitas delas sofreram processos de demolição parcial ou total sem realocação dos moradores. Para ser mais preciso, foram ao todo quarenta e duas áreas com processos de demolição na última gestão da Prefeitura de Sumaré, grande parte delas executadas de forma completamente arbitrária, e sabemos, infelizmente, que está não é uma situação isolada em Sumaré, pelo contrário, seja para a Olimpíada, seja para a Copa, seja para o cotidiano da vida, aconteceram e acontecem muitos despejos violentos em todo o Brasil, o despejo faz parte da história das cidades brasileiras.

Neste contexto, a resistência da Vila Soma, pela sua grande escala, acabou tornando-se referência de várias outras lutas de moradia no município, no Estado e mesmo em escala

nacional, tudo isso fruto dessa tática de enfrentamento, que tem também relação direta com a Fábrica Ocupada Flaskô, da qual eu gostaria de destacar um aspecto na sequência da minha fala.

A Flaskô é uma fábrica ocupada, sobre controle operário desde 2003, após seu abandono pelos proprietários, sem o pagamento dos acertos e dívidas trabalhistas dos operários. Hoje ela reúne o coletivo de 70 trabalhadores e trabalhadoras sem que nenhuma destas pessoas se reconheça como patrão ou subordinado. A Fábrica produz hoje principalmente tambores plásticos (bombonas), produto que tem uso em diversos fins e que, se cortado ao meio, serve de escudo, simbólico é claro, como aqueles utilizados pela “tropa do Pinheirinho” e agora mais recentemente pela “tropa da Vila Soma”. As imagens que ficaram reconhecidas por estampar as capas dos jornais de grande circulação do país, criaram um importantíssimo efeito midiático para as lutas de resistência. Também estamos disputando a narrativa dos meios de comunicação.

A Flaskô, além de ser um centro de referência importantíssimo da luta e da resistência popular, tem ao seu lado, em parte do terreno da fábrica, uma vila autoconstruída pelos próprios operários, denominada Vila Operária². Isso forma um complexo incrível de relações de apoio para a resistência dos Movimentos. Hoje na Vila Operária vivem 564 famílias, atualmente em processo de regularização fundiária. É importante destacar que o desenho e a implantação da Vila foram pensados por um arquiteto, que acompanhou todo o processo e, inclusive, teve vários problemas com seu registro profissional por causa disso.

No ato de ocupação, no início da Vila Operária, houve um fato muito engraçado, quando o oficial de justiça foi notificar à Fábrica de que haviam “invadido” seu terreno. Em resposta lhe avisamos que tudo bem, que “nós da fábrica” estávamos apoiando a ocupação.

Após 13 anos de existência, a Fábrica Ocupada Flaskô permanece em operação, não sem dificuldade, são muitas as dificuldades financeiras e os conflitos, mas aqui gostaria de destacar um avanço muito importante: conseguimos reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas, liberando os sábados para os operários, e mais recentemente de 40 para 30 horas, tudo isso sem redução de salário e sem nenhuma queda de produção. Trabalha-se menos tempo e mantém-se a mesma produtividade sem redução salarial.

Comparando as duas experiências, da Flaskô e da Vila Soma, podemos dizer que existe ali, quase o mesmo tensionamento da função social da propriedade na prática. Não nos sentimos proprietários da fábrica, mas estando sobre nosso controle, permitiu que o terreno ocioso fosse destinado para fins de moradia. Além disso, foi aberto também uma fábrica de cultura e esporte em um dos galpões que estavam sem uso. Lá acontecem muitas atividades, não só para os operários e moradores da Vila Operária, mas também para os moradores do entorno da Fábrica. São vários cursos, entre eles de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para alfabetização, festivais culturais, musicais, peças de teatros, festas, entre outras atividades. Qualquer pessoa pode propor um projeto para o espaço, e até hoje nunca recusamos uma atividade. A fábrica é também parte da cidade e deve ser ocupada e usada portanto, pelos moradores da cidade sempre que possível.

Sobre o histórico da luta da fábrica, gostaria de citar um dos acontecimentos importantes. Ainda em 2003 estivemos com o então presidente Lula que, durante os encontros e reuniões foi taxativo, manifestando que não seria possível aceitar a reivindicação central da Flaskô de estatização sobre controle operário, tudo isso dentro do nosso projeto político, no

2 Ver CAMARGO, V. *Vila operária e popular um terreno e uma fábrica ocupadas*. São Paulo: CEMOP, 2015.

qual reivindicávamos a reestatização de indústrias de importância central para o país, como a reestatização da Vale do Rio Doce, a estatização completa da Petrobras e das ferrovias. Naquele momento estas pautas eram colocadas de forma muito direta. O governo federal e o presidente Lula negaram qualquer possibilidade de avanço destas pautas.

Naquele período de reivindicações houve uma reportagem de seis páginas da revista *Veja*, chamando-nos de “o perigoso MST das fabricas”, algo muito maior do que realmente somos, mas uma acusação que nos enche de orgulho. Ser desqualificado pela *Veja* com tanta ênfase nos mostrou que estávamos no caminho certo!

Retomando um pouco o andamento dos processos jurídicos da Vila Soma, é importante mencionar que até o momento, desde o início da ocupação, foram ao todo 16 ações de Reintegração de Posse revertidas através da resistência popular organizada. Por vezes, na mesma semana recebemos decisões de cumprimento e de suspensão, quase sobrepostas, em situações de enorme tensão das famílias, num cotidiano de extrema incerteza e insegurança.

Consideramos que um dos atos mais importantes, até aqui, foi a marcha realizada na rodovia Anhanguera, quando a Vila Soma marchou organizadamente das nove horas da manhã até as dezoito horas, um marco; o impacto foi tão grande que após a passeata o governador Alckmin nos ligou pessoalmente marcando uma primeira reunião porque as coisas estavam tomando uma proporção muito grande. Toda aquela movimentação, e a lembrança do massacre do Pinheiro, sempre lembrado durante às passeatas pelo movimento, fez com que o governo adotasse tal postura. Seguindo também a história de luta do Pinheirinho, entramos com uma denúncia na Corte Interamericana. Esta gerou grande impacto na correlação de forças, pois hoje o Estado de São Paulo responde a um processo de violação de Direitos Humanos decorrente da denúncia relacionada ao caso do Pinheirinho. No Caso da Soma, nós nos adiantamos e fizemos a denúncia na eminência da ação policial, relatando o perigo de um novo massacre. Essa ação foi feita junto com o Núcleo de Habitação da Defensoria Pública, que tem, como já dissemos, desempenhado papel central na luta de resistência da Soma.

Outro ponto que gostaria de destacar na trajetória jurídica é a formação do Grupo de Apoio as Ordens de Reintegração de Posse (GAORP), criado após o massacre do Pinheirinho, como instância de mediação de conflitos sediada na presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Para os assuntos da Vila Soma foram realizadas quatro reuniões específicas para tentativa de negociação e com vistas a remoção pacífica e consentida pelo movimento. Apesar dos esforços e das longas reuniões, ao fim de todas as discussões, nenhum acordo foi estabelecido, sobretudo pela grande intransigência do poder executivo municipal nos debates deste grupo.

Assim, dentro da tática de escancarar as contradições dos processos judiciários, podemos destacar, por um lado, o espaço aperto via GAORP, no qual apresentamos nossa crítica e posicionamento, mas por outro, estrategicamente exploramos a brecha jurídica que nos diz não ser possível realizar a reintegração sem que haja realocação das famílias, ou provisão de solução provisória, e a partir dela iniciamos outra ação que visava o Superior Tribunal Federal, da qual falei adiante.

A própria abertura do processo no GAORP é em si uma forma de alongar o processo, ganhar sobrevida, aumentar o tempo para redefinição tática da resistência. Das reuniões poderia citar várias passagens e falas emblemáticas, para não dizer absurdas, as quais poderíamos destacar, por exemplo “voltem para sua cidade, vocês não são daqui” ou “vamos realocá-los em outro estado, pode ser uma saída, Roraima talvez?”, ou ainda “é preciso rein-

tegrar, pois imagina se a moda pega”, tudo isso em falas oficiais registradas nas notas taquigráficas das reuniões.

Finalmente, após todas as discussões e reuniões institucionais para a tentativa de solução do conflito - foram mais de vinte encontros do Grupo de Trabalho no âmbito do executivo municipal e mais quatro reuniões do GAORP - todas as tentativas, resistência e tratativas, nenhuma solução foi encontrada, e a Reintegração ficou prevista e agendada para o dia dezessete de dezembro de 2015. A operação policial prevista assemelhava-se a uma operação de guerra, estavam escalados oito mil policiais. Muitas campanhas de comunicação foram realizadas pela polícia para alertar as famílias da necessidade de saída voluntária e sobre o perigo da permanência. Rádio, televisão e carros de som foram constantemente utilizados convocando os “cidadãos de bem” a deixarem suas casas antes da chegada da polícia, e também solicitando que os moradores dos bairros vizinhos deixassem suas casas no dia da operação.

Na ocupação, na semana anterior ao dia previsto para a ação policial, circularam permanentemente oito viaturas da polícia, diversos drones e constantes sobrevoos de helicópteros. Destes dias há muitos relatos de abuso policial no interior da ocupação.

Na mesma semana em que estava agenda a reintegração de posse, o movimento de resistência da Vila Soma realizou vinte outras novas ocupações pela cidade, dentre terrenos públicos, praças, monumentos, diante da casa da Prefeita, e às portas do Fórum. A mensagem para o poder público era de que “se a Vila Soma fosse despejada, todos estes espaços seriam ocupados”. A indignação e a revolta dos moradores da ocupação tornaram-se explosivos, muitos deles decidiram resistir, mesmo que isso colocasse em perigo as suas vidas. Nas ruas da ocupação, barricadas foram formadas. A repercussão da tensão criada foi muito difundida pela imprensa local, estadual e mesmo nacional.

Na semana que antecedeu à reintegração de posse, havia um contingente enorme de pessoas mobilizadas pela resistência, incluindo 44 advogados, diversos militantes de diversos movimentos, entre outros apoiadores que se revezavam na vigília da Vila Soma. Os moradores, inspirados pelas imagens já históricas da tropa do Pinheirinho, montaram uma tropa simbólica, equipada com pedaços de paus, capacetes de moto e escudos das bombonas da Flaskô, formando novamente um exército maltrapilho em defesa da ocupação. Na quarta-feira à noite, uma fotografia da “tropa” foi enviada para o jornal *Folha de S. Paulo* e ganhou a capa do dia seguinte. À 01h30 da madrugada da quinta-feira, o gabinete do Governo do Estado liga para a coordenação do movimento da Soma, bastante pressionado pela capa da *Folha* que sairia no dia seguinte, pedindo uma reunião emergencial com a coordenação do movimento, já às 09h00 da manhã. Em paralelo, a Defensoria Pública, novamente através do Núcleo de Habitação, consegue viabilizar o envio de uma medida ao Superior Tribunal Federal, buscando retirar a decisão da instância do Tribunal de Justiça de São Paulo, o que culminou na decisão brilhante e inédita do Juiz Ricardo Lewandowski, que entre outras coisas cita o caso do Pinheirinho como precedente para a suspensão da reintegração.

Sabemos com muita clareza que o que barrou a reintegração foi o acúmulo de todas estas forças. A resistência das famílias que não deixaram o local, mesmo sob a enorme pressão e violência da polícia, a montagem da tropa da Vila Soma, a capa da *Folha*, as reuniões emergenciais com diversos órgãos do governo, a estratégia de envio ao STF e, finalmente, uma decisão inédita sobre os procedimentos de tomada da decisão pela instância máxima do poder jurídico brasileiro, demarcando uma importante vitória do Movimento de Moradia e ampliando o campo de luta e resistência pela permanência democrática nas cidades.

Portanto, a estratégia de combate através da articulação entre os campos jurídico e político é que permanece como o grande legado e aprendizado da luta da Vila Soma, mostrando uma experiência de resistência e êxito que, até aqui, soube explorar as contradições da barbárie na sociedade vigente, combatendo diretamente, e na prática, a lógica de criminalização e ataques. Esse é o nosso desafio. Que a moda pegue e se espalhe. Obrigado!

Grandes projetos de desenvolvimento e resistências – os sentidos da política num contexto de *ódio à democracia*¹

Joana Barros

Professora do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); coordenadora do grupo de pesquisa Espaço e Política; realizou pesquisa de pós-doutoramento no IAU-USP.

Este texto tem sua origem no contexto do *Colóquio “Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território”*. Naquele momento, a questão colocada para nós que organizávamos o encontro dizia respeito a uma reflexão e um diálogo de nossas pesquisas em andamento, que passavam de diferentes maneiras por questões sobre a reconfiguração dos movimentos sociais e dos sujeitos que estão em cena nas disputas políticas no período recente, particularmente frente à profunda transformação do caráter das políticas públicas no assim chamado período do lulo-petismo. Estas questões estavam permeadas pelo debate, naquele momento que antecedeu o impedimento da presidente Dilma Rousseff, sobre o desmonte da Universidade e o descrédito do pensamento crítico como atividade legítima dos pesquisadores e professores universitários.

Desta maneira, no centro do debate que deu origem a este texto estava a preocupação com a configuração do que, grosso modo, vem sendo nomeado como novas formas de fazer política², informados pelo aparecimento de movimentos de forte cunho autonomista, suas formas de ação direta, rejeição aos formatos partidários e de afirmação de pautas de grupos e/ou coletivos identitários nos últimos vinte anos. A proposta, então, é pensar a crise urbana em curso e as disputas políticas que aí se produzem e como elas apontam para uma reconfiguração dos próprios sujeitos destes processos.

Trilhando um caminho desde os processos de resistência popular à implantação e aos impactos dos grandes projetos de desenvolvimento, busco aqui estabelecer uma perspectiva de leitura destas formas de resistência, da reconfiguração dos movimentos sociais e do aparecimento público de sujeitos políticos, no qual se sobrepõem temporalidades e territorialidades diferentes. Articulam-se a urgência da reação frente ao golpe de 2016 e a brutal destituição de direitos que imediatamente lhe seguiu; as lutas, avanços e perdas da experiência política ainda em decantação dos últimos 14 anos de governos “populares” (2002-2016) no país; e uma longa e persistente história de dominação contra a qual os “de baixo” constituíram sua própria história, num movimento de subjetivação política (Rancière, 1996) que se assemelha ao que Chico de Oliveira nomeou de um “trabalho de Sísifo” (Oliveira, 1998). Um dos fios procurados neste contexto emaranhado é a própria nomeação deste campo de conflitos e de seus sujeitos.

1 Este texto foi escrito a partir dos achados de campo de minha pesquisa de pós-doutoramento junto ao IAU-USP, sob supervisão de Cibele Rizek, intitulada *Narrativas urbanas do desenvolvimento*. Esta pesquisa teve apoio da CAPES, através de uma bolsa de pesquisa do Programa Nacional de Pós-Doutoramento (PNPD), entre março de 2016 e dezembro de 2017.

2 Parte deste debate pode ser recuperada na produção do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do IESP/UERJ, especialmente a produção de Breno Brangel que trabalha com movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e mundiais; assim como em outros autores como Pedro Cunha Bocayuva, Jean Tible, Henrique Parra, entre outros.

Parte substantiva do que vem sendo produzido sobre o tema nas universidades brasileiras está, por um lado, fortemente tensionado e influenciado pelo aparecimento de novas formas de concepção e ação distanciadas do que se consolidou como prática dos movimentos sociais urbanos, referidos aos anos 1980, momento de redemocratização do país. E, por outro lado, um conjunto não pouco expressivo de pesquisas (e núcleos de pesquisadores) estão a lidar com um novo formato de produção acadêmica que é fruto do ingresso de uma população de jovens que não tinha acesso à universidade e, ao ingressarem, reivindicam para si um “lugar de fala”, deslocando-se do lugar de “objetos de pesquisa” ou de informantes de pesquisas, para tornarem-se eles mesmos produtores de conhecimento. Não por acaso, parte desta produção mais recente conecta-se aos processos de transformação urbana em curso: são pesquisas realizadas pelos próprios estudantes-militantes de coletivos, grupos e movimentos engajados em processos de resistência nas cidades e no campo no Brasil.

Patrícia Birman³ chama a atenção sobre o compromisso político e ético da etnografia de ouvir o outro de maneira a provocá-lo a uma reflexão sobre sua própria trajetória e, neste processo de rememoração, neste trabalho da memória, estabelecer sentidos (mais das vezes, ocultos ou apagados) naquilo que vive, restituindo e estabelecendo plausibilidade, conferindo legibilidade a processos que muitas vezes são vivenciados como pura heteronomia. Rememorar, estabelecer sentido é, a um só tempo, ‘dizer o mundo’. Importa sublinhar que todo processo de nomeação é o estabelecimento de novas relações entre as partes que compõem aquilo que se quer designar, é imputar sentidos, é significar e trazer ao mundo público novos sentidos que desestabilizam a cena anterior. Especialmente, se levarmos em conta o fato de que a nomeação de uma determinada experiência das classes oprimidas no Brasil como *pobreza* e seu apartamento do mundo da política, na formação social brasileira, imagem em negativo, falta, incompletude e impossibilidade.

Nomeação e subjetivação política: uma chave de leitura para os processos em curso

A nomeação emerge, então, como categoria e processo fundamentais para compreender esta “reconfiguração dos movimentos sociais” e nos permite, também desde a Universidade, questionar e debater as próprias categorias com as quais nomeamos o que está em pauta em nossas pesquisas – e nas nossas cidades.

Retomando um debate proposto por Jacques Rancière, a nomeação de um processo como incompletude é ela mesma sua produção em negativo, como fantasmagoria:

Mas também esta angústia – da palavra que não passa, da história que não chega a ser escrita, de homens que nem a palavra nem o tempo ligam num sujeito da história – é uma velha angústia, uma angústia inaugural que o marxismo localizou e exorcizou no conceito lumpem-proletariado. Apesar dos esforços louváveis feitos para lhe dar uma genealogia econômico-social materialista, o lumpem-proletariado é em primeiro lugar um nome fantasmagórico, um nome de teatro, a encenação teatral de todos os fracassos da palavra erudita, o nome genérico do não-sentido, do desligamento, da *não*-relação. Esse nome de teatro fixa a não-relação e a nega ao lhe dar corpo no sistema das relações sociais. (Rancière, 1995, p. 183; grifos no original)

³ Refiro-me aqui a uma comunicação oral de Patrícia Birman no Colóquio “Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território”, em novembro de 2016 no IAU-USP.

A nomeação destes sujeitos como os pobres, como aqueles que não têm trabalho, aqueles que vagam pelas cidades - ou como o lumpem-proletariado em tradição marxista ortodoxa - todas estas nomeações têm força de construção. Entretanto, são uma nomeação em negativo, a construção de uma imagem vazia, um lugar sem lugar. Ao usar termos como *barbárie*, *incompletude*, *desmanche*, *desmonte*, para caracterizar os processos de transformação em curso e seus sujeitos, estamos nomeando parte da experiência social, política e mesmo urbana como falta e incompletude.

A chamada reconfiguração dos movimentos sociais e as “novas” formas de resistências populares em curso emergem num contexto de “ódio a democracia”, de recrudescimento das formas de dominação, de espriamento de formas violentas de gestão do social, no bojo da construção de uma racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Estamos a lidar com a erosão do que, nos termos de Jacques Rancière, é o horizonte mesmo da política e o seu descredenciamento no tempo presente. Retomo aqui o debate em torno da democracia, suscitado pelos processos participativos⁴, mas também sobre a construção de políticas públicas e formas de regulação da vida coletiva, das formas de julgamento e de justiça que estabelecemos e a partir do qual construímos um horizonte de sociabilidade democrático no país. Ao que se dirige este ódio? À democracia, aqui entendida não como um regime de governo, mas como modo de subjetivação política.

A democracia é, em geral, o modo de subjetivação da política – se por política entende-se coisa diferente da organização dos corpos em comunidade e gestão dos lugares, poderes e funções. Mais precisamente, democracia é o nome de uma interrupção singular dessa ordem da distribuição dos corpos em comunidade que nos propusemos conceituar sob o conceito ampliado de polícia. É o nome daquilo que vem interromper o bom funcionamento dessa ordem por um dispositivo singular de subjetivação. [...] As formas da democracia são as formas de manifestação dessa aparência, dessa subjetivação não identitária e dessa condução do litígio (Rancière, 1996, p. 102-104).

O movimento conflitivo de constituição da cena pública nos interpela e expõe o seu avesso, o “ódio à democracia”, o descredenciamento da política tornada gestão, polícia⁵, erosão do sentido de igualdade. Duas lógicas - da política e da polícia – enfrentam-se nestes processos de subjetivação política; uma como resistência e a outra como potência.

A experiência democrática no Brasil pode ser lida como resistência – tanto fruto quanto parte dela mesma-, entendida como horizonte e prática política, mas esta experiência de luta e construção política (subjetivação política) se desenvolve hoje num contexto de descredenciamento da política. Em tempos de consenso, de “ódio à democracia” e de anulação da política e da fala, enxergar as frestas e linhas de tensão pelas quais a política se faz é pensar desde os pequenos e cotidianos avanços contrários a essa tendência. Menos pelos “resultados” desta luta, mas sim para compreender o processo de subjetivação política e de disputa ele mesmo como a constituição de possibilidade e de aberturas⁶.

4 Fiz este debate inicialmente em torno da análise do Congresso da Cidade e do Orçamento participativo em Belém para colocar em tela as questões relativas à formação social brasileira e à construção de um horizonte democrático ao longo do processo de formação no país em sua história recente. Recupero aqui alguns conteúdos presentes na minha tese de doutorado. Ver Barros (2012).

5 *Polícia* é um termo que Rancière utiliza em oposição à *política*. Os mecanismos policiais são para o autor forma de disposição de corpos e modos de ser, contrapostos à lógica política da igualdade contingente: “A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do *fazer*, os modos de ser e os modos de dizer, que faz com que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que esta atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. [...] A polícia não é tanto uma ‘disciplinização’ dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração de *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (Rancière, 1996, p. 42; grifos no original).

6 Necessário chamar para o debate sobre a formação da classe que aqui aparece tanto E. P. Thompson quanto em J. Rancière, os quais enfrentam a tradição marxista tributária do estruturalismo althusseriano e posicionam-se contra uma leitura dos sujeitos

Jacques Rancière (2005) mobiliza parte de sua teorização sobre a política já desenvolvida principalmente em *O descentendimento*, para enfrentar uma nova-velha questão: o ódio à democracia.

O duplo discurso sobre a democracia não é certamente novo. Nós estamos acostumados a ouvir que a democracia era o pior dos governos à exceção de todos os outros. Mas o novo sentimento antidemocrático dá a fórmula uma versão mais perturbadora. O governo democrático, nos dizem, é nefasto/mau quando ele se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e todas as diferenças respeitadas. [...] O novo ódio à democracia pode, então, resumir-se em uma tese simples: há somente uma democracia boa, aquela que reprime a catástrofe de uma civilização democrática (Rancière, 2005, p. 9-10; tradução minha).

A chave para compreensão desse novo ódio não é a desmontagem de uma armadilha discursiva⁷, dado que “não se trata de descobrir uma forma de ideologia contemporânea” (Rancière, 2005, p. 10). Ao compreender a formação desse ódio, compreenderemos também o “nosso mundo e o que nele tem-se entendido por política”, além de entender “positivamente o escândalo que pesa sobre a palavra democracia e redescobrir o essencial de sua ideia” (Rancière, 2005, p. 10; grifo meu).

As notícias divulgadas pelos meios de comunicação mundiais e os debates sobre uma suposta vitória da “democracia” no Oriente Médio, com as então recentes eleições no Iraque, são o ponto de partida para Rancière demonstrar como o deslocamento em torno do que se compreende por democracia não é nem pura ideologia nem autoritarismo disfarçado. A operação em andamento é mais sutil: trata-se da construção de uma nova compreensão da democracia que se ancora na experiência social desta como excesso e como necessidade de contenção, que se sobrepõe à noção e à experiência de democracia como o reino dos indivíduos e das necessidades ilimitadas. Portanto, a formação e a experiência contemporânea desse novo ódio nos remetem ao deslocamento da noção de democracia, o qual inverte o sentido primeiro e originário desta como contestação de toda desigualdade presente na vida comunitária, que é a própria política. Em outras palavras, esse deslocamento opera a perda do sentido da democracia e da política e assim erode a potência e o excesso da igualdade de toda palavra/fala e da própria experiência democrática. Nesta perspectiva, o escândalo que a democracia é e que ela provoca, é figurado como excesso democrático, que consiste justamente na afirmação de uma igualdade contingente, de “qualquer um com qualquer um”, o alargamento real e metafórico da política (Rancière, 2005).

Rancière discute as concepções platônicas acerca da política, da república, do bom governo e trata, sobretudo, da oposição deste à democracia, de um lado, para afirmar sua

políticos como produto direto e imediato de sua posição econômica. A construção de um sujeito político não está posto *a priori*, nem é um dado de realidade. A leitura da temporalidade presente nos processos de resistência e na configuração de novos sujeitos políticos nestes enfrentamentos ganha relevância na medida que este processo não é observado como o lugar de aparecimento de uma classe trabalhadora pronta e derivada de sua posição na produção, mas sim como um momento de sua longa formação.

7 Rancière (1996) discute o papel e o significado da ideologia sem negar a herança marxista; muito pelo contrário, como um “leitor refinado de Marx” (a expressão é de Francisco de Oliveira em seminário de debate do projeto de pesquisa “Hegemonia às avessas”), ele resgata a elaboração primeira deste acerca da ideologia, afastando-se de leituras que a entendem como simulacro e ilusão: “ideologia é a palavra que assinala o estatuto inédito da verdade forjada pela metapolítica: a verdade enquanto verdade do falso: não a clareza da ideia em face da obscuridade das aparências; não a verdade como indicio de si mesma e da falsidade mas, ao contrário, a verdade da qual só o falso é indicio: a verdade que nada mais é que evidenciação da falsidade, a verdade como paratagem universal. *Ideologia* é então tudo menos um nome novo para uma velha noção. Ao inventá-la, Marx inventa para um tempo que ainda dura um regime inaudito do verdadeiro, e uma conexão inédita da verdade no político. Ideologia é nome da distância indefinidamente denunciada das palavras e das coisas, o operador conceitual que organiza as junções e as disjunções entre os elementos do dispositivo político moderno” (Rancière, 1996, p. 92-93; grifos no original).

própria noção de democracia e seu princípio constitutivo da igualdade e, por outro, demonstrar como Platão (e, portanto, parte da tradição republicana) mantém nostalgicamente a presença do pastor (ou seja, a não política) no centro de sua noção de política, “de onde serve de referência para desenhar a oposição entre o bom governo e o governo democrático” (Rancière, 2005, p. 41).

Essa presença do pastor no centro da vida política republicana supõe uma desigualdade anterior que aparece como virtude, fundamento da hierarquia que habilita somente alguns para a vida pública e para a política. Essa necessidade, estipulada pelo filósofo grego, de virtudes e habilitações prévias para o exercício do governo, é aquilo que hoje, na experiência política atual, está no centro da associação contemporânea entre democracia e excesso.

Porém, em *A Republica*, a despeito dessa desigualdade fundamental pressuposta na enumeração dos títulos para a escolha dos cidadãos aptos para o exercício da política, através do sétimo deles, o sorteio, Platão reintroduz a pura contingência que, segundo Rancière, é, a um só tempo, o escandaloso da democracia – o reconhecimento de que inexistem qualquer título (seja de nascimento, antiguidade ou conhecimento) que habilite os homens previamente para o governo – e o coração da política – a igualdade como seu pressuposto e fundamento. A democracia não é um regime centrado no capricho dos meninos, dos escravos ou dos animais – imagens usadas por Platão para falar da democracia. A democracia é justamente a perda da mensuração da comunidade política dada pela “natureza que emprestava sua lei ao artifício comunitário através de relações de autoridade que estruturam o corpo social” (Rancière, 2005, p. 48). A democracia é um governo anárquico fundado sobre a ausência de todo título para governar.

Ademais, essa igualdade contingente não é uma ficção. Toda experiência social de desigualdade está permeada por uma experiência rebaixada de igualdade, está pressuposta na igualdade na medida em que, para que os processos de submissão sejam efetivos, as ordenações precisam ser entendidas pelos “desiguais”, num processo de legitimação da obediência que supõe a igualdade como base de entendimento entre mandantes e mandados. Essa relação intrincada é revelada justamente pelo “escândalo democrático”, na qual se aciona a igualdade, justamente como contingência questionadora (e desestabilizadora) da experiência social da contagem das parcelas⁸.

A constituição do ódio à democracia nos leva a interrogar: se vivemos num mundo de

8 Como o próprio Rancière indica, essas pequenas sínteses de afirmações e definições sobre a política desnaturalizam a assimilação da democracia a um sistema de governo ou de representação. Essa desnaturalização implica que a mera polaridade entre democracia direta e democracia representativa é, no mínimo, uma redução da questão da representação e do poder. Por um lado, a oposição disseminada à democracia direta verbaliza a ideia de que essa forma de experiência política é boa apenas para as cidades gregas da Antiguidade, ou seja, para sociedades supostamente menos complexas e menores do que as contemporâneas. Por outro, a defesa da democracia representativa como a forma mais conveniente da política obscurece o fato de que toda representação é uma forma oligárquica de aparecimento de uma minoria – seja ela econômica, de nascimento ou de ordens – para ocupar e exercer o poder sobre os assuntos comuns; nesse sentido, ela seria o exato oposto da democracia, a saber, a representação de *alguns*. Isto, entretanto, não nos autoriza a dizer que a democracia, uma vez que não se identifica imediatamente a uma dessas formas político-jurídicas, seja tão somente indiferente a todas elas. Para Rancière, o poder do povo está a quem e além delas. *A quem*, na medida que essas formas não podem funcionar sem referir-se ao poder do povo e à igualdade que funda a não igualdade. *Além*, porque as formas que inscrevem esse poder são constantemente apropriadas pelo jogo oligárquico que tende à indistinção entre público e privado. Nesse ponto, é importante frisar que Rancière, ainda que na discussão sobre a democracia, retome esse tema caro a Hannah Arendt (a separação entre público e privado) ou que busque nos mesmos textos (como os políticos de Aristóteles) referências para esse debate, ele se afasta das concepções sobre a política e democracia dessa autora. Rancière, ao mesmo que não descarta a luta social, coloca a tensão entre público e privado em um lugar diferente do que Arendt ao não aceitar o suposto apartamento da vida política a um espaço especial, reservado para homens bons e puros. Ao contrário, a tensão entre público e privado é retomada por Rancière para defender o alargamento de sujeitos e espaços políticos. A política, em uma nítida contraposição à Arendt, não tem assuntos, mas sujeitos – quaisquer que interrompam a ordem da dominação. O acento de Rancière é, portanto, menos no que será debatido e mais nos processos de subjetivação política que suportam esse embate. O movimento democrático é duplo: alargamento da igualdade do homem público para outros homens, mas também a afirmação de pertencimento de qualquer um à política.

descredenciamento da política e da democracia, o que significa uma experiência política como aquela que está em ato nos processos de resistência e de surgimento de novos e renovados movimentos sociais?

Se há razão em afirmar que o ódio à democracia – e, portanto, o enclausuramento da experiência política de nomear o mundo, disputando seus sentidos – é elemento estruturador do mundo contemporâneo, há que se considerar que os atos de encenação pública na contestação aos grandes projetos de desenvolvimento nos leva à raiz do problema que abordamos: a nomeação como política e disputa.

Projetos de desenvolvimento e o descredenciamento da política

Olhando desde os processos de transformação nos territórios que receberam os assim chamados “grandes projetos de desenvolvimento”⁹ é possível perceber as políticas de desenvolvimento em curso nos últimos anos, como um conjunto de ações e projetos de intervenção, programas sociais e políticas públicas (urbanas inclusive), executadas pelo Estado e/ou articulados a agentes privados, em territórios não necessariamente contíguos. Estes processos estão mais diretamente ligados às transformações econômicas e urbano-territoriais impulsionadas pela política de desenvolvimento adotada no país nos últimos quatro governos, assim como estão ligados ao ciclo de desenvolvimento econômico dos chamados governos progressistas na América Latina (Zibechi, 2010 e 2013), que articula políticas de incentivo e fomento econômico (no Brasil, desde 2008 vertebrado no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal), políticas de combate às desigualdades, programas sociais e políticas públicas.

Esta nova configuração imposta pelos processos de mundialização do capital tem relação justamente com este aparente descolamento entre espaço e produção. Dito de outra maneira, uma face do que se vive como desterritorialização da produção é justamente esta reconfiguração urbano-territorial flagrada na implantação dos projetos de desenvolvimento. Entretanto, a desterritorialização pode sugerir que há um descolamento e uma independência da produção material em relação aos lugares onde se assentava. Os impactos destes grandes projetos mostram que esta desterritorialização da produção, partição dos processos produtivos e a intensa mobilidade das plantas industriais e parques logísticos significam não uma desnecessidade do território, mas sim uma importância sobremaneira destes territórios, daí todos eles estarem assentados sobre processos de remoção e desalojamento como momento primeiro e base concreta da implantação dos projetos de desenvolvimento econômico.

Não menos importante, mas fundamental, é assinalar que a toda remoção de população significa alguma relocação em outro lugar, seja via política pública seja por processos inde-

9 Acompanhei processos de resistência popular em quatro territórios, que serão trazidos em cenas flagradas, são elas ao norte de Vitória, no ES, no município de Aracruz, os distritos de Barra do Riacho e Barra do Sahy, território de expansão de petróleo onde está instalado o estaleiro Jurong (cuja área é maior do que a área dos dois distritos juntos) para construção de navios sondas para exploração de petróleo do pré-sal; Salvador, na Bahia, e na Baía de Todos os Santos que é área de expansão de petróleo no Recôncavo baiano; a região do Porto de SUAPE próximo ao Recife, na Zona da Mata pernambucana, está por sua vez também em rápido processo de transformação; e no Rio de Janeiro, a área da Baía da Guanabara onde foi instalado o Comperj que seria (antes das mudanças políticas pós-2016) o maior complexo de refino de petróleo, articulada com a Baía de Sepetiba, área de instalação de um grande porto para exportação de *commodities* especialmente minério e produtos da siderurgia. Estes processos de resistências acompanhados formaram parte dos dados de minha pesquisa de pós-doutorado e nas quais apoio as reflexões deste texto.

nizatórios, seja ainda – o que é o mais comum – um misto entre remoção compulsória viabilizada através de desapropriação, provisão habitacional precária via programas habitacionais, articulados a formas “autônomas” de autoconstrução ou ocupações “espontâneas”. Estas remoções e desalojamentos significam uma reconfiguração de modos de vida, de produção cultural, de vida social e das formas organizativas e políticas das populações que vivem nestes territórios. Está em curso uma transformação brutal dos territórios em função desta mobilidade do capital e da transformação do processo produtivo, mas a dimensão concreta da produção segue da maior importância e é a base, contraditoriamente, da financeirização da natureza, da produção, das cidades e da vida que nela corre.

Os processos de transformação urbana nos chamados grandes projetos de desenvolvimento articulam expropriação da terra, remoções ou relocação de populações que ali viviam, como ponto fundamental e indispensável de formação de banco de terras, verdadeiros novos territórios onde se assentam os grandes projetos de desenvolvimento, concordando com a linha de argumentação de David Harvey (2004) sobre o que ele nomeia o capitalismo em sua fase atual assentado na acumulação por despossessão - e sua reinserção no ciclo de valorização do capital como ativo financeiro, chamado *lato senso* de financeirização da terra. Por outro lado, e na direção sugerida por Raul Zibechi (2013) em sua análise dos processos de reconfiguração da economia e da política latino-americanas do ciclo progressista, marcado pelo enorme poder e centralidade que o Brasil significou na região, com a abertura de frentes de acumulação de capital em áreas estratégicas, tais como mineração, siderurgia, energia, petróleo e *commodities* agrícolas – estas especialmente nas fronteiras agrícolas associadas ao extrativismo, fronteiras que, também em território nacional, são fundamentais pra compreensão da reconfiguração urbana em curso.

Os dados referentes aos projetos financiados pelo PAC mostram a importância enorme que os projetos de implementação de logística significaram – mostrando uma articulação entre os processos que acontecem em territórios aparentemente distantes justamente pelo caráter das obras e investimentos que eles constroem.

Ao mesmo tempo, no âmbito da resistência popular aos impactos dos projetos de desenvolvimento nasceram articulações de movimentos locais em redes e fóruns temáticos, a exemplo do Movimento dos Atingidos pela Mineração, a Campanha Nem um Poço a Mais (campanha antipetroleira e pela defesa de territórios livres de exploração de petróleo) ou Campanhas de defesa e pela delimitação de territórios pesqueiros – ou ainda num caso notório e eminentemente urbano, os Comitês Populares da Copa e a Associação Nacional de Comitês da Copa, que os encadeava. Tais articulações demonstram o caráter capilar e articulador de territórios não contíguos dos projetos de desenvolvimento em curso, fazendo-nos reencontrar o debate regional/nacional por outras vias, repondo e aprofundando as desigualdades, ainda e estruturalmente, na produção articulada do moderno e do atraso. A dinâmica local-regional-nacional está no centro desta reorganização territorial no bojo do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento regional. Recolocamos, avançando no argumento, o debate nacional no centro da questão sobre o desenvolvimento urbano e regional.

Olhar as linhas de força tecidas entre políticas de desenvolvimento, políticas públicas e seus efeitos sobre os territórios abre-nos a possibilidade de discutir as formas pelas quais estas transformações estão sendo vivenciadas e compreendidas pelos grupos impactados nos territórios bem como as formas pelas quais a experiência de conflito e da política (no sentido proposto por Rancière sobre a política como “disputa do sensível”) vem-se fazendo e nos sugere colocar em tela as formas de subjetivação política que se constituem neste ema-

ranhado de impactos, transformações, apagamentos, conflitos e resistências. Deste ponto de vista, observar como aparecem e se representam os movimentos sociais no período recente diante dos efeitos destas transformações urbanas parece um bom local desde onde nos aproximarmos das figurações que surgem do Brasil e sua relação com os seus 'outros internos', articulando as dimensões e conflitos extraterritoriais reencontrando o debate sobre desenvolvimento regional sendo o Brasil (ou suas regiões) figurado como o *outro* de São Paulo.

A constituição e a operação de políticas públicas com forte acento na intervenção estatal - algumas tendo no centro de sua consecução a participação de movimentos sociais e organismos da sociedade civil e a tecnificação dos debates sobre as cidades e a dinâmica urbana, apartada em certa medida dos debates sobre políticas de desenvolvimento econômico no contexto dos quatro governos petistas e de uníssono sobre as cidades mercadoria - montam um quadro no qual as cidades têm papel central sendo produto mas também como centros dinâmicos produtores deste urbano. Este contexto de mudanças estruturais na economia brasileira revela, pelo avesso, os vínculos (históricos e também analíticos) entre desenvolvimento e projeto nacional, entre desenvolvimento e cidades/urbano.

A tensão atraso/moderno perpassa a discussão sobre o desenvolvimento, e está no coração do debate sobre os sujeitos políticos e suas formas de representação no Brasil. As leituras dualistas, cujo acento estão no desenvolvimento e no debate econômico, trazem no seu âmago uma associação entre atraso e pobreza e sobre os portadores desta pobreza e deste atraso.

No fundo, a dualidade na leitura sobre a formação brasileira revela a constatação da incompletude, da ausência, do Brasil como cópia malfeita e rebaixada e da impossibilidade de um destino comum que escape do inevitável subdesenvolvimento, da dependência, das formas heterônomas de organização social. O que se faz presente então, é mais do que o debate econômico, é um debate sobre as classes e os agentes do processo de transformação social, do qual o *ornitorrinco* (Oliveira, 2003b) é uma imagem potente.

O contexto de grandes transformações urbanas é de embaralhamento imenso no campo dos movimentos sociais - que alguns autores e analistas e mesmo os militantes do campo popular e democrático, nomearam como fragmentação do campo da esquerda. Ao mesmo tempo, está em ato uma ebulição de organizações e coletivos, novas formas de nomeação do fazer político e de autonomações.

Em texto no qual analisa o papel do Estado nos últimos anos de política econômica num campo de disputa sobre a nomeação do que estava em foco como neoextrativismo e neodesenvolvimentismo, a formulação de Miagusko (2015) permite estabelecer uma chave de leitura interessante em tensão com as políticas de desenvolvimento sobre o aparecimento dos ditos "novos movimentos sociais", que se articulam em oposição aos impactos destas políticas econômicas.

O Estado, diferente dos anos 1990, assumiu maior protagonismo mas não anulou e sim, sobrepôs as políticas, o que fez com que algumas características do modelo fossem até mesmo ampliadas. Podemos dizer que uma das condições do modelo extrativista é sua condução por governos progressistas que sabem lidar melhor com a resistência social. Um dos elementos chave para a implementação do modelo é aplacar as conflitividades sociais, fundamentais para construir novas formas de governabilidade que aplaquem e incorporem as resistências ao modelo nos próprios territórios.

Deste modo, algumas tendências que se apresentavam foram reforçadas. O neodesenvolvimentismo estreitou tanto seus horizontes que se transformou numa ideologia tecnocrática sem a força política e mobilizadora que esse projeto teve quando podia encarnar em certos sujeitos sociais.

Num momento de crise desse projeto, como agora, as linhas de força e de conflito aparecem de modo mais claro, a política retorna e exige escolhas do modelo. Nesse caso, podem aparecer novos conflitos e sujeitos gestados a partir do esgotamento do modelo. Novos agentes surgiram no centro político dos conflitos atuais gerados pela implementação desse modelo neodesenvolvimentista. Dialogar com possíveis resistências que surgem e surgirão no calor desses processos deve ser uma importante tarefa de um processo cartográfico que identifique no calor do momento a constituição desses sujeitos. (Miagusko, 2015, p. 31)

Trata-se, então, de restituir sentido a fragmentos da luta política, na constituição de sujeitos políticos, no bojo destes processos em tela: os movimentos de sem-teto e moradia, as populações ribeirinhas, indígenas (aldeados ou nas cidades), pescadores, os coletivos de mulheres, os favelados, os sem-terra que conformam uma constelação de sentidos em disputa. Trata-se, pois, da discussão sobre subjetivação política, na acepção de Jacques Rancière, num campo de forças e conflitos polarizado pelas políticas de desenvolvimento.

Ponto importante aqui a destacar é a articulação em redes nacionais e regionais de movimentos e coletivos sediados em espaços não metropolitanos que acabam por se articular em coletivos políticos cuja ação dirige-se direta ou indiretamente às questões do desenvolvimento e às questões urbanas advindas daí. Importa dizer que parte destes movimentos - até então apresentados na literatura sobre movimentos sociais, clivados em urbanos, rurais e ambientais - articulados em redes, lutas e processos políticos nos territórios misturam e nublam as fronteiras tanto da nomeação destes processos quanto a própria prática política que transborda as categorias analíticas. Este dado, para além de uma observação de corte analítico e classificatório, aponta para uma reorganização do campo de conflitos que tento iluminar, um embaralhamento do campo de ação/organização popular e articulações novas entre as políticas de desenvolvimento econômico e das políticas urbanas, bem como a qualidade destas políticas urbanas no quadro da reconfiguração econômica brasileira com forte incidência e protagonismo urbano e das cidades,

A análise destes impactos sobre cidades significa também considerar cidades muito diversas entre si, mas fortemente articuladas por uma maneira de organizar o território e uma disputa em torno deste território que em São Paulo acontece de uma maneira, em Recife acontece de outra, no Rio de Janeiro acontece de outra e, na região metropolitana de Vitória expandida (que chega a Aracruz, área de eucalipto) é de uma terceira maneira.

O que alinhava estes territórios num *contínuo-descontínuo* territorialmente são as políticas públicas compreendidas como um momento amalgamado de garantia e violação de direitos. As políticas urbanas e de regulação fundiária nas cidades mudaram em relação ao marco regulatório que tem os anos 80 e a Constituição de 1988 como referenciais. Para além do desmonte das políticas públicas de corte universal que vimos ocorrer nos anos 1990, tão bem caracterizado por Roberto Scharwrz como o “desmanche neoliberal”, os anos 2000, especialmente nos governos petistas, parecem apontar para outra articulação e um novo caráter para as políticas urbanas. André Singer destaca esta nova articulação, em artigo no qual analisa aquilo que chama de “ensaio desenvolvimentista”, a política de desenvolvimento econômico dos governos Dilma. O autor destaca o papel dos investimentos (grande parte deles no novo modelo de PPP’s) ao longo dos anos de 2011 e 2012 para a realização da Copa do Mundo de 2014, que “garantiram crescimento de 2,3% em 2013 (pela metodologia antiga; 2,7% pela nova). O índice passou longe dos números desejados, *mas permitiu manter o nível de emprego e os ganhos salariais dos trabalhadores no terceiro ano de governo Dilma* (Singer,

2016, p. 39; grifos no original) – apontando o caráter fortemente estratégico do ponto de vista da economia e do modelo implementado através de um conjunto de ações e estímulos econômicos que incidiram fortemente nas cidades brasileiras, especialmente aquelas que foram sede da Copa do Mundo.

Em outro momento, André Singer aponta, em consonância com uma literatura recente de teses e dissertações sobre o PMCMV, o papel transmutado da política habitacional, um amálgama à *la o ornitorrinco Brasil*, nas pistas de Chico de Oliveira, entre garantidor de direito social e programa que esteia a política econômica anticíclica implementada no período 2008-2014.

De acordo com os idealizadores do ensaio desenvolvimentista, no entanto, apesar dos enormes pressões vividas, ao manter as políticas de estímulo ao investimento, como a desoneração da folha de pessoal, o IPI reduzido para os bens duráveis, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) e o aporte para o Minha Casa Minha Vida, seria possível manter duas conquistas: a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial. (Singer, 2016, p. 43).

Assim entendidos, no bojo do “ensaio desenvolvimentista”, são eles mesmos parte dos grandes projetos de desenvolvimento, como assinala André Singer acima. Se é possível dizer que as obras dos megaeventos esportivos encerram mais do que um punhado de ações para adequar estádios e instalações esportivas para receber os jogos mundializados, é possível avançar na constatação que estes grandes projetos apontam ou revelam a construção de uma imagem para as “novas” cidades, fruto da concepção que embasa tais projetos e intervenções. Os megaeventos esportivos são uma parte desta política de desenvolvimento, estão concernidos na transformação da base econômica e, do ponto de vista da justificação para a população e para a opinião pública, o fato de serem megaeventos esportivos (com seu apelo ao “país de chuteiras”) minora as violações de direitos e problemas que possam acontecer na sua implementação.

Importa chamar a atenção para a articulação entre os mecanismos de gestão e regulação urbana, as políticas públicas e o tipo de investimento que se consolidou como modelo operativo destas obras via de regra financiados e articulados no Programa de Aceleração do Crescimento.

A transformação das cidades a partir dos eventos esportivos se assenta sobre um consenso de que as cidades são mesmo mercadorias, que estes processos de transformação são unidimensionais e que a transformação das cidades em mercadorias é inevitável. A reorganização e rearticulação entre interesses privados e financiamentos públicos tão bem desenhadas nos megaeventos esportivos é a ponta do *iceberg*; desnuda a prática pouco transparente e privatista que dá o tom na construção neste tipo de intervenção.

Nas cidades sedes da Copa, assim como em territórios onde se implantam os grandes projetos de desenvolvimento, ocorreu uma adequação de imensas partes do território¹⁰ para a recepção das obras de implantação destes empreendimentos, sob a égide de parcerias público-privadas, fortemente calcados em financiamento público como elemento central

10 Para um acompanhamento e visibilização das remoções e da dinâmica de expulsão de populações dos seus locais de origem e todo trabalho por ocasião das obras para os megaeventos, um instrumento importante foram os sítios eletrônicos e *blogs* que os Comitês Populares da Copa editam; assim como o *blog* de Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada. Interessa dizer que parte dos Comitês populares deu início a outras organizações populares que se mantiveram atuantes depois do mundial. Este é um elemento importante de análise: as formas organizativas e de articulação política que se plasmaram desta que o slogan “Hospital ou creche padrão Fifa” visto nas manifestações de junho de 2013 por exemplo, parecem apontar.

da acumulação de capital¹¹. A pedra de toque dessa adequação nos territórios tem sido a suspensão dos mecanismos de regulação social/pública (tanto os códigos urbanos quanto as normativas que freiam e regulam o uso dos territórios, como o código florestal, o código de mineração, as normativas sobre reforma agrária e reflorestamento, a lei de partilha de petróleo, etc.) em nome de um melhor aproveitamento dessas regiões com e para as atividades produtivas, modernizadoras.

Tais mudanças foram nomeadas por alguns autores e pelos ativistas que se posicionaram contra os impactos das obras da Copa, por exemplo, como *estado de exceção*¹² nas cidades brasileiras, cuja origem, evidentemente, não são os megaeventos esportivos. No entanto, a tirar pela forma violenta e profunda de transformação causada, podemos dizer que consolida um processo em curso no Brasil desde os anos 1990¹³. Importa sublinhar que não se trata de um rompimento das normas e condutas em vigor, embora haja uma sorte não pequena de contratos fraudulentos e ilegalismos que sustentam estas intervenções. O que está em curso é uma gestão dos ilegalismos (Telles), uma profunda privatização da gestão estatal, nos moldes do que Dardot e Laval (2016) nomearam de uma “racionalidade neoliberal”.

Por fim, é importante apontar os vínculos entre as transformações em curso e a construção de um discurso e formas de legibilidade do país. Esse discurso supõe, através da afirmação de um único modo de vida válido, o descrcredenciamento de classes, grupos sociais e pessoas que se contrapõem a esse projeto de futuro, de nação e seu projeto de desenvolvimento. Aí está uma das faces mais violentas neste processo: a invisibilidade política a que são submetidos diariamente, através dos meios de comunicação e das imagens que se constroem desses sujeitos, como entraves ao desenvolvimento, e ao projeto nacional dele decorrente.

O nó está justamente em que a invisibilidade política não é a ausência de aparecimento nas reportagens e nos veículos de comunicação – ainda que o tempo proporcionalmente seja, sim, muito menor para os opositores do modelo hegemônico do que para a voz dominante. Seguindo as pistas de Rancière, em *O Desentendimento*, a invisibilidade política acontece justamente pela superexposição dos grupos sociais, que imputa valores e sentidos a sua reivindicação de viver segundo seus próprios termos. A superexposição das diferenças opera uma elisão dos conflitos políticos¹⁴ que, potencialmente, se configurariam em torno e a propósito das diferentes concepções de desenvolvimento em disputa nesse processo. De maneira perversa, o descrcredenciamento de sua fala e de seu lugar político utiliza o mecanismo de exposição das suas diferenças transformando-as em “alteridade nua” (Rancière, 1996, p. 120), que não consegue operar o litígio e instituir o conflito. É como se as diferenças expostas à exaustão sublinhassem a constatação: somos diferentes e nossas diferenças somente nos afastam, não há o que debater.

Se é correto dizer que estas transformações urbanas que iluminamos não são o começo do processo, é também possível ler nelas uma forma atualizada que, por suas características, condensa um feixe de relações a partir das quais é possível pensar a sociedade brasileira e

11 Para o debate sobre a função dos fundos públicos na reprodução do capital no Brasil, cf. Francisco de Oliveira em *Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

12 Ver Carlos Vainer e outros que utilizaram esta terminologia para designar o uso de mecanismos jurídicos e de regulação urbanística para a construção das condições de excepcionalidade, de burla e de transformação do corpo jurídico (note-se que não é ilegalidade) que possibilitaram a implementação das obras da Copa do Mundo.

13 Cf. Oliveira, F. *Totalitarismo e Exclusão: a formação de um espaço antipúblico*. Texto base para conferência no Simpósio Internacional “Espaços Públicos e Exclusão Social: práticas urbanas”. FAUUSP, São Paulo, nov.98. (mimeo.); cf. Id. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, 2003.

14 Cf. Jacques Rancière. *O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996. Para o tema do desaparecimento das diferenças como artifício de anulação do conflito e, portanto, da política na aceção do autor, ver o capítulo Democracia ou consenso.

seus impasses. Não quero dizer com isto que vivemos e vemos mais do mesmo: apenas quero sublinhar a recorrência de algumas questões na história recente brasileira e assinalar que estas recorrências não são a sobrevivência de arcaísmos ou que tais, e sim a conformação historicamente consubstanciada de relações sociais e de práticas políticas.

Nesta chave de leitura, podemos ler nos processos de transformação urbana em curso por ocasião dos projetos de desenvolvimento mais do que uma simples adequação urbana. É possível perceber nestas “reformas” a disputa política pelos sentidos do desenvolvimento e do projeto nacional que estão no seu âmbito. No cerne desta disputa, aciona-se uma velha e conhecida dualidade da história do Brasil: arcaico/moderno. Por meio desta dualidade, os impasses de nossa formação reaparecem e são (re)lidos como empecilho à constituição de um projeto nacional; e neste sentido, a modernização e o desenvolvimento econômico e/ou produtivo aparecem como o polo dinâmico e emancipador, capaz de reverter este atraso que nos acorrentava e impedia de realizar nosso futuro promissor. Esta leitura dual e porque não, dicotômica, da sociedade, ao opor estes dois polos, identificou com o atraso grupos sociais e suas formas de vida – especialmente aqueles que lhe ofereceram resistência à instauração de formas modernas de produção. O desenvolvimento tornou-se nestas duas décadas quase uma não questão, justificada pelo amplo consenso que se formou em torno de uma forma específica de desenvolvimento.

As formas de resistência a essa “paz dos cemitérios”, – seja nas cidades lutando contra despejos da Copa, e o Museu do Amanhã, que para ser construído destrói o presente e o passado de milhares de pessoas, seja no Xingu, resistindo à construção da usina de Belo Monte, – têm por tarefa desnaturalizar o imenso e perverso consenso em torno de um futuro único. Desnaturalizar esse processo é afirmar que não há só um modo de viver, de conceber a vida e o futuro. É ato de subjetivação política, quebra de consenso e disputa do sensível.

Embora estejamos ativamente produzindo este mundo neoliberal, o mundo não é apenas dominação, é sempre uma disputa, mesmo que através de pequenas frestas. E por isto importa o processo de nomeação e de narração destas experiências. Nomear é neste sentido resistir e reinventar novos sentidos neste e deste mundo em disputa.

Referências bibliográficas

- ABENSOUR, M.. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. (orgs.). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições. (Vol. 01, nº. 01), 2004.
- ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras. São Paulo: Boitempo Editorial, 1987.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.
- BARROS, J. Movimentos sociais e subjetivação política: anotações sobre sociabilidade política brasileira recente. *Revista Em Pauta*, v. 12, p. 91-113, 2014.
- _____. *Participação popular em Belém: a experiência do congresso da cidade e do orçamento participativo e a sociabilidade política brasileira*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. *Moradores de rua - trabalho e pobreza: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. (Obras escolhidas, v. 1). 7º ed.

_____. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos*. (Seleção e apresentação Wille Bolle). São Paulo: Cultix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DARDOT, C.; LAVAL, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MIAGUSKO, E. Pogressio, pogressio... Desenvolvimento, novo desenvolvimentismo e Estado. In BARROS, J. et al. (orgs.). *Caderno de Debates 6: Territórios de Utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE, 2015.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia.

OLIVEIRA, F. Entre o céu e a terra: mesurando a utopia? *Anais do Seminário Cidadania, pobreza e exclusão social*. 1998. (mimeo).

_____. *Crítica à razão dualista: o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (orgs.). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

RANCIÈRE, J. *A Noite dos Proletários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *La haine de la démocratie*. Paris: La Fabrique, 2005.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

ZIBECCHI, R. *Política & Miseria - Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas*. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2010.

_____. *Brasil Potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo*. São Paulo: Consequência editora, 2013.

Os usos intelectual, social e político do comum

Christian Laval

Nota dos organizadores

Em outubro de 2017, Christian Laval, então professor de sociologia da Universidade de Paris Nanterre, esteve no Brasil, viajando entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, para o lançamento da versão brasileira do livro *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Nessa ocasião, participou também de debates em torno das possibilidades de mobilização da *estratégia política do comum*, dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Christian Laval tem uma trajetória atípica para os atuais padrões de progressão e produtividade da carreira profissional acadêmica. Tornou-se docente universitário aos 51 anos, tendo sua trajetória antecedida pela atividade militante – de influência trotskista, na juventude, e sindicalista, na fase adulta – e professor de *lycée* (escola secundária francesa) até o momento de seu ingresso na Universidade de Paris Nanterre, em 2004.

Apesar da carreira acadêmica relativamente recente, Laval possui sólidas pesquisas sobre o utilitarismo e o liberalismo, notadamente investigações sobre emergência ocidental da normatividade utilitária, além de estudos sobre Marx, Foucault e, mais recentemente, Bourdieu, sobre a história da sociologia clássica, sobre a transformação dos sistemas educativos e sobre o neoliberalismo. Publicou *Jeremy Bentham* (PUF, 1994); *L'Ambition sociologique* (Gallimard, 2002); *L'école n'est pas une entreprise* (La Découverte, 2004); *L'homme économique* (Gallimard, 2007); e *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale* (La Découverte, 2018). Em parceria com Pierre Dardot e El Mouhoub Mouhoud, escreveu *Sauver Marx?* (La Découverte, 2007) e, em parceria com Pierre Dardot, *La Nouvelle Raison du Monde* (La Découverte, 2009)¹; *Marx, prénom: Karl* (Gallimard, 2012); *Commun* (La Découverte, 2014), *Ce cauchemar qui n'en finit pas* (La Découvert, 2016) e *L'ombre doctobre* (Lux, 2017).

Seus trabalhos foram traduzidos em diversos idiomas e circulam por muitos países, mobilizando pesquisas acadêmicas e debates engajados na compreensão da atualidade do neoliberalismo e na construção de alternativas políticas possíveis. Somente *A nova razão do mundo* – livro em que apresenta uma potente e renovada crítica ao neoliberalismo, compreendido como uma razão política imperativa sobre toda a vida social – foi traduzido para nove idiomas. É com esse diagnóstico que um conjunto de pesquisas desenvolvidas no IAU-USP dialoga. Investigações de mestrado e doutorado – em curso ou recentemente concluídas no Instituto – estenderam aquela nova visada sobre o neoliberalismo ao debate sobre seus possíveis rebatimentos na produção do espaço, reflexão estimulada especialmente por duas edições (2015-2016) da disciplina Teoria e Concepções da Modernidade, ministradas pela professora Cibele Rizek no curso de pós-graduação da área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

No último trabalho publicado no Brasil, o livro *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, Christian Laval e Pierre Dardot apresentam o conceito político *do comum* como

1 *La nouvelle raison du monde* e *Commun* foram publicados no Brasil pela editora Boitempo.

estratégia de radicalização democrática, fortemente baseada nos atos instituintes da codificação e da corresponsabilidade, que guardariam a potência capaz de produzir resistências à apropriação capitalista – seja ela privada ou estatal –, demarcando uma nova fase de lutas possíveis por uma *democracia real*, alternativa ao neoliberalismo.

Esse foi o mote de sua visita à ocupação Vila Soma, organizada em conjunto com a Rede Interdisciplinar de Pesquisadores no dia 2 de outubro de 2017. Localizada na região central do município de Sumaré, a Vila Soma é hoje a maior ocupação, em área e número de moradores, do estado de São Paulo, consolidando-se como importante foco e referência de resistência popular pela permanência no urbano e contra a *produção neoliberal do espaço*. Durante o encontro na Vila Soma, a coordenação do movimento e o professor conduziram a discussão, interessada sobretudo nas práticas cotidianas de resistência no interior da ocupação e nas formas de diálogo abertas com o poder público local. No mesmo dia, no período da tarde, Laval realizaria uma conferência no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, a convite da professora Cibebe Rizek.

O texto que deu origem à conferência “Os usos intelectual, social e político do comum”² é a seguir traduzido³.

Em primeiro lugar, é preciso perguntarmos sobre a considerável expansão do uso do termo “comum”, no singular e no plural, nas esferas intelectual, social e política, nas formas mais diversas. Não faltam sinais ou testemunhos. Alguns ministros franceses, como o da justiça, dirigiu suas palavras de ordem reivindicando os “comuns”; os católicos buscam retomar e reviver o conceito teleológico de “bem comum”; a universidade passa por uma multiplicação das jornadas de estudos, colóquios, publicações de dossiês e revistas sobre os “comuns”; na França, os partidos, sobretudo à esquerda, apreendem o termo igualmente: em 2017, o programa e o slogan de campanha da *France Insoumise*⁴ foi o *L'avenir en Commun*⁵.

Nós estamos também lidando com a banalização do termo, que parece poder assumir sentidos muito diversos, alguns dos quais se referem a posturas, práticas ou a valores que até então tinham outro nome. Tal banalização poderia levar a considerarmos que se trata do uso de uma expressão de uma época particular. Mas, do ponto de vista sociológico, esse termo é, em si mesmo, um importante fato social, intelectual e político.

Tal uso do termo “comum”, ao mesmo tempo difuso e massivo, poderia ser compreendido no sentido *durkheimiano*. Durkheim, em seus cursos sobre o socialismo, investigou o significado inaugural que o termo apresentaria no começo do século XIX. Ele explicou então que o socialismo não nasceu como ciência, mas como “paixão”, como verdadeiro “um grito de dor”⁶. Seguindo essa linha, nós poderíamos dizer que o termo “comum” reativa as aspirações éticas e políticas contidas no léxico do “social”, retransmitindo em particular os conceitos de solidariedade e associação.

Nós poderíamos entender o termo de um modo mais mobilizador, como um “signi-

2 Tradução nossa para o título original da conferência “Les usages savants, sociaux et politiques du commun”.

3 Traduzido por André Dal’Bó da Costa, com revisão de Cibebe Rizek. Apresentação do texto por André Dal’Bó da Costa, com sugestões e revisão de Marcia Cunha e Nilton Ota.

4 França Insoumise, tradução nossa.

5 *O Futuro em Comum*, tradução nossa.

6 Emile Durkheim, *Le socialisme*, Quadrige, PUF, 2011.

ficado vazio” ou “significado flutuante” no sentido empregado por Ernesto Laclau⁷. Ele seria então um termo que teria a vantagem de ajudar a “reconstruir a política”, considerando que a política se inscreveria sempre nos espaços discursivos onde se desenvolvem os “jogos de linguagem” plurais. A política, para Laclau, é o lugar de uma guerra de identidades que mobiliza as palavras através das quais as identidades sociais e políticas nascem e se fixam. “Comum”, na perspectiva de Laclau, seria, portanto, uma conexão, um termo que funciona como conector – assim como os termos “social”, “igualdade” ou “justiça” –, que permitiria colocar em equivalência as demandas particulares provindas de diferentes grupos. É preciso considerar que, ao menos até certo ponto, o uso político do léxico do “comum” releva de uma interpretação durkheimiana e de uma interpretação como a de Laclau. De fato, daí decorre o seu sucesso ideológico atual e também o motivo que nos permitiria duvidar de sua eficácia política. Sem um conteúdo político determinado, a palavra poderia não passar de uma conversa sentimental, um consolo diante das infelicidades do nosso tempo. O termo ainda poderia correr o risco de ser um meio para um partido centralizador e vertical ou para que um líder populista criasse um *aggiornamento* da prática política. Na realidade, o “comum” é um conceito que emerge das lutas e das práticas alternativas, as mais diversas, como significante “positivo” daquilo que se deseja. Ele é igualmente aquilo que permite o diálogo entre essas práticas atuais, situadas e limitadas, e aquilo que pode permitir a articulação entre elas e uma transformação completa da sociedade. Em uma palavra, o “comum” é o termo de uma articulação entre uma micropolítica e uma macropolítica, entre o presente e o futuro. Ele funciona assim como um “quadro de equivalência” entre as lutas ecológicas, as mobilizações democráticas, as práticas cooperativas, as empresas recuperadas pelos trabalhadores ou ainda como reinterpretação de práticas anteriores, como aquelas da economia social e solidária, por exemplo. Mas isso não produz, no entanto, um “significado vazio”. Há um senso político para os atores que o empregam e disseminam. É por isso que as interpretações emprestadas de Laclau não são suficientes. Elas esquecem que o “significante” não parte do alto e que ele não é arbitrário. Elas não permitem determinar o conteúdo conceitual do termo, que serve, em dado momento, como conector simbólico das lutas. Para liberar essa significação, convém contextualizar sua aparição.

Situação histórica do comum

Há mais de trinta anos, a mundialização neoliberal repousa sobre uma ilusão: a liberdade de comércio, da produção e das finanças unificará a humanidade. Para dizer em uma palavra, havia a esperança de que o mercado produziria um “mundo comum”. Essa ilusão neoliberal repousa sobre um sofisma: o interesse individual e material seria o único caminho para o “mundo em comum”. Tal concepção utilitarista e, em seguida, neoliberal foi invalidada pela história dos séculos XIX e XX. Os interesses econômicos, longe de conduzir e permitir uma sociedade e uma humanidade reconciliadas, engendraram guerras de conquistas, ilegalidades e lutas sociais, sem falar das diversas formas de totalitarismo. Hoje, ela resultou numa nova era de enfrentamentos generalizados. No fim da Segunda Guerra Mundial, o grito era “nunca mais”. Seria preciso impedir para sempre o retorno das barbáries. A solidariedade internacional e social deveria ser garantida. A “Comunidade internacional” e o “Estado so-

7 Ernesto Laclau, De l'importance des signifiants vides en politique, in *La guerre des identités, grammaire de l'émancipation*, Paris, La Découverte/ MAUSS, 2000, p. 93-107.

cial” deveriam solidarizar as partes do mundo e da sociedade. Tudo isso suscitou muita esperança, mas resultou apenas nas reformas sociais e econômicas que são, finalmente, como se pode comprovar, mais frágeis do que nós poderíamos pensar. Rivalidades entre Estados e imperativos do capital são conjugados para bloquear o nascimento de um “mundo comum”. Sobre este ponto, a falência causada pelo neoliberalismo está consumada.

O princípio do neoliberalismo é a concorrência e o seu modelo é a empresa. Em uma palavra: é a universalização da razão capitalista. Essa lógica não conhece fronteiras: ela é global em dois sentidos do termo, planetária por sua dimensão e transversal por sua aptidão em penetrar todos os domínios da existência humana. Todos os países devem se abrir à concorrência e à livre circulação de capitais e mercadorias, toda atividade deve se inscrever em um quadro concorrencial e deverá se organizar segundo a forma de empresa. A concorrência é a nova lei do mundo, ela envolve os grandes grupos oligárquicos e os Estados que os apoiam contra as populações e os assalariados. A competitividade é um princípio *quasi-constitucional*, o princípio supremo do novo direito público. O Estado sai desse processo transformado em sua função e forma: ele se tornou um agente muito poderoso da transformação neoliberal da sociedade em nome da necessária “competitividade”. Nenhum “mundo comum” pode existir lá onde há concorrência, a mais brutal concorrência pela acumulação de riquezas foi elevada ao estatuto de lei mundial. Três aspectos ao menos da racionalidade neoliberal foram e continuam na ordem das contestações e das lutas: a degradação social e econômica da posição dos dominados, resultantes da lógica ao mesmo tempo competitiva e desigual do capitalismo neoliberal; a degradação acelerada do meio ambiente; e a degradação da via política democrática.

O neoliberalismo provoca o renascimento da comunidade arcaica, reunindo imaginariamente aqueles que compartilham a mesma crença, a mesma nacionalidade, a mesma língua, as mesmas origens. Em todos os lugares, os perdedores da mundialização procuram um meio de estar “entre si”, coletivo protetor, e creem poder encontrá-lo em uma homogeneidade imaginária do passado, da nação ou da unidade de fé. Essa reação identitária aponta na direção da “comunidade”, isto é, da “comunhão”, em todo caso sempre para um “pertencimento” compartilhado, que dotará cada um de uma condição ou de uma qualificação comum.

Uma resposta diferente e oposta deve ser formulada no léxico do “comum”, termo que é preciso ter o cuidado de distinguir dos termos “comunidade” e de “comunhão”. Seu uso remete a uma outra racionalidade política, aquela da democracia radical. O que é comum é inseparável de uma atividade e de uma decisão coletiva, mais precisamente de uma coatividade e de uma codecisão. A ênfase é então colocada sobre a ação e sobre as modalidades democráticas da ação. Se tomarmos como exemplo o movimento “Barcelona em comum”, nome da plataforma que venceu as eleições municipais em maio de 2015 na Espanha, não se trata de significar uma identidade barcelonesa preexistente à ação política que deveria ser protegida, mas que a atividade política em Barcelona deve ser organizada democraticamente em favor da maioria.

Imbricações das referências militantes e científicas aos “comuns”

O conceito do “comum” é resultado e provém das lutas, e está mais precisamente associado ao movimento altermundialista e ecológico do fim dos anos 1990. Esse conceito é empre-

gado em pesquisas científicas nos domínios econômico, jurídico, sociológico ou filosófico, nos quais a pesquisa científica foi estimulada pelos movimentos sociais, por vezes mesmo associada e imbricada às lutas ou experimentações. Este entrecruzamento das dimensões científicas e políticas desenhou um campo de problematização no qual se inserem pesquisadores e militantes, às vezes pesquisadores-militantes, mas também os profissionais de esferas de atividade muito diversas (urbanistas, agricultores, programadores, bibliotecários, etc.) O que produz, sem dúvida, a riqueza deste novo domínio de pesquisa, que podemos chamar de *Common Studies*⁸, é a dupla motivação intelectual e política, como a extraordinária fecundidade dos desdobramentos interdisciplinares ou transdisciplinares.

A temática do “comum” (no singular) é, a princípio, apresentada como um “retorno dos comuns” (no plural). Um dos textos mais emblemáticos a esse respeito é sem dúvida aquele de Naomi Klein, “Reclaiming the Commons”⁹, escrito logo depois da primeira grande mobilização antiglobalização de Seattle e do primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Naomi Klein tentou apresentar uma definição desse novo movimento a partir da problemática dos “comuns”¹⁰. O que unificou essa “coalizão de coalizões”, explica ela, é a tomada de consciência de uma ameaça comum que tem um duplo aspecto: a “privatização de todos os aspectos da vida cotidiana e a transformação de toda atividade e valor em mercadoria”¹¹. Contra essa ameaça, um mesmo “espírito” se afirma, aquele da “defesa dos comuns”¹².

O neoliberalismo é ainda interpretado, no espaço militante do altermundialismo, como uma apropriação generalizada dos recursos alimentares, das terras, dos espaços urbanos, do ser vivo, do conhecimento, das informações, etc. Ele é pouco a pouco compreendido como um “segundo movimento de cercamento” (segundo a fórmula da jurista americana James Boyle). Por “cercamento” entende-se o movimento histórico iniciado no fim da Idade Média na Europa, acelerado durante o século XVI, que consistiu no avanço e no fortalecimento dos direitos de propriedade sobre suas terras, florestas, lagoas, dependências e práticas das aldeias, das cidades tradicionais e dos espaços comunais que permitiram o uso coletivo dos recursos disponíveis, ao lado e para além dos direitos de propriedade. Essas práticas de uso coletivo tinham prevalência sobre o direito de propriedade privada. Os direitos vinculados ao costume permitiam aos pobres viver graças ao acesso aos recursos indispensáveis: coleta de cogumelos, coleta de mel, madeira para aquecimento, pesca, pastagem, etc. Em uma palavra, o cercamento de terras destruiu os “comuns”.

Esse movimento de cercamento é um dos processos que permitiram o nascimento do sistema capitalista na Inglaterra e na Europa, com o desenvolvimento da criação de ovelhas para exportação de lã ou para transformação da lã na indústria nascente. Com o retorno dos “comuns”, nos deparamos com um dos fundamentos do sistema econômico dominante, que é precisamente a propriedade privada tal como ela é reconhecida nas sociedades modernas. Toda uma série de livros, artigos e declarações das duas últimas décadas desenvolveram essa *analogia histórica*, especialmente a propósito da extensão da propriedade intelectual. A temática do “comum” foi, em grande parte, extraída dos trabalhos historiográficos inspirados em Marx ou em Polanyi, mas são sobretudo as pesquisas de Elinor Ostrom que serviram de baliza e de apoio aos movimentos dos “comuns”.

Essa definição do movimento altermundialista como movimento de defesa dos “co-

8 Estudos dos Comuns, tradução nossa.

9 Recuperando os Comuns, tradução nossa.

10 Naomi Klein, Reclaiming the Commons, *New Left Review* 9, May June 2001.

11 Naomi Klein, *ibid.*, p. 82.

12 Naomi Klein, *ibid.*, p. 82.

mun” se apoiou nos trabalhos desenvolvidos nos anos 1980 por essa pesquisadora americana. Com a preocupação de ir além da dualidade imposta pela ciência econômica dominante entre os bens de mercado e os bens públicos produzidos pelo Estado, ela mostrou, contra todos os que pensavam que os “comuns” haviam desaparecido da face do planeta, que eles permanecem, ainda hoje, em muitos lugares do mundo, na forma de *common-pool resources*¹³, como objeto de gestão coletiva, às vezes, como herança secular. Ostrom começou a emancipar a teoria de uma concepção jurídica antiga, segundo a qual o comum derivaria da natureza intrínseca dos bens, por exemplo, o ar, o mar, a Lua, a luz, o Sol, etc. Ela demonstrou que não era tanto a natureza do bem que constituía o comum, mas a organização de atividade coletiva de autogoverno. Para pensar o comum com rigor, não se pode concebê-lo como um fato da natureza, mas como um fato que resulta *de uma instituição*.

Refutando o pré-julgamento que identificaria o comum ao livre acesso, sem regra coletiva, esses trabalhos empíricos reduziram a pó as objeções correntes, segundo as quais os “comuns” seriam inerentemente destinados a desaparecer pela irresponsabilidade de seres egoístas que desperdiçariam os recursos gratuitos à disposição de todos. Essa reflexão não se limita aos recursos naturais hoje ameaçados de degradação ou destruição. Durante os anos 1990, o desenvolvimento da informática e da internet suscitou grande interesse por comuns de um novo gênero: os “comuns do conhecimento”. O conhecimento, em sentido amplo, é concebido como um “recurso compartilhado” não somente entre universitários e cientistas, mas entre todos os coprodutores que podem intervir nas redes, que, por sua vez, podem crescer indefinidamente: o movimento do software livre ou o *Creative Commons* são emblemáticos da diversidade das comunidades de coprodução digital, de todas as formas e escalas constituídas.

Essa referência aos comuns permitiu uma certa renovação da reflexão política relacionada à observação da prática de produção do uso coletivo, tanto as que dizem respeito aos comuns “naturais” ou tradicionais quanto aos novos comuns do conhecimento¹⁴. Isso, que a princípio começou a aparecer como uma problemática de resistência à lógica de propriedade do neoliberalismo, se transformou em uma concepção “construtiva” do comum. Atravessou-se uma barreira importante, ao mesmo tempo simbólica, teórica e prática, quando os atores sociais os mais diversos conceberam que não se trata somente de defender os comuns existentes, mas de construir novos comuns. “Construir os comuns” e não somente “defender os comuns”, tal é a alternância que é produzida em se apoiando sobre experimentações pioneiras permitidas pelas tecnologias digitais das plataformas abertas, que as práticas de rede enfatizam demonstrando as virtudes da tornar comum o conhecimento. Nós pensamos notadamente no desenvolvimento do software livre ou nas enciclopédias wiki. É a partir dessa dupla face, crítica e construtiva, que a categoria de comum aparece, no início do século XXI, como fundamento possível de uma outra concepção da vida em sociedade, de uma outra concepção de riqueza e de trabalho, ao mesmo tempo que uma reinvenção da democracia.

Os desacordos e suas razões

Se não existe doutrina unificada do comum, existem terrenos de debate. Quais são as grandes linhas de clivagem entre as interpretações e suas razões?

Existe, em princípio, uma abordagem fiel a Ostrom. Essa abordagem classicamente positivista considera que os “comuns” são formas institucionais que se definem, antes de tudo,

13 Conjunto de recursos comuns, tradução nossa.

14 Charlotte Hess et Elinor Ostrom, *Understanding Knowledge as a Commons - From Theory to Practice*, 2007.

pelo fato de organizarem a produção e a repartição de um recurso fora dos domínios do mercado e do Estado, o que se funda numa concepção não exclusivista da propriedade. São essas as características que fazem dos “objetos ostromianos” objetos comuns. O trabalho teórico e empírico se organiza em seguida em torno desses objetos dados, ao mesmo tempo históricos e contemporâneos, cujas regularidades procuramos determinar e cujas variações procuramos inventariar. Economistas e juristas são largamente presentes nesse tipo de abordagem. Desenhou-se então um verdadeiro programa de pesquisa interdisciplinar que não está totalmente separado de uma vontade política consistente de ampliar o campo prático dos “comuns ostromianos”. Trata-se de tirar progressivamente da esfera do mercado e da esfera estatal aquilo que poderia ser produzido com mais eficácia sob o regime dos comuns.

A abordagem de Ostrom foi superada por uma abordagem de maior extensão, politicamente mais audaciosa, que não enfatiza a redefinição jurídica dos direitos de propriedade nem destaca apenas as regras de governo da produção e da distribuição, mas que se propõe refletir muito mais radicalmente sobre as implicações éticas e políticas de tornar comuns os recursos de uma atividade específica, econômica, cultural, social ou, mais amplamente, a vida da cidade. Constatamos ainda que a categoria de Ostrom para os *common-pool resource*¹⁵ não dá mais conta do conteúdo das redefinições práticas e discursivas daquilo que os atores entendem por “comuns”, na medida em que eles encontram um uso inventivo, prospectivo, performativo. O comum designa progressivamente um modo de agir e de refletir a ação em torno de dois grandes eixos: a democracia radical e a redefinição das regras de uso de um recurso. Essa abordagem é mais diretamente política. Ela parte do princípio de que a categoria de “comuns” é uma categoria da prática militante e experimental que não precisa estar presa a uma definição acadêmica prévia. O enfoque não consiste em demandar se essa ou aquela forma de ação coletiva é ou não é um comum, mas de se perguntar como os atores inventam os “comuns”, onde procuram transformar ou redefinir sua ação para fazer um “comum”. Por exemplo, a questão não é se perguntar se os catalães do “Barcelona em Comum” criaram “comuns”, conforme a definição jurídico-econômica de Ostrom, mas sim compreender aquilo que eles fazem sob a rubrica e o termo de “comum”. Resta ainda um problema: tudo isso que se reclama e se qualifica como “comum” é mesmo o comum? Não há, portanto, nenhuma norma do comum?

Em resposta a essa objeção, certos autores, entre os quais eu me incluo, propuseram uma teoria do comum pensado como princípio político. Comum é então um termo que qualifica uma política. É nesse sentido que nós podemos falar como os barceloneses de uma *política do comum*. Não é um princípio surgido do céu das ideias, é um princípio que é resultado das práticas elas mesmas e da maneira como elas refletem sobre si mesmas. O que é mais notável na luta contemporânea que se reclama do comum, como já dissemos antes, é a relação entre a exigência de democracia e as reivindicações ecológicas de preservação dos “comuns” (espaços naturais, urbanos, culturais ou profissionais, em particular) contra toda apropriação privada ou estatal. É esse o campo de pesquisa em torno do princípio “do Comum” que Pierre Dardot e eu mesmo queríamos abrir na nossa obra *Commun*¹⁶.

O que é comum, aquilo que decidimos colocar em comum, aquilo que nos instituímos como comum. O comum não é um tipo de reserva natural ou vestígio de antigas práticas revividas. Também não diz respeito a quaisquer bens excepcionais que seriam preservados fora da empresa, do mercado ou da propriedade dos Estados porque estes bens seriam na-

15 Conjunto de recursos comuns, tradução nossa.

16 Pierre Dardot et Christian Laval, *Commun, Essai sur la révolution au XXI^e siècle*, La Découverte, 2014.

turalmente comuns. É por isso que nós decidimos abranger como âmbitos do comum os recursos materiais, as capacidades físicas, os conhecimento intelectual, o tempo e os esforços necessários à atividade comum. O comum não é portanto aquilo que é comum naturalmente, mas aquilo que fazemos ser comum por um ato político, por um ato instituinte. Nesse sentido e no limite, não importa qual domínio da realidade poderia ser colocado em comum no momento em que é decidido se fazer “em comum”, através de um ato instituinte, determinando um espaço, um recurso, uma obra de arte, etc. Neste sentido, *os comuns* são as instituições, enquanto *o comum* é um princípio metainstitucional. *Os comuns* não podem ser instituídos e governados de outra forma que não pelo princípio *do comum*, quer dizer a democracia.

Um comum, qualquer que seja, requer um autogoverno, um governo realmente democrático. O ato mesmo de instituir um comum é um ato de democracia. O ato de governar um comum não é outra coisa que a continuação desse ato, ele é, de certa forma, a instituição continuada. Ele consiste em relançar a dimensão do instituinte, submetendo as regras coletivas a uma revisão crítica toda vez que a situação exigir. É isso que nós chamamos de *praxis instituinte*. Ele resulta, portanto, de um princípio de democracia: o governo de um comum que não for democrático ameaçaria rapidamente a existência mesmo do comum. É precisamente esse princípio que podemos chamar de princípio do comum. Basta para isso entender a referência à etimologia latina dessa palavra: *le commun* ou *cum-munus* é a coobrigação que procede da coparticipação em uma mesma atividade.

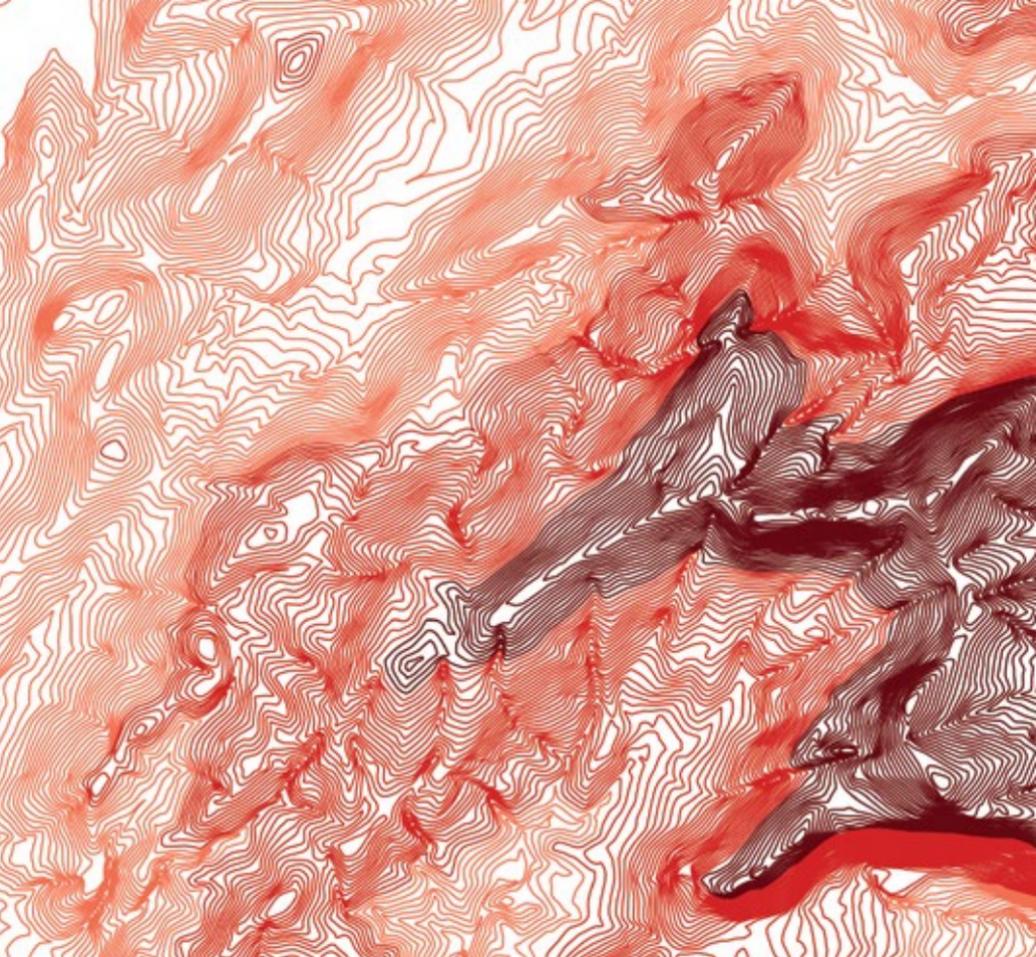
Para concluir

Fazer assim uma teoria do comum como princípio e uma teoria dos comuns como instituições baseadas no princípio do comum é fazer uma teoria de uma política revolucionária. Em qual sentido? A revolução é a reinstituição da sociedade, como formulou Merleau-Ponty. A revolução é a capacidade de uma sociedade de restaurar e atualizar as normas e refazer suas instituições. A revolução é um ato coletivo de autonomia e criação. A lógica da revolução deve ser permanente, ou melhor, instituinte, no sentido de que as instituições que ela cria para permanecer conforme o espírito que as origina devem ser concebidas de tal forma que possam ser colocadas em questão, de acordo com as regras democráticas instituídas e instituintes. Esse é o grande desafio porque sabemos como as revoluções terminam. Mas longe de pensar, como Sartre, que existiria uma espécie de fatalidade inerente ao processo revolucionário, convém conceber, ao contrário, tal perigo de forma lúcida e controlá-lo através de dispositivos adequados. Isso pressupõe que o agir em comum não se petrifique em um instituído hierárquico, burocrático, em que a morte captura e rapidamente aniquila a vida. Instituir o agir em comum supõe um *agir comum instituinte*.

Embora não seja explícito, o conceito político do “comum” funciona hoje como um princípio de combate, dirigido ao mesmo tempo contra a apropriação política das instituições públicas pelas oligarquias, partidos e administrações, e contra a apropriação econômica dos recursos produzidos pelas oligarquias que se enriquecem indefinidamente. É assim que “comum” tende a se tornar o nome da resistência à apropriação capitalista e estatal, a marca de uma nova fase de lutas por uma “democracia real”, a fórmula da alternativa ao neoliberalismo.

A diversidade das abordagens nos coloca incontestavelmente o problema da articulação entre a pesquisa acadêmica e a ação política. Se as tensões podem surgir por causa dos

diferentes lugares de enunciação, nós podemos hoje constatar uma estimulação recíproca entre esses dois universos. É possível perceber uma nova dinâmica intelectual e política fazendo do comum não somente uma bandeira (um tema) mas um problema e um engajamento. Essa dinâmica, se for acadêmica e militante, é também interdisciplinar. O “comum” é um objeto que permite o diálogo do conhecimento de forma rara. Ele é também internacionalista porque uma das características do movimento dos “comuns” é precisamente seu surgimento em diversos lugares diferentes, ao mesmo tempo e de formas específicas. Esses não são aspectos negligenciáveis de um conceito e de um princípio cuja necessidade tem como essencial a resposta que pode possuir a dominação neoliberal.



textos de

Adriana Fernandes, Alexandre Mandl, André Dal ´Bó da Costa, Carly Barboza Machado, Christian Laval, Cibele Saliba Rizek, Fábio José Bechara Sanchez, Jairo Salvador de Souza, Joana Barros, Márcia Pereira Leite, Paulo Tavares, Patrícia Birman e Vitor Fonseca Santos.



ISBN 978-856662426-7



9

788566

624267

